



**CADERNO DOS TRABALHOS  
COMPLETOS APRESENTADOS NO 2º  
SEMINÁRIO CIDADES, ESPAÇOS  
PÚBLICOS E PERIFERIAS**

Organização: Grupo de Pesquisa Cidades, Espaços públicos e Periferias –  
Diretório CNPq Universidade Federal Fluminense (UFF)



## Sumário

### PARTE I

<b>GT 01 - Espaços públicos, relações sociais e de gênero.....</b>	<b>04</b>
A construção positiva da identidade e da diferença racial a partir da lei 10.639/03.....	05
Aspectos da fuga de escravos em Campos do Goytacazes, 1862 - segundo as publicações do monitor campista.....	16
Monte Alegre e o clamor pelo reconhecimento do racismo ambiental.....	26
Mortalidade no século XIX (1859 e 1860): o contraste entre a população livre e cativa na região de Campos.....	40
Vulnerabilidade social em domicílios chefiados por mulheres.....	48

### PARTE II

<b>GT 02 - Habitação e Periferias.....</b>	<b>61</b>
Condições de habitação e infraestrutura dos domicílios rurais do assentamento Antônio de Farias no município de Campos dos Goytacazes/RJ.....	62
Elementos sustentáveis de habitação: intervenções sustentáveis de baixo custo para moradias de Interesse Social – o caso da favela da Margem da Linha.....	76

### PARTE III

<b>GT 03 - Políticas públicas, desenvolvimento e margens.....</b>	<b>88</b>
A gestão do Sistema Único de Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes.....	89
De novo “à margem”? Um estudo sobre o processo de luta frente ao reassentamento da comunidade da Margem da Linha em Campos dos Goytacazes/RJ.....	104
Memória e política na atualidade.....	116
O impacto do desenvolvimento socioeconômico sobre o rio Muriaé no município de Itaperuna, RJ.....	129
Paisagem urbana: o rio Paraíba do Sul na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.....	143
População em situação de rua e suas relações com o espaço urbano.....	162



### PARTE IV

#### **GT 04 – Ruralidades, urbanidades e conflitos socioambientais.....173**

A construção de vulnerabilidades socioambientais em Vila Velha: os casos da beija-flor e da bem-te-vi.....174

Agricultura urbana em Campos dos Goytacazes, RJ: um estudo sobre o programa ecohortas.....188

O desenho como expressão para a criança.....197

Injustiça ambiental no distrito de São Joaquim: Conflitos socioambientais potencializados pela instalação de aterro sanitário.....205

Lutas populares rurais no Brasil no contexto de modernização tardia.....220

### PARTE V

#### **GT 05 - Mobilizações artísticas e culturais e apropriações de espaços públicos urbanos.....230**

A praça que queremos: desafios e avanços no processo de construção colaborativa na comunidade da margem da linha.....231

Coletivo Cultural Resistência Goytacá: Ocupando e resistindo ao som de rock and roll.....243

Da rua para rua: A centralidade urbana de lazer hip-hop na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ.....254

GRAFFITE, PICHANÇA E STENCIL: marcas de resistências, existências e experiências na paisagem por sujeitos cultural/autônomos em Campos dos Goytacazes entre 2011 e 2016.....267

[Re] significações da paisagem urbana: uma análise antológica da cidade de Campos dos Goytacazes.....287

### PARTE VI

#### **GT 06 - Sociabilidades, tensões e conflitos em pequenas e médias cidades.....301**

Amizades e invenções de si: As experiências trans em Campos dos Goytacazes.....302

Saindo do armário: A microterritorialidade homossexual em Campos dos Goytacazes/RJ.....320



## **PARTE I**

**GT 01 - Espaços públicos,  
relações sociais e de gênero.**



### A CONSTRUÇÃO POSITIVA DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA RACIAL A PARTIR DA LEI 10.639/03

*Laís Alves de Souza<sup>1</sup>  
alves29081996@gmail.com*

*Pr. Dr. Edimilson Antonio Mota<sup>2</sup>  
uffmota@gmail.com*

#### RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar questões relacionadas à identidade racial no âmbito da escola, baseadas na Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira, e tem como objetivo combater o racismo e promover a identidade positiva do negro. Com fundamentos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, preconizada pela lei e pelo Parecer 03/2004, busca-se construir ideias positivas de identidade e refletir sobre o papel da educação nas instituições de ensino diante das diversidades. Num país com uma ampla diversidade cultural como o Brasil, a discussão sobre identidade permite que discriminações sejam eliminadas e que a inclusão social seja promovida para todos no sistema educacional brasileiro. A questão da identidade racial na escola é possível de ser refletida em diálogo com o campo do Multiculturalismo, pelo qual Moreira (2008) reforça que, esse conceito dentro da educação "valoriza a luta contra a opressão e a discriminação que alguns grupos 'minoritários', ao longo da história, vêm sendo submetidos por grupos poderosos e privilegiados". Por isso, é fundamental buscar e analisar o conceito sobre identidade, para que assim, a individualidade e a diferença venham ser anunciadas, respeitadas e democratizadas nas relações sociais. Vale ressaltar que esta pesquisa representa um desafio, no que se referem os reflexos da construção do pensamento eurocêntrico no consciente social de muitos alunos e famílias. Espera-se, ao final do trabalho, que os resultados possam contribuir para a formação ética e cidadã do negro e cidadãos brasileiros. É uma pesquisa de cunho qualitativo em fase de construção que, no primeiro momento, passou por uma revisão bibliográfica e, no segundo momento, será selecionada uma unidade escolar para acompanhar o cotidiano de uma turma de alunos, para buscar entender como se vive e se relacionam no reconhecimento positivo ou negativo da identidade racial.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03, Identidade, Diferença.

<sup>1</sup>Graduando do curso de Geografia UFF- Universidade Federal Fluminense e bolsista do Desenvolvimento Acadêmico.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Geografia UFF Campos.



### Introdução

Construir uma identidade positiva do negro requer uma desconstrução do paradigma europeu que por longo tempo fez com que o negro perdesse a sua representatividade. Com objetivo de analisar questões relacionadas à identidade racial no ambiente escolar e promover a identidade positiva do negro, será possível, aqui, no artigo, que é uma bibliográfica de cunho qualitativo, buscamos refletir algumas questões que a partir da Lei 10.639/03 são discutidas.

Tendo a escola como um dos elementos que compõe o espaço, serão abordadas aqui algumas questões que envolvem a inserção da lei 10.639/03 na educação escolar. Diferentemente do Decreto de nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854 onde foi estabelecido que escravos não poderiam ter acesso as escolas públicas brasileiras e os adultos negros para terem acesso a educação dependeriam da disponibilidade dos professores, isso, mais adiante, no dia 6 de setembro de 1878, foi estabelecido o Decreto de nº 7.031 que tratava a inserção dos negros na escola somente para o período noturno.

A lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. Como base, essa lei se construiu sobre a ideia da justiça e do reconhecimento que valoriza o negro e a sua história no Brasil.

Sabe-se, que dentro das instituições de ensino, a lei 10.639/03 torna possível a desconstrução do pensamento racista e preconceituoso que ao longo da história do Brasil fizeram e fazem parte das relações sociais. Nesse contexto, será abordada aqui: a sua importância no Currículo das Diretrizes e Bases e a sua influência no cotidiano escolar e na construção das idéias positivas sobre identidade e diferença na representatividade dos alunos negros.

Pesquisar, entender e analisar são três valores que o professor de geografia pode carregar e trazer à luz do conhecimento a produção de uma nova narrativa. Nesse sentido, um novo olhar para a relação informar-formar torna-se viável pensar na possibilidade de caminhar para uma sociedade antirracista. Portanto, aqui será também apresentado uma breve reflexão que aguça para um novo saber que “desnaturaliza” discursos que há muitos anos são reproduzidos em que a identidade negra racialmente não é reconhecida de forma positiva de modo a lhe favorecer o seu bem-estar social.



### A Lei 10.639/03

No dia 9 de janeiro de 2003, foi promulgada pelo congresso nacional a lei 10.639/03 que alterou a Lei 9.394/96. Essa lei foi consequência de muita luta do Movimento Negro no Brasil contra as injustiças, desde a Escravidão, tiravam o direito do negro de se matricular nas escolas, e tão pouco o direito também de se reconhecer, gerando assim a exclusão e o direito de cidadania.

A lei busca inserir no mundo da educação um novo sentido da história e da cultura afro-brasileira. Ter contato com a história do negro faz com que possa contribuir para resgatar a sua formação cultural e social na composição da sociedade brasileira; de modo a elevar a um novo pensamento positivo sobre para que as pessoas possam manifestar no consciente da sociedade um reconhecimento positivo sobre a diversidade étnico-racial da população afro-brasileira.

A escola é um espaço em que muitas identidades se encontram. Refletir sobre a educação, identidade e diferença racial significa pensar na relação entre o “eu” e o outro. E é nessa perspectiva que a lei contribui para que o respeito e a democracia venham fazer parte do cotidiano dos alunos.

Segundo Gomes (2008, p.03), “a escola possui a vantagem de ser uma das instituições sociais em que é possível o encontro das diferentes presenças.”. Dessa forma, deve fazer sentido na vida do educador a vontade de explorar essa relação, colocando questões que levem aos alunos a refletirem e buscarem o desenvolvimento de novos saberes, como por exemplo, sobre outras abordagens críticas e sociais, sobre a cultura afro-brasileira.

Trazer novas narrativas sobre a África é ampliar o conhecimento dos alunos. É mostrar que a cultura africana possui um imenso valor e mesmo com tanta opressão, ela representa um cenário de superações contra o preconceito.

Conforme Gomes diz:

Maior conhecimento das nossas raízes africanas e da participação do povo negro na construção da sociedade brasileira haverá de nos ajudar na superação de mitos que discursam sobre a suposta indolência do africano escravizado e a visão desse como selvagem e incivilizado. Essa revisão histórica do nosso passado e o estudo da participação da população negra brasileira no presente poderão contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social e que tendem a tratar acultura negra e africana como exótica se/ou fadadas ao sofrimento e à miséria. (GOMES, 2008, p.72)



As pesquisas sobre a cultura afro-brasileira e o seu uso, assim como o seu potencial pedagógico para a sala de aula no cotidiano escolar ainda é um desafio. Contudo, é um desafio para o educador buscar as informações acerca da cultura afro-brasileira. Visto que, a maior parte dos educadores da área não teve em sua formação acadêmica disciplinas com a abordagem para a história africana numa abordagem do reconhecimento da identidade e da diferença.

*A priori*, quem trabalha diretamente com a implementação da Lei 10.639/03 é a escola, e isso quer dizer que, o ideal seria, o educador com o apoio da escola, promover um ensino que contribua na garantia e no reconhecimento tanto do aluno negro quanto do aluno branco sobre a importância de conhecer e reconhecer a identidade e a diferença étnico-racial. A escola pode incentivar sobre essa temática: a leitura, a pesquisa, o debate, assim como também, levar a informação, utilizando filmes como um instrumento um recurso pedagógico para o enriquecimento coletivo.

É importante ressaltar que não é apenas inserir a presente Lei na escola, mas é saber fazer uso da sua importância. Sobre isso,

Sabemos, portanto, que não basta apenas dar as ferramentas para o trabalho, no caso uma educação de qualidade e sem discriminações, mas é preciso ensinar a usá-las, e no caso dos professores o desafio e a responsabilidade se tornam ainda maiores, já que a educação é a base para a construção de uma sociedade mais justa e menos discriminatória, para que, enfim, as diferenças culturais sejam respeitadas. (GUEDES; NUNES; ANDRADEM, 2013, p.424)

Desse modo, o interesse pela implementação da lei deveria ser uma coisa em comum, para que assim pudesse através de novos discursos contribuir para o fim do racismo. Essa ideia pode soar de uma forma “romantizada” para alguns, mas é com muita força e bravura que educadores lutam e defendem a questão.

Supõe que, a escola sabe e entende para que serve a Lei, ou, de como trabalhar os conteúdos, tipo, como desconstruir mentalidade racista que ao longo do tempo foi formada pelo etnocentrismo europeu.



### O que nos é contado? O que nos é escondido?

A Lei 10.639/03 veio para mudar os equívocos e expor informações ocultas no ensino da História da África. Nos materiais didáticos, ela possibilita ao “corpo” discente a conhecer o “outro lado” da África. O “lado” que, diante do discurso do dominador, não nos é contado.

Fome, AIDS, miséria, pobreza essas e outras palavras são as referências que limitam a nossa visão sobre a África, que muitas vezes, os meios de comunicação reproduzem essa visão.

Ainda é comum, nas telenovelas, o racismo aparecer a partir da invisibilidade. Os personagens negros interpretam papéis de empregados, malandros com samba no “pé”, assaltantes e/ou cômicos.

Nos materiais pedagógicos isso não era diferente. É perceptível o quanto os conteúdos reproduziam e descreviam uma imagem do negro como sempre um ser aquele que durante longos anos foi escravizado e visto como um objeto.

Nos livros de História, por exemplo, nota-se a predominância das obras artísticas, como a do pintor francês Jean Baptiste Debret (1768-1848), que a serviço da corte portuguesa no Brasil, desenhava os acontecimentos ao seu redor. Há uma pintura em que o artista retrata um negro escravo amarrado em um pau de arara sendo castigado pelo capataz com um porrete de madeira.

Entende-se que, seria importante expor essa realidade para os alunos, até porque, é uma forma deles entenderem através do campo semiótica o poder que a imagem tem para influenciar o olhar do outro. Mas, por que não, [sugestão]: ao longo das páginas dos livros, apresentarem histórias e imagens dos negros que conquistaram patamares altíssimos na sociedade, como aqueles que encantam com as suas obras literárias, por exemplo, Milton Santos<sup>3</sup> e Carolina de Jesus<sup>4</sup>?

Muitas vezes, ainda, a história do negro não é contada pelo negro, é contada pelo “homem branco”. E é esse conto que lança ao afrodescendente uma imagem desprestigiada de um povo considerado diferente.

A Lei 10.639/03 veio para “desconstruir” todos esses deslizes que enquadravam e limitavam o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na Educação Básica.

3 Um dos melhores pesquisadores e geógrafos que lecionou em diversos países.

4 Escritora de classe média baixa que teve suas obras traduzidas em 13 idiomas.



Desse modo, assim, poderia eliminar a imagem deixada pelos colonizadores. Imagem que ainda serve, muitas vezes, como elemento de contribuição para menosprezar a identidade do negro levando-o à sua não representatividade.

A educação tem o poder de abrir as janelas do conhecimento para novos horizontes. Quando falamos em deixar de lado o discurso do colonizador, do pensamento eurocêntrico, estamos fortalecendo a vontade de pesquisar mais a respeito do poder de uma identidade afro-brasileira positiva.

Pesquisar e criar sempre. Ainda há poucas informações sobre a África como material pedagógico, mas, acreditamos que, na medida que formar professores com qualificação para essa abordagem, teremos também alunos críticos. Falta ainda formação sobre o tema. Sobre essa falta de informações, Oliva (2003) nos diz que,

“(…) Silêncio, desconhecimento e representações eurocênicas. Poderíamos assim definir o entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas de História no Brasil (...) África aparece apenas como um figurante que passa despercebido em cena, sendo mencionada como um apêndice misterioso e pouco interessante de outras temáticas. Tornou-se evidente também que, quando o silêncio é quebrado, a formação inadequada e a bibliografia limitada criam obstáculos significativos para uma leitura menos imprecisa e distorcida sobre a questão (...)”. (p.429)

Devemos desenvolver novos saberes sobre a cultura africana. O aluno deve se sentir representado sobre os conceitos e temas da cultura afro-brasileira no cotidiano da escola.

É necessário sempre refletir sobre, o que contam, a quem interessa contar, e para quem contar. Portanto, é necessário termos sempre uma posição crítica diante daquilo que lemos e ouvimos sobre a África. Mas vale lembrar que uma crítica consistente em ter bons argumentos.

### **Entendendo o que é identidade e diferença**

Os três conceitos que dão sentido a esta pesquisa se interligam, e neste trabalho, vemos a importância de explicá-los.

Segundo o senso comum, identidade é tudo aquilo que nós somos. Mas este conceito carrega vários significados que vão muito, além disso, pois podemos entender que identidade pode ser a concepção do “eu”, apoiada nos nossos valores e crenças, e pode ser definida pela diferença, por exemplo, sou brasileiro, logo não sou argentino.



A construção da identidade é relacional, ou seja, a identidade é moldada pelo exterior, pelos eventos e fenômenos que acontecem ao seu redor, e há todo momento a identidade vai se renovando. Segundo Silva (2000, p.66), “A identidade não é fixa, nem tampouco é homogênea, definitiva, acaba, idêntica, transcendental”. Assim, a identidade é caracterizada pela falta de estabilidade e é formada ao longo do tempo.

Nos dias atuais, a identidade, segundo Hall (0000), está se fragmentando, pois ela está sendo composta de várias identidades que com o processo da globalização e da diáspora, elas têm sido partilhadas. A globalização é resultado do processo de mudanças que atravessam limites nacionais, influenciando numa nova identidade do sujeito.

Diante dessa explicação, cabe-nos agora entender outro conceito que depende da identidade para existir, assim como a identidade depende dele para existir – a diferença. A diferença está relacionada à identidade. Nesse contexto, a diferenciação é um processo onde a identidade é construída a partir do outro.

Ser negro significa não é ser branco, assim como ser inglês significa não ser italiano. Esse é um dos exemplos que explicam bem essa diferenciação que se conecta a identidade. Portanto, “(...) a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são inseparáveis” (SILVA, 2000, p.51). Nesse caso, identidade e diferença atuam em um plano de referência, onde expor a uma diferença é definir a identidade.

A identidade e a diferença estão estritamente ligadas às relações de poder, à hierarquização, onde o processo de inserir e excluir atua. Nos períodos coloniais, o negro era escravizado por causa da sua cor da pele, assim ele era visto como um desumano. Essa foi uma ideologia imposta pelos comerciantes europeus que consolidou a exploração dos africanos e descendentes. Dessa forma a diferença pode ser formada negativamente.

A identidade e diferença podem ser discutidas em um campo bem mais amplo quando incluirmos o multiculturalismo. Em uma sociedade híbrida, onde grupos de identidades raciais, étnicas e culturais diferentes se reúnem, o multiculturalismo nos permite construir práticas educativas para lidar e respeitar a pluralidade e a diferença. Nesse caso, vemos que a identidade e diferença produzem significados positivos que nos auxiliam a debater as diferentes relações raciais.

No âmbito escolar, o problema central é a relação de poder que a identidade e diferença provocam, causando uma divisão dos grupos. Nesse contexto, a pedagogia para impedir essa dicotomia tão negativa precisa criar atividades, debates e outros para formar



cidadãos conscientes de que os atos preconceituosos e discriminatórios são condutas errôneas e que devem ser corrigidas.

### **Buscando o reconhecimento**

Em 1888, a escravidão foi abolida no Brasil, porém a sua lembrança continua a persistir como racismo. Segundo Hall (2003, p.65), “Raça é uma construção política e social”. Essa afirmação do autor nos faz entender que o racismo é resultado do discurso que tanto excluiu os negros por causa da sua diferença genética e biológica.

Hall (2003) ainda vai nos dizer que:

O racismo biológico que privilegia marcadores como a cor da pele. Esses significantes têm sido utilizados também, por extensão discursiva, para conotar diferenças sociais e culturais. A “negritude” tem funcionando como signo da maior proximidade dos afrodescendentes com a natureza e, conseqüentemente, da probabilidade de que sejam preguiçosos e indolentes, de que lhe falem capacidades intelectuais de ordem mais elevada, sejam impulsionados pela emoção e o sentimento em vez da razão, hipersexualizados, tenha baixo autocontrole, tendam à violência etc. (HALL, 2003, p.67)

No Brasil, a marca da escravidão era referenciada pela cor. Ter pele escura, ser descendente de negro eram motivos suficientes para ser desprezado e oprimido pela sociedade injusta. Segundo o professor Cabral (1974), o negro, mesmo sendo “liberto”, sempre será associado à escravidão. Essa associação reforça o preconceito racial que inferioriza o negro.

Para Taylor (1993, p.46), “(...) a sociedade branca projetou durante gerações uma imagem de inferioridade da raça negra, imagem que alguns dos seus membros acabaram por adotar.”. O autor ainda reflete sobre o sentimento de autodepreciação que alguns negros possuem diante de tanta repressão.

Por longo tempo, os africanos e seus descendentes foram escravizados pelos traficantes europeus que o viam como objetos, criaturas de outras espécies e os que não tinham alma, ou seja, os escravos africanos eram tudo aquilo que eles não eram. Neste caso, podemos perceber o quanto que a identidade do negro se distingue da identidade dos traficantes colonizadores a partir dos símbolos que esses tais traficantes impuseram na exterioridade e interioridade dos escravos africanos. Nesse contexto, a autora Woodward (2000, p.9) vai nos dizer que “a identidade é (...) marcada pela diferença”. E como sabemos, a



diferença incomoda, causando assim um sentimento de aversão, de rejeição ao que deveria ser igual, normal.

Veja que essa questão está relacionada à ideia de hierarquização – grupos superiores menosprezando grupos inferiores. Infelizmente essa é uma realidade que pode ser vivenciada nas relações dos alunos dentro das escolas. É comum vermos grupos nas escolas. Há grupos daqueles que usam roupa de marca e grupo dos que não usam, há grupos das meninas que passam as férias em lugares fantásticos, como outros que passam as férias em lugares não tão fantásticos. Dessa mesma forma, é possível encontrarmos grupos que se vêem como excelentes por serem brancos e assim, vêem o outro como inferior por ser negro, criando um quadro de discriminação e segregação.

Essa hierarquização é muito perigosa, pois faz com que muitos que estão na condição de inferior por causa da sua cor, percam o seu reconhecimento, sintam vergonha da sua origem e até mesmo entram em estado de depressão.

Sabe-se que a ideia de diferença é uma construção social e que pode influenciar no processo do racismo. Nesse caso, convém ao professor criar métodos pedagógicos, como brincadeiras, discussões, trabalhos em grupos para auxiliar na construção de um consciente se posiciona de forma tolerante às identidades plurais na sua convivência.

É importantíssimo que o aluno saiba lidar com as identidades e as diferenças na sala de aula, para que assim, ele venha reproduzir fora dela. Desse jeito, será possível que o aluno possa reconhecer a sua origem e a sua singularidade e aceitar a do seu próximo.

Ainda existe certa dificuldade de alguns alunos negros se reconhecerem como negro, o que faz com que nós educadores nos preocupamos mais. Portanto, sabendo que a nossa identidade é formada a partir do outro, vejo que nós docentes temos a Lei e o diálogo para nos auxiliarem na educação desses alunos, e como sabemos, o diálogo tem o poder de expor as opiniões dos alunos, desconstruir ideias e mudar conceitos.

Por conseguinte, a Lei 10.639/03 tornou a escola em um lugar de visibilidade para os negros, pois trouxe como destaque a valorização da cultura africana, o que produziu um reconhecimento positivo do negro. Quando a Lei deu uma nova “estampa” ao ensino brasileiro, percebeu-se que ser negro vai muito além da cor de pele, vai muito além de ser descendente. Ser negro é se assumir é buscar o seu reconhecimento.



### Considerações Finais

Como resultado da luta contra o racismo, a Lei 10.639/03 conduziu a educação básica brasileira à uma posição em que correções de desigualdade histórica sobre a população negra tem sido uma ação constante. Descolonizar o saber é uma das iniciativas que a Lei com os seus dispositivos propõe para a educação. Não só descolonizar os discursos sobre a história africana, a Lei também contribui para a superação das dicotomias que de forma hierarquia de inferiorizar e superiorizar identidade.

A Lei 10.639/03 reflete na necessidade de ampliar o nosso conhecimento sobre a África. Um conhecimento que reconhece e valoriza a história do negro, e estabeleça atitudes e valores que eduquem a todos para respeitar a pluralidade étnico-racial.

Que a inserção da Lei venha ser ampla. Que o ensino da história e cultura da África não seja obrigatório somente nos currículos da Educação Básica brasileira, mas também nos cursos superiores no Brasil, para que assim, os graduandos e professores possam ensinar a História da África com base nas pesquisas e assim, serem capacitados para formarem alunos que reconheçam quando um evento demonstrar uma atitude de racismo; que um alunos critique [reflita] quando assistir uma telenovela, em que o negro interpretar um papel de "marginal".

Portanto, a obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Afro-brasileira não se trata somente a uma mudança na legislação, mas trata de fortes mudanças pedagógicas e na formação de professores, cujo objetivo não é simplesmente falar de identidade e diferença, mas, influenciar e debater questões, assim, promover o olhar crítico do aluno a respeito e do reconhecimento da sua identidade étnico-racial.

### Referências Bibliográficas

GOMES, Nilma L. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03.** In: MOREIRA, Antonio F; CANDAU, Vera M; (orgs.) *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.* Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola.** Disponível em <<http://www.mulheresnegras.org/nilma.html>>. Acessado em 8 de dezembro de 2016.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane. **O uso da lei 10.639/03 em sala de aula.** Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/205/159>>. Acessado em 7 dez. de 2016.



HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais** / Liv Sovik (Org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Representação da Unesco no Brasil, 2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf>>. Acessado em 7 de dez. de 2016.

Parecer 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília/DF. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acessado em: 8 de dez. de 2016.

SILVA, Tomás Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomás T.; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn; (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Editora Vozes, 2009.

TAYLOR, Charles. **La política delreconocimiento.** In: TAYLOR, C. *El multiculturalismo y la política Del reconocimiento.* Tradução de Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica 1993. p.43-107.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2009.



### ASPECTOS DA FUGA DE ESCRAVOS EM CAMPOS DO GOYTACAZES, 1862 - SEGUNDO AS PUBLICAÇÕES DO MONITOR CAMPISTA.

*Rodrigo Pereira Pinheiro da Silva*  
*rodrigogeo2014@gmail.com<sup>5</sup>*

*Edimilson Antônio Mota*  
*uffmota@gmail.com<sup>6</sup>*

#### RESUMO

O presente artigo apresenta alguns aspectos sobre as fugas de escravos na Região Norte Fluminense 1862 que, especificamente, foi extraído da fonte do jornal "O Monitor Campista" na cidade de Campos dos Goytacazes, que é parte do projeto, ainda em desenvolvimento, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal Fluminense. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental cuja fonte consultada foi o jornal "O Monitor Campista" que se encontra no Arquivo Público de Campos dos Goytacazes em que, primeiramente, fez-se a transcrição dos dados e, no segundo momento, realizou-se a análise dos mesmos, e na última etapa está para elaborar material didático sobre a temática para fins de aplicação pedagógica na Educação Básica para o ensino de Geografia.

**Palavras-chave:** Fugas de escravo; Ensino de Geografia, Multiculturalismo, Identidade

#### Introdução

Com a implantação da Lei 10.639/03, e mais tarde alterada pela Lei 11.645/08, tornou obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, se fez necessário re-pensar a produção do material didático utilizado no ensino sobre essa temática. Essa pesquisa vem do esforço de se produzir um material inédito seguindo a discussão que tem sido feito sobre essa temática, endendo também que a abordagem afro-brasileira no ensino de Geografia não deve

---

1 Licenciando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Polo Regional Campos dos Goytacazes e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência.

2 Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense e coordenador de projeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência.



ser como mera reprodução de conteúdos esvaziada de interesse sobre o debate de "raça", e ao mesmo tempo de forma estanque. (MOTA, 2013)

Buscou-se compreender durante a pesquisa a imagem do negro e sua construção social, entendendo de que forma se inseriam na sociedade e suas condições dentro da cidade de Campos dos Goytacazes, no século XIX. Bem como, buscou também, traçar um panorama da espacialidade da dinâmica das fugas de escravo na Região, considerando o papel de centralidade exercido pela cidade, e, por fim, com o objetivo final, será proposto, confeccionar um material didático que contribua para o ensino na Geografia, sobre a "População Afro-brasileira".

Fez-se isso a partir da coleta de dados primários referentes à imagem do negro das publicações jornal "O Monitor Campista", realizada no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Tendo os dados, buscou-se analisar alguns aspectos quantitativos e qualitativos da estrutura dessas publicações, analisando também o discurso presente. A princípio todos os dados analisados referem-se ao ano de 1862, cabendo ainda a essa pesquisa, futuramente, abranger o período de aproximadamente uma década, conforme o seu desenvolvimento.

Por fim, feitas algumas conclusões sobre a relevância do estudo das fugas e seu significado enquanto prática sócio-espacial transformadora da realidade, identificaremos algumas possibilidades de construção de um material didático que a pesquisa já vem indicando, ainda durante seu desenvolvimento.

### **A escravidão e a produção açucareira no Norte-fluminense**

O ciclo da produção açucareira moldou intensamente o espaço Norte Fluminense, estabelecendo em Campos do Goytacazes um papel de centralidade que condicionou toda dinâmica da região até os dias atuais. A cidade, habitada por proprietários rurais concentravam-se entre o rio Paraíba e a Lagoa Feia, com uma pequena pecuária, que tempo depois, através do cultivo da cana-de-açúcar, tornara-se um dos principais motores da economia nacional.

Esta atividade, em um curto intervalo de tempo, estabeleceu sua hegemonia e teve o regime escravista como o motor do progresso e a técnica de mão de obra para a sua expansão. Em relato, Saint-Hilaire detalha em sua obra, como se deu o intenso crescimento dessa atividade na cidade:



Até 1769 não havia em Campos mais de 56 usinas de açúcar; em 1778 esse número subiu a 168; de 1779 a 1801 aumentou para 200; 15 anos mais tarde ele cresceu para 360 e enfim em 1820 havia no distrito 400 engenhos e cerca de 12 destilarias (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 398).

Os dados acima nos trazem a dimensão desse crescimento. A produção intensiva contava com um número cada vez maior de escravos. Grandes engenhos teriam uma média de 50 escravos, segundo o pesquisador francês. Tão grande a dimensão que o número de indivíduos cativos ultrapassa o número de pessoas livres no início do século XIX. Além disso, o aumento de produção pautava-se também no aumento da exploração, o que deixa o escravo negro em condições cada vez mais deploráveis. Muitos proprietários alimentavam-os poucas vezes por semana, por acreditar que qualquer concessão além das necessidades básicas seria um ato de generosidade. Além de toda violência e a brutalidade, marcas de um sistema coercitivo. A fuga, então, representa um ato de rebeldia contra tais condições e revela o lado humano do cativo, ferindo a premissa de que o escravo é uma mera extensão de seu senhor. Disso, surgem conflitos, que muito além do campo físico, alcançam um caráter ideológico que perpassa por todas as instituições legais daquela época, como a própria mídia escrita - o Jornal O Monitor Campista.

### **As fugas segundo as publicações do “O Monitor Campista”**

Feito esse breve histórico da relação entre a economia açucareira e mão de obra escrava e tendo em mente sua fundamental importância para o desenvolvimento de Campos, analisaremos diretamente o objeto dessa pesquisa: as menções à fuga de escravos coletadas do acervo do jornal “O Monitor Campista”, até então debruçando-se apenas sobre o ano de 1862, como ponto de partida.

Dentre a categorização feita, o recorte selecionado - as Fugas - engloba a maioria dos dados coletados, totalizam-se 111 citações ao tema num total de 181 citações transcritas, enquanto 67 tratam de venda, compra ou aluguel de escravos e outras 3 dizem respeito a outros tipos de menções não específicas. Ou seja, esses anúncios dizem respeito a um total de aproximadamente 61,4% das referências a negros analisadas. As citações, quase que em sua totalidade, encontram-se publicadas na coluna nomeada “Escravos Fugidos”, publicada em cada edição do jornal. Antes de analisar de fato a função social e ideológica que tal coluna cumpria, analisaremos a estrutura dessas publicações.



Para tal, o primeiro aspecto, talvez o mais importante elemento de identificação recortado, era a cor ou tom de cor do escravo procurado. Algumas das classificações encontradas são: pardo, crioulo, fula e retinto, por exemplo. Muitas vezes essa diferenciação parece associada a um nível de “pureza” da pele. Em alguns momentos, essa informação também vinha acompanhada pela naturalidade, como por exemplo: de nação Cambida, de Angola, de Moçambique, dentre outras. Seguindo essas informações, geralmente vinham descrições das feições dos procurados, como estatura, largura dos lábios, tamanho dos olhos e da cabeça, presença de dentes, cabelo e barba. Também eram comuns marcas e cicatrizes, que tinham origem em acidentes ou em punições físicas recebidas. Além de detalhamentos sobre a forma do escravo, também há descrições de seus comportamentos, se é calado, falante, se é conhecido ou se bebe alguma coisa.

Um outro elemento identificador era o ofício ou as aptidões dos fugitivos, como marceneiro, pedreiro, seleiro, alfaiate, “de roça” e “de casa” (especificamente para mulheres), além da vestimenta. Era comum, pelo que se vê, escravos levarem consigo vestimentas e outros pertences de seus senhores, roupas de linho ou algodão, chapéis e inclusive armas e até cavalos. Outro fato é que muitas vezes fugiam acompanhados, dois ou três escravos juntos. De fato a incidência de fugas de homens adultos é bem maior, mas também encontram-se fugas de mulheres e de crianças.

Por fim, também era hábito que se publicasse um possível local para onde fugiu-se o escravo, muitas vezes acredita-se ter voltado a um lugar onde já trabalhara ou onde encontre conhecidos. Quando um escravo já havia sido pertencente a algum senhor conhecido, isso também era destacado.

No final de cada anúncio seguiam informações onde devolver o escravo, caso achado, seguia uma oferta como recompensa, que nos casos mais valiosos, poderia variar de 100.000 à 400.000 réis. A última sentença geralmente era um aviso “protesta-se com todo rigor da lei contra lhe-der couto”, ou seja, uma ameaça a quem possa estar auxiliando na fuga.

Era comum também que alguns anúncios se repetissem muitas vezes. Em alguns casos repetem-se em quase todas as edições, dando a entender que o escravo procurado era de muito valor e/ou que o senhor que o procura era de muita influência.

O anúncio abaixo, por exemplo, trata-se do que mais vezes apareceu nas publicações do “Monitor” entre Janeiro e Maio do ano já especificado. Foram 18 aparições do mesmo anúncio exatamente e mais alguns que continham correções ou atualizações, sobre a mesma fuga. Ele ilustra bem todos os pontos tocados anteriormente.



Na terça feira, fugiu à viuva Burguier, o seu escravo Luiz, creoulo, filho do Rio de Janeiro; os signaes são os seguintes: boa altura, reforçado de corpo, côr preta, rosto redondo, foi vestido, com camisa de chita, calça riscado escuro, e a roupa está encovalhada; é bem fallante, e bebe alguma cousa; e quem o-levar á rua Direira n. 119, será gratificado. (O Monitor Campista, 1862)

Posteriormente, atualizado para:

Ainda acha-se fugido o preto Luiz, creoulo do Rio de Janeiro, escravo da viuva Burguier, o qual foi vestido com camisa de chita escura, calça de riscado; os signaes são os seguintes: côr preta, altura e corpo regulares, tem uma empigem na testa, é bem fallante, e tem-se por capoeira, bebe bastante; é official de ourives, e estava aprendendo o selleiro, e cosa bem costura de alfaiate; quem der noticia certa com a qual possa ser preso, ou quem o-pegar e levar á rua Direira n. 119, será imediatamente gratificado; e casso ele tenha algum couto se-protestará contra (519) (O Monitor Campista, 1862)

É importante fazer uma identificação. Esses textos representam um espaço do jornal dirigido ao proprietário de que desejava anunciar a fuga de algum de seus escravos. Logo, todo o discurso é construído através do ponto de vista do proprietário escravocrata, que é nesse contexto histórico, branco e quase em sua totalidade de sexo masculino. São as falas de uma camada específica da sociedade: uma elite regional. O próprio fato de representar proprietários de escravos, artigo de alto valor, já nos diz que se trata de um grupo limitado de pessoas. Sabe-se também que o espaço do jornal (e até mesmo à alfabetização e educação) não estavam acessíveis a todos. Não se trata de uma visão do próprio negro sobre si. Logo ao analisar essas falas não trataremos da identidade, mas sim, a partir de uma leitura crítica do discurso hegemônico, desvendar um pouco da construção social desse negro enquanto escravo.

O elemento de maior destaque dentre os marcadores, como observado, é a distinção dos tons de pele feita pelos senhores de escravo. Aparentemente, está associada a um nível de “brancura” da pele. Essa distinção feita, é criada com certa intencionalidade. Ao mesmo tempo que se dá como um marcador, uma técnica para facilitar a busca ao escravo, também representa uma forma de distanciar esse escravo de sua identidade, ao deixar de lado a multiplicidade étnica e cultural que o mesma já trazia de suas origens africanas, em detrimento de uma classificação artificial que generaliza e apaga os vínculos.

Em seguida, outro elemento de distinção são algumas características físicas que estão relacionadas ao trabalho, como “pernas grossas”, “forte de corpo”, “ligeiro”, assim como o



ofício específico, quase sempre lembrado. Também percebe-se a relevância de marcas e cicatrizes como elemento visual identificador, possivelmente por tratar de uma característica individual que auxiliaria na distinção do escravo fugido. A apreensão de características muitas vezes bastante detalhadas, revela que aparentemente os proprietários de escravos tivessem o costume de fazer algum tipo de inventário de suas posses. Talvez, isso se desse justamente para o caso de fugas. Esses fatores representam uma outra forma de afastamento da identidade, ao equiparar o negro à meras ferramentas ou peças, naturalizando o processo de escravidão e justificando a submissão.

Um outro é a incidência de fugas de acordo ao gênero e à faixa etária. Percebemos nos casos encontrados uma incidência de fuga maior entre os homens em idade adulta. Possivelmente esses resultados estão relacionados ao tipo de trabalho exercido. Os dados revelam que serviços externos eram delegados ao sexo masculino enquanto as mulheres na maioria dos casos, ficavam por conta dos serviços domésticos e muitas vezes, habitavam à casa grande, o que seria algo dificultador.

Nota-se nas publicações do jornal um forte caráter ideológico, responsável por reforçar e naturalizar as relações de exploração da sociedade escravista. Tudo isso apoiado na dissolução da identidade. Apagando da história a origens de diversos povos, os senhores e mercadores de escravos isentavam-se de culpas e facilitavam o processo. É a história contada pelos dominadores impondo um regime de visibilidade, onde se ofuscam certos elementos e se destacam outros (GOMES, 2013).

### **Lugares da escravidão e lugares de fuga.**

Ainda nessas publicações, podemos reconhecer o importante papel do elemento espacial, tanto na especulação de possíveis rotas de fuga como na definição de um ponto de entrega dos escravos capturados. Revelando esses dados e, assim, podemos entender melhor como se deu a dinâmica escravista que moldou esse espaço.

Os locais referidos como ponto de entrega dos capturados, notamos que tratam-se das ruas que de grande importância dentro da cidade de Campos até os dias de hoje. Representando fixos centrais, que mesmo sofrendo refuncionalizações ao passar do tempo, conseguiram manter seu poder polarizador. O quadro abaixo trás um panorama das ruas e localidades e como são identificadas hoje.



LOCAIS MENCIONADOS	NOME ATUAL
Rua do Rosário	Rua do Rosário (Mantida)
Rua Detrás do Rosário	Rua dos Andradas
Rua Direita	Rua 13 de Maio
Rua Beira-Rio	Avenida 15 de Novembro
Rua da Quitanda	Rua Governador Teotônio Ferreira de Araújo
Rua do Ouvidor	Rua Marechal Floriano
Rua do Concelho	Rua João Pessoa
Praça Principal	Praça do Santíssimo Salvador
Sollar do Collegio	Arquivo Público Municipal

Fonte: Autoria própria.

Tratando das rotas de fugas, encontra-se uma relação identitária muito clara. Os locais tidos como possíveis destinos geralmente remetem a locais já conhecidos pelo fugitivo, geralmente por já ter lá trabalhado ou lugares onde possa encontrar conhecidos, principalmente parentes, como no caso abaixo:

“Acha-se fugido o crioulo de nome Honório, de idade 18 a 19 annos, mais ou menos, estatura regular, fugiu em mangas de camisa, porém levou uma trouxe contendo alguma roupa, entre a qual um paletó branco. Desconfia-se que tenho tomado o caminho da lagoa de cima, por ter lá parentes. Quem o pegar e o levar ao seu senhor, no Hotel Francez, Praça principal, será gratificado, e protesta-se contra toda e qualquer pessoa que lhe der couro.”  
(O Monitor Campista, 1862)

Tamanha a importância da cidade de Campos dentro do mercado negreiro, que também anunciavam-se nos jornais da cidade casos de fugitivos de outras cidades, como o seguinte exemplo do escravo que fugirá de Muriaé-MG, possivelmente em direção de Saquarema-RJ:



"Fugiu a José Cardoso Moreira, no dia 28 de Fevereiro do corrente anno, da sua fazenda nos Caxoeiros de Muriahé, um escravo por nome Manuel, com os signaes seguintes: baixo, bastante gordo, sem barba, cor retinta, com falta de dous dentes na frente, tem no pescoço o signal de um golpe, é muito desembaraçado no fallar, e muito contador de histórias, levou calça de algodão riscado e camisa de chita; este escravo foi comprado ha 3 parar 4 annos em Saquarema, a Thomaz Moreira da Silva, e desconfia-que tomasse a direção d'este lugar. E' bastante conhecido n'esta cidade por ter andando de marinheiro na prancha do annunciante; quem o-pegar e levar a seu senhor na fasenda acima referida, ou n'esta cidade ao Sr. Manoel José de Castro, rua da Quitanda n. 38 será gratificado com a quantia de duzentos mil réis. (390)" (O Monitor Campista, 1862)

Há também registro de demais localidades que também são referidas como possíveis locais de fuga como o Sertão do Nogueira, Rio preto além das cidades de São Fidelis-RJ, Itabapoana-RJ, Petrópolis-RJ, o antigo município de Pomba-MG, Piúma-ES, dentre outros.

### **A importância do estudo das fugas e possibilidades didáticas.**

Trataremos aqui a fuga de escravo - elemento fundamental da análise desse trabalho - enquanto uma prática sócio-espacial que representa um ato de resistência e busca de autonomia. Souza (2013) define vários gêneros de práticas sócio-espaciais, dentre eles as práticas heterônomas, dirigidas pelos grupos dominantes e voltadas à manutenção do poder e em contra-ponto, as práticas insurgentes, que remetem à ideia de práxis, ou seja, ação que visa a transformação da realidade, politicamente. É nesse segundo que enquadraremos a fuga do escravo negro.

A escravidão enquanto construção social impõe o homem branco como sujeito dominante, mas não retira dos grupos sub-julgados de indígenas e africanos o seu senso de identidade. A fuga, enquanto prática sócio-espacial insurgente, tem como objetivo, mesmo que inconsciente, o reconhecimento do "Eu", como colocado por Mota (2013, p. 92).

A luta com o senhor era um combate de vida ou morte, porque o que estava em questão era a liberdade de um em detrimento da do Outro. A prova de que o escravo era também um sujeito-etnicorracial estava na sua resistência contra o senhor. Este, para continuar como tal, usava de todos os tipos de violência física e simbólica, para com o escravo. Por outro lado, o escravo evidenciava o seu desejo da construção-de-si, como diz Hegel (2011), o que continuava a existir ao fugir do jugo do senhor e ao buscar uma sociedade em que ele fosse visto como um igual – e o quilombo seria um desses lugares.



A importância dos quilombos enquanto símbolos da identidade negra no Brasil é imensurável. Não à toa que o Dia da Consciência Negra também seja conhecido como Dia de Zumbi, escravo fugido e fundador do Quilombo dos Palmares.

A fuga foi a ferramenta encontrada pelo negro para gritar sua liberdade, em meio ao silêncio imposto pela violência. Estudar esses elementos se faz necessário para entender os processos históricos que constituíram o mundo da forma em que se encontra, bem como a importância de se resgatar elementos da cultura africana que foram suprimidos pelo controle ideológico do poder hegemônico, que também através dos veículos de comunicação, no caso estudado, um jornal, tido como importante veículo de mídia regional.

Como dito, o objetivo final desse trabalho é a elaboração de um conteúdo inédito que contribua para o ensino, tema de “Populações afro-brasileiras” dentro da disciplina de Geografia. Até então, a pesquisa ainda em andamento, já nos indica algumas direções. A intensão é que se construam práticas que busquem ir além do conteúdo formal no livro didático, trazendo ao ensino geográfico a dimensão da vivência e da percepção do espaço habitado. Para isso, é preciso levar o aluno da cidade de Campos dos Goytacazes e da região Norte-Fluminense a refletir sobre esse espaço, seu papel, sua influência e as etapas que passou até se constituir como é. Ao mesmo, refletindo como a população de origem Africana chegou até lá, como se inseriu e transformou aquele espaço e a sociedade que o habita.

Dessa forma, o que já se visualiza enquanto prática à ser proposta:

- Aula expositiva e debate sobre a multiplicidade e a riqueza da cultura africana e a importância na formação sócio-espacial do Brasil, dialogando com o tema da formação da população brasileira.
- Elaboração de um roteiro de visita nos principais pontos tidos referências espaciais da escravidão, como aqueles analisado na pesquisa acima, passando por construções do período colonial ainda remanescentes na paisagem, com objetivo de trazer a dimensão visual que contribua para que o aluno entenda a dinâmica da atividade açucareira e escravista.
- Aula expositiva e debate sobre o desenvolvimento da região norte-fluminense e da centralidade de Campos, seguido da proposta da produção de mapas referentes a Região.

### **Referências Bibliográficas**

ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Copilação do jornal O Monitor Campista de 1862**. Campos dos Goytacazes. Acesso no ano de 2016



BARROS, José D'Assunção. **A Construção Social da Cor – Diferença e Desigualdade na formação da sociedade brasileira.** Petrópolis: Editora Vozes, 2008

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar: Elementos para uma geografia da visibilidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas/** Menga Lüdke, Marli E.D.A. André. – São Paulo: EPU, 1986.

MOTA, Edimilson Antônio. **O negro e a cultura afro-brasileira: uma bricolagem multicultural do ensino de geografia.** tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1941. (Brasiliana, v. 210).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



### MONTE ALEGRE E O CLAMOR PELO RECONHECIMENTO DO RACISMO AMBIENTAL

Tauã Lima Verdan Rangel<sup>7</sup>  
taua\_verdan2@hotmail.com

#### RESUMO

Inicialmente, é imperioso ressaltar que, de maneira geral, as comunidades quilombolas são reconhecidas pelo valor histórico e cultural. Contudo, tais aspectos são colocados, diariamente, em xeque devido ao modelo capitalista predatório que norteia a lógica de desenvolvimento nacional. O avanço da monocultura dos grandes agronegócios faz com que estas comunidades sejam forçadas a recuar, em decorrência de aspectos inerentes à sua caracterização, qual seja: descendentes de escravos africanos. Vale ressaltar que, desta forma, os moradores destas comunidades, por vezes, têm seu tradicional modo de vida alterado, tendo que se deslocar da comunidade para o ambiente urbano, a fim de assegurar sua sobrevivência. Assim sendo, vítimas deste racismo ambiental, as mulheres de comunidades quilombolas se organizaram e escreveram a Carta Política de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas com o objetivo de demonstrar todos os preconceitos e dificuldades enfrentadas por elas.

**Palavras-chaves:** Conflitos Ambientais; Comunidade Quilombola; Racismo Ambiental.

#### Introdução

Em um primeiro contato, cuida reconhecer que o final do século XX foi, de maneira substancial, pelo surgimento de uma problemática que passou a figurar no centro dos debates, envolvendo a opinião pública de forma geral, tal como a comunidade científica em seus plurais segmentos, qual seja: a problemática ambiental. Contudo, em sede de consenso acerca da existência de uma problemática ambiental, não se reproduz quanto às formas de compreensão da aludida problemática e, maiormente, quanto à percepção do que se apresenta como relevante nas questões referentes ao meio ambiente e às relações que são estabelecidas com este. Ora, neste aspecto é imprescindível pontuar que a compreensão reclamada pela *questão ambiental* não deve ser tratada apenas em uma perspectiva plural, mas também ter

---

<sup>7</sup> Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao PPG em Sociologia e Direito da UFF (2016-2018). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPG em Sociologia e Direito da UFF (2013-2016). Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2014-2016).



reconhecida sua incidência completamente socializada, que extrapola a tradicional preocupação com a relação entre a utilização e o esgotamento dos recursos naturais.

Assim, as questões e os conflitos ambientais seriam considerados, em uma perspectiva de distribuição e de justiça, afastando-se da ótica que concebe a natureza como uma questão de gestão, externa à sociedade e a ser equacionada nos parâmetros da tradição racionalista burocrática e iluminista, em harmonia com a concepção hegemônica peculiar do desenvolvimento. Ora, a impossibilidade de redução do meio ambiente a quantidades de energia e de recursos, em uma separação entre ambiente e sociedade, torna-se ofuscante, sobretudo quando é analisada a compreensão de que tal percepção é histórica e cultural, assumindo, por extensão, valores distintos em cada contexto e em cada situação. Nesta linha, implica dizer que o valor da natureza e o ambiente tem para comunidades como as quilombolas, indígenas e ribeirinhas, certamente, não é o mesmo que neles encontram as empresas que cultivam a monocultura de eucalipto e hidroelétricas.

O escopo do presente está assentado em promover uma discussão acerca das relações entre a degradação ambiental e a reprodução de injustiças socioambientais no contexto brasileiro, promovendo, para tanto, um diálogo com perspectiva que evidencia o alerta de que os recursos são desigualmente partilhados e que, comumente, é aos locais em que vivem comunidades indígenas, negras ou de poucos recursos econômicos para os quais é destinada a degradação do ambiente e seus piores impactos. Nesta linha, será examinado o caso apresentado pela Comunidade Quilombola de Monte Alegre, localizada no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, em especial no que se refere ao delineamento do racismo ambiental.

### **O racismo ambiental em uma perspectiva histórico-conceitual**

Em um primeiro comentário, cuida reconhecer, conforme ponderações apresentadas por Silva (2011), que a década de 1990 representa um verdadeiro paradigma no ambientalismo norte-americano, sobretudo em decorrência da consolidação e extensão de um movimento popular que, desde sua gênese na década de 1970, recebeu diversas nomenclaturas, a saber: movimento pela justiça ambiental (*environmental justice movement*); movimento contra o racismo ambiental (*environmental racism*) e movimento pela igualdade ambiental (*environmental equity*). Verificar-se-ia, neste contexto, a emergência de novos



atores coletivos que se organizariam em resposta às ameaças que materializam situações desiguais de vulnerabilidade, como bem destacou Porto (2007, p. 35).

Denota-se, assim, a existência de situações de injustiça ambiental, o que compreende, em sociedades desiguais, os grupos discriminados racialmente e as populações de baixa renda, ou seja, grupos vulneráveis e marginalizados que são obrigados a arcar com a maior carga dos danos ambientais oriundos do processo de desenvolvimento. Logo, a concepção de justiça ambiental seria edificada a partir de experiências das lutas protagonizadas por grupos vulneráveis e marginalizados nos Estados Unidos. Segundo Acselrad (2004), visava-se edificar uma situação de justiça ambiental, tratando-se, portanto, em uma busca do tratamento do justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independente de sua raça (etnia), cor, origem ou renda, no que atina à elaboração do desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais.

Em uma perspectiva histórica, a origem do movimento pela justiça ambiental rememora ao caso *Love Canal*, ocorrido na cidade de Búfalo (Nova Iorque). “Trata-se de uma população de operários, predominantemente branca que se descobriu a viver sobre um canal coberto que havia sido utilizado como local de despejo de uma grande quantidade de resíduos tóxicos” (SILVA, 2011, p. 03). Cuida destacar que este caso desencadeou uma ampla mobilização social, contudo, sem considerar diretamente as questões raciais e de classe presentes na injusta distribuição dos benefícios e danos ambientais. Alguns autores, a exemplo de Robert Bullard (2004), não consideram que o movimento por justiça ambiental teve sua gênese e afirmação em 1982, quando moradores da comunidade negra de *Warrem County* (Carolina do Norte) descobriram que um aterro tóxico seria instalado em sua vizinhança, desencadeando protestos.

Ao lado do apresentado, Herculano (2006) destaca que, em 1983, um primeiro estudo demonstraria que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos correspondia e acompanhava a distribuição territorial das etnias pobres dos Estados Unidos. A partir do exposto, o termo *racismo ambiental* passou a ser empregado para designar a imposição desproporcional, intencional ou não, de rejeitos perigosos às comunidades de cor. Em complementação, Herculano já assentou que:

Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem



os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (HERCULANO, 2006, p. 11).

Alier (2007) destaca que, em um contexto norte-americano, a luta contra o racismo ambiental seria a mais robusta manifestação da busca pela justiça ambiental, todavia, o autor vincula a utilidade do termo à tradição de lutas antirracismo nos Estados Unidos. Desta feita, a partir da ótica em comento, fora do contexto de seu nascedouro, o termo racismo ambiental não seria o mais adequado. Por seu turno, o conceito de justiça ambiental seria tomado como mais abrangente e, portanto, dotado de maior funcionalidade, como Acelrad (2004) já explicitou. “No Brasil, a Rede Nacional de Justiça Ambiental declararia considerar o termo justiça ambiental um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento” (SILVA, 2011, p. 04).

É oportuno consignar que a Rede Nacional de Justiça Ambiental reconhece também como aplicável ao contexto brasileiro a terminologia racismo ambiental, bem como mantém um grupo de trabalhos em tal âmbito. No mais, o reconhecimento do racismo ambiental, abordado como conceito autônomo, mesmo que compreendido como uma manifestação da injustiça ambiental, coloca em evidência a necessária análise dos fatores raciais nas situações de injustiça, porquanto uma abordagem predominantemente classista acabaria por encobrir e naturalizar o racismo na sociedade brasileira. Na condução do presente, optou-se por estabelecer que, ainda que o racismo e as questões possam não ser a base de análise de todas as situações em que se identifica a materialização da injustiça ambiental, haverá, com efeito, aquelas que serão incompreensíveis sem sua consideração.

### **O racismo ambiental no território nacional**

Em um primeiro momento, ao se debruçar sobre a temática do racismo no Brasil, é imprescindível considerar que a realidade nacional é dotada de um sucedâneo de peculiaridades. Ora, não é possível falar em raça ou racismo sem que seja considerado o regime de escravidão vigente durante séculos e a resistência negra a este regime, o processo colonial, a longa submissão à dominação de determinados grupos étnico-raciais e as especificidades do processo abolicionista, a instauração de uma república que deixou à margem a população negra liberta e que foi caracterizada por processos autoritários, os longos anos de ditadura militar e o processo de redemocratização construído arduamente por meio das lutas dos movimentos sociais, como bem explicita Silva (2011).



Segundo Selene Herculano (s.d., p. 01), “racismo é a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como não semelhante, imputando-lhe uma raça”. Tal luta faz com o dito “inferior” sofra física ou moralmente. O racismo é ainda um assunto presente em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, e ainda mais presente no Brasil. Trata-se, com efeito, de uma visão distorcida que estabelece a superioridade a partir da ultrapassada que uma “raça humana” tende a ser superior a outra. Neste aspecto, é possível, em um primeiro momento, estabelecer que as minorias étnicas, tradicionalmente, são objeto de um pensamento racista, calcada na superioridade ora aludida. A temática do racismo ambiental e os casos que vem sendo denunciados no contexto nacional colocam em pauta a existência do racismo no país, porém, um racismo que se exterioriza de maneira bastante diversa da forma que ocorreu e ainda ocorre nos Estados Unidos. No mais, consoante Guimarães (1999), a ideia do não racialismo, que integrou a construção da moderna nacionalidade brasileira, teria sido engenhosamente equacionada ao antirracismo, de maneira que a negação da existência de raças que implicasse a própria negação do racismo. “Todo este contexto de extrema ambiguidade em que se desenvolve o racismo brasileiro atua dificultando a ação dos movimentos, a realização de um debate alargado e a efetiva tomada de medidas por parte das políticas públicas” (SILVA, 2011, p. 06).

No que toca ao racismo ambiental, em realidades nas quais as desigualdades alcançam maior destaque, a exemplo do Brasil e seu cenário social multifacetado, dotado de contradições e antagonismos bem peculiares, a universalização da temática de movimentos sustentados pela busca da justiça ambiental alcança vulto ainda maior, assumindo outras finalidades além das relacionadas essencialmente ao meio ambiente, passando a configurar os anseios da população diretamente afetada, revelando-se, por vezes, ao pavilhão que busca minorar ou contornar um histórico de desigualdade e antagonismo que se arrasta culturalmente.

Há que se reconhecer que se trata de um discurso pautado na denúncia de um quadro de robusta injustiça social, fomentado pela desigual distribuição do poder e da riqueza e pela apropriação, por parte das classes sociais mais abastadas, do território e dos recursos naturais, renegando, à margem da sociedade, grupamentos sociais mais carentes, lançando-os em bolsões de pobreza. É imperioso explicitar que os aspectos econômicos apresentam-se, no cenário nacional, como a flâmula a ser observada, condicionando questões socioambientais, dotadas de maior densidade, a um patamar secundário.



O contexto brasileiro é marcado por fatores determinantes para a compreensão das relações raciais que são estabelecidas no país, já que não se poderia falar em raça ou racismo sem se considerar o regime de escravidão vigente durante séculos e a resistência negra a este regime, o processo colonial, a longa submissão à dominação de determinados grupos étnico-raciais e as especificidades do processo abolicionista, a instauração de uma república que deixou à margem a população negra liberta e que foi marcada por processos autoritários, os longos anos de ditadura militar e o processo de redemocratização construído arduamente através das lutas dos movimentos sociais (SILVA, 2012, p. 92).

O cenário singular existente no território nacional acaba por gerar também certa desconfiança quanto à aplicabilidade e à utilidade do conceito de racismo ambiental. Mais que isso, grande parte dos movimentos negros no país encontra na utilização do termo racismo ambiental uma busca pela minimização do racismo em si, porquanto a qualificação *ambiental* poderia restringir, segundo tal percepção, o conteúdo mais amplo e institucional das práticas racistas da sociedade brasileira. No que toca à concepção de racismo ambiental, sobretudo no meio rural, são expressas por fortes dicotomias centrais criadas pela modernidade ocidental, que coloca de lados distintos das linhas divisórias a natureza e a cultura, o tradicional e o contemporâneo e o selvagem e o civilizado. Ao lado do exposto, o racismo é edificado por meio da diferenciação, estabelecida entre aqueles que estão incluídos em uma dada sociedade e aqueles que estão excluídos, materializando a distinção entre incluídos e excluídos, dentro e fora, numa espécie de defesa contra aquilo que é diferente, contra um outro sempre encarado como inimigo.

No Brasil há um constante confronto entre grupos que representam interesses econômicos e visam empreendimentos através da ocupação, utilização e transformação destes recursos e, portanto, do ambiente, bem como populações cuja história, modo de vida e sobrevivência são indissociáveis dos seus locais de habitação. “Estes espaços são concebidos de maneira simbolicamente distinta por estes dois grupos, e o ambiente torna-se assim, um campo de disputa não somente simbólica, mas também material, vez que se estabelecem conflitos referentes à sua ocupação e destinação” (SILVA, 2011, p. 08). Ora, trata-se, aqui, de conflitos desencadeados por racismo ambiental, na proporção em que surgem quando grupos etnicamente marcados e vulnerabilizados se deparam com a chegada do estranho, fortemente marcada pela chegada de novos empreendimentos responsáveis pela ruptura de um modo de vida local.



### **Racismo ambiental: a utilidade analítica do conceito**

Diante das ponderações apresentadas até o momento, faz-se imprescindível analisar o impacto social das questões ambientais e que são responsáveis por explicitar um complexo sistema de reprodução de desigualdades e de exclusão social. No território nacional, a assunção de bandeiras de luta como a justiça ambiental e o combate ao racismo ambiental comporta o repensar da organização da sociedade, tal como alimenta a emergência e fortalecimento de movimentos sociais com este enfoque, promovendo uma articulação das lutas que surgem inicialmente numa seara local e se somam a questões a nível global. No mais, é oportuno destacar que a identificação de casos de injustiça ambiental e a reflexão acerca das convergências e das diferenças existentes entre a situações representadas no território nacional apontam para uma presença extremamente forte de componentes étnico-raciais que devem ser computadas, explicitando, dessa forma, a operacionalidade e a indispensabilidade do termo racismo ambiental no contexto brasileiro.

Os conceitos de justiça ambiental e de racismo ambiental refletem uma maciça preocupação no tocante a uma justa distribuição dos recursos naturais na sociedade, porém, o que os diferencia é, sobretudo, a forma de conceber as origens das injustiças ambientais. Silva (2011) vai ponderar que a concepção de justiça ambiental encontra-se bastante associada ao caso *Love Canal* e que foi protagonizado por um grupo de operários brancos e suas famílias devido à contaminação do solo urbano. Em tal situação, a ausência de questões raciais remete a uma análise que seria aquela predominantemente adotada quando se emprega o conceito de justiça ambiental: uma ótica de classe que trata os sujeitos que sofrem injustiças ambientais como integrantes de uma mesma minoria. Assim, a concepção de justiça ambiental pretende-se aglutinadora, utilizando, conjuntamente, as terminologias raça, cor, origem e renda. Ora, analisando os objetivos das lutas por justiça ambiental e das lutas contra o racismo ambiental, é possível alcançar diversos pontos comuns, em especial o ideário de um tratamento justo e não discriminatório quanto à partilha dos recursos e riscos naturais, quanto ao direito de se viver em ambientes urbanos e rurais saudáveis e de participar de decisões quanto à utilização dos espaços naturais. Cuida, então, questionar qual a necessidade ou utilidade do conceito de racismo ambiental se aparentemente o conceito de justiça ambiental consegue abarcar todas as lutas.

O racismo ambiental tem como ponto de gênese a revolta de moradores negros de *Warren County*, em 1982, contra a instalação de um depósito de rejeitos de sítios



contaminados. A concepção de racismo ambiental tem seu cerne direcionado à injustiça racial e na evidência de que grupos racializados sofrem, de maneira desproporcional, os custos sociais de maneira geral. Para Pacheco (2006), a concepção de racismo ambiental aproxima e edifica parcerias entre grupos que vêm atuando de forma atomizada e até antagônica, bem como remete à questão da retomada da utopia e da necessidade de revisão das concepções de mundo desses grupos em luta. Em complementação ao exposto, Herculano (2006) aponta que o emprego da locução racismo ambiental acena para uma utilidade prática no campo jurídico, na medida em que no Brasil o racismo é tipificado como crime, havendo, portanto, uma institucionalidade já constituída e reafirmando a necessidade de unificação de lutas que compreendem questões raciais nos mais diversos domínios. Contudo, faz-se mister também refletir acerca das possíveis desvantagens quanto ao emprego do conceito.

Em um contexto de um país que convive com o mito da democracia racial e em que a afirmação da ampla miscigenação induz a construção da ideia de inexistência do racismo, ocorreria um efeito exatamente contrário ao da unificação das lutas, porquanto, em tal cenário, corre-se o risco de que o conceito seja assimilado como uma bandeira bastante específica de alguns grupos étnicos, abstraindo outros grupos e fragmentando a luta contra as injustiças ambientais. “A possibilidade de utilização do termo racismo ambiental de maneira generalizante adviria de uma interpretação que concebe o racismo como englobando todas as pessoas que de alguma forma são deixadas à margem da sociedade” (SILVA, 2011, p. 13), na constituição de uma espécie de *raça inferior*, compreendendo negros, pobres, índios, enfim, grupos étnicos e socialmente vulnerabilizados de maneira geral.

Entrementes, considera-se que a utilização do conceito em destaque para todos os tipos de injustiças ambientais desencadearia sérios riscos no que toca à dispersão de grupos que, não se identificando com o conceito, acabariam por procurar outras bandeiras de luta. Concomitantemente, é extremamente importante se atentar para o fato de que, no campo das ciências sociais, é preponderante que a análise dos casos que envolvem reproduções de injustiças no campo ambiental considerem que as pessoas que sofrem tais injustiças, muitas vezes, representam grupos que possuem uma série de especificidades, cuja compreensão não ocorre de maneira satisfatória por meio de uma abordagem meramente classista, sendo, portanto, de extrema utilidade o termo racismo ambiental, em confluência com o termo justiça ambiental, para determinados casos que envolvem grupos étnicos ou populações racializadas.



### **O clamor pelo reconhecimento do conflito entre o desenvolvimento econômico e a comunidade tradicional de Monte Alegre**

Muitas são as comunidades quilombolas existentes no Brasil. Embora não exista um número oficial com o número de comunidades, estas já são mais de 3.000 (três mil) comunidades, sendo mais de 1.500 (mil e quinhentos) certificadas pela Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2016). O quilombo significa local de pouso ou de descanso nas línguas quimbundo e umbundo, línguas tradicionais da região da Angola. Por séculos, o quilombo era tratado apenas como locais isolados nos quais negros fugitivos da escravatura se refugiavam. Atualmente a legislação brasileira reconhece que para ser considerada uma comunidade quilombola, esta tem que se autoidentificar como tal. Não é mais necessária a ideia de que apenas comunidades isoladas do centro urbano e formadas por negros fugitivos que seriam classificadas como quilombo, vê-se hoje quilombos próximos e até mesmo inseridos em meios urbanizados. O conceito de quilombo precisou transformar-se para dar conta da realidade atual dessas comunidades, que não são simplesmente um repositório de memória e história, mas também sujeitos concretos que precisam ser incluídos socialmente no que diz respeito a suas tradições.

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômica política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, 1980, p.32).

Há que reconhecer, contudo, que é observável, sobretudo em relação às comunidades quilombolas, um cenário de desigualdade racial, relacionado diretamente com a problemática da justiça ambiental e caracterizam, de maneira ofuscante, casos de racismo ambiental, “pois determinam um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros e uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos” (Silva, 2011, p. 05). No Estado do Espírito Santo a situação tende a ser mais complexa, porquanto das 100 (cem) comunidades quilombolas identificadas, 68 (sessenta e oito) reconhecidas e 38 (trinta e oito) certificado, nenhuma foi titulada. Ao lado disso, há que se acrescentar a realidade vivenciada

por centenas de comunidades quilombolas que protagonizam uma dramática luta para superar as mazelas do racismo e conseguir a regularização da posse das terras em que vivem.

I ENCONTRO ESTADUAL DE GRUPOS  
COMUNITÁRIOS DE MULHERES QUILOMBOLAS  
[SÃO MATEUS] [ESPÍRITO SANTO] [BRASIL]



**Figura 01.** Cartaz do I Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/carta-politica-encontro-de-mulheres-quilombolas-no-es/>>. Acesso em 26 nov. 2016.

Nos dias 11 (onze) e 12 (doze) de dezembro de 2014 (dois mil e quatorze), aconteceu em São Mateus o I Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas, culminando na expedição da Carta Política do Encontro de Mulheres Quilombolas. Neste encontro, foi abordado o preconceito e dificuldades enfrentados pelas comunidades quilombolas, sobretudo, com a mulher quilombola. Dentro das denúncias feitas por elas, foi destacada o racismo ambiental sofrido pelas comunidades. Vítimas do avanço da monocultura do agronegócio de eucalipto ou cana, e das mineradoras e petroleiras. Diante destas dificuldades, viu-se a necessidade de publicar uma carta política onde foram retratadas todas as dificuldades da mulher quilombola no estado do Espírito Santo. Juntamente com o retrato das dificuldades, foi publicada também as exigências da comunidade. Entre as quais estão inseridas: A demarcação e titulação dos territórios quilombolas; construção de postos de saúde nas comunidades; construção de escolas quilombolas abrangendo da educação infantil ao ensino médio; entre outros direitos. Igualmente, o encontro trouxe à lume o debate sobre o racismo ambiental, explicitando que “a força do grande capital ameaça cada vez mais nossa permanência em nossas terras e assim como outros territórios tradicionais somos tidos como as últimas fronteiras para a expansão destes grandes projetos como o agronegócio dos



monocultivos de eucalipto, cana, mineradoras e petroleiras” (DEALDINA; MELCA, 2016, s.p.).



**Figura 02.** I Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/carta-politica-encontro-de-mulheres-quilombolas-no-es/>>. Acesso em 26 nov. 2016.

Localizada aproximadamente a 37 (trinta e sete) quilômetros do centro de Cachoeiro de Itapemirim-ES, a comunidade Quilombola de Monte Alegre formada por descendentes de escravos, supostamente originários da Angola e escravizados nas fazendas que havia naquela localidade durante o século XIX. Ainda no século XIX, com a abolição da escravidão, algumas famílias adquiriram terras na localidade de Monte Alegre. É observável na região em que a comunidade se encontra inserida o desenvolvimento da monocultura de eucalipto, o que gera sérias privações para as populações locais relativamente às possibilidades de novas oportunidades de ocupação produtiva e, assim, a população economicamente ativa encontra-se sem ocupação, faltam serviços sociais básicos na região e a oferta e valor dos serviços e produtos não são acompanhados pelo aumento da renda da população. Ao lado disso, o desenvolvimento de um desigual crescimento da economia na região favorece problemas ambientais e culturais que afetam diretamente a Comunidade de Monte Alegre, que convive com a crescente degradação do ambiente em que buscam meios de sobrevivência. Trata-se de



um modelo concentrador de terras e da economia, caracterizado pelo desenvolvimento da monocultura - predominantemente de eucalipto - gerando o esgotamento do solo.

A comunidade enfrenta dificuldades de toda ordem: não existe saneamento básico; a água é captada em poços artesianos e os esgotos despejados em fossas; não há telefonia; o acesso é prejudicado devido às condições precárias das estradas; há apenas uma escola de ensino fundamental; a coleta de lixo é semanal e são raros os programas ou ações públicas voltadas à geração de emprego e renda (CORREA; COSTA; BALBINO, 2007, p. 46).

Atualmente, na localidade, as famílias utilizam de atrativos culturais para conseguir a sobrevivência da comunidade, bem como manter vivas as tradições caracterizadoras da população tradicional. Entretanto, é forçoso o reconhecimento que “grandes empreendimentos poluidores colocam em risco os territórios das comunidades quilombolas, o que provoca o racismo ambiental, ou seja, injustiças sociais e ambientais que recaem sobre grupos étnicos historicamente vulnerabilizados” (DEALDINA; MELCA, 2016, s.p.). Como forma de combater o êxodo rural, desde 2004, o grupo Bicho do Mato, organizado por famílias da localidade, promove estas atrações culturais, sendo elas apresentação de capoeira, dança afro, peças teatrais e aquele que seria, por muitos, considerado como o pilar da cultura quilombola, a história oral. Através dessas manifestações, a comunidade busca o sustento da cultura e das famílias ali presentes, bem como resiste o fortalecimento da monocultura de eucalipto e os efeitos da degradação ambiental que é submetida.

### **Considerações finais**

À luz do exposto, as lutas por justiça ambiental e contra o racismo ambiental não podem ocorrer de maneira divorciada, é a união que lhes confere potencialidade na identificação e combate de injustiça. Porém, as lutas compreendendo as questões ambientais e a sociedade, no território nacional, ultrapassam, comumente, as discussões a respeito de tais conceitos. As questões que orbitam que desencadeiam a reflexão acerca da forma se dá a elaboração das políticas e das tomadas de decisão em matéria ambiental, na proporção em que estas acabam por representar as relações e acordos de poder da sociedade predominante e de suas instituições, ofertando privilégios às empresas e às classes favorecidas e, de outro ângulo, prejudicando os grupos étnico-raciais socialmente vulnerabilizados. Mais que isso, faz-se imprescindível questionar quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais. Esta é uma questão proeminente na análise do racismo ambiental, porquanto é



geradora da institucionalização da aplicação desigual da legislação, da exploração da saúde humana para a obtenção de benefícios de aspectos econômicos, da legitimação da exposição humana a produtos químicos nocivos, agrotóxicos e substâncias perigosas, da imposição de exigências de provas às *vítimas* e não às empresas poluentes, do favorecimento do desenvolvimento de tecnologias perigosas, da exploração da vulnerabilidade de comunidades que são privadas de seus direitos econômicos e políticos, dentre outros.

Nesta linha, ainda, de exposição, denota-se que tanto a ação quanto a inação dos governos leva a uma institucionalização do racismo ambiental que precisa ser repensada e combatida para se erigir um estado de justiça. Ao lado disso, muitos são os problemas que reclamam uma solução e questões que buscam respostas, todavia, é clara a necessidade de se considerar estreitas as relações entre raça, pobreza e poluição, tal como de se valorizar os conhecimentos locais das populações sobre os ambientes, porquanto são extremamente relevantes se o que se tem em mente é redesenhar a política ambiental para que esta construída de maneira não discriminatória.

Ao se analisar os conflitos envolvendo o racismo ambiental, são observáveis que as comunidades quilombolas, a exemplo de minorias historicamente vulnerabilizadas e ausentes nas arenas responsáveis pela tomada de decisões, sofrem diretamente com os impactos advindos dos empreendimentos econômicos e com a omissão do Estado. Ao lado disso, não se pode esquecer que, comumente, as tradições e aspectos peculiares das comunidades não são reconhecidos pelo Poder Público, pelas empresas e pelas organizações, desdobrando-se em projeto que são construídos para as comunidades quilombolas sem que haja a respectiva presença. A realidade vivenciada pela Comunidade Quilombola de Monte Alegre, localizada no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, apresenta-se como característico caso de racismo ambiental, sofrendo os avanços típicos dos empreendimentos, tais como agronegócio, mineradoras e petroleiras, que encaram os territórios das comunidades quilombolas, de maneira geral, como as últimas fronteiras a serem ultrapassadas.

### Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henry (Org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL. *Ministério da Cultura* - Palmares Fundação Cultural. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/1-crqs-certificadas-ate-10-06-2013.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2016.



BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henry; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). *Justiça Ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

COMUNIDADE *Quilombola de Monte Alegre*. Disponível em: <<http://comunidadequilombolademontealegre-es.blogspot.com.br/>>. Acesso em 26 nov. 2016.

CORREA, Wellington; COSTA, Marco Aurélio Borges; BALBINO, Marcos. Programa transdisciplinar para o desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Monte Alegre. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v. 1, n. 2, p. 4-53, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/23705>>. Acesso em 26 nov. 2016.

DEALDINA, Selma; MELCA, Fabíola. *Mulheres quilombolas do Espírito Santo denunciam sofrer racismo ambiental*. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/mulheres-quilombolas-do-es-denunciam-sofrer-racismo-ambiental/>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. *ANAIS...*, Fortaleza, 20 a 22 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/la-comoca.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. *Racismo ambiental, o que é isso?*. Disponível em: <[http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/Racismo\\_3\\_ambiental.pdf](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/Racismo_3_ambiental.pdf)>. Acesso em 26 nov. 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PACHECO, Tânia. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. *ANAIS...*, Fortaleza, 20 a 22 nov. 2006.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e Justiça: racismo ambiental no contexto brasileiro. In: XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais. *ANAIS...*, 07-10 ago. 2011, p. 01-16. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306222361\\_ARQUIVO\\_racismoambientalsalvador.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306222361_ARQUIVO_racismoambientalsalvador.pdf)>. Acesso em 26 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Ambiente e Justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *E-cadernos*, n. 17, 2012, p. 85-111. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1123>>. Acesso em 26 nov. 2016.



### MORTALIDADE NO SÉCULO XIX (1859 E 1860): O CONTRASTE ENTRE A POPULAÇÃO LIVRE E CATIVA NA REGIÃO DE CAMPOS.

Rafael Strozi<sup>8</sup>  
rafael.strozi@gmail.com

Edimilson Antônio Mota<sup>9</sup>  
uffmota@gmail.com

#### RESUMO

Este trabalho<sup>10</sup> busca analisar, descrever e comparar a relação de óbitos das pessoas livres e não livres (cativas) na cidade de Campos dos Goytacazes entre os anos de 1859 e 1860, extraindo informações da população deste período, em que o trabalho escravo era permitido no Brasil. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental. A fonte pesquisada foi os exemplares do jornal "O Monitor Campista" do acervo do Arquivo Municipal de Campos. Com a obtenção dos resultados, podemos concluir que, sim, há uma diferença significativa nesses números, na comparação dos dois anos, principalmente na faixa de idade onde o trabalho se fazia muito mais intenso – 40 a 60 anos.

#### Introdução

Sabemos que a cidade de Campos dos Goytacazes – RJ recebeu e comportou um grande número de mão de obra escrava africana, para o trabalho braçal e pesado e, que por muito tempo, a cidade utilizou deste trabalho para uma ascensão econômica dos antigos engenhos e dos grandes proprietários de terra da região.

Saint-Hilaire (1941, pag. 398), em visita à cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, relata em seu livro que em 1820 havia no distrito de Campos mais de 400 engenhos de açúcar e cerca de 10 destilarias. Em 1769, não havia mais que 56 usinas.

Percebe-se, então, que, em um período de aproximadamente 50 anos, o número de engenhos para a produção de açúcar cresceu absurdamente na cidade.

O desejo dos habitantes era de se tornar um “senhor do engenho” a qualquer custo (SAINT-HILAIRE, 1941; Pag. 402). Sendo assim, as plantações e alguns engenhos não era uma exclusividade dos grandes senhores, mas também dos pequenos proprietários que,

<sup>8</sup> Graduando em Geografia pela UFF (Universidade Federal Fluminense) Campos e bolsista PIBID.

<sup>9</sup> Professor Doutor do Departamento de Geografia da UFF Campos.

<sup>10</sup> Projeto de pesquisa vinculado ao PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) com financiamento CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).



mesmo com suas propriedades bem reduzidas, faziam seus plantios. Esta configuração também refletia na venda e no escoamento da produção do açúcar. “O comércio para fora da cidade pertencia aos proprietários mais ricos, enquanto os outros vendem para comerciantes da região” (SAINT-HILAIRE, 1941). Ainda para o mesmo autor, enquanto os grandes senhores de engenho dispunham de um grande número de escravos, os pequenos proprietários precisavam trabalhar na produção para suprir a mão de obra que não possuíam, ou, se dela desfrutavam, era em número reduzido e, “para mantê-los, os proprietários são obrigados a renunciar uma vida ociosa; o pai de família, sua mulher e seus filhos participam da cultura da terra ou da fabricação do açúcar” (SAINT-HILAIRE, 1941; p. 403).

O trabalho pesado e as péssimas condições de vida a que os escravos eram submetidos, fazia crescer o índice de mortalidade na cidade. Quanto à morte dos homens livres, está muito relacionado às doenças e epidemias recorrentes – e, pouco devido ao trabalho pesado - que atingiam toda a população, de livres e cativos.

Dito isto, faz-se necessário um estudo sobre as populações da época. Para tal, foram utilizadas algumas considerações da Demografia Histórica.

### **A igreja católica como instituição de controle e a importância da demografia histórica para o estudo das populações**

Durante um período de aproximadamente três meses, o grupo de pesquisa PIBID, buscou no Arquivo Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, anúncios relacionados a aluguel, venda, fuga, óbitos, casamentos e batizados de escravos, e os temas foram divididos conforme as pesquisas de cada bolsista.

Neste breve trabalho, busco fazer de forma simples a comparação dos óbitos, entre os anos de 1859 e 1860. Faço então a seguinte questão: Há uma diferença significativa no número de óbitos de pessoas livres e cativas durante este período?

A partir dos resultados da manipulação do conjunto de dados obtidos, foram extraídas informações sobre os processos e número de óbitos, com estes divididos em faixa etária, e também foram avaliadas as variações entre um ano e outro para se obter informações e comparações através delas.

Esta análise foi realizada a partir de tabelas ou “Mapas estatísticos” (como o próprio jornal mostra) encontradas trimestralmente entre os anos de 1859 e 1860.



As tabelas estão disponíveis no jornal Monitor Campista, em que se encontram os dados necessários para a realização desta pesquisa, e foram disponibilizadas pela Igreja de São Salvador, que na época recebia o nome de Freguesia de São Salvador, onde hoje funciona a Catedral e Sede da Diocese de Campos dos Goytacazes – RJ, sempre ligada a Igreja Católica de Roma.

A partir da Contra Reforma, ocorrida numa fase da história em que surgem denominações protestantes que vão contra a doutrina e os ensinamentos da Igreja, se faz necessário um controle maior sobre a população católica no mundo.

Segundo Marcilio (2004), “a Igreja Católica precisava conhecer claramente quais eram seus membros” e, foi no Concílio de Trento (1545-1563) que “ficou decretado que cada Cura (padre) passaria a ser responsável pelo registro de cada Batismo e Matrimônio celebrado em sua paróquia” (MARCILIO, 2004) e ainda completa sobre os registros de óbitos como sendo também uma preocupação da Igreja - embora um pouco tardia em relação aos processos de batismos e de matrimônios -, “para evitar abusos, como a bigamia (quando um dos esposos casava-se novamente, como se fosse a primeira vez)”.

O Papa Paulo V, em 1614, através do *Rituale Romanum* estende então a obrigatoriedade do registro aos óbitos, além de impor o *Liber Status Animarum*, uma espécie de censo periódico das paróquias, com o levantamento nominal e por família, de seus membros e agregados maiores de sete anos. (MARCILIO, 2004)

Para o registro de batizados e casamentos, os dados pedidos as famílias eram muitos, fazendo com que os acentos (registros em livro) se tornassem ricos em informações. Porém, “o registro dos óbitos não eram tão rigorosos e iguais. Bastava registrar a data do falecimento, o nome do morto e seu estado civil” (MARCÍLIO, 2004). Em alguns casos se dizia qual era sua naturalidade, idade e atividade que exerceu, bem como a causa da morte e, ainda, se havia deixado algum testamento em vida (Id).

Assim como o Estado, a Igreja Católica era na época e ainda é hoje (com menor intensidade) um grande agente modificador do espaço geográfico e consentia o trabalho escravo em tal medida que enxerga este indivíduo como uma posse de alguém e, sendo assim, sem importar com a cultura e religião desta pessoa, impunha a sua própria doutrina, obrigava os donos a batizarem seus escravos, e estes deviam prestar culto aos santos e divindades católicas.



Então, havia também o registro destas pessoas que, mesmo de outra matriz religiosa, deveriam ser fiéis ao catolicismo.

No caso da cidade de Campos, estes livros de registros estão presentes e muito bem conservados nos arquivos da Catedral de São Salvador. Logo nota-se a segregação da sociedade da época para com o escravo e as pessoas livres na separação dos livros. Os acenos de registros de batismo, casamento e óbito da população escrava é separado, ou seja, o registro de um escravo não era escrito num livro comum, junto com as outras pessoas, aos outros fiéis, mas sim num livro específico, denominado: “Escravos”.

Para a demografia histórica, este tipo de documento é essencial para perceber a:

Riqueza de informações contidas nesses balanços de primeira ordem, para a reconstrução da história social e cultural das populações e a potencialidade de explorações que permitam desvendar o passado em várias direções. Pobres e ricos, plebeus e nobres, brancos, negros e índios, homens e mulheres, todos sem exceção, quando batizados, casados ou falecidos, tinham esses fatos vitais registrados em livros especiais, que eram conservados pela Igreja. (MARCILIO, 2004).

A preocupação da Igreja Católica em controlar o número de seus fiéis registrando nominalmente os seus membros, fez com que hoje tenhamos dados que nos ajudam a entender a realidade das populações da época, já que não existia um censo demográfico tão específico como temos hoje. É necessário também elucidar que esses dados não são necessariamente de toda a população, mas na época, a Igreja e Estado não eram separados, logo o catolicismo era a religião oficial, então, a grande maioria das pessoas da época passaram por estes registros. Para Marcilio (2004) “o registro da paróquia era de caráter religioso e ao mesmo tempo, um ato civil de cada indivíduo”.

### **Algumas considerações sobre a mortalidade no século XIX**

No final da manipulação dos dados, se obteve alguns resultados que mostram a diferença nas taxas de óbito e um contraste entre as pessoas livres e cativas na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, entre os anos de 1859 e 1860.

Posso dizer – respondendo a minha própria questão - que há uma diferença significativa nas taxas de óbitos entre livres e cativos durante este período.

Para Nadalin, (2004, p. 132) “era a morte que exercia os efeitos determinantes para se entender os regimes demográficos do passado”. Na sociedade colonial há “restrições e



oportunidades demográficas semelhantes e diferenciadas” (Id, p. 133), tendo que se considerar as regionalidades, as configurações econômicas e camadas sociais.

Para a Demografia Histórica, “a morte, a doença, as epidemias mortíferas do passado foram outros tantos estudos que vieram à luz” (MARCILIO, 2004).

As diferenças sociais marcantes ante a doença e a morte, a sinalização de anos e do volume de certas epidemias que assolaram as populações do passado, o mundo do trabalho e de suas profissões e ocupações no Brasil antigo, foram temas e realidades maiores e muitas vezes pioneiros desvendados pelos estudos de Demografia Histórica. (MARCILIO, 2004)

Como já foi dito, há uma estratificação social muito marcante nas relações destas populações. De um lado, o grande senhor do engenho como a elite colonial e, de outro, os escravos, que a estes senhores pertenciam. “Sua relativa duração – hierarquia social – interferiria de forma negativa na dinâmica das relações sociais” (NADALIN, 2004, p. 150).

Na soma das Faixas Etárias dos três primeiros trimestres de cada ano (1859 e 1860), foi possível observar que o número de óbitos de pardos e pretos cativos é em sua grande maioria superior em relação aos brancos, pardos e pretos livres. Em apenas alguns casos o número de pessoas livres passam os cativos. Podemos relacionar a grande quantidade de óbitos de pessoas cativas com o pesado trabalho braçal e possivelmente uma má alimentação e pouca preocupação com a saúde, entre todas as outras péssimas condições de vida em que o escravo estava submetido.

Saint-Hilaire (1941, p.403) deixa claro que os proprietários não estão nenhum pouco preocupados com os escravos, mesmo por vezes realizando o mesmo trabalho. Faz questão também de esclarecer que estes proprietários “Querem fazer açúcar cada ano mais, e assim sobrecarregam os negros de trabalho, e

“Existem perto da cidade de Campos várias fazendas onde se veem escravos doentes em consequência dos maus tratos recebidos, ao mesmo tempo em que há sempre pessoas à procura de escravos, evadidos em consequência da insuportável vida que levam.” (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 403)

É importante dizer que as tabelas mostravam pessoas pardas e pretas livres, que também foram contabilizadas junto à categoria de brancos livres.

Segundo Saint-Hilaire (1941, p. 405) o número de homens e mulheres escravos estava acima da população livre, com 17.537 para os escravos contra 14.560 dos ditos livres. Estes



dados remontam o ano de 1816 na cidade de Campos, ou seja, a população de Campos neste ano era formada em sua maioria por escravos.

Nota-se nos resultados das coletas que as mortes são maiores na faixa dos 40 a 60 anos.

No caso das crianças da primeira infância (de 0 a 4 anos) a ocorrência de óbitos são enormes. No ano de 1859, dos 678 óbitos somando-se livres e cativos, 255 crianças morreram, ou seja, cerca de 40 % de todas as mortes daquele ano foi de crianças. Nos três primeiros trimestres de 1860 o caso se repete. Foram 190 óbitos de crianças durante a primeira infância, do total de 520 pessoas, totalizando uma taxa percentual de pouco mais de 36%.

Sem falar nas doenças e epidemias que chegavam pelo oceano atlântico,

As evidências assinalam que a mortalidade nas cidades não só era alta, mas também marcada por surtos epidêmicos importantes, como de varíola, febre amarela ou cólera. Estes parecem tornar-se cada vez mais frequentes a partir da segunda metade do século XIX, elevando os picos de óbitos nos aglomerados urbanos. (NADALIN, 2004, p. 149).

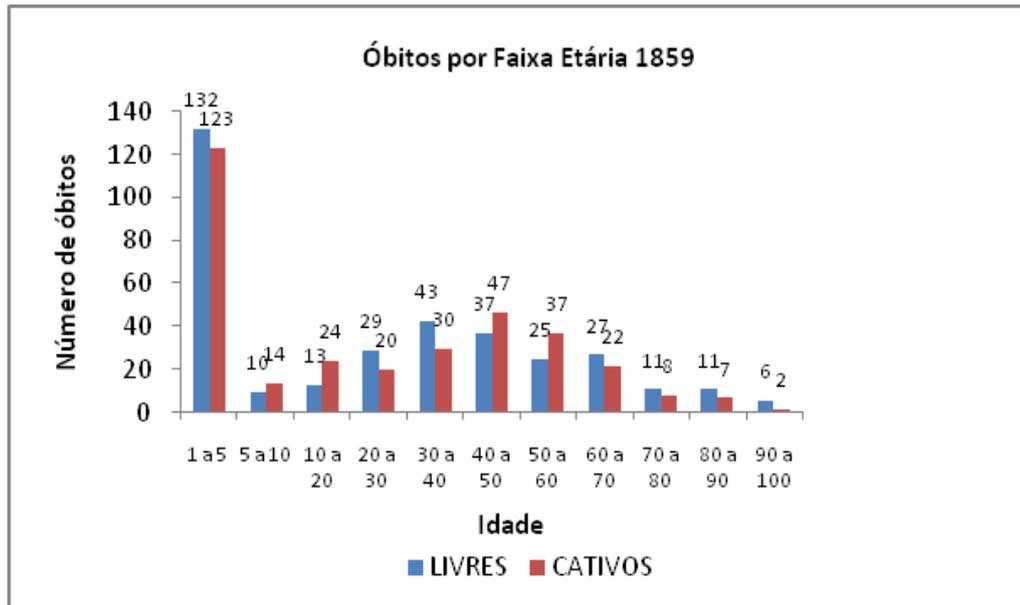
Neste período, a expectativa de vida não é alta e a medicina pouco tinha avançado. Assim, as fragilidades das crianças nos seus primeiros anos devida eram altas, (sem falar das más condições para a criação da criança livre ou escrava) e o trabalho pesado, a má alimentação e as condições extremas em que viviam os escravos adultos, fazia um elevado número de mortes nestas idades.

Sobre a elite colonial, Nadalin (2004, p. 139) diz que a família desta era menos fecunda que a família dos escravos, porém mais extensa.

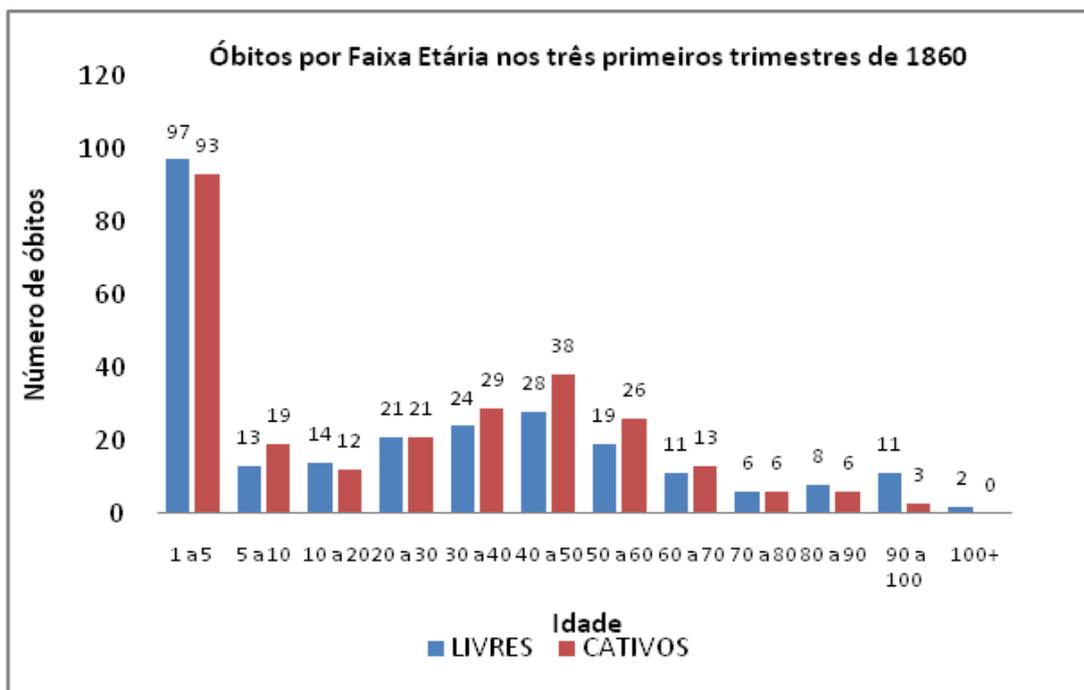
### Gráficos

Os gráficos apresentados a seguir têm o objetivo de elucidar de maneira mais clara os resultados obtidos na pesquisa.

Estes dados foram coletados no Arquivo Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, e está acessível a toda e qualquer pessoa que se sinta interessada. Encontradas nas compilações anuais do jornal Monitor Campista.



**Gráfico 1:** Número de óbitos divididos em faixa etária, sem distinção de sexo. É importante notar que o número de mortes na primeira infância é muito alto. Entre os adultos, observa-se uma elevação no número de mortes entre 30 e 60 anos. Segundo os dados, no geral, 678 pessoas foram a óbito neste ano.



**Gráfico 2:** Número de óbitos divididos em Faixa Etária, sem distinção de sexo, nos três primeiros trimestres de 1860. As taxas da primeira infância continuam altas. Entre os adultos, observa-se uma elevação mais expressiva a partir dos 20 anos. Neste período de 9 meses, 520 pessoas foram a óbito.



### Considerações Finais

Acredito, além disso, ser de grande importância um aprofundamento maior sobre as comparações de batizados, casamentos e óbitos, na época em que o trabalho escravo era permitido, até o seu fim, para que possamos visualizar as grandes - ou pequenas - diferenciações entre livres e cativos, principalmente nas taxas de óbitos, entre livres e cativos em toda a cidade, bem como na região,

Conseguir identificar as particularidades da época, como por exemplo, as grandes epidemias de doenças, onde as taxas de mortalidade se tornavam elevadas e, ao mesmo tempo, fazer a relação entre estas duas (doenças e alta taxa de mortalidade) e, ainda, no modo de vida e trabalho pesado, que era uma das realidades do escravo, interferindo imensamente na sua qualidade de vida, além de compreender a realidade infantil na época.

### Referências

ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Compilação do jornal O Monitor Campista de 1859 e 1860**. Campos dos Goytacazes. Acesso no ano de 2016.

MARCILIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**. Publicada na revista *Varia História*, 31, jan2004:13-20. Disponível em: <http://migre.me/vLpxc>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Revista ABEP Demographicas, vol. 1. Campinas, 2004. Disponível em: <http://abep.org.br/?q=publicacoes/volume-1-2004>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Trad. Leonam de Azeredo Pena. Vol. 210. Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro, 1941.



### VULNERABILIDADE SOCIAL EM DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES<sup>11</sup>

Juliana Bastos Sanguêdo<sup>12</sup>  
julianasanguedo@gmail.com

#### RESUMO

Nos últimos anos uma mudança nos arranjos familiares vem ocorrendo, destacando as famílias *monoparentais* com chefia feminina. Por esse grupo ser historicamente associado a situação socioeconômica mais desvalida esse trabalho tem como objetivo analisar os fatores de vulnerabilidade social mais constantemente encontrados em domicílios chefiados por mulheres. Para isso foram apresentados indicadores relacionados a educação, mercado de trabalho, trabalho doméstico remunerado, habitação e saneamento, pobreza, distribuição e desigualdade de renda para amparar toda complexidade social envolvida no tema. Esses indicadores reafirmaram a vulnerabilidade social do grupo, sendo as mulheres negras chefes de domicílio expostas ao maior risco.

**Palavras-Chave:** Mulher, domicílio, vulnerabilidade e espaço urbano.

#### Introdução

As distinções de gênero e raça são estruturantes da desigualdade social brasileira tendo mulheres e negros piores condições de vida e maiores dificuldades de acesso em diversos setores sociais. Ao passo que as desigualdades entre os gêneros estão diminuindo com o tempo<sup>13</sup> e tendendo a se tornar igualitárias, as desigualdades dentro dos sexos vêm aumentando. O desnível de renda entre mulheres é cada vez maior, e por certo a desigualdade de gênero não as atinge da mesma forma.

Nos últimos anos uma mudança nos arranjos familiares vem ocorrendo dentre esses novos arranjos podemos destacar as famílias *monoparentais*, uma disposição que vem se destacando nos últimos anos. Uma família monoparental é aquela formada por apenas um chefe de família, em sua grande maioria por mulheres que passam por diversas determinações sócio históricas em comum que as colocam em posição de chefia. Dentre essas determinações podemos destacar: “situação de viuvez social (viúvas do tráfico, da AIDs), abandono, separação motivada pela violência doméstica, passando pela ausência temporária do cônjuge

<sup>11</sup> Trabalho apresentado como requisito parcial de aprovação da disciplina Teorias da Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Prof. Dr. Marcelo Werner

<sup>12</sup> Bacharel e Licenciada em geografia. Universidade Federal Fluminense/ PUCG

<sup>13</sup> Segundo Lavinás (1996) se mantiver o ritmo atual da diminuição da desigualdade de gênero em aproximadamente 100 anos a sociedade será equivalente entre os gêneros.



que saiu em busca de trabalho, gravidez precoce na adolescência, objetivação de um projeto de autonomia etc”. (TOLEDO, 2011. p. 2)

Apesar de ser um tema amplamente discutido nos estudos científicos as relações de gênero precisam ser debatidas em diferentes perspectivas devido a tamanha complexidade e profundidade do tema. Sabendo disso, esse artigo tem como objetivo analisar os fatores de vulnerabilidade social mais constantemente encontrados em domicílios chefiados por mulheres. Historicamente, domicílios chefiados por mulheres são frequentemente associados a situação socioeconômica mais desvalida o que reflete em dificuldade na manutenção do domicílio em condições de habitabilidade, colocando essa família em situação de vulnerabilidade social.

### Referencial teórico

Segundo o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *família* é o grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco que vivem numa unidade doméstica. Esse conceito é amplo e abrange alguns dos inúmeros arranjos familiares existentes na sociedade, entretanto, deve ficar claro que a família é uma construção social e sua definição vai variar de acordo com os padrões socioculturais em que a sociedade está inserida. Segundo Cavenaghi e Diniz:

Dependendo do ângulo de análise, a família pode ser vista como: a) unidade de produção (valores de troca) e de reprodução (de indivíduos e valores de uso); b) unidade de reprodução e consumo; c) unidade de indivíduos com laços de consanguinidade; d) unidade de solidariedade, afeto e prazer; e) pessoas que dividem o mesmo teto e a mesma cozinha; f) local da relação dialética entre dominação e submissão; g) rede de parentesco (independente da moradia conjunta); h) espaço de socialização, reprodução ideológica e conflito; etc. (CAVENAGHI e DINIZ, 2004, p. 108)

Especificamente as famílias urbanas são construídas “(...) da combinação entre a produção doméstica de valores de uso e a venda da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1997, p. 12). Ou seja, para que alguns estejam vendendo sua força de trabalho é necessário que outros deem apoio, assegurando o suporte necessário as questões domésticas. “Estas atividades não deixam de ser uma produção de valores de uso, uma forma de economia doméstica, indispensável à reposição da força de trabalho consumida no processo de produção” (BILAC, 1978, p. 22). Nesse âmbito, existe pré-estabelecido funções para cada indivíduo, distinguindo entre provedores e consumidores para a manutenção da família e do domicílio. A divisão sexual do trabalho trata de delegar a função do suporte doméstico as mulheres e de provedor



aos homens. Assim caracterizava-se a familiar tradicional, que além dessa característica também era marcada pela assimetria entre os integrantes (pais e filhos, marido e mulher), baixa mobilidade social e acentuada estabilidade conjugal. (BILAC, 1978)

Porém, nas últimas décadas, mudanças nos arranjos familiares vem ocorrendo, saindo de uma visão tradicional onde o homem representa o principal provedor familiar, para famílias de diferentes arranjos, protagonistas de histórias peculiares marcadas pelos diversos contextos sociais. Essas mudanças vêm sendo pautadas em transformações culturais, sociais e econômicas sendo cada vez mais complexo definir um conceito para família.

Dentre esses novos arranjos familiares é possível destacar as famílias com *responsabilidade* feminina. Segundo Barroso e Bruschini (1981), no Brasil os dados de chefia feminina passaram a se tornar relevantes aos estudos demográficos e sociais a partir da década de 1970<sup>14</sup>, quando passaram a ter um contingente expressivo. Segundo o IBGE os domicílios de responsabilidade feminina representam quase 30% dos domicílios totais em 2010, Safa (1999) descreve que isso tem sido um fenômeno de ordem mundial, e por vezes ainda é encarado como desestruturação de um modelo “correto” família.

É importante destacar que domicílio e família não são a mesma coisa, o conceito de domicílio<sup>15</sup> é mais simples e apesar de também ser uma construção social em termos estrutura não abrange tantas complexidades. Um domicílio pode abrigar mais de uma família, as chamadas famílias complexas<sup>16</sup>. Esse arranjo familiar, dependendo da sua configuração é por vezes utilizado como forma de poupar gastos e garantir a sobrevivência dos integrantes. O que diferencia esse arranjo dos outros é a rede social, já que segundo Bilac (1978) parte destes núcleos serão compostos por filhos e filhas, genros e noras do casal principal que podem ou não querer um novo domicílio. Essa família secundária conta com o apoio da família principal como uma extensão da própria. No caso de chefia feminina em famílias complexas, o arranjo

---

<sup>14</sup> O número de domicílios chefiados por mulheres em 1970 era de 13%, esse número é um representativo geral, não levando em consideração a estrutura etária do indicador. É notório e de ampla repercussão na literatura que devido a maior expectativa de vida das mulheres existem mais domicílios com esse perfil em estruturas etárias mais elevadas.

<sup>15</sup> É o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais para definir a existência de mais de um domicílio em uma mesma propriedade ou terreno são os de separação e independência, que devem ser atendidos simultaneamente. Entende-se por separação quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência, entende-se quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas.

<sup>16</sup> Também nomeados de domicílios coabitados.



mais comum é com mães solteiras que permanecem perto do núcleo familiar principal mas formam, segundo a metodologia do IBGE, uma segunda família.

Dentre a gama de arranjos familiares no qual a chefia feminina pode estar inserida os *domicílios monoparentais* são os que apresentam a maior chance de se enquadrarem em uma situação de vulnerabilidade. O que torna esses domicílios mais suscetíveis a estarem em um estado de vulnerabilidade se deve principalmente pelo acúmulo de funções, sendo a mulher responsável integralmente pelo custeio dos indivíduos, realizando atividades remuneradas fora do domicílio, as atividades domésticas, e o cuidado com os integrantes. Todos os trabalhos, remunerados e não remunerados, exercidos pela mulher acabam levando-a à uma sobrecarga, não sendo possível a execução de todas as tarefas de forma a satisfazer todas as necessidades do lar. Esse fato acaba por deslegitimar e desmotivar a atuação da mulher como incapaz de gerir o domicílio. Para Barroso & Bruschini:

É preciso não esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães-de-família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa (BARROSO & BRUSCHINI, 1981, p.40).

Além disso, os domicílios monoparentais são carregados de uma conotação negativa perante a sociedade patriarcal, onde, independente da história do domicílio pela mulher não estar no seu lugar predestinado a ela é estigmatizada. As teorias de gênero são de extrema importância na tentativa de explicar a enorme predominância da chefia feminina nos domicílios monoparentais<sup>17</sup>, como alega Liveira et al em um estudo que analisa o quantitativo de mulheres chefes de domicílio desde 1950:

“enquanto que nas chefiadas por homem a presença do cônjuge mulher é praticamente generalizada, nas famílias chefiadas por mulher a ausência do cônjuge é o fato mais comum, deixando-as mais desprotegidas, sobretudo quando existem filhos menores, particularmente no que se refere ao seu sustento (OLIVEIRA et al, 2002, p. 9).

<sup>17</sup>Segundo dados do IPEIA (2011) domicílios monoparentais de chefia masculina representam apenas 1 a cada 10 domicílios.



A situação de vulnerabilidade social dessas famílias citadas acima está, em sua maioria, intimamente relacionada com a pobreza estrutural, exploração, abuso e condições culturais. Todos esses aspectos são expressados de diversas formas expondo os “indivíduos a condições de vida muitas vezes a níveis abaixo da dignidade humana, interferindo na complexa dinâmica da vida familiar” (PINTO, et al, 2011, pag. 169). A pobreza não se configura apenas pelo fator econômico, mas também por toda discriminação, que se insere nessa dinâmica e causa repercussões nas condições de vida dessa parcela populacional (PINTO, et al, 2011).

### **Sobre o conceito de vulnerabilidade**

O conceito de vulnerabilidade é extremamente diverso e possui várias aplicações. Áreas como o direito, segurança alimentar, macroeconomia, psiquiatria, saúde e prevenção de desastres naturais utilizam diferentes acepções de vulnerabilidade. Segundo Alves (2013) isso indica que não existe uma única definição para o termo.

Sobre a definição de vulnerabilidade, talvez uma das definições que melhor sintetize o conceito seja a apresentada por Cunha (2006):

Um dos consensos sobre o conceito de vulnerabilidade social é que este apresenta um caráter multifacetado, abrangendo várias dimensões, a partir das quais é possível identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades. Tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sociodemográficas, quanto àquelas relativas ao meio social em que estes estão inseridos. O que se percebe é que, para os estudiosos que lidam com o tema, existe um caráter essencial da vulnerabilidade, ou seja, referir-se a um atributo relativo à capacidade de resposta diante de situações de risco ou constrangimentos. (CUNHA, *et al*, 2006, p. 147)

A vulnerabilidade é parcialmente o produto das desigualdades socioeconômicas que colocam a referida população em estado de incapacidade de aproveitar-se das oportunidades disponíveis em distintos âmbitos sócio-econômicos para melhorar sua situação de bem-estar. Assim, pode-se ainda incluir que as desigualdades territoriais, que se referem às características das comunidades e das ocupações, tais como o grau de urbanização, a qualidade da infraestrutura e do saneamento, contribuem para a configuração da vulnerabilidade de modo heterogêneo no espaço. (CERQUEIRA, 2010; p. 12)



A ideia geral de vulnerabilidade remeteria, portanto, “a um estado dos domicílios que varia em uma relação inversa à sua capacidade para controlar as forças que modelam o seu próprio destino, ou para combater seus efeitos sobre o bem-estar” (KAZTMAN, 2000, p.2).

O quadro que leva a vulnerabilidade é a conjunção de fatores e um agregado de condições que juntos são capazes de alterar a resposta do indivíduo - e mais amplamente do domicílio- aos efeitos de fenômenos (estruturais ou conjunturais) que afetam as condições de bem-estar. A vantagem da utilização desse conceito para pesquisas é seu “potencial analítico para abordar a problemática social no espaço intra-urbano, em relação a outros conceitos frequentemente utilizados, como, por exemplo, pobreza, é evidente, na medida em que o mesmo permite considerar outras dimensões fundamentais para captar distinções entre famílias ou pessoas com os mesmos níveis salariais ou de consumo (CUNHA, *et al*, 2006, p. 148).

Para o presente trabalho o conceito de vulnerabilidade contribui ao passo de identificar a população fragilizada que por suas características e diversificação de estratégias estão expostos a maiores níveis de risco nas alterações do meio. Essas alterações podem ser desde desastres ambientais a mudanças em políticas econômicas e sociais que afetam suas condições de vida individual, familiar e comunitária (BUSSO, 2001). Esse conceito vai além da dimensão da renda percebida, ou do conjunto de necessidades básicas atendidas. Ele auxilia no entendimento da diferenciação do espaço e fornece informações para o planejamento e para as políticas públicas que visam aumentar a capacidade de resposta ao risco da população – domicílios, grupos... – afetada.

### **Feminização da pobreza**

Na literatura, o termo *feminização da pobreza* é entendido como o aumento do quantitativo de mulheres pobres em relação a homens, havendo uma analogia entre esse número e o crescimento de domicílios pobres chefiados por mulheres. O conceito ficou amplamente conhecido na literatura a partir dos anos de 1970. Porém, o termo não é amplamente aceito pela bibliografia, Lavinias (2006) não entende a existência desse fenômeno no caso brasileiro, chegando a autora a resultados muito semelhantes quando analisa os domicílios – de chefiadas masculinas e femininas- pelas rendas totais. Segundo a autora, a desigualdade não está apenas entre homens e mulheres, mas principalmente entre pobres e não pobres independente do sexo.



(...) surpreende constatar que a renda das mulheres pobres corresponde a apenas 5% da renda de todas as mulheres (pobres e não-pobres), demonstrando que às desigualdades de gênero que colocam mulheres pobres e não-pobres em desvantagem frente ao sexo oposto, por deterem tão somente  $\frac{1}{4}$  de todas as rendas, somam-se, no caso das mulheres pobres, profundas desigualdades decorrentes do quadro extremamente perverso da concentração de renda no país. Ou seja, 95% da renda feminina, quatro vezes menor do que a renda masculina, pertencem às mulheres não-pobres (LAVINAS, 1996).

A vulnerabilidade de domicílios de chefia feminina não é, segundo a autora, maior que a de chefia masculina. No caso dos domicílios monoparentais ela constata piores condições nos domicílios de chefia masculina. O que não justifica a associação da mulher a domicílios mais pobres. A autora defende políticas públicas universais, sem distinção de gênero para a redução da pobreza. Porém, deixa claro em seu texto a existência de desigualdades de gênero em alguns setores, como a taxa de atividade no mercado de trabalho e horas trabalhadas por semana. Essas características deixam a mulher com acesso a empregos diferenciados, influenciando nas oportunidades e evidenciando que as mulheres ainda não são uma mão de obra livre das pressões da sociedade e da divisão sexual do trabalho. E são essas desigualdades que devem ser combatidas por políticas de gênero.

Já Novellino (2005), acredita na associação dos estudos sobre *feminização da pobreza* e o aumento de domicílios de chefia feminina, e comprova isso com dados do censo de 1991 e 2000. A autora enfatiza que as mulheres chefes e as mães adolescentes são o grupo mais vulnerável, e que, apesar da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda ocupam vagas com menor qualificação e menores salários. Os domicílios de chefia feminina são mais vulneráveis por uma série de características próprias, mas a mais marcante delas, segundo a autora, é a discriminação, seja no mercado de trabalho ou perante a sociedade. E é esse fator que os torna mais frágeis.

Novellino (2005) realiza em seu trabalho um levantamento de políticas públicas de erradicação da pobreza pelo mundo e propõe que apenas com políticas públicas referenciadas por gênero podem auxiliar na situação do empobrecimento feminino. Segundo a autora:

“As políticas públicas para mulheres pobres deveriam ser uma síntese de políticas públicas de combate à pobreza e políticas de gênero. Isto significa oferecer meios para que as mulheres e seus filhos saiam de uma condição de extrema pobreza, a qual envolve não apenas renda mas também acesso a serviços; bem como se comprometer com a luta pela igualdade de direitos e oportunidades para ambos os gêneros. (...) Políticas de gênero são políticas



públicas sensíveis às questões de gênero. Elas têm como objetivo contribuir para o empoderamento das mulheres. Portanto, o ponto central das políticas de gênero é o empoderamento das mulheres.” (NOVELLINO, 2005, p. 13).

No Brasil, algumas políticas públicas existentes reconhecem a importância da mulher na organização do domicílio e as colocam como principais beneficiárias dos recursos, para que essas sejam responsáveis na distribuição do benefício. Porém, dessa maneira, acaba-se por enfatizar modelos rígidos de divisão sexual do trabalho, evidenciando um padrão onde a mulher torna-se chefe e principal responsável pelos familiares *por ser mãe*.

Parte dos estudos sobre vulnerabilidade de gênero enfatizam os aspectos econômicos como ponto chave ao entendimento da feminização da pobreza. Porém, outros aspectos devem ser levados em consideração para que com essas reflexões e reconhecendo as dificuldades enfrentadas por ser mulher na sociedade brasileira, não ocorra uma generalização no enquadramento do gênero nessa condição, e não encaixar todas as mulheres chefes de domicílios em uma mesma perspectiva, na condição de pobres.

Segundo Favaro a ênfase nos estudos econômicos “acabou construindo uma relação direta e bastante negativa entre chefia feminina e pobreza como se ambos fossem intrinsecamente ligados, fazendo com que também as famílias ou domicílios chefiados por mulheres fossem exemplos de desorganização familiar”. (FAVARO, 2009 p 15). Esse pensamento deve ser desconstruído, já que, indiretamente, acaba por culpabilizar a chefia feminina. É importante enfatizar que o gênero feminino não é vulnerável, algumas circunstâncias sociais, econômicas e principalmente históricas os levam a estar nesse estado.

### **Caracterização da realidade das mulheres**

Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ao longo dos últimos anos (1995-2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais (p.p.). Esta proporção passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009. Isto significa que temos 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres. Apesar de não se saber quais os critérios adotados pelas famílias para identificarem quem é o/a chefe, este aumento certamente indica mudanças no padrão de comportamento das famílias brasileiras (IPEA, 2011). Essa mudança no padrão das famílias, dentre eles a especialmente aqui tratada, de famílias chefiadas por mulheres, é essencialmente visível nos centros urbanos, com poucos casos no meio rural. Isso se deve principalmente a fatores culturais do modo de vida urbano.



As famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social devem ser pensadas a partir de indicadores como o de renda, escolaridade, condições de vida e raça. Podem e devem existir outros indicadores para amparar toda complexidade social envolvida no tema, porém nesse trabalho serão abordados: Educação, mercado de trabalho, trabalho doméstico remunerado, habitação e saneamento, pobreza, distribuição e desigualdade de renda.

Ao longo dos últimos anos vem se melhorando os números referente a educação brasileira, mais indivíduos, estudando por mais tempo. Porém, mesmo com a referida melhora alguns obstáculos ainda devem ser superados, como as desigualdades entre raça, população rural e em regiões historicamente afetadas, como o Nordeste. Segundo dados do IPEA a porcentagem entre homens e mulheres estudando é equivalente, porém isso muda ao se comparado ao de mulheres negras. Considerando-se a população negra, a média de tempo de estudo de um indivíduo de 15 anos ou mais é de 6,7 anos, contra 8,4 anos da população branca, percebe-se um tempo inferior quase 1 ano e 7 meses de estudo, sendo possível assim destacar as desigualdades estruturais da sociedade brasileira (IPEA, 2011). Essas mulheres terão oportunidades de ocupação distintas e desfavorecidas das outras populações, com empregos de mais baixa qualificação. Esse fato é um importante contribuidor para a questão da vulnerabilidade social. É importante que haja empoderamento dessa população pela educação para expandir as oportunidades de liberação.

Tratando-se de mercado de trabalho a inserção das mulheres é fundamental para a independência econômica. A *taxa de participação* é o indicador que calcula a quantidade de indivíduos em idade ativa para o mercado de trabalho. Em 2009, a taxa de participação das mulheres com mais de 16 anos era de 58,9%, enquanto a dos homens era de 81,6%. Quando analisamos a *taxa de desemprego* a menor taxa (5%) refere-se a homens brancos ao antagônico das mulheres negras que chega a 12%. Nesse intervalo, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%). Outro ponto importante a se destacar, ao falar de mercado de trabalho, é a formalização e a posição em que a população estudada está inserida, vide que ocupam espaços distintos marcados por diferenças de gênero e raça (IPEA, 2011).

Em 2009, apenas 25% das mulheres negras apresentavam carteira assinada, esse número pode levar a algumas reflexões. Apenas para efeito elucidativo e sem comprovação empírica sobre os números pensemos: Se aproximadamente 35% dos domicílios são chefiados por mulheres e se desse total 50% for de chefia de mulheres negras, 75% desse total não teriam formalização trabalhista. Quando o trabalho não é formalizado dificulta fiscalização



das condições de trabalho, assim sendo, essa população tem maior risco de sofrer abusos por parte do empregador. Esses abusos podem ser o pagamento incorreto dos honorários, ou extrapolamento da carga horária devida entre outros.

O trabalho doméstico no país é historicamente responsável por empregar mulheres em idade escolar, e em sua grande maioria negras. Apesar de significativa melhora nos números e nos direitos legais adquiridos e certificados, ainda é um setor que carrega profundas desigualdades de gênero e raça. O trabalho doméstico em 2009 empregava 17,1% das mulheres brasileiras, um total infinitamente maior que o total de 1,0% de homens empregados no setor. Passando para as desigualdades raciais destaca-se que 12,6% das mulheres brancas ocupadas eram trabalhadoras domésticas, enquanto 21,8% das mulheres negras desempenhavam a mesma função. (IPEA, 2011)

Segundo Correia (2011) sociedade e o espaço são indissociáveis, ele traz nas suas formas as marcas dos agentes que o produzem. No caso do espaço urbano, os produtores do espaço são os proprietários dos meios de produção, o Estado e os grupos sociais excluídos<sup>18</sup>. Os grupos sociais excluídos são onde grande parte das mulheres chefes de domicílio se encaixam, são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação ou para comprar um imóvel ou que estão em desvantagem a outro grupo social. Sendo a habitação fator primordial para o bem-estar da vida ele interfere em todas as facetas como de doenças, subnutrição, dificuldade de locomoção e outros. A parte dessa população, principalmente as mulheres negras, resta como moradia os sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e os aglomerados subnormais tratados aqui.

A habitação além de ser uma estrutura física que proporciona a segurança adequada contra as intempéries tem que garantir as necessidades sociais já que serve como área de convivência entre indivíduos. Além disso, a habitação é considerada uma conquista de vida e possui muito mais que um valor comercial, assumindo relações subjetivas e sentimentais com seus moradores. Essa relação entre o indivíduo e a habitação muda de acordo com a classe social e, segundo Lehfeld (1988), para cada grupo social a moradia possui diferentes significados. Segundo Furtado (2002) a habitação é algo tão básico e mesmo tão importante que se essa lacuna fosse resolvida outros problemas, como a pobreza, seriam de mais fácil resolução. Sendo a moradia uma mercadoria no modo de produção capitalista alguns indivíduos ficam à mercê do mercado imobiliário, não possuindo condições de adquirir sua habitação.

---

<sup>18</sup> Existem outros produtores do espaço urbano segundo Correia, como os proprietários fundiários e os promotores imobiliários.



Diante disso, analisar a qualidade dos domicílios é um fator primordial para a melhora da qualidade de vida da população. Dentre os indicadores utilizados para mensurar a qualidade dos domicílios está: o abastecimento adequado de água, esgotamento sanitário adequado, acesso à coleta de lixo e domicílios com adensamento excessivo. Se tratando de abastecimento de água, em 2009, 90,1% dos domicílios chefiados por mulheres negras possuíam água encanada, ainda que significativo o número não se compara com os 94,8% da distribuição do serviço entre a população de mulheres branca na mesma condição de chefia (IPEA, 2011).

O serviço que oferece menor cobertura é o de esgotamento sanitário e coleta de lixo, com um percentual de domicílios atendidos de apenas 68,9% em áreas urbanas, nas áreas rurais esse número é ainda menor. Nesse quesito não existem diferenças referentes ao gênero, porém, as de raça são significativas. Nos domicílios chefiados por mulheres negras a cobertura é de 61,8%, enquanto os chefiados por mulheres brancas é de 78,4% (IPEA, 2011).

O adensamento excessivo trata-se de um indicador de extrema importância para a qualidade de vida da população. A metodologia utilizada para o cálculo desse indicador considera um domicílio com adensamento excessivo a partir da existência de três ou mais pessoas por dormitório. Segundo dados do IPEA (2011) essa circunstância é mais comum em domicílios chefiados por homens, apesar de essa característica vir sendo equacionada entre os sexos. Isso pode estar relacionado com a característica da chefia domicilia de cada sexo.

Em relação aos domicílios encontrados em aglomerações subnormais os dados mostram que o número vem aumentando para domicílios chefiados por mulheres negras e diminuindo para domicílios de chefia masculina e branca. Esse quadro representa a desigual proporção de vulnerabilidade de gênero e raça nas condições de habitabilidade, apesar da significativa melhora nessa categoria nos últimos 15 anos.

Desde a inserção da mulher no mercado de trabalho a participação delas na renda familiar vem crescendo gradativamente, ao ponto de hoje, representar na média metade da renda total dos domicílios (45%), isso ocorre também pela mudança no perfil dos arranjos familiares. Não se verificam diferenças raciais nem no percentual de participação feminina na renda familiar.



### Considerações Finais

Todos os indicadores aqui tratados<sup>19</sup> diminuem a capacidade dos domicílios chefiados por mulheres a reagirem aos riscos, já que em todos os indicadores existem diferenças de cunho racial e apenas dois há a equidade entre os gêneros. A situação da chefia de mulher negra é ainda pior e mais desigual. Em todos os indicadores apresentados ela está inserida em situação mais vulnerável, conseqüentemente passando isso aos domicílios. O indicador mais substancial foi o de esgotamento sanitário e coleta de lixo, os quais estão intimamente ligados com a saúde dos indivíduos nas áreas não atendidas e possuem uma área de não cobertura significativa. Os indicadores em sua grande maioria estão interligados, um interferindo e contribuindo para o número do outro. Apesar da melhora significativa dos últimos anos há um grande caminho para a igualdade entre os gêneros e principalmente entre raças.

### Referências

ALVES, H. P. F. **Análise da vulnerabilidade socioambiental em Cubatão – SP por meio da integração de dados sociodemográficos e ambientais em escala intraurbana.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, n. 2, p. 349-366, 2013.

ARRETCHE, Marta. **Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de políticas habitacionais.** *Revista Espaço e debate*. N 31. P 21-26. 1990

BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. (Org.) **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil.** São Paulo: Marco Zero. Fundação Carlos Chagas, 1994.

BUSSO, G. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos.** Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001

CERQUEIRA, Diomário Coelho. **Vulnerabilidade das famílias residentes em áreas de risco de deslizamentos em Cubatão (SP)** / Diomário Coelho Cerqueira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.

CORREA, R. L. A. **Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço.** In: Ana Fani Carlos; Marcelo Lopes de Souza; Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). *A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios.* 1ed.: , 2011, v. 1, p. -.

CUNHA, J; ET AL. **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas.** In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.* 1ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v. 1, p. 143-168.

---

<sup>19</sup>Educação, mercado de trabalho, trabalho doméstico remunerado, habitação e saneamento, pobreza, distribuição e desigualdade de renda



FURTADO, Celso **.Em busca de um novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.. Pp 17-19

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; [et al.]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec.2001.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Uma abordagem populacional para um problema estrutural: a habitação**. Ed Vozes. Ed. 1. 1988

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; *Et Al.* **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011



## **PARTE II**

### **GT 02 - Habitação e Periferias**



### CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS RURAIS DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO DE FARIAS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

*Rafaela Gonçalves da Silva Durães<sup>20</sup>  
rafaelareuel@hotmail.com.br*

*Vanuza da Siva Pereira Ney<sup>21</sup>  
vanuzaney@gmail.com*

#### RESUMO

A literatura sobre a reforma agrária no Brasil tem mostrado que a posse da terra não garante o êxito nas atividades produtivas. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo investigar as potencialidades da reforma agrária enquanto política de distribuição de renda, fixação do homem no campo e melhoria da qualidade de vida dos assentados, bem como analisar as condições de habitação e infraestrutura domiciliar do assentamento Antônio de Farias, localizado no Estado do Rio de Janeiro. A primeira parte deste trabalho consistiu em uma breve revisão de literatura sobre a necessidade e viabilidade da política de reforma agrária. A outra parte consistiu em pesquisa de campo por meio de um questionário no assentamento, analisando as características de habitação e infraestrutura domiciliar. Os resultados encontrados foram comparados com os resultados de outros estudos, o Censo e a Pesquisa Amostral nos Projetos de Reforma Agrária, originados de uma demanda do INCRA e do Ministério Extraordinário de Política Fundiária em agosto de 1996, de forma a identificar todas as famílias assentadas e traçar seu perfil sócio-econômico. O questionário foi aplicado de forma aleatória para os assentados residentes dos nove núcleos da área estudada. O instrumento incluiu uma série de perguntas abertas e fechada e a pesquisa teve um caráter primário. Para avaliar as condições de habitação e infraestrutura dos domicílios rurais do assentamento Antônio de Farias foi calculado um índice utilizando a mesma metodologia de Kageyama (2003), que ficou conhecido como ICONI. Como resultado verificou-se um alto nível do índice o que indica que os assentados do Antonio de Farias dispõem de uma boa estrutura domiciliar.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento rural, índice de infraestrutura domiciliar, Políticas Públicas.

#### Introdução

Fatores como concentração de riqueza, má distribuição de renda e concentração de terras são decisivos para a existência e reprodução das condições de desigualdade social e econômica tanto das populações rurais quanto urbanas.

<sup>20</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas – Universidade Federal Fluminense – (UFF/CAMPOS).

<sup>21</sup> Professora Doutora em Produção Vegetal (engenharia e economia na agricultura) na Universidade Federal Fluminense (UFF/CAMPOS).



Dessa maneira, cada vez mais a população está vivendo em situações de precariedade, com condições inadequadas de moradia, educação, saúde e também de alimentação, uma vez que grande parte do que é produzido pelas empresas agroindustriais é destinado ao mercado externo. Além disso, o modelo de produção baseado na monocultura impacta negativamente o meio ambiente.

Segundo Hoffman e Ney (2010), o índice de Gini da distribuição da terra no Brasil é igual a 0,86 em todos os censos analisados<sup>1</sup>. Dados do Censo Agropecuário de 2006 revelaram que 50% (2.477.271) dos estabelecimentos agropecuários no Brasil têm menos de 10 hectares e ocupam somente 2,33% da área. 1% dos estabelecimentos rurais (4691) possui área acima de 1000 hectares cada, e ocupam 44% das terras. Considerando apenas os estabelecimentos em que o produtor é o proprietário da terra, o índice de Gini cresce de 0,836 em 1995/96 para 0,849 em 2006, ao mesmo tempo em que a área média por estabelecimentos cai de 73 para 67 hectares<sup>22</sup>.

Diante desse quadro, surgem discussões em torno da reforma agrária, agricultura familiar e questões ecológicas com objetivo de compreender e analisar tais problemas e enfraquecer a concentração fundiária brasileira. Dessa forma, se faz essencial considerar o papel da agricultura familiar bem como procurar responder questões, como quais são os fatores necessários para que essa configuração se estabeleça.

As discussões em torno da reforma agrária no meio acadêmico ocorrem com controvérsias, ou seja, existem várias correntes de opinião favorável ou não a reforma agrária. Entre as correntes favoráveis a reforma agrária, ou seja, aqueles que defendem que a distribuição de terra possui papel decisivo no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, Guanzioli, *et al*(2001) destaca quatro visões sobre o papel que a reforma agrária desempenha no processo de desenvolvimento do país.

A primeira visão é a do "Novo Mundo Rural" defendida por Graziano da Silva (1999), este considera limitada as possibilidades de criação de empregos agrícolas por intermédio dos assentamentos e de apoio a agricultura familiar. Propõe uma reforma agrária não essencialmente agrícola, voltada para atividades rurais porém não agrícolas. A reforma agrária teria um papel meramente social uma vez que a produção familiar não teria chance de competir com a grande agricultura.

---

<sup>22</sup> O índice de Gini é uma medida de desigualdade e é comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade (onde todos têm a mesma renda por exemplo) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).



A segunda visão é a do Banco Mundial de uma reforma agrária orientada para o mercado, esta proposta deriva do reconhecimento que pode vir a ter a distribuição da terra no processo de crescimento econômico com a redução da desigualdade social. Entretanto, essa distribuição seria feita pelos mecanismos de crédito fundiário.

A terceira visão destacada pelo autor é a do MST de uma reforma ampla, massiva e imediata. Esta tem sua gênese nas reformas agrárias dos países asiáticos que em situações de revoluções conseguiram suprimir o latifúndio de suas áreas rurais e implementaram a agricultura familiar.

A quarta e última visão é a da reforma agrária viável, ou seja, a que esta ocorrendo. Segundo Guanziroli, esta visão conhecida como políticas de assentamentos contém um pouco das visões anteriores. Contempla o rural não agrícola e não excluem os estímulos as atividades agropecuárias. Utiliza-se dos mecanismos de crédito fundiário e não exclui outros mecanismos de obter o acesso a terra, ou seja, desapropriação discriminatória e regularização fundiária. Tenta ser veloz, mas respeitando os limites das leis e da democracia.

Diante da incipiente iniciativa do Estado brasileiro na questão agrária os movimentos sociais vêm promovendo a reforma agrária por meio da política de assentamentos que tem dado aos trabalhadores acesso a um essencial bem de produção, ou seja, a terra, de maneira a permitir o acesso a outros bens necessários para uma condição de vida mais digna, ou seja, de modo que as famílias assentadas exerçam sua cidadania.

### **Discussão teórica em torno da necessidade e viabilidade da Política de Reforma Agrária**

Existem pelo menos duas propostas de reforma agrária em discussão no Brasil, aquela proposta clássica de reforma que visa abolição do latifúndio da terra para os “sem terra” e aquela nova proposta que propõe, para equacionar a questão agrária, investir nos pequenos proprietários já existentes, nos “com terra”, e em políticas de desenvolvimento que visem fixar a população nas cidades.

Graziano Neto (2004), na obra “O carma da terra no Brasil”, e Mendes Prumes (1997), na obra “A lógica de uma reforma agrária no Brasil”, defendem a idéia anti-distributivista clássica e propõe uma reforma agrária de outra natureza, baseada no modelo econômico que forneça ao homem do campo a tecnologia necessária para uma maior produção e que possibilitem a inserção da grande massa de agricultores no meio agro-exportador, contrariando a visão clássica adepta ao modelo de reforma agrária distributivista de terras



elaborada e defendida há décadas por grande parte da historiografia marxista brasileira, tendo como principal teórico Caio Prado Junior, em sua obra “A questão agrária”.

Na verdade, essa proposta representa à nova conflitualidade do campo brasileiro, em que a agricultura familiar e o agronegócio encontram-se no centro das discussões da reforma agrária. Entretanto, é importante atentarmos sobre onde e como surge o agronegócio.

Segundo Almeida (2008), o agronegócio não é novo, seu ideário é fruto da revolução verde ou modernização da agricultura como alguns denominam. O novo aí se pode chamar de novo, é aquele que agora aparece como categoria homegeneizadora, com isso o latifúndio perde o foco.

A questão agrária mesmo no enfoque mais tradicional possui controvérsias, principalmente no meio acadêmico. Linhas de pesquisadores como Graziano da Silva (1981), defendem uma reforma agrária que contenha um caráter mais social do que econômico, ou seja, defende uma reforma agrária como forma de gerar empregos e impedir os fluxos migratórios do campo para a cidade, priorizando o lado social ao invés do econômico. Propõe uma reforma agrária não essencialmente agrícola, voltada para atividades rurais, porém não agrícolas.

Um segundo grupo de pesquisadores, como Eli da Veiga (1991), acredita que diversos obstáculos estruturais do meio rural persistem por causa da questão agrária não resolvida, ou seja, sustentam a idéia de que a não solução da questão agrária continua sendo o entrave para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do país, na medida em que se mantém a atual estrutura de poder no campo brasileiro.

Buainain e Pires (2002) nos informam que, nos últimos anos, vem ganhando adesão social e política, que a reforma agrária, ainda que tardia, é um passo necessário e indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e para assegurar o desenvolvimento sustentável do país. Entretanto, a temática da reforma agrária vem sofrendo, ao longo dos últimos tempos, de preconceito ideológico e de falsas verdades científicas, como a afirmação da superioridade das grandes propriedades sobre as pequenas, confundindo o atraso imposto pela herança histórica do país com a impossibilidade de progresso e desenvolvimento.

Os argumentos que vão contra a reforma agrária no Brasil têm sua base na crença de que as grandes propriedades são mais eficientes do que as pequenas. Entretanto, segundo Guanziroli (1998), na agricultura, salvo raras exceções, não existem economias de escala. Os grandes proprietários têm algumas vantagens econômicas relacionadas com a utilização de



alguns equipamentos indivisíveis, que não serve para áreas pequenas, e com as facilidades de crédito e de comercialização. A mecanização, no entanto, pode ser feita também em lavouras pequenas, sendo as máquinas alugadas ou compradas pelos grupos comunitários. As grandes empresas agrícolas têm como desvantagem, os custos de supervisão e de gestão da produção que, na agricultura a diferença da indústria, são extremamente altos, quando se contrata um grande número de trabalhadores. Os agricultores familiares têm vantagens justamente nesta área do trabalho.

Ainda segundo Guanzioli (1998), não existem argumentos econômicos relevantes que expliquem a existência das grandes propriedades e das muito pequenas, sobrando apenas o argumento das políticas públicas.

As políticas públicas, sob o manto de todo tipo de subsídios e facilidades dados aos grandes proprietários, têm efetivamente contribuído para alterar o formato ideal das propriedades e sua forma de gestão na América Latina. Apesar das facilidades canalizadas no Brasil para os grandes produtores por meio da política agrícola, o setor oposto, o dos agricultores familiares, tem conseguido manter seu lugar na produção agropecuária a taxas bastante razoáveis: contribui com 28% da produção total, mesmo contando com 22% da terra e recebendo somente 11% do crédito rural total (FAO\INCRA, 1996). Isso demonstra que os agricultores familiares, com menos créditos e em menor superfície, são mais eficientes no uso da terra e do capital.

A política de reforma agrária permite o acesso de ativos produtivos à parte da população excluída pela estrutura de mercado até então vigente. Não consiste, portanto, em uma política isolada, mas pode ser definida como uma política que atua com outras políticas sociais, garantindo o acesso a terra, bem como a permanência nela.

Segundo Guanzioli (2001), os países que hoje ostentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano, dos Estados Unidos ao Japão, apresentam um traço em comum: a forte presença da agricultura familiar, cuja evolução desempenhou um papel fundamental na estruturação de economias mais dinâmicas e de sociedades mais democráticas e equitativas. A expansão e dinamismo da agricultura familiar basearam-se na garantia do acesso a terra que em cada país assumiu uma forma particular, desde a abertura da fronteira oeste americana até a reforma compulsória na Coreia e no Taiwan.

O Brasil é caracterizado por desequilíbrios socioeconômicos, os quais estão, em grande medida, associados às estratégias de modernização e industrialização da agricultura. Ao contrário do que ocorreu no Japão por exemplo.



O Caso do Japão é um exemplo notável por ser o primeiro país a iniciar um processo de modernização agrícola bem sucedido com base numa absorção planejada dos conhecimentos científicos e tecnológicos incorporado no modelo euro americano. (GUANZIROLI, 2001).

Ao contrário do que ocorreu no Brasil, a modernização da agricultura japonesa adotou uma forma de desenvolvimento sustentável, adaptando o progresso científico e tecnológico adquirido dos demais países, as especificidades naturais, socioeconômicas, e institucionais.

Ainda segundo Guanziroli (2001), entre as experiências bem sucedidas de desenvolvimento rural, pode-se mencionar os casos de Taiwan e da Coreia, onde as mudanças nas correlações de forças no pós guerra, com quebra do poder político das aligarquias rurais, permitiram a realização de profundas reformas agrárias, o que, por sua vez, tornou possível a implementação de estratégias de desenvolvimento rural baseadas no campesinato tradicional.

Ocorreu nestes países por intermédio da política de reforma agrária, uma significativa transferência de terra e de renda em favor dos agricultores arrendatários. As políticas adotadas em tais países propiciaram o crescimento, o desenvolvimento e melhorias em relação às desigualdades sociais.

Mesmo processos restritos e desarticulados, como o brasileiro, mostram a potencialidade da reforma agrária enquanto política de distribuição de renda.

A pesquisa impactos regionais da reforma agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas realizada pelo CPDA/UFRJ/Nuap/PPGAS/MN/UFRJ em 2001, constatou que o acesso à terra permitiu às famílias uma maior estabilidade de arranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultaram, de modo geral em uma melhoria da qualidade de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas destas famílias antes do seu ingresso nos projetos de assentamento. Houve aumento da capacidade de consumo, não só de gêneros alimentícios, mas também de eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas. (LEITE, *et al*, 2004).

### **Métodos e instrumentos de coleta de dados**

A análise utilizará como fonte de dados a pesquisa de campo realizada no assentamento Antônio de Farias no mês de junho de 2012. A pesquisa foi composta por 17 famílias escolhidas aleatoriamente, nos nove núcleos que compõem o assentamento Antônio



de Farias. Esta pesquisa foi realizada como parte do projeto de Extensão: Educação do Campo, Políticas Públicas e Participação Social financiado pela UFF.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário. Este questionário foi aplicado de forma aleatória para os assentados residentes dos nove núcleos da área estudada. O instrumento incluiu uma série de perguntas abertas e fechadas que permitiram investigar a infraestrutura domiciliar e condições de habitação. A pesquisa teve um caráter primário, ou seja, a coleta de dados foi realizada diretamente com os assentados. A maioria dos questionários foi aplicada no titular do lote. Na falta do titular, o respondente era um membro da unidade familiar que demonstrasse conhecimento suficiente sobre a história familiar desde a chegada ao lote. Para as informações obtidas a partir de perguntas abertas, as respostas passaram por uma codificação inicial, antes de serem categorizadas para fins de análises.

Para avaliar as condições de habitação e infraestrutura dos domicílios rurais do assentamento Antônio de Farias foi calculado um índice utilizando a mesma metodologia de Kageyama (2003). Esse índice combina dez variáveis binárias e pode variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de um, melhores as condições de infraestrutura domiciliar. O ICONI (índice de condições de infraestrutura) foi assim definido:

$$\text{ICONI} = (V1+V2+V3+V4+V5+V6+V7+V8+V9+V10) / 10,$$

sendo,

V1 = domicílio próprio: valor 1 se o domicílio é próprio (já pago ou ainda pagando) e valor zero se for alugado, cedido ou outra condição.

V2 = parede: valor 1 se o domicílio tem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e valor zero se for outro material;

V3 = banheiro dentro do domicílio: valor 1 se o domicílio tem banheiro e valor zero se o domicílio não possuir banheiro;

V4 = densidade de moradores: valor 1 se o número de pessoas residentes por cômodo for menor ou igual a 2 e valor zero se for maior que 2;

V5 = água encanada: sim = 1; não = 0;

V6 = instalação sanitária: valor 1 se o domicílio tiver ligação a rede geral ou fossa séptica e zero em caso contrário;

V7 = energia elétrica: possui (qualquer fonte) = 1; não possui = 0;

V8 = geladeira ou freezer: sim para qualquer um dos dois = 1; nenhum = 0;

V9 = TV: sim = 1; não = 0;



V10 = telefone: sim = 1; não = 0.

A média desse índice em 2012, para os domicílios do assentamento Antônio de Farias foi 0,94, indicando que os domicílios em média possuem mais de 90% das condições de habitação e infra-estrutura que entram na sua composição. Observando a tabela 1, os dados mostram que para o conjunto de domicílios do assentamento em 2012 nenhum apresenta um ICONI menor ou igual a 0,5, o que representaria uma condição socioeconômica mais precária. Tomando por base os que possuíam um ICONI igual ou superior a 0,9 vemos que mais de 88% dos domicílios encontravam-se numa situação bastante satisfatória do ponto de vista deste critério. De forma geral, os domicílios do assentamento Antônio de Farias apresentam alta qualidade de infra-estrutura e habitação e isso pode ser constatado no ICONI médio. Todos os domicílios apresentaram pelo menos 80% dos quesitos de composição do índice.

**Tabela 1** – Índice de Condições de Infra-estrutura domiciliar (ICONI) para os domicílios rurais do assentamento Antônio de Farias, 2012.

Níveis	Número	(%)
0,9-1	15	88
0,8-0,89	2	12

Fonte: Elaborada pelo autor. Pesquisa de Campo, 2012.

### Gênese do Assentamento Antônio de Farias

O assentamento Antônio de Farias localiza-se nas proximidades da Lagoa de Cima, distrito de Ibitioca no município de Campos dos Goytacazes, RJ. Encontra-se localizado onde anteriormente existia a Fazenda Santa Rita do Pau Funcho, imóvel com área de 1042 hectares. Segundo o Plano Desenvolvimento do Assentamento (ITERJ, 2004), as condições de localização e acesso ao imóvel são consideradas boas, uma vez que, a área está distante apenas 24 km do centro da área urbana de Campos dos Goytacazes. A ocupação da área ocorreu no dia 08 de agosto de 2000 a partir da liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os demandantes eram em sua maioria, trabalhadores rurais do próprio município. O assentamento foi criado em 08 de agosto de 2001. Inicialmente INCRA/ITERJ pretendiam assentar 161 famílias, mas devido às restrições ambientais em parte de suas terras (áreas inundáveis, presença de fragmentos florestais) foram assentadas apenas 92 famílias distribuídas em nove núcleos. O parcelamento das terras do Antônio de Farias foi

feito a partir de um desenho hexagonal, com objetivo de permitir uma maior proximidade relativa das residências dos assentados, assegurando ainda que as residências ficassem próximas dos locais de cultivo.

O Antônio de Farias foi escolhido pelo governo estadual para ser local de um projeto rural piloto. Como resultado desta participação do governo estadual, a construção das moradias (i.e casas de alvenaria com 50 m<sup>2</sup>, dotadas de energia elétrica, água tratada e sistema sanitário) acabou ficando a cargo do ITERJ (2004).

O caso do assentamento Antonio de Farias reflete a realidade da reforma agrária brasileira que está longe de ser efetiva, e resulta de lutas dos movimentos sociais o que confirma que o governo não tem uma política de reforma agrária. Conforme Alentejano (2004), as ações de desapropriação e compra de terras pelo governo não obedecem a uma lógica prévia e estrategicamente programada, mas é resultado da pressão dos movimentos sociais e representam respostas localizadas com vistas a evitar a propagação de conflitos sociais no campo.

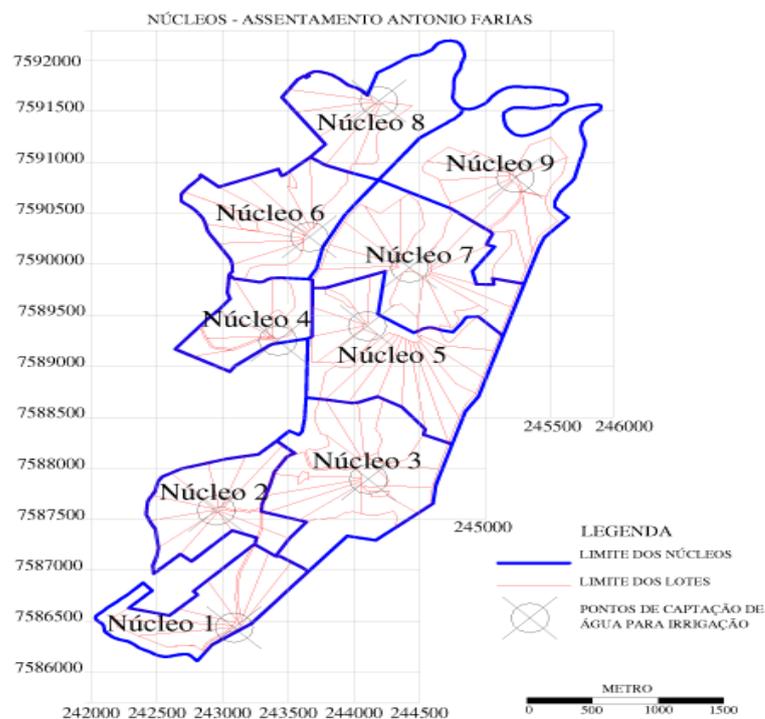


FIGURA 2. Núcleos do assentamento Antônio Farias e localização dos pontos de captação de água para irrigação.

Fonte: ITERJ, 2004.



### Resultados

#### Moradia e Infraestrutura

As condições de moradia dos assentados podem ser analisadas de acordo com os dados obtidos sobre o material utilizado para a construção das casas, a presença ou não de banheiros e redes de esgoto, entre outros.

**Tabela 2** – Características dos domicílios das famílias assentadas no Assentamento Antônio de Farias, 2012.

Paredes Externas	(%)
Alvenaria	100
Total	100
Banheiro no Domicílio	
Sim	100
Total	100
Número de Cômodos	
Quatro Cômodos	30
Cinco Cômodos	35
Seis Cômodos	35
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor. Pesquisa de Campo, 2012.

A tabela 2 mostra que as paredes externas do total de domicílios no assentamento Antonio de Farias são todos construídos em alvenaria. As residências que possuem quatro cômodos atingem 30%, cinco cômodos, 35% e seis cômodos, 35%. A construção das moradias ficou a cargo do ITERJ e inicialmente as casas possuíam quatro cômodos.

Os banheiros estão presentes em 100% das casas, e o destino do esgoto para a totalidade dos domicílios é a fossa séptica.

**Tabela 3** – Origem da água utilizada nos domicílios dos assentados do Assentamento Antônio de Farias, 2012.

Origem da Água	(%)
Poço	100
Total	100

Fonte: Elaborado pelo autor. Pesquisa de Campo, 2012.



A água é encanada para 71% dos assentados e é proveniente de poço como pode ser observado na tabela 3.

Na pesquisa do INCRA (1996), a Pesquisa Amostral nos Projetos de Reforma Agrária com objetivo de traçar o perfil sócio econômico dos beneficiários que correspondeu a um subconjunto do universo de famílias encontradas em todo o país, aproximadamente 9000 famílias, com relação os tipo de habitação que prevalecem são os de madeira (32%), taipa (28%) e alvenaria (23%). Os banheiros estão presentes em apenas 19% das residências.

A pesquisa do INCRA (1996) encontrou em sua pesquisa que três tipos predominantes de acesso a água: poço (46%), riacho (14%), e cacimba (13%), sendo que a água encanada é utilizada apenas por 13%. No que diz respeito ao escoamento de esgoto a pesquisa do INCRA (1996) constatou que 33% utilizam fossas.

O assentamento Antônio de Farias apresenta percentuais mais elevados do que os encontrados pela pesquisa do INCRA (1996), no que diz respeito às condições de moradia, ou seja, o percentual de casas de alvenaria, a presença de banheiros e de água encanada.

### **Conclusão**

É importante compreender o significado, a importância e os desafios dos assentamentos rurais, pois permitem o desenho de políticas públicas que visam diminuir a desigualdade socioeconômica no meio rural e também as disparidades entre o rural e o urbano. Desse modo, a análise sobre os projetos de reforma agrária visa contribuir para decisões futuras, criação de assentamentos e adoção de novas estratégias e para avaliar as políticas que já foram adotadas. Avaliar a importância das políticas públicas de criação e incentivo aos assentamentos rurais como condição essencial ao acesso da população aos seus direitos de cidadania.

O estudo sobre a discussão teórica em torno da política de reforma agrária, o posicionamento do Estado em relação à reforma agrária, o estudo dos dados sobre o assentamento Antônio de Farias e das pesquisas realizadas INCRA (1996), nos permitiu realizar algumas comparações e conclusões.

O assentamento Antônio de Farias apresenta percentuais mais elevados de condição de moradia do que na pesquisa analisada pelo INCRA (1996). As residências de alvenaria, bem como a presença de banheiro e fossas sépticas estão presentes na totalidade dos domicílios analisados no assentamento Antonio de Farias que foi escolhido pelo governo estadual para



ser local de um projeto rural piloto. Não foi identificado nenhum tipo de crédito habitação voltado à melhoria das residências num período de cinco anos.

Quanto às condições de habitação e infraestrutura dos domicílios do assentamento Antônio de Farias o ICONI constatou que 88% possuíam um ICONI igual ou superior a 0,9, ou seja, encontravam-se numa situação bastante satisfatória do ponto de vista deste critério. Dessa forma, foi constatado que os domicílios do assentamento Antônio de Farias apresentam alta qualidade de infra-estrutura e habitação. Esse resultado pode ser explicado em parte, pelo fato de o assentamento Antônio de Farias ter sido escolhido pelo governo estadual para ser local de um projeto rural piloto. O resultado desta participação do governo estadual, na construção das moradias (i.e casas de alvenaria com 50 m<sup>2</sup>, dotadas de energia elétrica, água tratada e sistema sanitário) que ficou a cargo do ITERJ, demonstrou a importância da ação e planejamento por parte do Estado nas políticas de reforma agrária. Contudo, essa medida é insuficiente quando não continuada, planejada e efetiva.

O caso do assentamento Antonio de Farias reflete a realidade da reforma agrária brasileira que está longe de ser efetiva, e resulta de lutas dos movimentos sociais o que confirma que o governo não tem uma política de reforma agrária. Conforme Alentejano (2004), as ações de desapropriação e compra de terras pelo governo não obedecem a uma lógica prévia e estrategicamente programada, mas é resultado da pressão dos movimentos sociais e representam respostas localizadas com vistas a evitar a propagação de conflitos sociais no campo.

A ação do estado brasileiro em relação à questão agrária está longe de ser uma política planejada de reforma agrária, suas ações são resultados de lutas dos movimentos sociais, atuando como remediador e intermediador dos conflitos. O caso do assentamento Antônio de Farias reflete a realidade brasileira de políticas de assentamentos rurais resultante da pressão dos movimentos sociais.

Além disso, os governos brasileiros não criaram condições institucionais e financeiras suficientes para uma real estruturação dos assentamentos e de seus sistemas produtivos, evidenciando a inexistência de um plano de desenvolvimento rural integrado às ações de distribuição de terras. O Estado distribui terras, mas não investe recursos necessários num planejamento de longo prazo.

A criação de assentamentos não é acompanhada de medidas que garantam às famílias condições efetiva de produção, comercialização e melhoria das condições de vida, uma vez que as obras de infra-estrutura - produtiva e social - necessárias não são realizadas na maior



parte dos assentamentos criados. Não há estradas para escoamento da produção, não há assistência técnica, ou esta é precária, não há escolas nem postos de saúde, ou há, mas não funcionam. Alentejano (2004).

A história mostra que o que vem ocorrendo no meio rural brasileiro está longe de ser uma grande reforma agrária, é na verdade, uma precária política de assentamentos rurais que não é acompanhada de medidas que garantam às famílias condições efetiva de produção, comercialização e melhoria das condições de vida. Nesse sentido, faz-se necessária a construção de um projeto de desenvolvimento em escala nacional, no qual a reforma agrária assuma um papel de relevância e se insira num conjunto de metas estratégicas definidas para o campo.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. A. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (org). *Campesinato e territórios em disputa*. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

BUAINAIN, A. M. ; PIRES, D. *Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil*. Brasília: INCRA, 2003.

FERNANDES, Bernardo M.[et AL]. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo*/Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Enumerando a reforma agrária*. <<http://www.mst.org.br>>, 29/01/2006.

GONÇALVES, C. U. *A importância das agências de mediação no ordenamento territorial dos assentamentos rurais*. GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, n. 11, p. 89 – 105. dez. 2004.

GRAZIANO da Silva, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

GRAZIANO NETO, Francisco. *A (difícil) interpretação da realidade agrária*. In: Os assentamentos de Reforma agrária no Brasil. Orgs: SCHIMIDT, B.V.; D.N.C.; ROSA, S.L.C. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

GRAZIANO NETO, Francisco. *O Carma da Terra no Brasil*. Editora Girafa, 2004.

GUANZIROLI, Carlos E. *Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil*. Janeiro de 1998.



GUANZIROLI, Carlos E. [et al.]. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HOFFMAN, Rodolfo e Ney, Marlon. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

INCRA. II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. 2005. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

INCRA. RELATÓRIO DE GESTÃO DO INCRA. 2003. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

ITERJ. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Antônio de Farias*. Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro. 80 p. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

KAGEYAMA, A. *Características dos Domicílios Agrícolas no Brasil em 1992 e 1997*: UNICAMP. IE, 2003.

LEITE, Sérgio; Heredia, Beatriz. [et al.]. *Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004.

LEITE, Sérgio. *Políticas Públicas e Assentamentos Rurais No Brasil: Notas para um debate*. CPDA/UFRRJ – Rio de Janeiro, RJ 2005.

MEDEIROS, Leonilde [et al] (org). *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], (2004).

MEDEIROS, Leonilde, S. [et al.]. *Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro*. (2006).

Pedro (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1994.

PEIXOTO, M. *O planejamento do desenvolvimento de assentamentos rurais: Experiências no Estado do Rio de Janeiro*. Editora UFRRJ, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Editora brasiliense, 2000.

PRUNES, Candido Mendes. *A lógica de uma reforma agrária no Brasil*. Encarte da revista *Think Thank*. Rio de Janeiro: instituto liberal - julho/1997.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João. 1994.

STEDILE, João Pedro (org.) *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão popular, 2005. pp. 15-31

VEIGA, J.E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991.



### ELEMENTOS SUSTENTÁVEIS DE HABITAÇÃO: Intervenções sustentáveis de baixo custo para moradias de interesse social – O caso da favela da Margem da Linha

*Fagner das Neves de Oliveira*  
*fagner.oliveira@iff.edu.br*

*Dsc. Marcelo Gomes Miguez<sup>23</sup>*  
*marcelomiguez@poli.ufrj.br*

#### **Introdução**

A Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) prevê, em seu artigo 26, que todos têm direito a um padrão de vida adequado para a sua saúde e bem-estar de sua família, incluindo, nesse contexto, a moradia. Desde o princípio da civilização, entende-se habitação como necessidade básica do ser humano e que a principal função da habitação é a de abrigo. Com a evolução de suas habilidades, o homem começou a utilizar materiais disponíveis em seu meio, tornando o abrigo cada vez mais elaborado. Mesmo com toda a evolução da tecnologia, sua função básica tem se mantido a mesma, ou seja, abrigar o ser humano das intempéries e de intrusos (ABIKO, 1995). Santos (1999) afirma que a habitação é uma necessidade básica e uma aspiração do ser humano. A casa própria, juntamente com a alimentação e o vestuário é o principal investimento para a composição de um patrimônio, além de ligar-se, subjetivamente, ao sucesso econômico e a uma posição social mais elevada (BOLAFI, 1977).

Nas últimas quatro décadas as cidades brasileiras têm vivido um grande crescimento populacional. Entretanto, a estrutura urbana brasileira não conseguiu acompanhar esta evolução, não provendo a maioria da população urbana com serviços públicos básicos. A ausência de políticas públicas capazes de dotar os centros urbanos com a infraestrutura necessária para atender a população que emigra das áreas rurais em direção às cidades, em busca de melhores condições de vida e oportunidades, foi o elemento principal deste tipo de urbanização periférica. A escassez de moradia e a restrição do acesso aos serviços urbanos se tornaram uma síntese dos problemas urbanos brasileiro.

Do ponto de vista econômico, a alta concentração populacional nos grandes centros urbanos atendeu diretamente à lógica desenvolvimentista baseada em um modelo excludente

---

<sup>23</sup> Programa de Engenharia Ambiental - POLI/UFRJ



de sociedade. As soluções espaciais requerem a conciliação de desafios tais como: respeitar e integrar o ambiente construído ao natural local, ao mesmo tempo contribuindo para a vivacidade urbana e para a inclusão de uma variedade desejável de usuários; oferecer opções de diferentes graus de privacidade e envolvimento comunitário, desde a escala do urbano até a unidade habitacional; proporcionar moradias com um sentido de lar, quesito frequentemente comprometido, em especial, nos programas para a habitação de interesse social.

### **Objetivos**

A solução para problemas de moradia, buscando uma melhoria das habitações, aprimorando, assim, a qualidade de vida dos moradores por intermédio de intervenções sustentáveis nas construções, criando novas experiências no modo de “habitar o espaço construído”, incrementando uma sensação de “pertencimento” ao ambiente construído e à comunidade, pode ser um ponto positivo na discussão que busca alternativas aceitáveis para a formalização de comunidades e a sua permanência no local em que se desenvolveu, com uma melhor integração com o ambiente construído do entorno, sem provocar degradação do ambiente natural, explorando materiais de fácil acesso e mão de obra local. Assim de forma específica, objetiva-se:

- Incrementar a sensação de “pertencimento” à comunidade e desta comunidade à cidade, de forma inclusiva, formalizando-a e criando condições para a sua permanência no local, com uma integração adequada e aceitável com o ambiente construído do entorno.
- Diagnosticar patologias mais comuns nas edificações, abrangendo nesta análise elementos estruturantes das residências: fundações, estruturas, alvenarias, vedações, instalações elétricas, instalações hidro sanitárias e coberturas.
- Analisar, através de levantamentos in loco, as características principais das edificações, para determinar os tipos de intervenção que podem ser realizadas.
- Aplicar elementos da arquitetura bioclimática, que busca o melhor aproveitamento das condicionantes do local, buscando, assim, uma melhoria nas condições de uso das edificações, tais como: Iluminação natural, ventilação natural, impermeabilização, economia de recursos (energia, água), reaproveitamento de materiais, determinando uma característica mais sustentável de construção de habitação;



- Pesquisar e adaptar soluções construtivas e tecnologias de construção alternativas e de baixo custo, intervenções pontuais, para minimizar ou erradicar problemas de conforto térmico, conforto acústico, infiltrações, problemas estruturais; sempre visando elementos sustentáveis de correção destes problemas.

### **Técnicas de pesquisa**

Foram utilizados diversos métodos que, em conjunto, auxiliaram na elaboração desta pesquisa. A partir de uma revisão bibliográfica de conteúdos que trazem definições acerca do tema habitação de interesse social, elementos sustentáveis na construção civil e a história de formação da comunidade da Margem da Linha, no município de Campos, escolhida como estudo de caso, decidiu-se, de forma geral, seguir uma metodologia mais qualitativa, empírica, tomando o processo indutivo como base, de forma a partir do objeto empírico e tirar deste caso conhecimentos baseados em experiências locais, buscando generalizar propostas concretas replicáveis em casos similares, a partir de constatações particulares.

Tanto a pesquisa, a catalogação de propostas de intervenção, quanto o levantamento de materiais foram realizados durante a disciplina de Materiais Alternativos Aplicados a Arquitetura, ministrada no 5º período do curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Fluminense, com apoio do projeto de pesquisa “Elementos Sustentáveis de Habitação” do IFF Campos Centro. Além disso, o Escritório Coletivo de Arquitetura e Urbanismo Social (ECAUS) realizou uma pesquisa de mercado que auxiliou na complementação dos dados.

Após as investigações concluídas, foram analisadas e contempladas as soluções mais viáveis nos aspectos físico-financeiro e socioambiental, onde as soluções de mais baixo custo e/ou mais práticas de serem aplicadas no processo de auto-construção tiveram prioridade, criando um modelo experimental de aplicações. Foi produzido, como resultado da pesquisa, um manual de referências e aplicações.

### **Desenvolvimento**

A comunidade da Margem da Linha, segundo Oliveira et al (2012), surgiu há mais de quarenta anos, às margens da antiga Rede Ferroviária Federal. Porém, foi a partir do final da década de noventa que o entorno da comunidade, o Parque Rodoviário, bairro vizinho,



começou a receber empreendimentos imobiliários, em um primeiro momento, com caráter mais “popular” e, posteriormente, com perfil de “luxo”, com loteamentos residenciais de alto padrão e, mais recentemente, com o Shopping Boulevard, com hotéis, etc., como mostra a figura 1.



**Figura 1:** Localização da Favela da Margem da Linha e identificação dos empreendimentos imobiliários

**Fonte:** Google Earth – Editado.

Sob o discurso de que a comunidade se encontra em área de risco<sup>24</sup>, a prefeitura municipal, por meio do programa “Morar Feliz” inicia um processo de remoção dos moradores da comunidade para um condomínio localizado a cerca de 9 km da área original da favela. Ocorre que os moradores, em sua maioria, preferem ficar nas proximidades do crescimento urbano presente na região. Postos à margem da cidade, quando tiveram que recorrer à margem da linha férrea, após perderem as residências de trabalhadores da Usina do Queimado<sup>25</sup>, agora, quando o entorno da Favela da Margem da Linha se constitui em novo vetor de crescimento, gerando a expectativa da chegada de uma infraestrutura.

<sup>24</sup> O Decreto Municipal n. 55/2011, que cria o Morar Feliz, estabelece os seguintes critérios para concessão das casas populares: que os beneficiários sejam ocupantes de moradias irregulares em áreas de risco, que sejam vulneráveis socialmente, bem como oriundos do Programa SOS Habitação. De acordo com os técnicos do Programa, a avaliação é realizada considerando essa ordem de prioridade. Nesse sentido, percebe-se que o Programa tem como foco central a remoção das famílias residentes nas áreas consideradas, pela Defesa Civil, de risco no município.

<sup>25</sup> Relato mais completo sobre o histórico da comunidade, o processo de remoção e suas justificativas se encontra no artigo “Instrumentos legais que contribuem para a exclusão de grupos em vulnerabilidade social e econômica em Campos dos Goytacazes” publicado na Revista Mundi: Socias e Humanidades – v.1, n.1 (2016) - ISSN:



Relato mais completo sobre o histórico da comunidade, o processo de remoção e suas justificativas se encontra no artigo “Instrumentos legais que contribuem para a exclusão de grupos em vulnerabilidade social e econômica em Campos dos Goytacazes”<sup>26</sup> digna, novamente seus moradores podem ser postos à margem (da cidade). Pode-se afirmar que da margem para a margem serão novamente empurrados para uma nova periferia e, portanto, com possibilidade de serem excluídos e segregados social e espacialmente. Além disso, o espalhamento espacial da cidade contradiz a premissa de que cidades compactas tendem a ser mais sustentáveis.

Essa população viu-se marginalizada por um grande período de tempo e, no momento em que se percebe em um centro pujante de desenvolvimento, é vista como obstáculo no cenário dos investimentos imobiliários e comerciais, a ponto de influenciar no valor dos imóveis em seu entorno; portanto, se tornando indesejável. Alternativamente, esse poderia ser o momento de investimento em infraestrutura e reintegração dessa população à malha urbana formal, alavancando condições dignas de habitação e favorecendo uma saudável diversidade urbana. E isso, somado ao processo de remoção relatado, onde não há o cuidado em remover os escombros das casas já demolidas, evidencia o descaso do governo municipal em relação aos moradores da Margem da Linha, e também o desinteresse em desenvolver uma política de inclusão na nova realidade espacial da região.

O projeto de pesquisa “Elementos Sustentáveis de Habitação” é parte do Programa “Arquitetura, Inclusão e Cidadania: Projetos de Extensão para áreas de Habitação de Interesse Social no Município de Campos dos Goytacazes/RJ” (ArqInCI) que toma como objetivo destacar as deficiências da cidade com relação aos programas de habitação e a forma como a remoção é tratada, buscando devolver uma resposta à sociedade.

O apoio inicial do Centro Juvenil São Pedro da Rede Salesiana de Ação Social (CJSP) tem possibilitado a realização de diversas atividades na comunidade. Este centro tem sua sede na Comunidade da Margem da Linha e já realizava atividades e projetos com as famílias e atua como intermediário entre o programa e os moradores.

O programa ArqInCi atua de forma participativa e apoia os moradores que resistem à remoção, através de propostas para a urbanização da comunidade, feitas a partir das atividades de campo realizadas, tendo o objetivo de proporcionar aos moradores que permanecem uma



melhor qualidade de vida e o direito à moradia digna, além de prover argumentos palpáveis em prol da permanência destes.

Conforme destacado na introdução e aqui repetido para marcar a ideia principal, as soluções espaciais requerem a conciliação de desafios tais como: respeitar e integrar o ambiente construído ao ambiente natural local, ao mesmo tempo contribuindo para a vivacidade urbana e para a inclusão de uma variedade desejável de usuários; oferecer opções de diferentes graus de privacidade e envolvimento comunitário, desde a escala do urbano até a da unidade habitacional; proporcionar moradias com um sentido de lar, quesito frequentemente comprometido, em especial, nos programas para a habitação de interesse social.

A proposta de pesquisa “Elementos Sustentáveis de Habitação: Intervenções Arquitetônicas de Baixo Custo para Moradias de Habitação de Interesse Social” busca: apresentar soluções de arquitetura pontuais a serem implementadas nas residências e na comunidade para melhorar as condições de moradia, o conforto ambiental e minimizar patologias construtivas; a economia e aproveitamento de recursos naturais, gerando menor consumo de recursos não renováveis; a utilização de recursos renováveis e/ou gerados em grande abundância, como energia solar e eólica, por exemplo; o melhor aproveitamento dos recursos e sistemas construtivos existentes, a partir das análises das construções e pela busca de soluções para os problemas comuns a todas as edificações, entre os quais se citam as infiltrações, a falta de conforto térmico e acústico, vedações ineficientes, acabamentos e revestimentos precários; enfim, as patologias que comumente se apresentam nesses tipos de moradia, devido ao baixo custo e falta de conhecimento técnico de soluções construtivas.

A pesquisa se materializou através da disciplina de Materiais Alternativos Aplicados à Arquitetura e Urbanismo (MAAAU), ministrada no quinto período do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Fluminense (CAU-IFF), onde foi proposto aos alunos uma pesquisa e adaptações de soluções alternativas de intervenção em residências levantadas na Comunidade da Margem da Linha, focadas em soluções com o menor custo de materiais possível e sem necessidade de mão de obra especializada, podendo ser aplicadas pelos próprios moradores ou em sistemas de mutirão.

A disciplina MAAAU visa, na sua premissa, apresentar aos alunos as possibilidades não convencionais de utilização dos materiais de construção, relacionar e apresentar possibilidades de novas matérias primas e prospectar novos usos para os materiais já existentes. É uma disciplina investigativa que incentiva os alunos a enxergar as

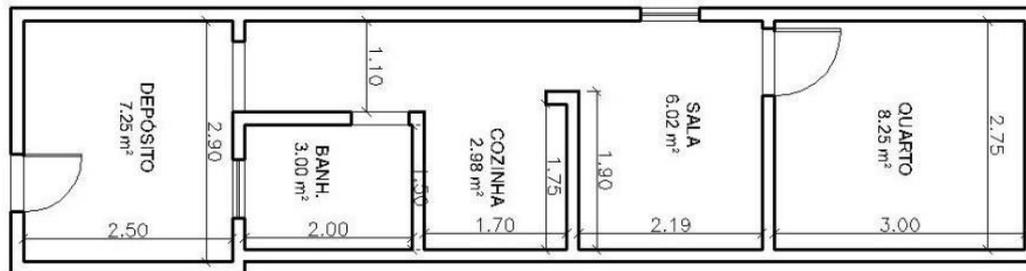


potencialidades de qualquer material, sendo eles vinculados ou não a indústria da construção civil, permitindo explorar novos usos e perceber que a partir da compreensão e entendimento das propriedades dos materiais é possível alcançar inúmeros resultados.

Dentre as várias atividades trabalhadas na disciplina, foi proposto, em uma delas, uma busca e prospecção de tecnologias e soluções construtivas alternativas e de baixo custo que se utilizem de mão de obra não especializada e em sistema de mutirão para implementação em residências dentro da Comunidade da Margem da Linha.

O trabalho se inicia com a apresentação da comunidade como foco de estudo, sendo necessário desenrolar uma discussão sobre o tema de habitação de interesse social, as definições de habitação, a relação das diferentes classes sociais com o espaço construído e o sentido de habitar, do direito à moradia digna e, no caso em particular da Comunidade da Margem da Linha, debater sobre direito à cidade, as condicionantes do processo de remoção, a luta por direitos e as ações do programa ArqInCI e do ECAUS.

A etapa seguinte parte para a análise e interpretação dos dados fornecidos pelos levantamentos, fotografias e questionários (na figura 02, vê-se uma planta de uma das casas visitadas e levantadas para estudo). Neles é possível observar que a maioria das residências, no caso específico da Comunidade da Margem da Linha, tem patologias bem parecidas, como as infiltrações e mofo pela falta de acabamentos e impermeabilizações externas, problemas de conforto térmico devido aos telhados de fibrocimento com alturas inadequadas e problemas de distribuição espacial e dimensionamento dos ambientes. Muitos desses ambientes não são corretamente ventilados e iluminados e, devido ao tamanho do “lote”, não possuem as dimensões adequadas ou condizentes com as legislações vigentes. Todas as casas analisadas não possuem uma estrutura adequada, não possuem pilares e vigas, sendo estruturada pela simples amarração dos tijolos e, mesmo não devendo ser essa a sua função, as alvenarias de tijolo furado apoiam e suportam o madeiramento do telhado.



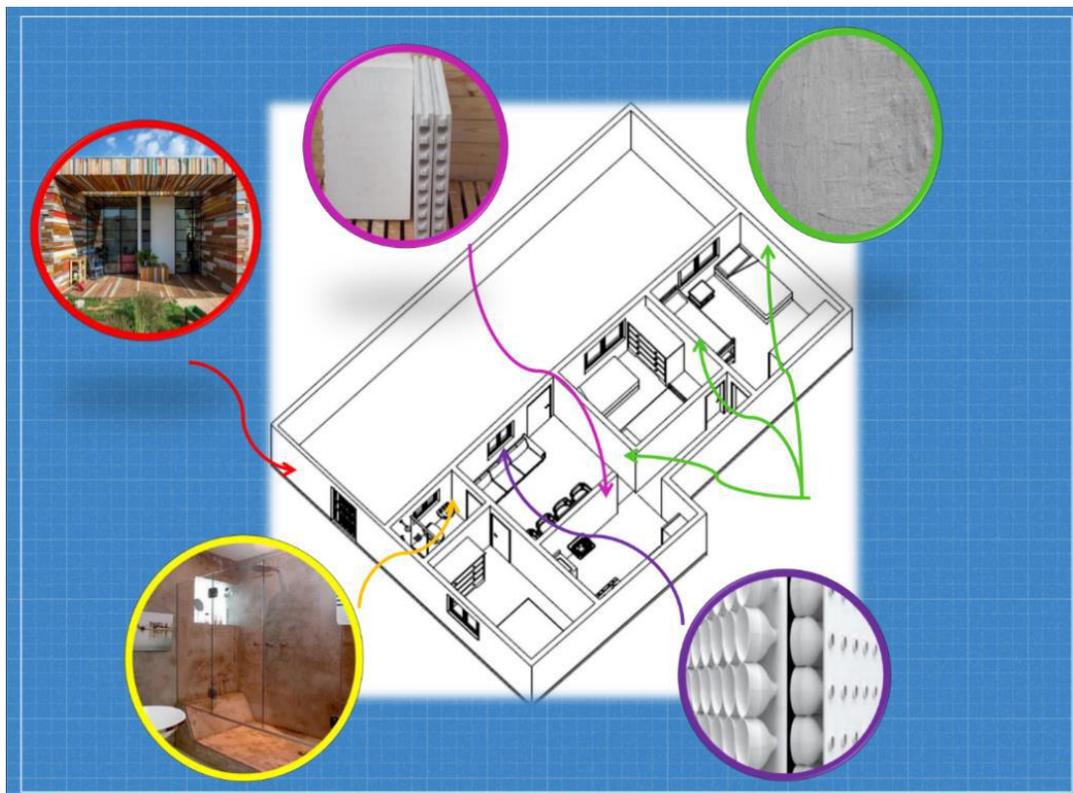
**Figura 02:** Exemplo de residência na Margem da Linha para Intervenção  
**Fonte:** Disciplina Materiais Alternativos Aplicados a Arquitetura e Urbanismo - 2015.

Com as condições observadas nas análises, parte-se para a pesquisa de soluções, materiais, sistemas construtivos e tecnologias alternativas para intervenção nas residências. Não se pode deixar de considerar que essas intervenções devem ser de baixo custo e produzidas por mão de obra não especializada, aplicadas em sistema de autoconstrução ou de mutirão.

O processo de projeto visou apresentar as necessidades de treinamento e supervisão da mão de obra de execução. A cada grupo foi dada uma residência diferente para análise e busca de soluções, essas buscas e ações foram supervisionadas pelo professor da disciplina, além da possibilidade de consulta a outros docentes do curso para complementação das informações. Cada grupo passou então a trabalhar com seu caso específico de estudo e partiu para o desenvolvimento de um projeto de intervenção nas residências, onde foram necessárias a busca de melhorias na distribuição espacial e setorização da casa e pesquisa e aplicação dos sistemas de intervenção alternativos.

A apresentação dos trabalhos foi feita em formato de seminário, onde os grupos mostraram os estudos e pesquisas produzidas de cada elemento em seu projeto e também o

processo de produção dos protótipos de aplicação das soluções. A figura 03, por exemplo, mostra um resultado deste trabalho: há elementos de intervenção relacionados com a redistribuição dos espaços internos, a melhoria da circulação de ar e iluminação natural, o uso de materiais e tintas produzidos pelos próprios moradores, para melhoria do conforto térmico, aproveitando materiais e pigmentos naturais, entre outras ações, que incluíram ainda a revisão do mobiliário interno.



**Figura 03:** Exemplo de apresentação de propostas de intervenção nas residências na Margem da Linha.

**Fonte:** Disciplina Materiais Alternativos Aplicados a Arquitetura e Urbanismo - 2016.

Todos os conteúdos produzidos foram catalogados pelo projeto de pesquisa “Elementos Sustentáveis de Habitação” de forma a montar uma cartilha de soluções (figura 04) para posterior aplicação em outras residências e comunidades, permitindo, assim, ter uma gama de possibilidades para que o ECAUS, aproveitando das ferramentas legais para Assistência Técnica Gratuita, possa atuar na comunidade com mais subsídios nas intervenções.

### Intervenções arquitetônicas: passo a passo

Materiais:  
Pallets  
Lixa  
Verniz  
selador  
parafusos



- 1 - Desmontar a parede e aplicar cupinícida, conforme as informações na embalagem do produto.
- 2 - Fixar as tábuas na parede. O que pode ser feito com cola para madeira ou parafusando as ripas na parede.
- 3 - Depois de fixar as tábuas, a parede deve ser bem lixada para passar o selante e o verniz fosco.

#### Indicação:

- A parede que vai ser revestida deve ser pintada de uma cor escura, para criar efeito de profundidade e evitar que as fissuras entre as tábuas se sobressaiam.

**Figura 04:** Exemplo de página na cartilha de soluções.

**Fonte:** Pesquisa Elementos Sustentáveis de habitação - 2016.

As técnicas e soluções construtivas foram categorizadas por possibilidades de intervenção e também por tipo de conceitos aos quais atendem, que são: conforto térmico, conforto acústico, conforto lumínico, acabamento e saneamento. Uma questão importante nestas decisões é a necessidade das famílias em permanecer na casa durante as ações, uma vez que nem sempre é possível uma mudança durante a obra, o que limita os planos de ação, pois as intervenções não podem ser planejadas em etapas que não possam ser concluídas imediatamente, já que reduzir a capacidade de uso da residência não é desejável.

Será necessário planejar com cuidado estas intervenções, em sua implementação prática, para que a casa continue habitável e funcional entre as ações de intervenção e também não é interessante aplicar as intervenções em intervalos de tempo muito grande. A velocidade na execução desta obra é crucial nestas empreitadas. A realização desse tipo de intervenção alavanca o potencial da comunidade: na medida em que as intervenções forem aplicadas, as casas irão ganhar novas formas de interação, se tornarão motivo de orgulho e pertencimento



ao conjunto, estimularão novas aplicações e intervenções e incrementarão o senso de comunidade e vizinhança por meio dos mutirões de realização das obras.

Essa alavancagem pode permitir quebrar um contraste que vem crescendo. O entorno da comunidade vem passando por um significativo processo de valorização imobiliária. A maior parte dos investimentos que ocupam o local, hoje, se referem a loteamentos residenciais que têm sido vendidos como condomínios fechados de alto padrão, atendendo a um público de maior poder aquisitivo. Isso tem gerado um ambiente de contraste entre os moradores da Margem da Linha e o perfil desses novos empreendimentos. A Comunidade da Margem da Linha é somente mais um exemplo, entre várias comunidades no país, da divergência e, às vezes, incoerência nas ações do poder público nas aplicações das suas próprias leis.

### **Considerações Finais**

A Comunidade da Margem da Linha é somente mais um exemplo, entre várias comunidades no país, da divergência e, às vezes, incoerência nas ações do poder público nas aplicações das suas próprias leis.

O entorno da comunidade passou por um significativo processo de valorização imobiliária. A maior parte dos investimentos que ocupam o local, hoje, se referem a loteamentos residenciais que têm sido vendidos como condomínios fechados de alto padrão, atendendo a um público de maior poder aquisitivo. Isso tem gerado um ambiente de contraste, com conflitos de interesse e uma tendência de homogeneização do ambiente urbano – contrário aos conceitos recentes que entendem a diversidade de usos e funções como parte importante da sustentabilidade.

A busca de meios que possam subsidiar novas formas de aplicação de políticas públicas é um dever da academia. A atuação do programa ArqInCi e o processo de intervenção apresentado na forma do projeto de pesquisa “Elementos Sustentáveis de Habitação” é uma busca de atender demandas por novas aplicações, por intermediações entre as lideranças comunitárias e o poder público.

A ampliação dos usos de processos participativos de autogestão nas comunidades é uma possibilidade que tende a ganhar força. É importante que se chegue a uma organização, a definições de lideranças e à busca de subsídios, sejam estes sociais, financeiros ou acadêmicos. A aplicação de um processo participativo tende a ser demorada, seja pela falta de



organização ou pelo pouco hábito em se desenvolver tais demandas, o que às vezes desestimula seu emprego.

A catalogação dos processos de intervenção visou oferecer um guia para o ECAUS, ou outros coletivos e profissionais, aplicar nos projetos de intervenções nas residências da comunidade da Margem da Linha, ou em qualquer outra comunidade ou favela, na busca do cumprimento dos direitos à moradia digna, utilizando os princípios e subsídios da Assistência Técnica Gratuita.

Muitas das novas tendências em tecnologia da construção são focadas na sustentabilidade da edificação, para entender e analisar essas tendências é necessário lembrar o conceito de sustentabilidade, onde em seus princípios estão os fatores determinantes para a manutenção das gerações futuras das nossas sociedades. Buscar, criar e apresentar subsídios para o apoio a comunidades em vulnerabilidade social é uma obrigação da academia, sua responsabilidade na transmissão de conhecimento é de grande valia para as ações e garantia de direitos. Viver a cidade não é somente residir nela, mas também fazer uma troca.

### Referências Bibliográficas

ABIKO, A. K. Introdução à gestão habitacional. São Paulo, EPUSP. Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/12.1995.

SANTOS, C. H. dos. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília : IPEA, 1999.

BOLAFFI, G. A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Brasileiro de Habitação. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. 1977.

BRASIL, Câmara dos Deputados, Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos et al. À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos. 2012. Disponível em: <http://inculturacao.salesianos.br/artigo-a-margem-da-linha-exclusao-social-xdefesa-e-garantia-de-direitos-apresentado-pelos-educadores-do-centro-juvenilsao-pedro/>. Acesso em: 26 fev. 2014.

HARVEY, David. Paris: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015. In: LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MOKHTAR, A. (2012) Defining an Architectural Design Strategy for Energy Performance— A Systematic Approach for Students. ICSDEC 2012: pp. 37- 45.



## **PARTE III**

### **GT 03 - Políticas públicas, desenvolvimento e margens**



### **A GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

*Mirian de Freitas da Silva<sup>27</sup>  
mirianfreitas23@hotmail.com*

*Geraldo Márcio Timóteo<sup>28</sup>  
geraldotiomoteo@gmail.com*

#### **Introdução**

O debate em torno da política pública de Assistência Social, tem se apresentado nos espaços acadêmicos, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 e posteriormente a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) como elemento chave para o entendimento de ações que visem à garantia de direitos sociais no âmbito das políticas sociais. A partir dessa perspectiva, o trabalho em tela pretende, à luz dos marcos legais que regulam a Assistência Social — como a Constituição Federal de (1988); a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993); a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) —, conhecer como se estabelece no plano da realidade a dinâmica de gestão do Sistema Único de Assistência Social a fim de compreender os determinantes que orientam o processo de materialização do direito à política de proteção social especial — identificando suas fragilidades a partir da ótica dos gestores.

Para isso definiu-se como metodologia a pesquisa qualitativa fundamentada no referencial crítico-dialético, em que buscou a pesquisa bibliográfica e o uso de entrevista semiestruturada com profissionais do SUAS no município. Para isso, realiza-se uma breve reflexão crítica da política de Assistência Social, para em seguida buscar compreender o processo de construção e aprovação da PNAS em 2004 — articuladamente ao processo de aprovação e implementação do SUAS a partir de (2005) — Integra também o presente trabalho, analisar os fundamentos que são intrínsecos à nova lógica de gestão apresentada pelo (SUAS) para o campo da política de assistência, ao buscar refletir sobre os conceitos que dão norte a esse novo modelo de gestão, sua base de organização e seus eixos estruturadores — com destaque para o território; a matricialidade sociofamiliar e a descentralização político-administrativa.

<sup>27</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Bolsista FAPERJ/UENF.

<sup>28</sup> Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PGPS)



### **A política de Assistência Social na perspectiva crítico-reflexiva: uma realidade em movimento**

Frente às transformações sociais em curso, a pobreza apresenta-se sob velhas e novas expressões, e é inegável a necessidade de tratar e reconhecer suas metamorfoses como questão social, produto da divisão social desigual firmada na sociedade brasileira, sendo, portanto, preciso deixar de lado seu trato de forma privada e individualizada, colocando como desafio responder as necessidades diversas como produtos históricos, pensados a partir do campo do direito social.

Nesse contexto, é importante frisar que historicamente a Assistência Social tem sua gênese vinculada e compreendida a partir do processo de conformação da identidade subalterna de seus usuários. (YAZBEK, 2015)

Como bem coloca Pereira (2012 p. 222) essa compreensão da Assistência está vinculada a sua história, em que mesmo rompendo com o viés da dádiva ao campo do direito – ainda assim, essa política “é comumente identificada como um ato subjetivo, de motivação moral, movido espontaneamente pela boa vontade e pelo sentimento de pena, de comiseração”. Isto é, mesmo com os avanços obtidos no campo do reconhecimento legal, os usuários da Assistência Social vivenciam na prática os estigmas do passado. Isso confirma o que Schons (2003, p. 53) coloca – “não é substituindo abstrata e apressadamente a assistência por direito social que se dá o passo mágico de assistido para o de cidadão.”

Portanto, compreender a trajetória histórica de construção da Assistência Social – significa vinculá-la a uma realidade que é caracterizada por modos de vida fincados na exploração, na pobreza, opressão, subjugação e resistência. (YAZBEK, 2015)

Assim, o reconhecimento da assistência como política de direito, pública e reclamável requer necessariamente uma mudança na cultura brasileira, no seu modo de pensar e agir – faz-se preciso uma nova cultura que rompa com o viés arraigado na essência da política de assistência que a sempre colocou no lugar do não direito, em função das ações parthenalista, assistencialista, benemerentes e de cunho caritativo tão presentes em sua história.

Assim, é necessário compreender a política de Assistência Social como área de política pública, sendo, portanto, reclamável por aqueles que dela fazem uso, os seus sujeitos usuários. (SILVA, 2014) Nessa perspectiva faz-se fundamental a democratização do acesso aos espaços públicos de debate, de construção e de deliberação, torna-se, portanto, essencial a participação dos sujeitos usuários, em que estes possam assumir o papel de protagonistas no



processo de construção e de legitimação da assistência enquanto política que assegura direitos.

Sabe-se que é preciso superar a “cultura da tutela que permeia a Assistência Social” e para que essa superação ocorra faz-se necessário “ampliar as condições de protagonismo em cada cidadão, por mais limitadas que sejam as condições que a própria natureza lhe ofereceu.” (SPOSATI, 1992, p. 2 *apud* YAZBEK, 2015, p. 28)

Portanto, dar visibilidade política ao sujeito usuário da política de Assistência Social é condição fundamental para construção e reconhecimento desse protagonismo de que tanto carece esse campo de política – isso porque, “ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevaleçam seus interesses de classe.” (YAZBEK, 2015, p. 28)

Nesse contexto de reconhecimento legal da Assistência Social, alguns documentos merecem destaque – a aprovação da Política Nacional de Assistência Social no ano de 2004 (PNAS/2004) – articuladamente ao processo de aprovação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005). No bojo de uma conjuntura adversa a conquistas para o campo social, a PNAS/2004 vem materializar “e tornar claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.” (COUTO; YAZBEK, SILVA, RAICHELIS, 2012, p. 60)

Nesse sentido, o SUAS encontra-se responsável por dar visibilidade às ações no âmbito da Assistência Social – ao organizar em todo o território nacional as responsabilidades, vínculos e hierarquias de serviços, benefícios e ações no espaço da política de Assistência Social, sendo estes “de caráter permanente ou eventual, executados e promovidos por pessoas jurídicas de direito sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil.” (Idem) – o modelo de gestão proposto para a Assistência baseia-se na descentralização político-administrativa com o controle social – com destaque para alguns eixos, como: a matricialidade sociofamiliar, o território e as ações intersetoriais no campo assistencial.

Assim, a temática do território torna-se elemento fulcral no processo de implementação e organização dos serviços socioassistenciais – portanto, o território aparece como elemento fundamental para a compreensão do espaço local, neste sentido, é a partir do



território que se dá a base de organização dos níveis de proteção social (básica<sup>29</sup> e especial<sup>30</sup>) –, trata-se de uma forma de aproximar cada vez mais as ações assistenciais as necessidades dos cidadãos ao propor apreendê-las a partir das especificidades local, do lugar vivido e construído pelos sujeitos usuários dessa política.

É nesse sentido, que se pode apreender o aspecto do território como “uma dimensão potencialmente inovadora”, por tratar e compreender o “território como espaço vivido”. (SANTOS, 2007) resultado das relações e, ou, interações humanas, sendo, portanto, a representação das diversas formas de relações sociais. Assim, a compreensão do território apresenta como alternativa e possibilidade de romper ou ao menos amenizar a fragmentação das ações e serviços no campo assistencial que passam a ser organizados de acordo com a territorialidade. Além disso, o território pode ser apreendido como espaço que evidencia as necessidades e carências sociais, mas não só isso, porque é nesse espaço “onde se forjam dialeticamente as resistências e as lutas coletivas.” (COUTO; YAZBEK, SILVA, RAICHELIS, 2012, p. 63)

Assim, a partir do SUAS “as ações públicas na área da Assistência Social devem ser planejadas territorialmente”, com o objetivo de romper a fragmentação dos serviços e ressaltar a busca da universalidade de cobertura para o campo assistencial, nesse sentido, esse modelo representa “a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizar a vigilância social das exclusões e de estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais.” (PNAS, 2004 *apud* COUTO; YAZBEK; SILVA; RAICHELIS, 2012, p. 72-73) Sendo, portanto, essencial pensar o território como ferramenta estratégica no processo de construção da política de Assistência Social – articulado a participação e controle social.

Além disso, “o território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tencionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento”. (Idem) Nesse contexto, o território, se apresenta como funcional na compreensão e entendimento da dinâmica presente nos diferentes espaços territoriais e de seus determinantes para compreensão das vulnerabilidades e riscos sociais, bem como na formulação de estratégias para seu enfrentamento.

---

<sup>29</sup> Ofertada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – busca as ações preventivas e de segurança e convívio social.

<sup>30</sup> Dividida em dois níveis de complexidade – média e alta e são ações, serviços, projetos e programas ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e instituições conveniadas, como, por exemplo, os abrigos ou instituições de acolhimento que ficam responsáveis pela proteção social especial de alta complexidade. Os serviços da proteção social de média complexidade – se voltam para usuários, grupos e famílias que se encontra em situação de fragilidade, violação de direito, mas que ainda não vivenciaram o rompimento de vínculo.



De acordo com Silva (2014 *apud* BRASIL, 2010, p. 17-18) esse princípio possibilita orientar a proteção social da política de assistência com base na perspectiva –

- Do alcance de universalidade de cobertura de indivíduos e famílias sob situações similares de risco e vulnerabilidade;
- Na garantia da integralidade da proteção social a indivíduos e famílias;
- Na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa nas ações da assistência social;
- No processo de descentralização e planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidades e riscos.

Diante disso, entende-se que a dimensão do território representa claro avanço para o campo da política de assistência, “uma vez que essa definição vai além do espaço territorial, geográfico, considerando o espaço ‘vivido’ pela população que lá se encontra.” (SILVA, 2014, p. 107)

Portanto, significa que a partir da perspectiva exposta o território se apresenta como espaço de disputa pelo uso do espaço urbano e, como espaço de reconhecimento de cidadania. (COUTO; YAZBEK; SILVA; RAICHELIS, 2012)

De acordo com Coutinho (1997, p.146),

a cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social [...], é resultado de uma luta permanente [...].

Diante do exposto, vale ressaltar que mesmo diante do reconhecimento normativo, na prática – a participação social se depara com enorme quantitativo de limites que impossibilitam o posicionamento das “classes subalternas” nos espaços públicos, que não se apresentam de fato como públicos e democráticos, já que somente uma pequena parcela da sociedade participa – como parte desses entraves chama atenção à ausência de uma cultura política crítica na educação brasileira, que impossibilita muitas vezes o reconhecimento desses sujeitos como classe para si, que se organiza e luta pela garantia de direitos coletivos.

De acordo com Santos (2008, p. 148)



A politização do social, do cultural e do pessoal abre imensas possibilidades para o exercício da cidadania e revela as limitações da chamada cidadania liberal ou da social circunscrita nos marcos do Estado. Sem deixar de lado a ideia de aprofundamento da cidadania social, civil e política, pois suas conquistas ainda são parciais, sobretudo em tempo de neoliberalismo.

A esse respeito Porto (2001) chama atenção ao destacar que a cidadania no Brasil não teve uma existência real, já que as conjunturas políticas não se constituíram na implementação de políticas sociais plenas e sim residuais. De acordo a autora a cidadania não existiu realmente, e isso se deu exatamente porque o Estado brasileiro não respondeu as reivindicações das classes trabalhadoras, e conseqüentemente, aos direitos.

Destarte, cabe frisar, que a participação dos indivíduos nas esferas de controle e fiscalização da política de Assistência Social favorece o exercício da cidadania, além de criar a possibilidade de formar sujeitos que objetivem uma sociedade mais justa e igualitária. Considera-se fundamental destacar, nesse processo, a luta dos movimentos sociais em prol do reconhecimento da Assistência Social como direito, sendo política pública e, portanto, reclamável pelos cidadãos.

Assim, ao problematizar a construção da política de Assistência Social no contexto brasileiro, não se deve perder de vista os elementos históricos que são intrínsecos a sua verdadeira gênese – qual seja: as desigualdades sociais provenientes das relações de exploração firmadas nos diferentes espaços da vida em sociedade.

Nesse sentido, para uma abordagem da Assistência Social no processo de inclusão e exclusão social, política, econômica e cultural, parte-se da posição de que o significado social desta política só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade capitalista.

Em que assentada na exploração de poucos sobre muitos, como é a sociedade brasileira, as políticas de corte social, ao regularem as relações sociais, não só favorecem a acumulação e oferecem bases para a legitimação do Estado, como reproduzem a dominação. (YAZBEK, 2015, p. 29)

Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise da Assistência Social em si mesmo para situá-la no contexto de relações mais amplas que constituem o modo de produção capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões.

Como bem destaca Sposati, (2008, p. 8) “a Assistência Social não nasce como política no mesmo dia do nascimento da LOAS. Ela é bem mais velha. É mais um caso de atraso de registro de nascimento.” Sendo, portanto, as características ainda vigente nas leituras



equivocadas dessa política — parte desse passado de não reconhecimento legal, em que historicamente colocou a Assistência Social na esfera da ajuda, da caridade, do assistencialismo, do paternalismo, da filantropia e das ações compensatórias.

Para tanto, o desafio é romper com essa visão distorcida e compreendê-la como conquista, como direito e não a partir do “parentesco com a Assistência Social conservadora”, pontual, fragmentada e focalizada.

Nesse cenário, “a Assistência Social enquanto prestação de serviços se constitui uma mediação na relação de classes e é o desvelamento do caráter ideológico desta relação que permite apreendê-la como um espaço contraditório onde também ocorre a luta pelos direitos sociais.” (SPOSATI; BONETTI; YAZBEK; FALCÃO, 2010, p. 7)

Portanto, compreender a função da Assistência Social enquanto categoria de política pública é fundamental, sendo a Assistência Social o lugar de produção e reprodução da subalternidade, mas ela não é só isso, já que a partir dos marcos legais ela se apresenta como política pública de direito de todos de que dela precisar.

A partir do exposto vale destacar os esforços empregados a partir da implementação da PNAS e do SUAS de desenvolver estratégias que busque articular uma gestão que viabilize ações e, ou, abordagens intersetoriais, sendo certamente este o caminho a ser seguido no sentido de superar as diferentes formas e condições geradoras das desigualdades sociais.

Nesse sentido, a intersetorialidade pode ser compreendida como ação que está para além do caráter específico de uma política, pois requer a articulação das ações desenvolvidas nos diferentes campos das políticas sociais, como, por exemplo, a política de saúde, de educação, de seguridade, de assistência, de habitação, meio ambiente, segurança pública, entre outras.

Sendo assim, “a intersetorialidade deve expressar a articulação entre diferentes políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e no enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas.” (COUTO; YAZBEK, SILVA, RAICHELIS, 2012, p. 61)

Nesta perspectiva, a ação de base intersetorial possibilita compreender as demandas apresentadas pelos usuários das políticas sociais de maneira completa, não se prende, portanto, a um único viés da questão ora, apresentada – ao propor ações que compreenda a totalidade do ser social rompe com a ideia de fragmentação e individualização do trato da questão social.



Diante disso, vale destacar outro aspecto importante apontado pela PNAS e pelo SUAS – refere-se à abordagem a partir da matricialidade sociofamiliar, esse tipo de abordagem desloca a apreensão do sujeito e de suas demandas do plano isolado para o espaço da família, nesse sentido, compreende-se a família como elo fundamental nas relações estabelecidas entre sujeitos e sociedade.

De acordo com a PNAS/NOB-SUAS (2005, p. 41)

a família, independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social.

Assim, faz-se fulcral buscar retomar as novas feições assumidas pelas famílias e compreendê-las como parte “intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia”. Nesse sentido, o cenário que se apresenta no contexto atual “tem remetido à discussão do que seja a família uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora.” (PNAS/NOB-SUAS, 2005, p. 41)

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que a família de que estamos falando caracteriza-se não por um modelo tradicional e convencional construído socialmente e culturalmente difundido, a PNAS e do SUAS – traz o entendimento da família como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”. Como parte das transformações supracitadas, “superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família”. (Idem)

Para Couto; Yazbek; Silva; Raichelis (2012), o foco das ações e abordagem na família é polêmica, já que envolve desde a concepção de família até o tipo de assistência que lhe deve ser ofertada – ou seja, de que família está se falando? Como compreendê-la em suas especificidades? De que políticas e ações estamos falando? São perguntas que seguem em curso assim como a construção das ações no campo assistencial.

Assim, os serviços da Assistência Social a partir da PNAS cujas ações seguem as diretrizes do SUAS são balizados na centralidade familiar e no território. A família passa a ser entendida como sujeito estratégico na proteção social de seus membros, sendo, portanto, alvo



prioritário de proteção. A partir dessa perspectiva “a matricialidade sociofamiliar, passa a considerar a família como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.” (PLANO DECENAL DO SUAS, 2007, 37)

Assim,

o reforço da abordagem familiar no contexto das políticas sociais, tendência que se observa não apenas na assistência social, requer, portanto, cuidados redobrados para que não se reproduzam regressões conservadoras no trato com as famílias, nem ampliem ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias pobres. (CAPACITA SUAS, 2008, v. 1. p. 59 *apud* COUTO; YAZBEK; SILVA; RAICHELIS, 2012, p. 67)

Cabe assinalar que a centralidade que a família assume no contexto das políticas sociais, mas principalmente no campo assistencial é um fato que requer demasiada atenção, por tratar principalmente de uma política que ao longo de sua história reafirma-se a partir de ações empobrecidas de participação social, de negação de direitos, vinculada muitas vezes a culpabilização dos sujeitos e de suas famílias por serem considerados segmentos sociais empobrecidos e que vivenciam diariamente as diferentes expressões de pobreza e exclusões social, política, econômica e cultural.

Além disso, as mudanças apresentada pela PNAS abarca o campo do financiamento e à gestão da informação, sendo estes eixos importantes que sustentam a nova direção a ser assumida pela Assistência Social. (COUTO; YAZBEK; SILVA; RAICHELIS, 2012)

No que se refere ao financiamento, o principal fator inovador será a “ruptura com a lógica convencional e a instalação do cofinanciamento pautado em pisos de proteção social básica e especial e em repasses fundo a fundo, a partir de planos de ação”. (COUTO; YAZBEK; SILVA; RAICHELIS, 2012, p. 67)

Assim, ao considerar os princípios da democracia e da participação social bem como as prerrogativas legais da política de Assistência Social, pressupõe que as ações nesse campo de política “deve primar pela participação, transparência, descentralização político-administrativa e controle social, os fundos de Assistência Social são *locus* privilegiado para a gestão do financiamento da política pública” considerando as três esferas de governo. Nesse sentido, “cabe ao órgão gestor da política, em seu respectivo âmbito, responsabilidade pela administração do fundo, sob orientação, controle e fiscalização dos respectivos conselhos.” (Idem)



Nesse sentido, dividir as responsabilidades entre as três esferas de governo representa significativo avanço para o campo assistencial, porém em termos práticos alguns problemas ainda persistem, como, por exemplo, a incapacidade dos municípios de pequeno porte de gerir os serviços, programas e projetos no campo assistencial com a verba que é repassada, isso porque a responsabilidade a partir desse modelo acaba sendo maior para os municípios que ficam responsáveis por implementar os serviços assistenciais, sem possuir muitas vezes as condições ideais, pois falta de espaço físico adequado, poucos recursos humano e financeiro, falta de conhecimento dos próprios profissionais, gestores e usuários do que venha a ser a política de assistência, ou seja, os próprios agentes desconhecem o conteúdo normativo desta política, colocando-a muitas vezes no lugar da não política ao considerá-la como ação emergencial e assistencialista.

Assim, cabe assinalar que a construção de uma gestão da política de Assistência Social que de fato corresponsabilizem de igual maneira seus diferentes níveis governamentais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) ainda continua sendo um grande desafio, apesar dos avanços que são inegáveis.

Silva (2014, p. 24) destaca que

A afirmação do SUAS, como sistema de gestão e garantia de direitos sociais no campo da Assistência Social, exige o repensar dessa política, desafio que está posto na implementação de uma nova concepção e da política de proteção social no país e na tradução desta em nível micro, ou seja, na rede socioassistencial.

Portanto, tornar realidade os objetivos e princípios contidos no sistema único de Assistência Social, requer a articulação dos diferentes segmentos sociais, pois envolve o reconhecimento da própria política de assistência enquanto política direito, enquanto espaço de lutas travadas cotidianamente, assim, é preciso refletir o papel dessa política em nível macro para podermos considerá-la a partir da realidade micro – a realidade que é apresentada diariamente aos profissionais e usuários da assistência, sendo esta muitas vezes uma realidade muito aquém da que se deseja para a plena efetivação das ações e serviços.

Além disso, como ressaltado no decorrer deste artigo a partir do SUAS a gestão dos serviços no campo assistencial ganha novo panorama. Acerca disso, Junqueira, (1997) destaca que a temática sobre gestão e descentralização das políticas sociais vem sendo ressaltada a partir da década de 1980. Nesse processo “[...] a descentralização [tem se apresentado] como a possibilidade de tornar o poder mais transparente e suscetível ao controle social.” (p. 12)



No campo assistencial Couto (2009) destaca as diretrizes que dão norte ao processo de descentralização político-administrativa do Estado, estando a coordenação e as normas gerais sob responsabilidade da esfera federal, enquanto a execução dos programas fica sob a incumbência das esferas estaduais e municipais, complementada pela ação das entidades beneficentes e de Assistência Social privadas, com ou sem fins lucrativos.

Fica claro que

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) introduz uma concepção de sistema orgânico em que a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental. Desde a LOAS, previa-se a política de Assistência Social articulada entre as esferas municipal, estadual e federal. (COUTO, 2009, p. 206)

Faz-se preciso pensar que, embora planejada, essa forma de articulação “resultou em arranjos organizacionais pouco consistentes e em transferência de responsabilidades.” Isso porque, os municípios, principalmente os de pequeno porte *locus* da materialização da política, não apresentam condições financeiras favoráveis a sua efetivação, como destacado anteriormente. (Idem)

Diante disso, “a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o SUAS, em especial no seu modo de gestão, repõem a necessidade de enfrentar o desafio de dar materialidade à política, conforme os preceitos da LOAS.” (COUTO, 2009, p. 206-207)

Nesse sentido, uma das questões básicas apresentadas pelo SUAS diz respeito “à retomada da centralidade do papel do Estado na garantia e existência de serviços estatais como articuladores do serviço socioassistenciais necessários.” (Idem)

Frente a essas questões, vale ressaltar que o processo de gestão do SUAS em curso na realidade brasileira vem no sentido de reafirmar ações que busque a autonomia de cada esfera de governo em âmbito local, de acordo com suas especificidades socioterritoriais, o comando das ações devem está necessariamente articulado a uma única Secretaria – no caso do município de Campos dos Goytacazes o comando geral dos serviços encontra-se na Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social e a oferta desses serviços, programas e projetos nas respectivas instituições responsáveis pelos níveis de proteção.

Para Pastor (2007, p. 223)

“a implementação da gestão democrática da Assistência Social revela que é no cotidiano que se constrói, com avanços e com limites, uma política pública afiançadora de direitos, especialmente numa conjuntura que assiste à



destruição dos padrões de proteção embasados no trabalho e da tentativa de destituição dos direitos sociais.”

Diante disso, é preciso pensar a gestão da política de assistência tendo como base as mudanças sociais em curso, que resultam em diferentes frentes de desigualdades sociais, exigindo do Estado respostas a essas desigualdades.

Nesse sentido, faz-se preciso refletir sobre um modelo de gestão que esteja comprometida com o verdadeiro acesso dos sujeitos usuários a proteção social. Uma gestão que busque alcançar os objetivos do SUAS – que são: a consolidação de um sistema descentralizado e participativo; a regulamentação e organização das ações socioassistenciais num único sistema, o que requer a necessidade de planejamento da política de assistência de maneira articulada entre os entes federados tendo os mesmos princípios e diretrizes como base, porém com respeito a heterogeneidade.

Nesse contexto, o campo da política de Assistência Social deve ser compreendido como espaço que manifesta as diferentes contradições e antagonismo, sendo este espaço de lutas, de direitos e deveres, devendo ser apropriado por seus diferentes agentes enquanto tal.

Para tanto, a essência dos direitos socioassistenciais deve ser buscada a partir da ótica dos atores sociais que os pronunciam – é compreender e dar historicidade como conquista que deve ser permanentemente discutida e construída pelos atores sociais e profissionais engajados em reconhecer as políticas de Assistência Social como parte histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista –, assim a Assistência Social se apresenta e se justifica pela inoperância de um conjunto de elementos que deveriam funcionar articuladamente – principalmente as políticas de desenvolvimento econômico e social.

### **Resultados parciais**

Até o presente momento, foram realizadas três entrevistas com os profissionais inseridos na gestão do SUAS no município de Campos/RJ– a partir das falas dos entrevistados algumas questões merecem destaque – reforçou-se a importância da perspectiva de território; a falta de uma articulação das políticas de assistência; a necessidade de ampliação das equipes de profissionais; a necessidade de expansão da rede de serviços e foi ressaltada a importância do setor de vigilância e monitoramento.

De acordo com a fala da entrevistada 1- a descentralização dos atendimentos de proteção básica e especial ocorreu conforme previsto na PNAS e no SUAS – antes “os



serviços se concentravam todos na Secretaria, o que na verdade não eram serviços, o modelo anterior a PNAS a NOB/SUAS, não eram modelos de serviços, eram modelos de oferta de programas, de benefícios [...] era tudo muito superficial e tudo muito pontual.” A partir da fala de outra entrevistada foi possível salientar que o município demanda a necessidade de “ter uma Secretaria exclusiva de Assistência Social, coisa que nós não temos [...] então a Secretaria não tem um olhar específico só para a política de assistência”. Entre outras questões, a pesquisa ainda está em andamento.

### **Considerações (parciais)**

A partir das entrevistas, pode-se afirmar que o município vem num esforço constante de adequação da rede de atendimentos, de serviços, programas e projetos a aquilo que é estabelecido na PNAS e no SUAS, apesar dos entraves e desafios ainda presentes, se comparado em termos de gestão ao que era dez anos atrás podemos afirmar que muitos avanços foram possíveis.

Compreendemos que a participação social e o reconhecimento social dos indivíduos enquanto sujeitos coletivos na esfera pública favorecem o exercício da cidadania, além de criar a possibilidade de formar sujeitos que objetivem uma sociedade mais justa e igualitária.

Identificamos também, que mesmo com os avanços legais e com a preconização da política de Assistência Social enquanto direito, o advento do neoliberalismo, que atualmente, engendra num quadro de despolitização das ‘classes subalternas’, transformou as conquistas das lutas sociais em mera concessão, remetendo os direitos ao âmbito do mercado e desresponsabilização social do Estado.

Portanto, torna-se primordial a formação de arenas públicas de discussão em torno da busca pela garantia da Assistência Social enquanto política pública de direito. Assim, compreendemos que o território pode favorecer o reconhecimento social dos sujeitos, ao se apresentar como campo favorável a articulação política desses sujeitos na busca pela transformação de problemas sociais em problemas públicos, reclamáveis.

Por último, foi possível identificar que a Assistência Social se amplia na condição de política não contributiva, e transforma-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, haja vista que não tem conseguido dar respostas que resultem na emancipação seja ela política, social e econômica da população usuária dos serviços socioassistenciais –; fato esse que tem exigido cada vez mais um esforço conjunto entre sociedade civil e Estado na busca



pela garantia e efetivação de ações que primam pela plena efetivação da assistência frente ao contexto social excludente gestado pelo grande capital.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB-SUAS**. Brasília: nov. 2005b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social **METAS E ESTRATÉGIAS – PLANO DECENAL SUAS PLANO 10**. Brasília/DF, 2007.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social: Uma Nova Forma de Gestão da Assistência Social**. In: *Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil*, Brasília, julho de (2009). Disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao\\_eletronica/muse/cursoscapacitasuas/assets/o-suas\\_uma-nova-forma-de-gest%C3%A3o-da-assistencia-social\\_berenice\\_couto2.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/muse/cursoscapacitasuas/assets/o-suas_uma-nova-forma-de-gest%C3%A3o-da-assistencia-social_berenice_couto2.pdf). Acesso em: Nov. de 2014.

JUNQUEIRA, L.A. P. & INOJOSA, R. M. **Desenvolvimento Social e Intersetorialidade: Cidade Solidária**, São Paulo, FUNDAP (mimeo), 1997.

PORTO, Maria Célia da Silva. *Cidadania e (des)proteção social: uma inversão do Estado brasileiro?* **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, v. 22, n. 68, p. 17- 33, nov. 2001.

PASTOR, Márcia. **A Democratização da Gestão da Política de Assistência Social: fragmentos de um estudo**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a10v10n2.pdf>. Acesso em: Nov. de 2015.

SHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e de cidadania. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit., pp. 263-264.

SPOSATI, Aldaiza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus Usuários: entre a rebeldia e o conformismo**. São Paulo: Cortez, 2014.



PEREIRA, Potyara A. Pereira. **Sobre a Política de Assistência Social no Brasil**. Disponível em <http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/12/08-Sobre-a-politica-de-assistencia-social-no-Brasil.pdf>. Acesso em: março de 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2015.



### DE NOVO “À MARGEM”? UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE LUTA FRENTE AO REASSENTAMENTO DA COMUNIDADE DA MARGEM DA LINHA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ<sup>31</sup>

*Jerusa Raquel dos Santos Ferreira Guedes Farias<sup>32</sup>  
Antenora Maria da Mata Siqueira<sup>33</sup>*

#### Introdução

O presente trabalho que fora apresentando oralmente, na linha de Políticas Públicas, Ambiente e Desenvolvimento no II Seminário Cidades, Espaços Públicos e Periferias, é de conclusão de curso em especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, que versa sobre uma questão cada vez mais comum no espaço urbano do Município de Campos dos Goytacazes: o processo de reordenamento do espaço e consequente uso da terra. A título disto, o objeto estudado diz respeito ao processo de luta frente ao processo de reassentamento da comunidade da Margem da Linha. Formada há aproximadamente 40 anos, que tem sua ocupação vinculada aos cortadores de cana de açúcar que se alocaram no entorno da usina à qual prestavam serviços, na medida em que este tipo de economia, por muitos anos, marcou o desenvolvimento do Município.

A área ocupada pela comunidade tem sido classificada pela Defesa Civil municipal como área de risco e, portanto, irregular para a permanência das moradias. No entanto, no seu entorno, inúmeros tem sido os empreendimentos – tais como shoppings, hotéis, supermercados, condomínios de pequeno até grande porte – que realizam propagandas dos imóveis a serem vendidos utilizando da proximidade ao Centro, acesso a rodovias e avenidas.

---

<sup>31</sup>Trabalho Final de Curso a ser apresentado ao Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do título de especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

<sup>32</sup> Pós-Graduada em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional UFF/Campos; Pós-Graduada em Serviço Social Contemporâneo – UFF/Campos; Assistente Social do Serviço de Assistência São José Operário; Presidente do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMPDCA do Município de Campos dos Goytacazes. E-mail: [jerusaraquel@yahoo.com.br](mailto:jerusaraquel@yahoo.com.br).

<sup>33</sup>Professora responsável pela orientação da monografia, possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (1984), mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP em co-tutela no Institut Supérieur des Sciences Agronomiques, Agroalimentaires, Horticoles et du Paysage/França (2009). Desde 1991 é professora da Universidade Federal Fluminense. Linhas de pesquisa: ambiente, sociedade e desenvolvimento; água, desastres e riscos; conflitos socioambientais; planejamento e gestão de águas; questão urbana, agrária e ambiental. E-mail: [antenora@id.uff.br](mailto:antenora@id.uff.br).



Além desta mobilidade, destacam a proximidade dos supermercados de renome e os demais investimentos vizinhos, mobilizando e encantando o cliente para a obtenção do imóvel.

Concomitantemente a este processo, tem a atuação do poder público, através das Secretarias Municipais de Defesa Civil e de Desenvolvimento Humano e Social, na “remoção” dos moradores da Margem da Linha com a justificativa de garantia de moradia. E, frente a isto, tem a luta dos moradores que desejam permanecer na comunidade, os quais têm como parceiros as ações Salesianas, por meio do Centro Juvenil São Pedro e por pesquisadores de Universidades situadas no Município, dentre elas: UFF, IFF e UENF. Este trabalho foi dividido em três capítulos:

O primeiro trata o espaço urbano e moradia enquanto direitos e o Programa Morar Feliz e suas implicações para a efetivação do direito a moradia. O segundo capítulo trata do Risco Social e Risco Ambiental, fazendo uma breve análise sobre o “risco” e sua utilização na sociedade e de forma mais específica. Realiza o estudo sobre a invisibilidade do “risco” frente ao processo de “remoção” dos moradores da Margem da Linha, sendo primordial para o entendimento das causas utilizadas pelo Poder Público como justificativa para a “remoção” da comunidade que, há anos, ocupa um território sem que esta questão fosse levantada. O terceiro e último capítulo aborda especificamente a luta da comunidade para permanecer na área. Trata de recuperar a formação da Comunidade da Margem da Linha, bem como a trajetória da Associação de Moradores da Margem da Linha, suas lutas e formas de resistência para permanecerem onde vivem e promover a urbanização como forma de garantia de direito e por fim êxitos logrados em prol das reivindicações dos moradores da Margem da Linha.

### **Objetivos**

- Permitir ao leitor a aproximação da realidade vivenciada pelos moradores da Comunidade da Margem da Linha e de suas principais formas de luta e resistência frente ao processo de reassentamento de seus moradores que desejam ali permanecer.

### **Técnicas de pesquisas**

O trabalho se pautou em revisão bibliográfica e de literatura sobre o objeto empírico em questão, a presença na audiência pública realizada a partir da solicitação dos moradores e das instituições que a apoiam, sendo também realizada uma entrevista em profundidade com a



Presidente de Associação de Moradores da Margem da Linha, a fim de obter informações sobre a comunidade e sua forma de organização política. O limite de entrevista somente à Presidente da Associação se deveu ao enfoque do objeto, neste trabalho, optar por estar centrado na principal referência de liderança comunitária.

### **Desenvolvimento**

Muitas são as questões que podem ser trazidas à análise do tema do processo de desocupação da comunidade da Margem da Linha, dentre elas, o interesse do Estado frente aos grandes investimentos que estão sendo realizados ao redor daquela região, a luta de grande parte dos moradores quanto a não-remoção, a exclusão social, a questão do acesso e exercício de direitos frente às recentes modificações e expansão do espaço urbano no Município. Para ZACCHI e CAETANO (2013):

A cidade, hodierno, fragmenta-se cada vez mais sob a influência do mercado, seguindo nexos do poder de compra e locação compatível com a estratificação da sociedade. Os habitantes mais vulneráveis da cidade, com suas demandas sociais deprimidas, “inspiram-se” na realidade de suas necessidades para recriarem e sobreviverem de forma “independente” aos desígnios das políticas sociais do Estado. (ZACCHI; CAETANO, 2013, pág. 122)

“A partir da década de 80, o Brasil passou por um momento de profunda redemocratização que possibilitou a participação da sociedade civil em diversos espaços públicos. Dentre os mecanismos que possibilitam tal ação, podem-se destacar a organização dos moradores em associações, que desde as décadas de 1960/1970, quando surgiram, tem como objetivo a luta por melhores condições de vida na cidade, representando então a base de luta em prol do que consideram seus interesses comuns.”

Segundo FILHO *et alli* (2009), as associações de moradores – e outras organizações – lutam por uma melhoria da qualidade de vida na cidade. Buscam, assim, um modelo de cidade onde a justiça social se faça presente.

É através da associação de moradores, na figura de seus representantes, que os moradores de uma determinada área poderão reivindicar melhorias para o espaço em que vivem, com intuito de assegurar e garantir o acesso aos serviços públicos e luta pelos seus direitos.

Segundo relato da atual Presidente da Associação de Moradores, o surgimento da primeira Associação de Moradores da Margem da Linha remonta a década de 80. Originada



de um movimento político partidário, desde então passaram pela presidência várias pessoas e, devido a esta rotatividade e a algumas dívidas, não foi possível dar continuidade à entidade denominada “Associação Antônio Alves Poubel”. Foi então rearticulada e reorganizada uma nova Associação a partir de 2012, quando houve a mobilização de seus moradores no que tange ao processo de retirada destes da Margem da Linha, sendo legalizada em 2015.

Segundo OLIVEIRA *et alli* (2012), em reunião realizada em novembro de 2011, tendo como sede o Centro Juvenil São Pedro, ficou decidido a reativação da Associação de Moradores, sendo:

“[...] etapa da luta pelo direito à moradia digna e da convivência comunitária, o que tem propiciado reuniões com as lideranças locais, que vêm discutindo que papel da associação deverá consistir em lutar pelo direito de todos; buscar serviços, parcerias para esclarecimentos e orientações; ser ponte entre as demandas comunitárias e o governo. Em tais reuniões, ficou decidida que a estratégia é o encerramento da antiga Associação Antônio Alves Poubel, para se desvincular dos antigos vícios e das dívidas deixadas em aberto e a formação e a formalização de uma nova associação - Associação de Moradores e Amigos da Comunidade da Margem da Linha do Rio. (OLIVEIRA et al, 2012, p. 06)”

Desta forma, buscando garantir a não remoção e a luta pela melhoria e regularização das terras ocupadas pelos moradores da Margem da Linha, moradores tem se organizado pela Associação de Moradores. Atualmente ela representa aqueles que desejam a não remoção da Margem da Linha, visto que grande parte já foi removida para o Conjunto Habitacional Morar Feliz de Ururai. Destaca-se que havia moradores que fizeram a opção pela mudança, posição já detectada em pesquisa de MENDES *et alli* (2013).

Em pesquisa realizada no ano de 2016, pode-se observar que nos últimos anos, desde a sua nova constituição, a ação principal da Associação de Moradores tem sido a luta para continuidade daqueles moradores que querem permanecer na Margem da linha, o que pode ser ratificado por meio de entrevista realizada com a Presidente da Associação de Moradores, Cristiane Monteiro:

“[...] tem aquelas pessoas que querem ficar e a nossa maior luta agora é para quem quer ficar, porque para quem quer ir, para lá, a situação deles está resolvida, é só as casas ficarem prontas que eles vão. Agora a nossa não, a gente tem que resolver essa situação prosmoradores permanecerem.” (MONTEIRO, Cristiane. 2016. Entrevistador: Jerusa Raquel S. F. G. Farias)



Desta forma, a Associação de Moradores acaba por perder sentido para aqueles que já foram removidos para o conjunto Habitacional em Ururui. Quanto às novas reivindicações desse novo território, os moradores deverão se organizar para garantir que as suas reivindicações virem pauta da agenda pública e continuar sendo um espaço de luta constante para aqueles que desejam permanecer na comunidade.

A regularização fundiária consiste no direito de requerimento do processo por parte da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, denominado “Poder Público”, como também a parte legítima e interessada na ação que podem ser: Cooperativas Habitacionais, Associação de Moradores, fundações, entre outros. Desta forma, segundo a lei nº 11.977/2009:

A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Lei no 11.977/2009, art. 46)

Segundo GODOY (2015, p.75), “a propriedade advinda da regularização fundiária efetivará o direito de permanência e consolidará o assentamento, regularizando a situação de todos”, sendo assim, é possível garantir o direito à moradia e segurança dos moradores quanto à propriedade de suas terras. Neste processo de luta e permanência na Margem da Linha, os moradores e sua representação – que é Associação – não estão sozinhos, algumas Instituições têm sido parceiras, dando apoio social, técnico e acadêmico. Nesse universo, uma Instituição ganha destaque que é o Centro Juvenil São Pedro que segundo MONTEIRO *et alli*(2012):

“[...] representa um fator de proteção diante de tantas vulnerabilidades socioeconômicas, onde suas atividades de recreação assumem um lugar central na comunidade. Não há em toda a comunidade outro equipamento de lazer disponível além de um precário campo de futebol. Nesta Instituição os adolescentes têm os garantidos direitos fundamentais, como o direito à educação, o direito ao lazer, a atividade lúdica, a possibilidade do acesso à diversão, aproveitando a fase da adolescência de forma mais prazerosa; direito ao esporte e todo o desenvolvimento físico e cognitivo que ele pode potencializar; direito à convivência familiar e a intervenção com vistas ao fortalecimento destes vínculos quando a ausência de proteção social do Estado às famílias as fragiliza. Ou seja, se justifica, pois existe a demanda, há obrigação do Estado e comprometimento da Sociedade, neste caso, manifesto na iniciativa do Centro Juvenil São Pedro em intervir.” (MONTEIRO et al, 2012, p.54).



É necessário ressaltar a importância do CSPJ, na constituição da atual Associação de Moradores, no assessoramento de sua criação e de sua regularização, além de promover o protagonismo juvenil e de seus familiares. Mesmo após a remoção, alguns usuários que foram para Ururai continuam indo aos atendimentos ofertados pela Instituição por meio de ações socioeducativas, sendo este espaço referência para as crianças, adolescentes e suas famílias.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) foi destacada pela Presidente da Associação, pela importância à mobilização de consciência de seus moradores, esclarecendo-os sobre os seus direitos, a partir do seu próprio reconhecimento. A instituição realizou para a Associação primeiro diagnóstico socioeconômico da Comunidade. Segundo relato da Presidente da Associação de Moradores:

[...]eles fizeram esse levantamento todo na questão da moradia, de quantas pessoas tem, quantas famílias, isso foi muito importante esses dados que eles fizeram aqui dentro, nos informaram aqui, coisas que nem a gente mesmo tava sabendo. Que o que a gente sabia era do IBGE, que já estava desatualizado. (MONTEIRO, Cristiane. 2016. Entrevistador: Jerusa Raquel S. F. G. Farias)

Outra instituição de apoio é o Instituto Federal Fluminense (IFF), que deu um subsídio de extrema importância à continuidade da luta por permanência, reforçando os trabalhos em curso para a urbanização do trecho dos moradores que querem permanecer, realizando o mapeamento da comunidade por meio de seus estudantes e formulando um projeto de reurbanização da Comunidade. Para Godoy e Maciel (2015):

Um programa de urbanização que tenha a efetiva participação dos moradores irá reconhecer o assentamento em seus lotes de acordo com esse diagnóstico e em consonância com o projeto de intervenção. De acordo com os desdobramentos do plano pode haver realocações de moradias ou redesenho de alguns lotes, mas em princípio o desenho urbano consolidado é mantido. Casos específicos podem direcionar novas construções ou eventuais demolições para criação de ambientes mais favoráveis à habitabilidade. Considerando que todo o processo é sempre participativo e que os planos serão incansavelmente debatidos pelo conjunto da comunidade, o que se espera é que poucas realocações sejam feitas e as que forem para lugares próximos ao lote original. (GODOY e MACIEL, 2015, p. 10)

Desta forma, segundo relato da Presidente da Associação de Moradores, Cristiane Monteiro: “foi muito importante essa parceria, está sendo muito importante essa parceria com esse pessoal do IFF, da UFF, da UENF, daqui do Centro Juvenil, muito importante”.



## 2º SEMINÁRIO **Cidades, Espaços Públicos e Periferias**

Quanto às manifestações, no início do processo de desocupação – antes mesmo que se concretizasse – muitos moradores juntos aos dirigentes da Associação de Moradores mobilizaram e realizaram protesto na BR-101, como forma de luta contra os ditames do Poder Público. No entanto, ao passar do tempo, muitas famílias que desejavam sair ou mesmo se sentiram pressionadas por este poder, aceitaram a remoção.



**Fonte:** Jornal online Ururau 17-03-2014

Segundo MATTA e MATTA(2015, p.13), em entrevista concedida ao Jornal Folha da Manhã pela Presidente da Associação de Moradores, esta afirmou que:“há dois anos tentam negociar com a prefeitura e sem sucesso. A Prefeitura quer retirar-los do local porque a área está mais valorizada com a vinda de hotéis, shopping (...) A prefeitura não quer mais favela aqui”.

Ainda como forma de mobilização à época, articulada pela Associação e por representantes das instituições que possuem pesquisa e outros trabalhos na localidade (CJSP, IFF, UFF, UENF) foi realizada uma audiência Pública no Instituto Federal Fluminense, com a presença dos moradores da Margem da Linha, professores universitários, Defesa Civil, Defensoria Pública, representantes do CJSP e demais representantes da Sociedade Civil, como forma de diálogo e negociação entre o Poder Público e a Sociedade Civil, que teve como tema a discussão dos dilemas entre a habitação de interesse social e a especulação imobiliária.

Insta ressaltar que a audiência pública foi o marco importante, visto que representou um “divisor de águas”, deixando claro entre os moradores presentes, a existência de dois grupos: os que desejavam continuar na Margem da Linha e aqueles que desejavam sair.



**Fonte:** acervo Danielly Cozer Aliprandi, Audiência Pública

No Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, foi possível ser criada no mesmo ano, uma comissão específica para tratar, junto ao representante da atual Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – SDHS, a não remoção das famílias que desejavam mudar para os condomínios do “Morar Feliz”, antes mesmo do início do processo de retirada. Sendo assim, em reunião ordinária realizada no CMAS, consignada em ata do dia 09 de maio de 2014, os moradores solicitaram do Gestor Público uma resposta sobre a não remoção dos moradores que queriam continuar em suas casas, por assim não considerarem suas residências em local de risco.

Em contradição, o referido gestor solicitou um prazo maior para a resposta, se prontificando a fazer o possível para priorizar a entrega dos imóveis para aqueles que, de fato, queriam sair da comunidade, já que fora sinalizada a remoção de 300 famílias. No entanto, esta Comissão não obteve sucesso em seu objetivo, ficando tão somente a cargo do Poder Público direcionar e decidir sobre o processo de remoção, gestado no final do ano de 2014. Em entrevista realizada com a Presidente da Associação de Moradores, ficou claro este posicionamento:

[...] a gente levou essa situação para o Conselho sobre as remoções [...] mas, a gente estava conversando em vão, parecia que estava falando com as paredes porque tudo que a gente argumentou tudo o que a gente falou, tudo aquilo que a gente falava, não foi levado em conta, [...] nós não fomos ouvidos. (MONTEIRO, Cristiane. 2016. Entrevistador: Jerusa Raquel S. F. G. Farias)

A luta daqueles que desejam permanecer na comunidade é constante e, como alternativa, tem-se a regularização fundiária. Segundo a Presidente da Associação de Moradores, foi aberto um processo nos Ministérios Públicos Federal e Estadual, sendo estes



arquivados. Quando solicitou o não arquivamento, foi orientada a procurar a Defensoria Pública.

Grandes conquistas foram obtidas pela Associação, dentre elas, ocupar uma cadeira no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o que possibilitou dar visibilidade as questões trazidas pela Presidente da associação. Na condição de Conselheira, participando de várias conferências, tais como a Conferência Nacional de Assistência Social, aonde a representante da Associação vem, solidamente, ganhando voz e espaço. Segundo MENDES (2013):

[...] na Margem da Linha há organização política dos moradores que atua no sentido de exercer esforços na construção de espaços de debate e na representação em espaços públicos de controle social de políticas públicas, como os Conselhos Municipais. (MENDES, 2013, p. 08).

Nesses espaços de controle social é esperado que “o processo de regularização dos assentamentos informais represente de fato a oportunidade de elevação da cidadania de forma simultânea ao crescimento dos padrões urbanos da cidade”. (XAVIER, 2005, p. 57). Como resultado da Audiência Pública, foi explicitado mais um avanço em relação àqueles que desejam permanecer na Margem da Linha, sendo o apoio das Universidades um grande impulso no entendimento que é possível aos moradores da Margem da Linha permanecerem em seu território, conforme relato da Professora do IFF na Audiência Pública, realizada em 2014:

[...] temos o objetivo de destacar a possibilidade de manutenção dos membros da comunidade da Margem da Linha, como uma alternativa viável, desde que haja a intervenção urbanística na própria área a qual os moradores estão há muitos anos. (Daniela Bogado, professora do IFF e membro da equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do IF Fluminense).

Mesmo com o processo de reassentamento dos moradores da Margem da Linha em andamento, pelo qual, futuramente, mais casas que ainda estão em construção serão entregues, os moradores que desejam ficar e lutam pela permanência continuam em suas moradias. Segundo relato da Presidente da associação:

A maioria das pessoas ficaram com medo e foram. Hoje tem um pessoal que realmente que ir né, que tá querendo ir para lá, mesmo sabendo do que está acontecendo para lá, mas, eles estão querendo ir. Mas, hoje a gente sabe que ninguém pode tirar a gente daqui a força, que nós temos o direito de ficar, e



que a gente vai lutar para isso. (MONTEIRO, Cristiane. 2016  
Entrevistadora: Jerusa Raquel S. F. G. Farias)

O próprio apoio das entidades e Universidades que aceitaram o desafio de mobilizar a população e seus representantes contra o processo de “remoção” dos moradores da Margem da Linha representa uma vitória para estes. Nenhuma outra comunidade que foi reassentada nos demais Programas Habitacionais existentes no Município lutou e ganhou voz em diversos espaços de participação social e popular quanto à Margem da Linha – território de trabalhadores e guerreiros – que reivindicam a efetivação de seus direitos.

### **Considerações finais**

O espaço urbano é produtor de desigualdades. Dentre elas, destaca-se a questão da moradia e das terras concentradas nas mãos de poucos; marca do processo da construção da nação brasileira como um todo, não estando limitada a uma cidade específica. O Município de Campos dos Goytacazes não difere desta realidade. É produto das relações econômicas de uma sociedade capitalista, numa lógica desigual. Lógica expressa e produzida nos espaços ocupados, resultando em algo inerente ao modo de produção.

Como forma de “amenizar” a questão da moradia e retirada das famílias da área de “risco”, o Município de Campos dos Goytacazes instituiu a Política Municipal de habitação intitulada “Morar Feliz”, visando beneficiar as famílias que se enquadram no perfil de vulnerabilidade social e risco a partir das políticas de proteção e defesa civil e de assistência social. No entanto, nenhum de seus moradores é ouvido quanto a este processo, ficando as decisões por conta do Poder Público.

Marca que ficou ameaçada a partir da “remoção” dos moradores da Comunidade da Margem da Linha. A “remoção”, em si, foi gestada no final de 2014 e início de 2015, conforme apontado pelo presente trabalho. No entanto, o processo de mobilização de seus moradores foi anterior, sofrendo metamorfoses ao longo dos acontecimentos. No começo, a grande parte de seus moradores não queria ser removida. No entanto, após várias intervenções realizadas pelos gestores que ocupavam a pasta da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, muitos moradores cederam a pressão e aceitaram ser reassentados.

O processo de “remoção” ainda está em andamento, com previsão de entrega de mais casas no Conjunto Habitacional Morar Feliz de Ururai. As famílias seguem no aguardo da finalização das obras. Para aqueles que desejam continuar, a luta continua. Aquele território



ocupado anteriormente pelas suas famílias é rico em historicidade e pertencimento: território que eles possuem como referência em relação aos laços de afetividade, convivência familiar e relação de amizade e solidariedade com os seus vizinhos. A Associação de Moradores – responsável pelo diálogo entre o Poder Público e seus moradores – vêm lutando pela permanência de parte de seus moradores e conseguindo grandes conquistas, contando com o apoio social, acadêmico e técnico de instituições tais como: O Centro Juvenil São Pedro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Instituto Federal Fluminense, dentre outros. Neste sentido, observa-se a necessidade cada vez maior da luta por meio de mobilizações sociais e pela participação e controle social em busca da construção de uma cidade mais justa e igualitária, fazendo com que se cumpram os dispositivos legais referentes ao direito à cidade. Um direito que não pode ser particularizado e sim universalizado com todos os seus moradores, principalmente o direito à moradia digna e adequada, perpassando direitos sociais, civis e políticos.

Assim, através do estudo realizado, conclui-se que o processo de “remoção” não se caracteriza como uma alternativa para muitas famílias como no caso da Margem da Linha. Ao retirar a população de sua área para outra distante, sem infraestrutura adequada, efetivamente, o Poder Público a expõe a outros riscos reais. Segrega-a da cidade e a leva para mais distante. Em contrapartida, ao revés dos fatos, o Poder Público apresenta a imagem de garantia de um direito. Neste sentido, a luta e a mobilização da comunidade para permanecer na área originalmente ocupada tem sido a resoluta alternativa para que tal direito não seja somente um mero anúncio abstrato, mas uma realidade concreta.

### Referências Bibliográficas

FILHO, João Manoel de Vasconcelos; LIMA, Fátima Maria de; NASCIMENTO, Gerson Gomes do. **A segregação socio-espacial e a luta pelo direito à moradia**: em foco a ocupação do setor Monte Sinai em Araguaiana – TO. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Neoliberalismo e lutas sociais: Perspectivas para as políticas públicas, Trabalho Completo.

GODOY, A. L. C.; MACIEL, F. B. **Assistência técnica gratuita, urbanização e regularização fundiária**: uma alternativa à remoção no caso da favela da margem da linha em Campos dos Goytacazes/RJ. In: VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Globalização em tempos de Regionalização - repercussões no território, 2015, Santa Cruz do Sul - RS. Anais do VII Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional: 2015.



GODOY, Antônio Leandro Crespo de. **Arquitetura pública como ferramenta para a cidadania: Uma proposta alternativa à remoção e o caso da Favela da Margem da Linha em Campos dos Goytacazes.** Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do Grau de Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, 2015.

MATTA, N. G.; MATTA, L. G. **Urbanização de áreas periféricas em Campos dos Goytacazes- RJ: um olhar sobre o conflito.** In: I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: Desafios da inserção em contextos contemporâneos, 2015, Vitória-Espírito Santo. GT 04- Desenvolvimento, conflitos socioambientais e políticas públicas - I Congresso Nacional de Ciências Sociais, 2015.

MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Políticas Públicas, Moradia Popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da Favela Margem da Linha. **Libertas** (UFJF. Online), v. 14, p. 1-20, 2014.

MONTEIRO, Cristiane. Entrevista. (2016). Entrevistadora: Jerusa Raquel dos Santos Ferreira Guedes Farias.

OLIVEIRA, D. B. B. et al (2012). **À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos**, Disponível em: <<http://inculturacao.salesianos.br/artigo-a-margem-da-linha-exclusao-social-x-defesa-e-garantia-de-direitos-presentado-pelos-educadores-do-centro-juvenil-sao-pedro/>>.

XAVIER, Hélia Nacif (org.). **Desafios da nova política urbana.** Rio de Janeiro: IBAM, 2005.

ZACCHI, R. C.; CAETANO, R. C. Cultura do medo no espaço urbano de Campos dos Goytacazes: Identidade, “enclaves” e comunidade. In: Adriana Filgueira Leite; Marcos Antônio Silvestre Gomes.. (Org.). **Dinâmica ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense.** 1ed. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2013, p. 121-138.



### MEMÓRIA E POLÍTICA NA ATUALIDADE<sup>34</sup>

*André Luis de Souza Alvarenga<sup>35</sup>  
prof.andre1305@gmail.com.*

#### RESUMO

O objetivo deste estudo é buscar entender os fundamentos políticos da democracia, partindo de sua origem na *pólis* grega e de seu encontro com a civilização romana para compreender a crise filosófica atual, na qual a política está inserida. Escolheu-se por utilizar, como metodologia, o campo discursivo da memória social como ferramenta na análise da democracia. A justificativa que sustenta esta pesquisa é de que a democracia e, por isso, a política e seu consequente jogo de forças, diversificaram suas formas de atuação no decorrer da história atrelada a questões culturais, religiosas e, principalmente, econômicas.

**Palavras-chave:** Memória. Política. Democracia.

#### ABSTRACT

The objective of this study is to understand the political foundations of democracy, starting from its origin in the Greek polis and its encounter with the Roman civilization to understand the current philosophical crisis, in which the politics is inserted. It was chosen for use as a methodology, the discursive field of social memory as a tool in the analysis of democracy. The justification that underpins this research is that democracy and, for this, the politics and its consequent play of forces, diversified their ways of acting in the course of history pegged to cultural, religious and especially economic questions.

**Keywords:** Memory. Politics. Democracy.

#### Introdução

A hipótese inicial da pesquisa é de que o ideal político grego da democracia deu lugar a uma lógica racional que governa o mundo contemporâneo. Essa lógica é composta e opera através de inúmeros organismos nacionais e supranacionais que irradiam o seu poder nos cantos mais remotos do planeta. Nenhuma fronteira territorial confina seu reinado. Nas sociedades contemporâneas, tal lógica apresenta-se como um poder indivisível, no máximo, delegável; fantasmático, porém real. Por isso, torna-se uma razão-de-mundo na

<sup>34</sup> Trabalho aceito no GT – Políticas públicas, desenvolvimento e margens – II Seminário Cidades, espaços públicos e periferias – Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes.

<sup>35</sup> Licenciado em História pelo Centro Universitário Salesiano de Lorena. Especialista na área pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Rede Estadual de Ensino.



contemporaneidade. Ela institucionaliza uma memória conservadora que busca determinar todo o movimento da vida, abrigando, protegendo e produzindo um modo de ser-no-mundo. E, por condicionar toda a vida nas sociedades contemporâneas, joga no esquecimento o papel fundamental da democracia grega: a liberdade na política.

Desta maneira, é preciso repensar o papel da memória como um instrumento no resgate do espaço dialogal, próprio da *pólis* grega. O questionamento principal da pesquisa é que, se a liberdade foi conquistada como afirma o credo liberal, marcado, principalmente, pela Revolução Francesa, como explicar que entre os louros da vitória não esteja à capacidade humana de imaginar um mundo melhor e de fazer algo para concretizá-lo?

Portanto, ao analisarmos a interferência da memória social na política, se faz necessária a compreensão do processo histórico em que a *pólis* se constituiu, bem como os instrumentos utilizados para a conservação de uma memória social que seleciona o que deve ser esquecido, dificultando o movimento da vida e os processos de mudança nas sociedades. Ao mesmo tempo, é preciso encontrar métodos de superação e resgate da democracia como um elemento capaz de produzir e ressignificar o papel do indivíduo na *pólis*. Para o desenvolvimento deste trabalho, apresentamos como pressupostos de análise a ideia de que nada é estável no mundo da política e de que o espaço em que ela opera e se constitui é regido por mecanismos distintos que norteiam a vida privada, percebendo, desta forma, que todo indivíduo vincula e é titular de certo grau de poder.

### Revisitando a memória e o lugar da democracia

Para compreender o processo histórico em que se constituiu a *pólis*, é fundamental o entendimento de suas origens na Grécia Antiga, especificamente, na Atenas do século V a.C. Além disso, longe de uma matriz atenocêntrica, é válido lembrar que a democracia ateniense era restringida a um número limitado de homens considerados privilegiados. No entanto, nosso objetivo é o de buscar os fundamentos políticos da liberdade na democracia, o que nos isenta da situação de explicar a desigualdade existente na sociedade ateniense.

Assim, de acordo com a nossa pesquisa, a democracia reside no encontro das diferenças baseadas na fenomenologia da ação<sup>36</sup> que, por sua vez, emana das subjetividades

---

<sup>36</sup> O fenômeno da ação é descrito por Hannah Arendt em sua obra **A Condição Humana**. Para ela, a ação “baseia-se na ideia de que é a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, (...) ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (...) A condição de toda vida política.” Para a filósofa, a atividade da ação, em sua forma mais elementar, pode ser rastreada até no Gênesis: “Ele os criou”.



dos homens. Tal fundamento se encontra nos estudos da filósofa judia Hannah Arendt<sup>37</sup> quando ela afirma que a pluralidade é a lei da Terra. A pluralidade baseia-se na idéia de que nenhum homem é, foi ou será igual a outro na História, preservando a individualidade de cada ser humano. Portanto, de acordo com a filósofa, para que o poder de um único indivíduo ou grupo não se torne soberano, é salutar a criação de mecanismos que congreguem a pluralidade na *pólis*.

Para sustentar esse argumento, Arendt recorre à inovação política da *pólis* grega, local onde os homens, diferentemente dos demais impérios da Antiguidade, eram livres na medida em que se colocavam entre seus pares, demonstrando que, sem a figura do Estado, das leis e do debate público para organizar a cidade, o homem não é capaz de escapar dos grilhões de seu lar<sup>38</sup> e, por consequência, tornar-se livre. Segundo a filósofa,

(...) onde os homens convivem, mas não constituem um organismo político – como, por exemplo, nas sociedades tribais ou na intimidade do lar –, o fator que rege suas ações e sua conduta não é a liberdade, mas as necessidades da vida e a preocupação com sua preservação. (ARENDR, 2013, p.195)

É preciso deixar claro que o estudo apresentado não se situa no campo de um suposto saudosismo aos tempos de Péricles – famoso estadista grego –, mas em tentar resgatar os fundamentos políticos da liberdade na democracia grega, tanto esquecida pelo credo liberal nas sociedades contemporâneas. Na *pólis* grega,

(...) a liberdade era entendida como o estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações. Essa liberdade, é claro, era precedida da liberação: para ser livre, o homem deve ter-se libertado das necessidades da vida. O estado de liberdade, porém, não se seguia automaticamente ao ato de liberação. A liberdade necessitava, além da mera liberação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado, em outras palavras, no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos. (ARENDR, 2013, p.194)

<sup>37</sup> Hannah Arendt (Linden, Alemanha, 14 de outubro de 1906 – Nova Iorque, Estados Unidos, 04 de dezembro de 1975) foi uma filósofa política alemã de origem judaica. A perseguição na Alemanha de pessoas de origem judaica a partir de 1933 e seu breve encarceramento nesse mesmo ano fizeram-na decidir fugir para os Estados Unidos e dedicar seus estudos ao fenômeno totalitário.

<sup>38</sup> Para a filósofa, em **A Condição Humana**, “nenhuma vida humana, nem mesmo a de um eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos”. Além disso, o homem recluso ao privado não aparece e, portanto, não existe. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequências para os outros. O isolamento do homem no espaço privado demonstra que sua presença e importância, de uma ou outra forma, foram negadas no espaço público. Em outras palavras, a liberdade só possui sentido no espaço público, ou melhor, a vida humana só ganha sentido na *pólis*.



Não é por menos que a lógica do espaço dialogal grego permitiu a mediação das forças políticas em função da *pólis*. Por isso, o diálogo político, por oposição ao poder absoluto, exige que umas e outras forças sejam igualmente submetidas à prestação de contas no espaço público em que se constitui a *pólis*. Porém, quando falamos em *pólis*, em nada estamos tentando submeter nossas análises às cidades-Estado gregas e em seu espaço físico propriamente dito, mas à formação do intra-espaço humano no qual a liberdade pode vir a operar.

Contudo, o ideal grego de política acabou sendo jogado no esquecimento no decorrer da História. Possivelmente, a partir da expansão alexandrina que resgatou o despotismo do Oriente Próximo na Europa. Logo, é esta análise, a respeito dessa mudança, que se torna importante.

### **A memória conservadora a partir do esquecimento da democracia**

Da mesma forma que a filósofa Hannah Arendt, Antonio Negri<sup>39</sup> rastreou a autoridade de uma memória conservadora na política a partir do esquecimento do ideal grego da democracia. A memória conservadora anseia – ilusoriamente – acolher e cercar o movimento da vida. Para tanto, busca suporte em estratégias de controle social<sup>40</sup> que surgem como um complexo jogo de negociação do poder dentro da *pólis*, causando uma luta pela memória política<sup>41</sup>.

A autoridade dessas memórias conservadoras a serem perseguidas, além de ter florescido na encruzilhada histórica entre o declínio de Roma e a ascensão do Cristianismo, também pode ser rastreada nos escritos de Platão<sup>42</sup> ou até mesmo em modelos de sociedades primitivas dependentes de fenômenos naturais considerados deuses que puniam ou abençoavam os seres humanos. Estas memórias conservadoras revelam-se arbitrárias, pois condicionam a vida humana ao instituírem um modo de ser-no-mundo e, por isso, reduzem o ideal grego de política, baseada na liberdade, em mecanismo para fins específicos. Afinal,

---

<sup>39</sup> Antonio Negri (Pádua, 01 de agosto de 1933) é um filósofo político italiano. Foi preso e exilado sob a acusação de ser uma liderança do grupo conhecido como Brigadas Vermelhas na Itália nos anos 1970 durante o movimento que ficou conhecido como operáismo. Hoje vive em companhia de sua esposa em Veneza, na Itália, e ministra seminários em diversas universidades da Europa.

<sup>40</sup> Ver LA BOITIÉ, Étienne. **O discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

<sup>41</sup> Ver POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

<sup>42</sup> Ver PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).



a instituição da norma acontece através da articulação de dois valores: o bem e o mal, o que significa comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar, excluir, ou seja, fazer aparecer o poder da norma. O normal se estabelece, entre outras coisas, para organizar, definido o que respeita a norma como bom, e o que não a respeita como mal. (TESHAINER, 2013, p.37)

Do ponto de vista social, o apego a estas memórias pode ser pensado na medida em que compreendemos as origens da consciência humana e sua necessidade de se amparar em algo que a console, dando estabilidade e sentido à sua existência<sup>43</sup>. Por isso, a autoridade de uma suposta sociedade ideal recria a dominação na e pela História como fatores necessários e transcendentos aos negócios humanos<sup>44</sup>. Esse retorno ao absoluto procura, em um tempo perdido na memória, uma sociedade ideal, e joga no esquecimento o seu momento imanente para, por fim, manter a coesão de sociedades massificadas. Com isso, o poder se estrutura em forma piramidal:

Esse poder individualiza, por que ajusta a função sujeito à singularidade somática por meio de um sistema de vigilância (...). O poder (...) estabelece a norma como princípio de partida e a normalização como prescrição universal. (TESHAINER, 2013, p.38)

Não é por menos que a permanência de memórias conservadoras acaba se refletindo, de maneira simbólica, na dinâmica da sociedade, fortalecendo a fonte autodissolutora do primitivismo humano e promovendo uma entropia na política que retém as forças criativas da *pólis*. A desorganização promovida pela autoridade de uma memória conservadora tende a entorpecer qualquer forma de mudança política, apresentando uma solução imagética para os problemas sociais que não encontram soluções no nível da realidade. Essa solução imagética bloqueia a percepção das questões da *pólis* e transmite aos cidadãos uma falsa percepção do tempo, da memória e da História, dando aos processos temporais um caráter natural de um passado permanente que a todo instante deve ser revisitado pelos homens.

No que diz respeito à conjuntura política contemporânea, a condição de uma memória conservadora foi recriada na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, onde a esfera íntima dos sujeitos sociais fora valorizada, viabilizando a eclosão do mundo contemporâneo<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> Ver HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

<sup>44</sup> Ver MUNAKATA, Kazumi. O uno e o múltiplo. In: SILVA, Marcos A. (org.). **Repensando a História**. São Paulo: Marco Zero, 1984.

<sup>45</sup> Para Arendt, em **A Condição Humana**, a transição da Idade Média para a Idade Moderna transformou o espaço público em um espaço privado, ou seja, “vemos todos passarem subitamente a ser comportar como se fossem membros de uma única família, cada um a multiplicar e prolongar a perspectiva do vizinho. Em ambos os casos, os homens tornam-se inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. (...) O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva.”



Posto isso, é importante compreender como o mundo contemporâneo lida com a reinvenção de uma memória conservadora em seu cerne.

### Dos princípios à memória conservadora da democracia

É importante analisar como o mundo contemporâneo preserva em seu cerne uma memória conservadora que inibe a democracia, própria da *pólis* grega. Com a gradativa queda da autoridade religiosa, durante a Idade Moderna, surge a crise da modernidade: o credo liberal.

O credo liberal possui em suas raízes na Inglaterra medieval e está fundamentado na noção de autossuficiência política. A respeito do credo liberal, seu viés iluminista esteve acompanhado a todo instante pelo seu romantismo reacionário. Concomitantemente, promoveram a progressiva inserção da esfera privada na esfera pública, sobretudo, da esfera econômica na esfera política. O credo liberal ganhou legitimidade nos projetos nacionalistas, quando o viés “romântico” supressiu o viés iluminista na contrarrevolução burguesa. Em vista disso, para evitar que obstáculos perturbassem sua ordem, seu poder precisou respaldar-se no exercício do controle. A memória conservadora antes repudiada estava de volta por trás do credo liberal, por sua vez, encarnado na dinâmica do capital.<sup>46</sup>

Portanto, o ponto importante do estudo que nos remete ao objetivo da pesquisa é a natureza e, por assim ser, a dinâmica do capital, bem como sua interferência no processo democrático. Encontramos, de acordo com Antonio Negri, a problemática da expansão do capital:

(...) a confiança do capital em seu exterior, no ambiente não-capitalista, que satisfaz a necessidade de realizar a mais-valia, entra em conflito com a internalização do ambiente não capitalista, que satisfaz a necessidade de capitalizar aquela mais-valia realizada. (NEGRI, 2001, p.247)

Em termos políticos, essa dinâmica do capital – que possui o consumo como único propósito e finalidade –, acentua o estabelecimento de uma estrutura social que possui seus

---

<sup>46</sup> É importante ressaltar que, para Arendt, a separação de liberdade da política é reforçada por Karl Marx, em **Teses sobre Feuerbach**, quando ele afirma que “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo”. De acordo com a filósofa, essa concepção reduz os seres humanos à categoria do trabalho, gerando uma ação irreflexiva na *pólis*. De acordo com a filósofa, além do marxismo, o liberalismo também separa a liberdade da política. Com forte influência aristotélica, Arendt acredita que a liberdade humana reside unicamente na categoria da ação.



fundamentos dentro do quadro conceitual<sup>47</sup> tradicional. Por acentuar o quadro conceitual da tradição na contemporaneidade, mostra-se como uma verdadeira razão-de-mundo e promove um modo de ser-no-mundo em detrimento da pluralidade da *pólis*.

Com o desgaste dos regimes modernos, em meados do século XX, e o consequente vazio de autoridade deixado pela desilusão em relação ao ideal do progresso, o aperfeiçoamento do capital com o neoliberalismo, gradativamente, promoveu a construção de uma super infra-estrutura de informações para o controle social, assim como a construção de estradas proporcionou ao Império Romano no que diz respeito ao mundo conhecido de sua época. A suposta descentralização dos poderes do neoliberalismo realizou um processo contrário de controle sobre toda a criatividade da *pólis*. Desta forma,

o Império Romano representou o ponto mais alto do desenvolvimento político, porque reuniu as três formas “boas” de poder – monarquia, aristocracia e democracia, corporificadas no Imperador, no Senado e na comitiva popular. (...) De acordo com a análise (...), a monarquia serve de âncora à unidade e continuidade do poder. É o alicerce e a última instância da autoridade imperial. A aristocracia define a justiça, medida e virtude, e articula suas redes na esfera social. Inspecciona a reprodução e circulação da autoridade imperial. Finalmente, a democracia organiza a multidão segundo um esquema representativo, de modo que o povo possa ser submetido às normas do regime, e o regime possa ser coagido a satisfazer as necessidades do povo. (NEGRI, 2001, p. 335)

Com certa semelhança, o credo neoliberal permite que o Primeiro Mundo se integre ao Terceiro e o Terceiro no Primeiro, e o Segundo, de certa forma, em ambos. Essa integração permitiu o uso de instrumentos ideológicos de controle social em alcance global – sobretudo após o final da Guerra Fria no final do século XX.

Os cercados que costumavam definir o espaço limitado das instituições em época passadas foram derrubados no neoliberalismo e a lógica disciplinadora que funcionava, principalmente, dentro das paredes institucionais, agora se espalha por todo terreno social. Esse momento histórico levou Negri a reinterpretar o conceito de Império elaborado por Políbio<sup>48</sup> e aplica-lo no mundo contemporâneo:

Essa expansão imperial nada tem a ver com imperialismo, nem com esses organismos estatais projetados para a conquista, a pilhagem, o genocídio, a colonização e a escravidão. Contra esses imperialismos, o Império estende e consolida o modelo da rede de poder. (NEGRI, 2001, p. 185)

<sup>47</sup> Ver HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

<sup>48</sup> Historiador grego que viveu no auge do Império Romano. A maior parte de sua obra **História** foi dedicada a entender a escalada de Roma como a maior potência do Mediterrâneo de sua época.



Através de uma ilusória sensação de liberdade<sup>49</sup> que mascara os arcaísmos sociopolíticos, o credo neoliberal se utiliza da potencialidade dos homens a favor de seu desempenho. Desta forma, necessita de uma polícia e do apoio de uma burocracia imaterial para a manutenção de sua ordem que pretende ser eterna, fundando um Estado de Exceção – uma realidade entre o Estado de Direito e o fato político<sup>50</sup>:

Para que esse ajuste das populações e essa sujeição dos corpos sejam possíveis, o capitalismo demanda o desenvolvimento de inúmeros aparelhos (...), na forma de instituições de poder, que criam técnicas para esse poder atuar em diferentes níveis do corpo social. Assim, por meio das instituições mais diversas, (...) garante sua rede de atuação, controlando as diferentes forças produtivas, necessárias ao capitalismo, e gerando fatores de segregação e hierarquização social. (TESHAINER, 2013, p.41-42)

A força exercida pelo quadro tradicional político é compatível com a realização do credo neoliberal. Por isso, seu funcionamento retém um caráter hegemônico do passado<sup>51</sup>, representado pelos mecanismos violentos remanescentes que cerceiam a liberdade dos homens<sup>5253</sup>. Ele está disposto a sacrificar o movimento da vida em execução do que afirma ser uma Lei da História ou da Natureza – semelhante ao paradigma de um campo de extermínio totalitário e do que afirmam os filósofos do fim da História – como Francis Fukuyama<sup>54</sup>:

(...) achamos esse modo de raciocinar totalmente inadequado, entretanto, porque (...) parece rir-se do fato de que a História é um produto da ação humana impondo uma lei objetiva que governa as intenções e resistências, as derrotas e as vitórias, as alegrias e os sofrimentos dos homens. Ou pior, ela faz a ação humana dançar no ritmo das estruturas cíclicas. (NEGRI, 2001, p.257)

Por conta de sua natureza desigual, o credo neoliberal falha em produzir e garantir a liberdade aos homens<sup>5556</sup>. Não se pode imaginar um mundo justo, igual e sustentável onde a

<sup>49</sup> Ver DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

<sup>50</sup> Ver AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>51</sup> Ver ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>52</sup> Ver ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>53</sup> Ver ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>54</sup> Francis Fukuyama é um estudioso nipo-estadunidense. Foi figura chave e um dos ideólogos do governo Ronald Reagan e mentor intelectual de Margaret Thatcher. Ficou conhecido por sua obra **O Fim da História e o Último Homem** na qual declara a vitória definitiva do capitalismo. Atualmente vive nos Estados Unidos e leciona estudos internacionais na Universidade Stanford.

<sup>55</sup> Ver AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

<sup>56</sup> Ver PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.



minoria da população detém toda a riqueza e armas ou onde aqueles que destroem a vida no planeta ainda tomam as decisões<sup>57</sup>. Não é por menos que

(...) vemos a tentativa quase deliberada de construir (...) uma espécie de inferno terreno, cuja diferença principal em relação às imagens medievais do Inferno reside em melhorias técnicas e na administração burocrática (...). (ARENDDT, 2002, p.70)

É por meio das melhorias técnicas e da administração burocrática, a serviço do credo neoliberal, que a vida de cada homem é posta em questão na contemporaneidade. Com o intuito de produzir seres humanos comportados, elas promovem a crescente implicação da vida nos mecanismos e cálculos que visam à manutenção do poder hegemônico.

Da mesma maneira em que os bárbaros eram vistos pelo Império Romano, a vida de todos no neoliberalismo pode vir a ser uma vida que não vale a pena ser vivida, destituída de qualquer qualidade humana e reduzida às disputas do mercado. Reduzidos a esse burocratismo, os seres humanos ficam mais longe de seus semelhantes do que se tivessem mortos – e a morte indica extrema solidão e impotência humana.

O fator decisivo é de que o caráter monolítico desta sociedade, que só admite um interesse, tem suas raízes na unicidade do ciclo vital da espécie humana e exclui a possibilidade de liberdade na política. Assim sendo, é estritamente possível afirmar que o credo neoliberal carrega em si uma memória conservadora e fracassa no cumprimento da democracia. Por isso, revela-se importante o resgate do diálogo inaugural da *pólis* grega, sempre capaz de produzir um novo início<sup>58</sup>.

### Da memória política à perspectiva democrática

Neste momento, torna-se pertinente, abordar o estudo da memória social na política a partir de sua dimensão polissêmica<sup>59</sup>. Ao abordarmos a memória social na política, podemos contemplar rotas alternativas que buscam resgatar os princípios democráticos, próprios da *pólis* grega.

<sup>57</sup> Ver HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração**: Isto não é um manifesto. São Paulo: N-1, 2014.

<sup>58</sup> A premissa agostiniana “para que houvesse um início, o homem foi criado” em **A Cidade de Deus**, apropriada por Arendt, demonstra que a vitória da memória conservadora não pode ser definitiva. Em outras palavras, enquanto nascerem seres humanos, o mundo tornar a começar.

<sup>59</sup> Ver GONDAR, Jô (org). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.



Afinal, como afirma a nossa pesquisa, se a memória é consciência<sup>60</sup> e esta demonstra a espontaneidade do movimento da vida e da História, sua dinâmica pode colaborar para o surgimento de um milagre, próprio da imprevisibilidade humana<sup>61,62</sup>. As propostas democráticas da pesquisa se fundamentam, principalmente, nas perspectivas arendtiana e negriana em relação ao uso da memória na política como instrumento no resgate da democracia.

Na perspectiva de Arendt, em alerta a respeito do retorno dos movimentos totalitários, é importante o não-esquecimento<sup>63</sup> do passado para que os mecanismos violentos, que intimidam a democracia, não se repitam:

Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado obívio de um futuro melhor, são vãos. (ARENDR, 1989, p.13)

Por outro lado, liberto de qualquer equívoco que o levou ao encarceramento e exílio políticos, Negri acredita que – assim como Jó e Francisco de Assis fizeram em suas poesias épicas – o esquecimento pode ser capaz de imbuir aos homens novos olhares na política<sup>64</sup>:

*Alla caduta della memoria corrisponde l'apparite storico, la consistenza dell' istituzionalità proletaria. (...) Ma non la mistica della separatezza, bensì la logica dell'istituzionalità segnala la macanza di memoria. Macanza di memoria è libertà: non solo da un passato, mas da un futuro che non sia autonomamente determinato. (NEGRI, 1987, p.157)*

Entre os dois autores, Arendt observa com maior desesperança a sociedade contemporânea<sup>65</sup>. Já Negri percebe a sociedade atual de maneira positiva, dando destaque em

<sup>60</sup> Ver HENRI, Bergson. **Consciência e vida**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

<sup>61</sup> Ver ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

<sup>62</sup> Ver ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

<sup>63</sup> Ver DIAS, M. J. **Memória e política nos caminhos de Nietzsche e Arendt**. 203 f. Tese (Doutorado em memória social) – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2013.

<sup>64</sup> Ver NEGRI, Antonio. **Jó, a força do escravo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

<sup>65</sup> Para Arendt, a sociedade contemporânea é composta politicamente por: (1) o povo ou a massa, (2) a ralé ou a classe média e (3) o intelectual. (1) O povo possui força social. Busca por um sistema realmente representativo, afinal, vive constantemente em função de sua sobrevivência. No entanto, essa busca existe apenas enquanto desejo, pois o povo é apolítico. (2) A ralé possui consciência política e busca apenas um poder que a represente. Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída e odeia a política onde não é representada. Não possui força e



sua crise e nos métodos de resistência que surgem a cada instante no mundo globalizado pelo mercado<sup>66</sup>.

### Conclusão

A crítica da pesquisa e, especificamente, dos dois autores, reside sobre uma sociedade contemporânea que, entre as mais variadas práticas e representações do cotidiano, busca instaurar nos homens uma situação de inércia e comodismo, inibindo a democracia na *pólis*. No entanto, de acordo com o nosso estudo, a *pólis* é plural, onde reside a liberdade entre os homens, não para que as forças individuais desapareçam, mas se encontrem e se multipliquem dando lugar a uma política democrática; sem medidas setoriais.

Enfim, ao propormos caminhos diferentes para a memória na política, mesmo que de maneira um tanto impalpável, o estudo propôs alternativas distintas para o mesmo problema na contemporaneidade. Não é por menos que, para Negri, a soberania atual está desmoronando e novas frentes subjetivas estão surgindo; embora ainda muito indelneáveis, segundo Arendt. O credo neoliberal está sendo chamado para prestar contas aos homens: os bárbaros estão às portas de Roma. Eles pedem pela revisão da História que só poderá ser ressignificada através da rede agonística da *pólis*.

Nosso estudo não pretende ser romanceado, ou seja, que cada “novo início” sirva para o desenvolvimento do tema, abrindo caminho para novas perspectivas. E respondendo o questionamento inicial: o isolamento entre os homens, que impede a formação da democracia, está na contínua exploração da condição humana, baseada na liberdade, que permanece sendo revisitada na memória dos homens.

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

---

constantemente mobiliza o povo em função de suas demandas. (3) Por fim, o intelectual é capaz de pensar a sociedade, não possui força social e tende a ser cooptado pela ralé. Com base na tirania dos costumes, é estritamente possível perceber a desesperança da filósofa quando ela afirma, em **Sobre a Revolução**, que “o revolucionário mais radical se torna um conservador no dia seguinte à revolução”.

<sup>66</sup> Para Negri, em **Império**, “nesse sentido, podemos nos inspirar na visão de Santo Agostinho sobre um projeto para contestar o Império romano decadente. Nenhuma comunidade limitada poderia ter êxito e oferecer uma alternativa para o domínio imperial; só uma comunidade universal, (...) reunindo toda a população e todas as línguas numa jornada comum (...). Seu movimento contínuo, reunindo estrangeiros em comunidades, fazendo deste mundo sua casa, é ao mesmo tempo meio e fim, ou melhor, um meio sem um fim.”



- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Debates).
- \_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BERGSON, Henri. **Consciência e vida**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- BRANCO, Guilherme C. (org). **Clássicos e contemporâneos da filosofia política: de Maquiavel a Antônio Negri**. Belo Horizonte: Relicário, 2015.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DIAS, M. J. **Memória e política nos caminhos de Nietzsche e Arendt**. 2013. 203 f. Tese (Doutorado em memória social) – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2013.
- DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: Política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GONDAR, Jô (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração: Isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- JARDIM, Eduardo. **Hannah Arendt: Uma pensadora da crise e de um novo início**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LA BOITIÉ, Étienne. **O discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- MANIERI, Dagmar. **Teoria da História: A gênese dos conceitos**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MUNAKATA, Kazumi. O uno e o múltiplo. In: SILVA, Marcos A (org.). **Repensando a História**. São Paulo: Marco Zero, 1984.
- NEGRI, Antonio. Elogio dell' assenza di memória. In: NEGRI, Antonio. **Fabbriche Del Soggetto**. Ombre Corte, 1987. P. 159-167.
- \_\_\_\_\_. **Jó, a força do escravo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.



NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. P. 67-168.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

TESHAINER, M. C. R. **Política e desumanização**. São Paulo: EDUC, 2013.



### O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SOBRE O RIO MURIAÉ NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA, RJ.

*Rui Junio Fonseca dos Santos<sup>67</sup>  
ruijunio@id.uff.br*

#### RESUMO

O artigo tem por finalidade compreender as implicações do desenvolvimento socioeconômico sobre o rio Muriaé no município de Itaperuna (RJ) e, também, as consequências para os cidadãos desta cidade. O crescimento deste município ocorreu sem planejamento e que, atualmente, tendo uma população urbana superior a 89% há impactos na vida cotidiana dos cidadãos, por isso, a necessidade de compreender os efeitos socioambientais do desenvolvimento socioeconômico às margens do rio Muriaé, refletindo o desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Rio Muriaé, Itaperuna, Impacto, Desenvolvimento sustentável.

#### RESUMEN

El artículo tiene como objetivo comprender las implicaciones del desarrollo socioeconómico del río Muriaé en la ciudad de Itaperuna (RJ) y también las consecuencias para los habitantes de esta ciudad. El crecimiento de este municipio se llevó a cabo sin una planificación y en la actualidad tiene una mayor población urbana y el 89% de los impactos sobre la vida cotidiana de los ciudadanos, por lo tanto, la necesidad de comprender los efectos ambientales del desarrollo socioeconómico en las orillas del río Muriaé, lo que refleja el desarrollo sostenible.

**Palabras clave:** río Muriaé, Itaperuna, de impacto, el desarrollo sostenible.

#### Introdução

O município de Itaperuna localizado na região noroeste do Estado do Rio de Janeiro é banhado pelo rio Muriaé e se desenvolveu ao longo de suas margens e a próximo da Estrada de Ferro Campos – Carangola, atualmente, inexistente. Faz-se necessário salientar que esta estrada cortava a principal rua da cidade sendo símbolo de riqueza e poder.

Com o crescimento da produção do café despertou-se o interesse de pessoas que viviam na proximidade de Itaperuna em residir nela. Assim, se teve um importante crescimento demográfico no município. Houve, também, um aumento significativo do

---

<sup>67</sup> Mestrando PPG Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas.



desmatamento em todo o percurso do principal rio da cidade para a produção cafeeira e, mais tarde, para a atividade agropecuária.

As pessoas mais pobres não podiam morar às margens da Estrada de Ferro, sendo este espaço quase que exclusivo para a elite da época. Logo, eles foram ocupando bairros mais distantes, especialmente, as margens do rio.

Este rio nasce na cidade de Mirai, em Minas Gerais, e sua foz é em Campos dos Goytacazes desaguando sobre o Rio Paraíba do Sul sendo, portanto, um importante afluente para ele no interior do Rio de Janeiro.

O rio Muriaé tem uma grande importância para a região noroeste pelo fato do fornecimento de energia, da produção agropecuária, do abastecimento industrial e, notadamente, para o abastecimento de água para oito cidades.

Contudo, o crescimento demográfico e o desenvolvimento socioeconômico trouxeram impacto negativo para o próprio rio devido o desmatamento ao longo de seu percurso, poluição industrial e pela falta de saneamento básico, sendo facilmente encontrados canais de córregos despejando sobre ele rejeitos sanitários de toda a cidade.

Consequentemente, há um impacto socioambiental para a cidade de Itaperuna, pois constantemente ela sofre arduamente com as enchentes, causando destruição das casas ribeirinhas, desalojamento e doenças, efeitos históricos da falta de planejamento urbano.

Por fim, este artigo tem como finalidade refletir as consequências históricas do impacto socioeconômico às margens do rio na cidade de Itaperuna e, por conseguinte, as implicações para a população, bem como, refletir o desenvolvimento sustentável.

### **O impacto do desenvolvimento socioeconômico sobre o rio Muriaé no município de Itaperuna, RJ.**

#### **1. A relação rio – cidade**

Segundo Diniz (1985), a atual região de Itaperuna foi desbravada por José de Lannes Dantas Brandão a partir da década de 1830, mas, somente por volta de 1880 com o crescimento da cultura do café que se teve um maior número de pessoas interessadas em habitá-la. Com isso, em 1887, foi criada a freguesia de São José do Avaí tendo como sede o arraial de Porto Alegre.



A vila São José do Avaí passou por um expressivo crescimento econômico, demográfico e político devido à estrada férrea que transportava os produtos de Minas Gerais e os cafés da própria vila para Campos dos Goytacazes.

Com o intuito de fortalecer o desenvolvimento econômico e político da região, o Comendador José Cardoso Moreira doou terras para a elite em busca da prosperidade da localidade. Por conseguinte, a elite conseguiu alcançar sua meta e houve uma ampliação da importância administrativa da vila e, em 10 de maio de 1889, foi elevada à categoria de cidade, passando se chamar Itaperuna. Este nome foi escolhido pelo doutor Francisco Portella, médico da prefeitura de Campos e presidente da Estrada de Ferro Carangola que passava pela cidade.

Neste mesmo ano foi realizada a eleição para a Câmara dos Vereadores com a vitória dos republicanos, tomando posse em 4 de julho de 1889.

De acordo com Rodrigues, Seufitelli e Miranda (2013), a cidade se desenvolveu às margens do rio Muriaé e, sobretudo, ao longo da estrada de ferro. Entretanto, a população pobre se espalhou pela margem direita do rio, sendo o primeiro núcleo chamado de Niterói, uma analogia ao município fluminense.

Com a alta produção cafeeira e com o término da construção da Estrada de Ferro, houve um importante crescimento econômico até a década de 1920 promovido pelo café. Contudo, este desenvolvimento foi acompanhado pela devastação da Mata Atlântica existente no município.

Com o declínio do café, os latifundiários passaram a focar suas atividades econômicas na pecuária e na produção de leite. Com a criação da fábrica Leite Glória, em 1960, às margens do rio, a cidade começou ver uma parte da sua economia sendo inserida nas proximidades dele (OLIVEIRA, 2006).

Ao longo do século XX, o município tornou-se extremamente urbano e, atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a população urbana corresponde a 89%. Atualmente, a atividade econômica itaperunense gera em torno da saúde, educação, comércio e na agropecuária, sendo um polo para a região noroeste fluminense.

Por consequência de um crescimento sem planejamento, Itaperuna tem enfrentado problemas em relação à falta de saneamento básico, inclusive, córregos que saem de diversos bairros chegam ao rio Muriaé sem nenhum tipo de tratamento. Um dos maiores problemas



ambientais que a cidade enfrenta são as cheias que ocorrem, especialmente, mas, não exclusivamente, no período do verão.

Segundo Diniz (1985), grandes cheias aconteceram em vários anos sendo as que mais acarretaram transtornos foram as dos anos de 1841, 1896, 1906, 1909, 1916 e 1943. Mais tarde, têm-se as cheias de 2008 e 2012 que ganham também destaque. Todavia, as cheias que causaram as piores catástrofes foram as dos anos de 1979 e 1997 e levaram as autoridades do município a decretar Estado de Calamidade Pública. Sendo que em 1997, as inundações na região central da cidade alcançou a marca de 1,0 metro. Com isso, se teve muitos desabrigados e muitas casas destruídas pela força do rio, sobretudo, as que ficam a margem dele.

Enfim, segundo Oliveira (2006), a ocupação urbana foi feita de forma desordenada com obstruções de valões e córregos e de lançamentos de esgoto e lixos no próprio rio. Por conseguinte, elevou os problemas das cheias do rio Muriaé, pois houve muitas construções de casa, principalmente, em áreas onde rotineiramente ocorria, de forma natural, o avanço do rio nos períodos de cheia.

## **2. O rio Muriaé e o impacto socioeconômico**

O rio Muriaé nasce no município de Mirafina Serra das Perobas tendo uma extensão de 295 km e sua foz é em Campos dos Goytacazes (RJ), sendo um importante afluente do Rio Paraíba do Sul. Ele é banhado pelos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, por isso, cidades como Mirafina (MG), Patrocínio do Muriaé (MG), Laje do Muriaé (RJ), Italva (RJ), Cardoso Moreira (RJ) e Itaperuna (RJ) dependem muito dele em diversos âmbitos.

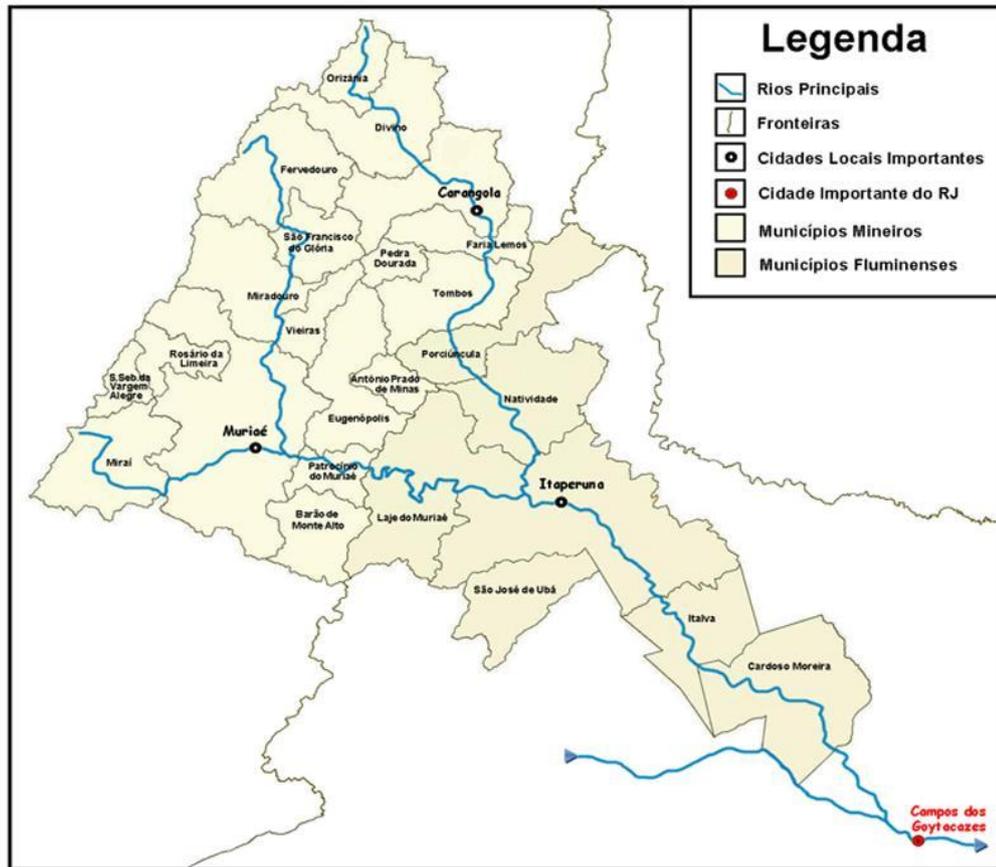


Figura 1: Mapa do trajeto do rio Muriaé. Fonte: skyscrapercity, 2016, site.

A importância deste rio para Itaperuna é significativa, porque é dele que a cidade coleta água para o abastecimento dos cidadãos e das indústrias. É igualmente de grande importância para o agronegócio através da irrigação das plantações como a do tomate e recentemente para a fruticultura. A captação de água é realizada pela Companhia Estadual de Água e Esgoto – CEDAE.

Segundo Souza e Berna (1988), ao longo do século XX, os fazendeiros e as indústrias da região tiveram um comportamento tipicamente extrativista, não se dedicaram a preservação do ambiente, tendo unicamente como foco o crescimento econômico. A consequência foi o desmatamento ao longo do rio e o afastamento ou a ausência de animais típicos da região.

Logo, a mata ciliar é prejudicada, pois tem a função de preservar as margens do rio da erosão e do assoreamento, uma vez que funciona como uma rede e um filtro que retém os sólidos carregados pelas chuvas, e ao serem depositados nos leitos reduzem a profundidade dos rios. A outra importância da mata ciliar é a de constituir uma microrregião ambiental que dá abrigo para animais e plantas.



Segundo a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP (2015), o desmatamento da bacia do rio Muriaé tem chamado à atenção, especialmente, nas suas cabeceiras que se encontra desprovida de florestase com uma baixa concentração de vegetação secundária. Faz-se necessário ressaltar que na região do manancial do rio tem diminuído a quantidade de água, sobretudo, nos períodos de estiagem.

Por causa da realidade do crescimento demográfico e por causa do desenvolvimento econômico próximo ao rio Muriaé, somente na região da cidade de Laje de Muriaé é que se possui uma pequena mata ciliar nativa e eficiente (SOUZA e BERNA, 1988).

Ainda, segundo a AGEVAP (2015), outra característica importante de ser apontada é a degradação da cobertura vegetal. A consequência é o carreamento significativo de sedimentos para as calhas dos cursos de água. Entretanto, esta não é a única preocupação desta associação, pois a poluição do rio tem se tornado algo preocupante, inclusive, para a saúde.

A principal característica dessa bacia em relação ao saneamento ambiental é a falta de tratamento dos efluentes provenientes dos esgotos domésticos, resultando em lançamento “in natura” de matérias orgânicas e coliformes fecais, com risco para a saúde pública da população da bacia. (AGEVAP, 2015, p. 2).

Segundo Oliveira (2006), por causa das residências e das indústrias localizadas próximas ao rio, um dos maiores problemas ambientais da cidade de Itaperuna está na construção de um eficiente sistema de saneamento básico para se obter uma melhoria na esfera socioambiental.

A real implementação de políticas públicas ambientais que promovam efetivamente o desenvolvimento sustentável representa um dos maiores desafios a serem enfrentados por toda a sociedade. Se considerarmos que a degradação ambiental é resultante de um processo social, determinado pelo modo como a sociedade apropria-se dos recursos naturais, observamos que as mudanças necessárias a sustentabilidade só irão ocorrer frente a novos comportamentos e novos processos sociais (BATISTA; ALBUQUERQUE, p. 7, 2007).

Ainda, de acordo com Oliveira (2006), as dificuldades do município para tratar esta questão ambiental estão na estrutura política, pois o meio ambiente é visto no mesmo plano da saúde pública, habitação e infraestrutura, portanto, não há orçamento específico para a questão ambiental em Itaperuna.



Deste modo, a Organização Não Governamental – ONG denominada Puri trabalha com afinco na cidade, sobretudo, para proteger o rio Muriaé. Esta organização atua também na capacidade de sensibilizar a mídia na denúncia de problemas ambientais e de construir parcerias com população em busca de uma qualidade de vida (OLIVEIRA, 2006).

Movimentos, associações e ONGs tem ganhado muito espaço no campo da articulação sociopolítica. Tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, eles conseguem pressionar governos e entidades com cunho mundial de criar e implementar políticas voltadas para o meio ambiente.

A Lei do Plano Diretor Participativo de Itaperuna - LPDPI de 2007 pensa o desenvolvimento municipal socialmente justa, ambientalmente equilibrada tendo como o foco a qualidade de vida da população, prevalecendo à inclusão social, da redução das desigualdades e do interesse coletivo sobre o individual. Ainda no artigo 6º parágrafo II afirma o compromisso da proteção e qualificação do ambiente natural e construído do município. É importante destacar o seguinte artigo da LPDPI de 2007 acerca do meio ambiente:

**Art. 8o.** A promoção da proteção e qualificação do ambiente natural e construído do Município envolverá as seguintes ações:

- I - instituir instrumentos de proteção do patrimônio de Itaperuna, considerando os recursos naturais e o acervo construído da sede municipal e dos demais distritos;
- II - compatibilizar o uso e ocupação do solo com os condicionantes ambientais locais;
- III - promover a melhoria microclimática através do reforço dos programas de reflorestamento das áreas desmatadas, com prioridade para as faixas marginais não ocupadas do rio Muriaé e terrenos acima da cota 150 m (cento e cinquenta metros), inseridas nos limites do perímetro urbano da Sede Municipal;
- IV - criar estrutura municipal para a fiscalização ambiental que previna a incidência de queimadas;
- V - instituir procedimentos técnico-administrativos de avaliação de impacto ambiental para o controle das obras, atividades ou instalações que potencial ou efetivamente possam causar poluição e/ou degradação do meio ambiente, urbano e rural, afetando o patrimônio ambiental e causando alteração significativa na qualidade de vida e bem-estar dos habitantes do Município de Itaperuna.



**Parágrafo único.** Para fins desta Lei, entende-se por poluição e/ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam:

- I - prejudicar a saúde ou o bem-estar da população;
- II - criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- III - ocasionar danos relevantes ao acervo cultural e paisagístico.

Entretanto, o que se vê ainda é a alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, destaca-se o rio Muriaé que recebe dos córregos ou valões vindos de bairros da cidade dejetos das casas sem nenhum tipo de tratamento. Isso causa danos relevantes ao acervo cultural e paisagístico. Sendo que esta realidade causa danos à própria saúde dos habitantes da cidade. Abaixo se vê imagem de um importante valão que desagua sobre o rio Muriaé.



**Figura 2:** Valão da CEHAB. Fonte: Rui Junio dos Santos

No artigo 18 parágrafos IV e V, apontam a necessidade da promoção gradual da liberação das margens do rio Muriaé, tendo como objetivo a recuperação da sua relação com a cidade e valorizar sua ambiência, bem como, promover nas áreas não urbanas um corredor ecológico ao longo do rio Muriaé, garantindo a proteção permanente de suas margens.

Este foi um desafio da gestão que foi realizado a LPDPI de 2007 e será um grande desafio para as demais gestões posteriores, uma vez que as margens do rio há um número significativo de habitantes. Em 2016, ainda não foram efetivadas algumas destas pretensões



deste plano, porque não se tem, por exemplo, um corredor ecológico em áreas não urbanas ao logo do Muriaé.

A partir da década de 1960, a questão ambiental ganha uma preocupação na escala global devido a crescente preocupação internacional com os limites do crescimento econômico. Coloca-se em pauta a discussão acerca dos riscos da degradação ambiental e suas consequências para qualidade de vida dos habitantes em seu entorno.

Alguns grupos como o Clube de Roma defendiam a necessidade de se restringir consumos dos recursos naturais, visto que eles não são infinitos. Esta proposta foi chamada de Limites de Recursos. Em 1992, no Rio de Janeiro ocorreu a Conferência das Nações Unidas – ONU, sobre o meio ambiente e desenvolvimento e se destacou o interesse de estabelecer uma relação entre o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente.

O pensamento de Ribeiro e Sauer (2012) contribui para esta reflexão, pois, atualmente, a questão ambiental é uma problemática predominantemente social e política. Tem caráter social porque o homem se constitui neste espaço fazendo parte do meio ambiente, portanto, convivendo com outros seres vivos e, também, tem caráter político pelo fato de depender muito das decisões e ações políticas.

Logo, a questão ambiental hoje não se limita ao caráter de preservação e suas consequências, mas, inclui a relação que a sociedade tem com o meio que vive e os enfrentamentos dos problemas, como a da desigualdade social. Por isso, que o termo socioambiental tem ganhado força.

O impacto ambiental, portanto, não leva mais em conta somente a questão da flora ou da fauna, mas também, a saúde, a segurança e o bem-estar da população, consequências desta relação entre o homem e o meio ambiente. Compreende-se, portanto, que esta situação tem gerado um desgaste da vida humana e tem aumentado à desigualdade social, visto que quem mais tem sofrido são os pobres que vivem em lugares insalubres.

Isto é bem perceptível na história do próprio município de Itaperuna em que os pobres foram construindo suas casas às margens do rio Muriaé pelo fato de não poderem estabelecer-se às margens da ferrovia, lugar destinado à elite. Com isso, surgiram bairros sem planejamento e sem estrutura bem próximo ao rio. Estes são os primeiros a sentirem quando ocorrem as sérias enchentes que marcam a história do município.

Segundo Ribeiro e Sauer (2012 *apud* ONU, 1983), para o enfrentamento desta problemática socioambiental é necessário o desenvolvimento sustentável. De acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pelas Nações Unidas,



em 1983, significa satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as gerações futuras e, ainda, de desenvolver socialmente e economicamente sem agredir o meio ambiente, portanto, tendo o uso racional dos recursos naturais.

(...) é evidente que a incorporação desta nova noção de desenvolvimento nas discussões políticas, econômicas e sociais mundiais reflete a atual tendência das nações, desenvolvidas ou em desenvolvimento, de atentarem com maior interesse e consciência para o fato da imprescindibilidade das questões referentes ao meio ambiente, seja no seu aspecto mais restrito, seja no seu aspecto global. (BATISTA; ALBUQUERQUE, p. 5, 2007)

Deste modo, espera-se ter um desenvolvimento para a melhoria da condição da vida humana, tendo como foco a integração entre o ecológico e social. Consequentemente, as empresas privadas e o setor público precisam cada vez mais assumir uma responsabilidade socioambiental para diminuir ainda mais os impactos negativos sobre o meio ambiente que ocasiona sérios problemas para o homem e sua vida em sociedade.

Assim, o ser humano não está isento de sua responsabilidade, porque ele também precisa ter compromisso com o bem-estar de todos, ou seja, não se deve pensar exclusivamente em si mesmo, mas no todo.

Portanto, conforme Batista e Albuquerque (2007), pensar na sustentabilidade é preciso obrigatoriamente olhar em uma perspectiva de condições ideais de vida para os povos de todas as nações. O desenvolvimento com o foco na sustentabilidade compreende-se em um desenvolvimento conjugado com a qualidade de vida, que inclui a proteção ambiental.

Assim, cada vez mais dentro das leis federais, estaduais e municipais têm se inserido uma vertente ambiental que mescla o uso dos recursos naturais disponíveis no local com possibilidades reais de reconstrução contínuas destes recursos associando estas leis com a qualidade de vida em um ambiente mais saudável.

Esta tentativa foi vista anteriormente no Plano Diretor do município de Itaperuna, mesmo ainda não sendo efetivado, estar inclusa esta perspectiva, abrem caminhos necessários para reflexões mais profundas sobre esta temática urgente.

Logo, a qualidade de vida proposta conjuntamente com a questão ambiental é ampla, pois não se limita a condições de preservação, mas, engloba o bem-estar social da população que inclui “o acesso aos serviços e bens oriundos do desenvolvimento socioeconômico aos quais todos aspiram e sem dúvida recai sobre a necessidade de um ambiente equilibrado” (BATISTA; ALBUQUERQUE, p. 6, 2007).



Entretanto, o maior desafio a ser enfrentado para estimular o pensamento do desenvolvimento sustentável na escala global ou local está na cultura e aceitação do crescimento e avanço da tecnologia e da ciência, porém, esta concepção gera impactos importantes na vida do homem, pois nem sempre respeitam ou pensam nas consequências destes “avanços”.

Seria um avanço somente para saciar os apetites do capital financeiro? Ou este avançar pode ser pensado em uma perspectiva que engloba outros fatores como a vida?

São pensamentos que devem ser trazidos para a realidade local como no caso do município de Itaperuna que ainda não consegue solucionar questões aparentemente simples como a despoluição dos córregos, valões que desaguam sobre o rio Muriaé. É um desafio que inclui a questão política.

Em uma entrevista a Folha de Italva, jornal regional, em 2015, o secretário do meio ambiente da cidade, Alair Ignácio disse: *“temos que abordar temas de grande importância como a conscientização ambiental, plantação de árvores, economia de água, cuidados com o lixo, além de iniciativas sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida da população”*.

Sugestões para a melhoria do meio ambiente na cidade têm sido levantadas, como: a criação de um parque municipal, o investimento em uma cidade mais arborizada, a revitalização da vegetação ao longo do rio Muriaé. Todavia, tais iniciativas consideradas sustentáveis não têm sido concretizadas ao longo dos governos.

Enfim, segundo Ribeiro e Sauer (2012), não se deve colocar toda a culpa no pobre, ele é apenas um reflexo de um sistema produtivo que impulsiona o uso desordenado dos recursos naturais. A classe mais pobre, pela busca da sobrevivência, faz o uso intensivo dos recursos naturais, mas, o real foco deste problema está na estruturação das políticas sociais e econômicas do sistema vigente e não na pobreza em si.

### **Considerações Finais**

O município de Itaperuna tem uma relação próxima com o rio Muriaé. Esta relação foi construída historicamente ganhando importância ao longo dos séculos. Foram próximas as margens deste rio que a cidade foi crescendo e se desenvolvendo.

A importância do Muriaé para os cidadãos e para as atividades econômicas é muito significativa, visto que é dele que são retiradas as águas para abastecer a cidade e quase toda região noroeste fluminense, sendo importante para a produção agropecuária e para a indústria.



Entretanto, este recurso natural que a cidade possui tem sido pouco preservado tendo, atualmente, a necessidade de refletir como ele tem sido tratado pelos moradores e pelo governo municipal, uma vez que o Muriaé tem recebido fortes impactos do desenvolvimento socioeconômico do município.

Este desenvolvimento teve um caráter extrativista com o único foco no crescimento econômico. Recentemente, a cidade tem se voltado e refletido sobre esta necessidade de preservar seus recursos naturais, sendo posto esta questão dentro do seu plano diretor.

Por isso, que ONG como a Puri, que trata especificamente acerca do rio Muriaé tem ganhado força na esfera sociopolítica, porque tem a capacidade de mobilizar tanto a sociedade civil quanto a classe política. Contudo, tem-se muito que avançar nesta questão ambiental, inclusive, o que foi posto no plano diretor, pois ainda grande parte não foi efetivada. ONG's como a Puri, contribui para que a questão ambiental não fique de fora da agenda municipal devido à pressão feita por eles.

As questões ambientais não devem ser pensadas somente em uma ótica: a preservação. Esta concepção é verdadeira e necessária. Entretanto, deve-se colocar na reflexão o caráter social e político, pois como o homem vivem no meio ambiente, ele mesmo interfere de forma negativa ou positiva sobre ele. Pensa-se também no caráter político, porque investimentos, programas e outras ações públicas voltadas para o ambiente dependem da política em suas escalas municipais, estaduais ou federais.

O impacto ambiental não leva em conta somente a questão da flora, da fauna ou rios e mares, mas também, as consequências sobre a saúde, segurança e o bem-estar da população. E nesta dinâmica quem mais sofre são os pobres. No caso do impacto do desenvolvimento socioeconômico sobre o rio Muriaé são os que vivem a sua beira que mais sofrem, sobretudo, quando se tem o período natural de cheia do rio.

Finalmente, há a necessidade de se pensar em um desenvolvimento sustentável para o local que depende, algumas vezes, do caráter político para obter sucesso sobre esta questão, mas, o próprio morador pode contribuir para este tipo de desenvolvimento, por isso, a urgência de uma consciência mais crítica acerca do uso dos recursos naturais.

### Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. Ed. Rio de Janeiro. Lamparina, 2009. Pp. 7-70.



ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL. **Plano de recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul – caderno 6.** São Paulo, 2016. 113p. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/downloads/cadernos/Caderno%206%20-%20Muriae.pdf>. Acessado em: 3 de dezembro de 2016.

BATISTA, Ieda; ALBURQUERQUE, Carlossandro. Desenvolvimento sustentável: novos rumos para a humanidade. Revista Eletrônica Aborí, ed. 3,2007. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjrl\\_K759jQAhVFIZAKHeZpDbwQFgggMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ceap.br%2Fmaterial%2FMAT16032011185259.pdf&usg=AFQjCNGZRwhhp1W5X5A9MTtJlxw5EhFgg&sig2=zYZltKEuv7vL-gFsMyrjYA](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjrl_K759jQAhVFIZAKHeZpDbwQFgggMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ceap.br%2Fmaterial%2FMAT16032011185259.pdf&usg=AFQjCNGZRwhhp1W5X5A9MTtJlxw5EhFgg&sig2=zYZltKEuv7vL-gFsMyrjYA). Acessado em: 3 de dezembro de 2016.

BRASIL, RIO DE JANEIRO, ITAPERUNA. **Lei do Plano Diretor Participativo de Itaperuna**, nº 403/2007.

CASTTELS, Manuel. **La Cuestión Urbana**. Madrid: SigloVeintiuno, 1978.

DECOM. Secretaria do meio ambiente de Itaperuna promove palestra para alunos da rede municipal. **Folha de Italva**. Disponível em: <http://www.folhadeitalva.com.br/2014/03/secretaria-de-meio-ambiente-de.html>. Acessado em: 03 de dezembro de 2016.

DINIZ, Dulce. **O desenvolver de um município: Itaperuna, RJ**. Damadá Artes Gráficas, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. [online] Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330220>. Acessado em 11 de maio de 2016.

MAGRO, Márcia; RENK, Arlene; FRANCO, Gilza (org). **Impactos socioambientais da implantação da hidrelétrica Foz do Chapecó**. Chapecó: Argos, 2015.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises**. Coletânea do Nosso Tempo, v. 8, nº 8, p. 129 – 153, ano VII, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjTkI6Tx8vQAhWBGZAKHSLDVgQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fperiodicoscientificos.ufmt.br%2Fojs%2Findex.php%2Fcoletaneas%2Farticle%2Fdownload%2F108%2F99&usg=AFQjCNH9wETdYuiCOBSAgRkfr8xRgafQQA&sig2=xFHI2CapzK-l3vU8hHADxw>. Acessado em: 28 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro. **Analisando os impactos da relação Estado-sociedade civil sobre a democratização das políticas ambientais municipais em Itaperuna**. 2006. 55 f. Trabalho (Graduação/Especialização) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2006. Disponível em: [http://www.institutomilenioestuarios.com.br/pdfs/Monografias/5\\_OliveiraJCP2006Estado.pdf](http://www.institutomilenioestuarios.com.br/pdfs/Monografias/5_OliveiraJCP2006Estado.pdf). Acessado em: 11 de maio de 2016.

PEREIRA JÚNIOR, Arthur Rodrigues. **ITAPERUNA (RJ) NO CONTEXTO REGIONAL NO NOROESTE FLUMINENSE: UM MOVIMENTO ENTRE A CENTRALIDADE E**



**A DESCENTRALIDADE**, 2016, 160f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – PPG UCAM, Campos dos Goytacazes, 2015.

RAUBER, Francisco; LEME, Ricardo. **Segregação sócio-espacial e violência urbana**. TOLEDO: UNIOESTE, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1973-8.pdf>. Acessado em: 28 de novembro de 2016.



### PAISAGEM URBANA: O RIO PARAÍBA DO SUL NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

*Silvana Monteiro de Castro Carneiro*<sup>68</sup>

*Andrezza dos Santos Silva*

*Elis de Araújo Miranda*

#### RESUMO

Os rios desempenham um papel fundamental na formação das cidades, desde as primeiras civilizações, como fonte de consumo, irrigação e escoamento da produção agrícola. Por sua importância e grande representatividade, os rios se tornaram marcos na paisagem urbana. No entanto, a partir da década de 1950, com a intensa urbanização provocada pela Revolução Industrial, as cidades se vêem ameaçadas por transformações em sua paisagem. Os rios, com suas margens ocupadas irregularmente, têm sido tratados com descaso pelos responsáveis pela gestão de nossas cidades, onde se pode observar a crescente poluição ambiental e degradação do espaço urbano. Mal compreendidos e não valorizados como elementos estruturantes da morfologia urbana, esses cursos d'água têm sido esquecidos, tornando-se cada vez mais poluídos e, em muitos casos, canalizados ou aterrados, impedindo a sua utilização como meio de circulação em áreas urbanas. Esta pesquisa apresenta um estudo sobre o papel do rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes, entendendo-o como um potencial urbanístico, paisagístico, turístico e econômico, determinante na manutenção da vitalidade desta cidade. Uma análise da formação da paisagem urbana e das transformações ocorridas no uso do espaço delimitado foi efetuada através do estudo das intervenções e dos planos urbanísticos que se deram, desde o início da formação desta cidade até a atualidade. Também foram observadas as edificações, que caracterizam o uso do solo, a relação da população com o curso d'água, as questões ambientais pertinentes e as políticas públicas municipais que envolvem a área em questão. Foram utilizados métodos qualitativos, contemplando pesquisas bibliográficas e documentais, registro fotográfico e aplicação de entrevistas a frequentadores do local de estudo e demais moradores da cidade. Espera-se que esta pesquisa possa incentivar a valorização da paisagem cultural do centro da cidade de Campos dos Goytacazes, contribuindo para promover a reintegração do rio Paraíba do Sul à vida da população campista.

**Palavras-Chave:** Paisagem Urbana. Rios Urbanos. Rio Paraíba do Sul

#### Introdução

A paisagem urbana, compreendida como paisagem cultural, reflete a relação do usuário com o espaço, a partir dos valores e significados que ele representa. De acordo com

<sup>68</sup> Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades/UCAM Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/IFF Doutora em Planejamento Urbano e Regional/IPPUR-UFRJ



Miranda (2008, p.99), “pensar a paisagem é considerá-la não só como aquilo que é visível, mas como forma elaborada, pensada e objetivada por meio das relações sociais, que deixam no espaço elementos que podem identificar temporalidades vividas no lugar”.

Os rios, elementos relevantes em uma paisagem, são utilizados de formas diversas e, com o passar dos anos, especialmente após o processo de urbanização e com o advento do transporte ferroviário, seguido do rodoviário, foram perdendo a sua importância e se tornando, em muitas cidades, mal utilizados ou esquecidos. Em Campos dos Goytacazes, o rio Paraíba do Sul teve um papel fundamental na constituição física, no traçado urbano e no desenvolvimento socioeconômico da cidade, utilizado como fonte de abastecimento, eixo navegável para o transporte de mercadorias e pessoas, competições de remo e natação, representando um elemento marcante na paisagem cultural urbana.

No entanto, atualmente podemos perceber um descaso à sua presença, que é considerado uma ameaça pelas cheias que pode provocar ou um limite entre o centro e Guarus, distrito localizado na margem esquerda do rio. A necessidade de uma conscientização do cidadão campista sobre o valor do rio para esta cidade e a relevância de se retomar uma visão que se volte para a reversão do quadro atual, a exemplo de outras cidades no âmbito mundial, estimulou esta pesquisa, que tem como objetivo principal realizar estudos sobre o rio Paraíba do Sul na cidade de Campos dos Goytacazes, buscando entender as transformações que se deram na sua paisagem a partir dos diferentes usos ao longo de suas margens e incentivar a sua reintegração à vida urbana da população campista, como elemento essencial para a vitalidade da cidade.

Para isso, fez-se necessário: analisar a relação do Rio Paraíba do Sul com a cidade de Campos dos Goytacazes, enfocando os seus usos pela população no decorrer dos anos com o intuito de compreender os seus valores e significados; estudar as transformações das paisagens às margens do Rio Paraíba do Sul, na área urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, considerando áreas livres e construídas, desde a sua fundação até a atualidade; identificar as legislações urbanísticas, no que se refere ao rio Paraíba do Sul; compreender o papel do poder público municipal no tratamento do rio Paraíba do Sul; vincular a importância das obras arquitetônicas da orla com a presença do rio.

O processo de urbanização e ocupação das margens do rio, o lançamento indevido de resíduos sólidos na rede pluvial e a sua intervenção negativa no meio urbano e a influência do rio no desenho urbano e configuração arquitetônica do seu entorno foram aspectos relevantes considerados. O desenvolvimento da pesquisa contemplou alguns métodos, como: estudo de



referenciais teóricos, através de pesquisa bibliográfica, incluindo consultas a livros, revistas e sites da internet; aplicação de entrevistas à população; observações de uso e comportamento de pessoas que utilizam o espaço, com registro fotográfico; pesquisa documental, contemplando planos, projetos e legislações; levantamento de dados e informações pertinentes; pesquisa de estudos de casos; visitas técnicas.

A presente pesquisa está dividida em três partes. A primeira trata dos rios e seu relevante papel na paisagem e no desenho urbano. Na segunda parte, apresenta-se a relevância do rio Paraíba do Sul na constituição física e na paisagem da cidade de Campos dos Goytacazes, os usos e as relações sociais atuais e passadas e a ocupação do solo ao longo das margens do rio, na área delimitada. A terceira parte traz um estudo da legislação municipal, incluindo os planos urbanísticos, com o objetivo de se entender o olhar dos diferentes gestores públicos para este espaço urbano.

Os rios na paisagem urbana Paisagens fazem parte do convívio humano e dependendo de suas características proporcionam conforto e bem-estar à vida urbana e, conseqüentemente, mais qualidade de vida. Cabe ao paisagista e urbanista incluir essas paisagens no desenho urbano para que elas atendam às necessidades dos possíveis usuários, tanto em seu dia-a-dia, quanto nos diferentes momentos de lazer que todo membro da sociedade deveria ter como direito. Dependendo da paisagem que se oferece à população e dos tipos de lazer possíveis de serem praticados, podem ser observadas melhorias consideráveis no bem-estar mental dos indivíduos, com reflexos benéficos para toda a sociedade.

Neste sentido, Escarlata (2006, p.48) comenta: “Nossas paisagens urbanas são reveladoras das interações entre as intenções humanas e os processos naturais. Elas são, portanto, paisagens culturais, que são constantemente reestruturadas em função dos valores que lhes atribuímos.” Quando nos referimos aos rios urbanos, encontramos diversas perspectivas em relação à sua presença no meio da cidade. Alguns os encaram com uma fonte de problemas, e isso se intensifica quando os mesmos não são levados em conta no desenho e desenvolvimento urbano, tornando-se o lugar de despejo de lixo e esgoto.

Assim, passam a serem esquecidos ou até mesmo rejeitados. Porém, eles também podem ser considerados uma obra de arte que compõe a paisagem e traz inúmeras vantagens ao espaço público. Essa atribuição de valores está diretamente ligada ao conceito de paisagem cultural, que é transmitido ou não para as diferentes gerações. Muitas das ocupações feitas no Brasil desde a época da colonização surgiram às margens dos rios, que são numerosos no país e representam uma paisagem de alto valor recreativo e ambiental. Eles desenharam inúmeras



cidades que conhecemos hoje, e são essenciais para o seu desenvolvimento e a sua subsistência.

Porém, o que percebemos atualmente é a desvalorização deste recurso natural. A presença dos rios nos centros urbanos passa a perder seu valor a partir do momento em que a prioridade das cidades passa a ser o fluxo do sistema viário. Os processos de urbanização no Brasil não consideraram a conservação ambiental. Os rios atualmente são encarados como obstáculos e por isso são canalizados ou sofrem uma grande modificação em seus leitos. A mata ciliar é quase sempre extinta e as construções avançam em locais que deveriam ser preservados. Estas intervenções alteram significativamente a paisagem cultural de um lugar, acarretando, muitas vezes, um distanciamento entre as pessoas e aquele espaço, visto que uma paisagem pode ser avaliada como o conjunto de práticas, valores e símbolos que atribuímos a ela, e esse fato se traduz na forma com que é tratada. Quando existem vínculo e sentimento ao que se tem e ao que se vê, como por exemplo, o contato direto com as águas dos rios, a população cuida e preserva.

Por isso, a importância da paisagem cultural, que caracteriza as cidades e as tornam conhecidas por tal imagem. Ao contrário, quando existe desprezo às mesmas, com o passar do tempo nada é feito para proteger aquele recurso. Na arquitetura, podemos perceber falhas em relação à exaltação das paisagens naturais. Um exemplo corriqueiro, tratando-se dos rios, são as pontes que geralmente são imponentes e ocupam primeiro plano onde se instalam, cumprindo o papel de “vencer um obstáculo” e embelezar, com a sua arquitetura, o ambiente que poderia ser apreciado pelos recursos naturais que dispõe.

Corroborando com essa visão, Porath (2004, p.59) entende que “a preservação dos fundos de vale com a criação de parques, o controle das enchentes, a valorização do rio pelo turismo fluvial são soluções para um rio urbano ser valorizado na paisagem.” Como vantagens em se ter espaços livres e naturais dentro das cidades, preservando as matas ciliares, estão o conforto térmico, o acústico e o visual. Além disso, com a existência de áreas verdes e o próprio rio, há a melhoria da qualidade do ar, proteção do solo e até mesmo a preservação de espécies de aves predatórias que diminuem a quantidade de insetos. Ao contrário, a falta de áreas verdes, como enfatiza Porath (2004, p.135), “além de impor privações aos habitantes, pela falta de sombreamento, barreira contra o vento, poluição visual e sonora, entre outras, não lhes permite desenvolver princípios de cidadania, como o respeito e admiração ao ambiente natural e à paisagem”.



Ainda sobre a presença da mata ciliar nos centros urbanos, é importante reconhecê-la como uma proteção às margens dos rios, “entendida como um pulmão para a cidade e para a fauna, pois a vegetação é um bem social necessário e que pode ser encarado como um dos indicadores de civilização e qualidade de vida” (PORATH, 2004, p. 138). Projetos de parques às margens dos rios, aproveitando seu leito para navegação e as áreas livres para diferentes atividades de recreação e lazer mostraram-se como soluções para reaproximar as pessoas da paisagem de várias cidades européias e norte-americanas e poderiam ser adotados no Brasil com a mesma intenção.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, não diferente de tantas outras cortadas por rios, é possível perceber que o rio Paraíba do Sul, delineador do seu traçado, é uma presença marcante na sua paisagem. No entanto, atualmente a relação da população com este bem é de distanciamento. Neste sentido, surge como indagação: o que pode ter causado essa transformação?

O Rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes Campos dos Goytacazes, município que ocupa a maior área territorial do estado do Rio de Janeiro, tem atualmente uma população de 463.545 habitantes (IBGE, 2010). A sua ocupação inicial se deu em uma planície fluvial, ao longo da margem direita do rio, a partir da economia canavieira. Atualmente, a cidade é considerada um pólo universitário e reconhecida por ser grande produtora de petróleo. Na formação do tecido urbano desta cidade, o rio Paraíba do Sul teve um papel determinante, sendo responsável pelo abastecimento de água e pela geração de energia, além de ser utilizado como via de navegação, por onde circulavam pessoas e mercadorias. Em sua margem direita se constituiu o núcleo central, ocupado pela Praça São Salvador, igrejas, sobrados e casas dos barões.

De acordo com Rodrigues (1998, p.271), este espaço representava “[...] o centro da cidade, da juventude e mocidade, além de palco para as competições de natação e remo”. Portanto, o traçado urbano de Campos surgiu e se desencadeou a partir do desenho natural do rio e devido à sua grande importância para subsistência da cidade que ali se instalaria, além de exercer um papel cultural que se manteve forte até a segunda metade do século passado.

Como resultado do processo de urbanização, várias freguesias e vilas se desenvolveram em suas margens, o que reafirmava a sua importância. Durante muito tempo, a travessia para o outro lado do rio se dava por meio de balsas ou pequenas embarcações e o sistema de navegação foi bastante utilizado até o século XX, quando vários portos de grande importância à época, se desenvolveram em suas margens. Além disso, aconteciam diversas



manifestações culturais no rio e em seu entorno (RODRIGUES, 1988, apud CARNEIRO, 2015).

Posteriormente, com a chegada das ferrovias e rodovias, sua função de estrada líquida se perdeu e não houve tentativa política de mantê-la por mais tempo. Atualmente, o que se percebe com as modificações ocorridas na economia da cidade são novos usos do espaço central. Essa área tornou-se praticamente uma zona exclusiva do comércio, as construções do entorno tendem cada vez mais à verticalidade, apesar da orla permanecer sem alterações por muitos anos e, com isso, não despertar atrativo ao cidadão campista, que possui pouco ou nenhum vínculo com o rio.

A orla do lado direito não possui nenhum equipamento urbano além da calçada com alguns pontos de ônibus e um terminal rodoviário junto a um estacionamento. Os mesmos levam os usuários a se posicionarem de costas para o rio, reforçando seu status de obstáculo a ser vencido no centro da cidade. Já a orla esquerda, que dá acesso ao distrito de Guarus – zona predominantemente residencial – possui algumas possibilidades de lazer e contemplação, pois além de calçadas e ciclovia, abriga uma praça e uma área de quiosques onde as pessoas podem se sentar e desfrutar da paisagem composta pelo rio. Porém, muitos dos frequentadores e até mesmo funcionários do local não reconhecem a presença do rio como ponto positivo (CARNEIRO, 2015).

O rio Paraíba do Sul, que é alvo de uma proposta de transposição pelo Governo de São Paulo – estado que também é abastecido pelo mesmo e passa por um momento de racionamento de água – vivenciou em 2015 uma das maiores secas já registradas, em contraposição às cheias que durante muitos anos provocaram enchentes na cidade de Campos. Caso ocorra, essa intervenção será desastrosa para a região, podendo causar o agravamento da seca, avanço do mar sobre o rio, salinização do solo e assoreamento do leito do rio, o que alteraria a qualidade da água, já com problemas.

Portanto, diante do cenário em que se encontra o rio e a constante degradação ambiental que sofre, a população atualmente não o percebe como patrimônio da cidade. Ao contrário, o enxerga como um rio sujo, sem valor cultural e principalmente histórico, que está se perdendo gradativamente. Ao se referir às pranchas, muito utilizadas no século passado para navegação e transporte de mercadorias, Rodrigues (1988, apud CARNEIRO, 2015, p.71) diz: “Se tivéssemos um museu, uma delas teria que estar lá, marcando uma época. Mas somos um povo sem memória. Perdemos o contato com o passado que ficou para trás, ilhado e quase inacessível.”



Com isso conclui-se que o papel do rio nos dias atuais é apenas – e não menos importante – o de abastecimento, tendo perdido seu valor até mesmo de pertencimento pela população. Os diversos usos e as ocupações consolidadas ao longo das suas margens, desde o Estado de São Paulo, trouxeram problemas ambientais ao rio que se tornou um grande receptor natural de esgotos de fontes diversas, que transformam seu leito num manancial lodoso e barrento, aumentando a rejeição da população, tanto visualmente, quanto em relação ao contato direto com suas águas. Poucos são os usuários do rio: aos finais de semana, alguns praticam a pesca, outros em pequena quantidade praticam o stand up peddle1.

### **O uso do solo urbano ao longo do rio Paraíba do Sul**

Não diferente do planejamento que se aplica ao espaço urbano no Brasil em relação aos cursos d'água, em Campos a ineficácia do poder público na implantação da infraestrutura, com ações pontuais que não consideraram as suas conseqüências, provocaram as diversas inundações ocorridas na cidade, assim como permitiram construções precárias nas margens do rio, intensificando sua poluição e degradação da mata ciliar.

Com relação à constituição da área central da cidade, no final do século XVII, foi construída a Igreja Matriz de São Salvador de frente para o rio Paraíba do Sul e da praça central, a Praça de São Salvador, e a sede da vila foi transferida para este local, que ficava também próximo aos portos. A partir daí “se estabeleceram as primeiras construções que integravam o conjunto de elementos típicos da colonização portuguesa: a Igreja matriz e junto a ela o cemitério, o pelourinho, a Casa de Câmara e a Cadeia” (POHLMANN, 2010, s/p.).

Nos séculos XIX e XX, a praça ganhou jardins, que proporcionaram beleza e higiene ao local, favorecendo o convívio social e representando não apenas um lugar de passagem, mas também de contemplação e de higiene mental (POHLMANN, 2010). Como citado anteriormente, a região central foi o palco dos acontecimentos históricos e sociais, local dos primeiros habitantes de importância social na cidade, por isso concentra prédios históricos e casarões com estilos neoclássico, art déco e eclético, que não passam de três pavimentos, como o Solar do Visconde de Araruama (fim do séc. XVIII) e a Lira de Apolo (1912), dentre outros.

Os primeiros edifícios do bairro foram: Banco do Brasil (1910); sede da Associação Comercial e Industrial de Campos – ACIC<sup>69</sup>; Correios e Telégrafos (1917); sede da banda de música Lira de Apolo (1917); Teatro Trianon<sup>70</sup> (1921).

Na década de 1940, iniciou-se a verticalização da área, com construção de edifícios de quatro e cinco pavimentos e uso comercial, vários deles em substituição a alguns existentes.

A partir da década de 1960 começaram a surgir novos prédios de grande porte, construídos no estilo moderno, como o Cidade de Campos<sup>71</sup> (1987) e alguns utilizados por importantes órgãos na esfera nacional, ao que Pohlmann (2010, s/p.) aponta como representação de “uma grande carga simbólica, uma vez que os prédios altos constituem 1 Stand up peddle– modalidade esportiva que consiste em se remar em pé em cima de uma prancha. A figura 01 permite perceber a transformação da paisagem urbana na Praça de São Salvador e no seu entorno.

**Figura 02:** Prédios no entorno da Praça de São Salvador – 1905 e 2008



**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Campos, apud CARNEIRO, 2015

<sup>69</sup> A ACIC foi fundada em 09 de agosto de 1891, por Decreto Federal no governo de Francisco Portela. É a quinta Associação Comercial mais antiga do país. Sua antiga sede era um magnífico edifício. Em seu lugar, construiu-se o novo edifício Ninho das Águias (1983), com 15 pavimentos, onde se instalou a ACIC no último andar. Além de ser o mais alto de todos os citados, trouxe para o centro a concepção de “centro comercial”, com a instalação de lojas e sobrelojas cujo acesso é realizado pela primeira vez, na cidade, por meio de escada rolante, um dos símbolos da tecnologia moderna que mereceu destaque pela novidade

<sup>70</sup> O Teatro Trianon, construído em 1921, com luxuosa arquitetura, teve grande importância cultural para a cidade de Campos. No entanto, foi demolido em 1975 e, no local, foi construída uma agência do Banco Bradesco. Em 1998, um novo prédio para abrigar o teatro foi entregue à população.

<sup>71</sup> Inaugurado em 1987, com 12 pavimentos, o edifício Cidade de Campos possui, além de salas para escritórios, uma coluna destinada para residência com garagem. Esta edificação foi construída no lugar do antigo Banco do Brasil que já havia recebido uma nova sede com 6 pavimentos, também no entorno da praça São Salvador (POHLMANN, 2010).



## 2º SEMINÁRIO Cidades, Espaços Públicos e Periferias

Às margens do rio, construções de destaque permanecem, como: A Ponte João Barcelos Martins (1873 – Figura 02), o Solar do Barão de Muriaé (primeira metade do séc. XIX), onde hoje funciona o Corpo de Bombeiros do Estado, a Igreja da Lapa (Figura 03), o Hotel Palace e o Presídio Carlos Tinoco, na orla direita; e, na esquerda, chamam a atenção a Igreja de Santo Antônio e o Edifício Concorde, por ser o único de maior altura na área.

**Figura 02:** Ponte Municipal, atual Ponte Barcelos Martins



**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Campos, apud CARNEIRO, 2015

**Figura 03:** Igreja da Lapa



**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Campos, apud CARNEIRO, 2015 8

É importante destacar que as construções de prédios de grande volume e muitos andares, ao passar dos anos, não foram acompanhadas de construção de infraestrutura: a rede de coleta de esgotos não foi preparada para atender à nova demanda; as ruas e o planejamento

do trânsito não foram organizados para receber o aumento do número de veículos; as redes de drenagem superficial e subterrânea são foram remodeladas para atender ao novo modelo de impermeabilização e escoamento instalados. Vale ressaltar que, com exceção da área considerada como ZCH (Zona Centro Histórico), a legislação de uso do solo permite que sejam construídos prédios de muitos andares ao longo das margens do rio, pois seu coeficiente de aproveitamento é alto. Portanto, vários edifícios de maior porte vêm sendo instalados nesse local, criando uma barreira aos benefícios que a presença do rio proporciona ali.

Recentemente, um trabalho de infraestrutura foi realizado em todo o Centro Histórico de Campos. O trecho recebeu ligação subterrânea, além de galerias pluviais e novas redes de água e esgoto.

Para se obter informações mais precisas sobre a área estudada, foram realizados levantamentos em quarteirões ao redor da Praça de São Salvador, como as cartas de uso do solo e de verticalidade, apresentadas nas figuras 04 e 05.

**Figura 04:** Carta de uso do solo



**Fonte:** Acervo pessoal, 2015

Legenda:

Rosa	Comercial
Azul	Misto
Amarelo	Serviços
Vermelho	Residencial
Verde	Área Verde
Marrom	Cívico
Branco	Residência não habitada
Laranja	Institucional

**Figura 05:** Carta de verticalidade – número de pavimentos



Legenda:

Branco	1 pavimento
Rosa	2 pavimentos
Lilás	3 pavimentos
Azul	4 a 10 pavimentos
Vermelho	+ de 10 pavimentos

**Fonte:** Acervo pessoal, 2015

A maior parte das construções dos bairros analisados é composta por prédios antigos e verticalizados, com alta taxa de ocupação, o que impossibilita áreas livres dentro dos terrenos. Os prédios são geminados, uma característica que resulta em pouca ventilação e iluminação.

A última reforma executada na Praça de São Salvador, iniciada em 2004 e concluída em 2005, provocou polêmica entre os moradores da cidade, por ter alterado completamente a paisagem central, com retirada de árvores que propiciavam sombra e plantio de palmeiras, eliminação de canteiros, substituição do piso em pedra portuguesa por granito e instalação de novos bancos, também em granito e sem encosto, o que afasta as pessoas, transformando o lugar em local de passagem e não mais de encontro como convém a uma praça. No entanto, como ponto positivo aponta-se a facilidade de visualização do rio Paraíba do Sul e dos prédios no seu entorno, de valor cultural, expressando diferentes épocas.

Ao redor da praça as calçadas são largas e contínuas, porém nas demais ruas elas são mais estreitas, e alguns prédios avançam os seus pavimentos superiores sobre as calçadas, como na Rua Barão de Amazonas. Nesta, destaca-se o Solar Barão de Pirapetinga, que abriga o Hotel Amazonas, tema do livro “O Menino e o Palacete”, onde o autor Moreira (1954, apud CARNEIRO, 2015) demonstra a sua relação de emotividade com o rio ao relatar: “Assim descobriu que do alto da balaustrada do terraço poderia ver o rio, de que não queria se afastar. Em suas margens nascera e vivia, ouvindo o ruído das águas passando por baixo da ponte da estrada de ferro [...]”. Este depoimento permite o reconhecimento do significado do rio e do seu entorno para quem o vivenciou.



### 3 Legislação Municipal

Por entender o importante papel da legislação urbanística na ocupação do solo urbano e, conseqüentemente, na configuração de um território, realizou-se, nesta pesquisa, um estudo dos planos urbanísticos aplicados na cidade de Campos dos Goytacazes, o que contribuiu para a compreensão das transformações ocorridas ao longo das margens do rio Paraíba do Sul, desde a sua formação até a atualidade, pela visão dos seus gestores públicos. Considerou-se as intervenções urbanísticas traçadas no período de 1902 e 1940, quando não havia legislação de uso e ocupação do solo, o Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos (PDUC) e os planos diretores de 1991 e 2008.

Cabe destacar a importância econômica e política do município de Campos para o estado do Rio de Janeiro, desde quando Villa, representando uma área de interesse, onde se davam atividades comerciais, que o articulavam com a capital, tendo recebido, em 1834, melhorias urbanas para facilitar o escoamento da produção industrial da região e a circulação de mercadorias. Em 1835, quando a vila é elevada à categoria de cidade, alguns planos urbanísticos foram elaborados, como o Plano Pralon, que traçou a área central, com quadras retilíneas, tipo tabuleiro de xadrez. Dentre as importantes construções que se deram, merecem destaque o Canal Campos- Macaé e a Estação Ferroviária.

#### 3.1 O Plano Urbanístico de Saturnino de Brito – 1902

A cidade sofria com enchentes recorrentes e espaços insalubres e, com a chegada de novos habitantes que ocupavam áreas periféricas e o conseqüente crescimento da população, era necessário erradicar as enfermidades epidêmicas, como a peste bubônica que atingiu a cidade nos primeiros anos do século XX (FARIA, 2000).

Para cuidar da salubridade no espaço urbano, foi contratado o engenheiro sanitário Saturnino de Brito, que elaborou, em 1902, o Plano de Saneamento de Campos, implantado de 1910 até a década de 1940, com enfoque na higiene e no saneamento públicos. Seguindo o seu planejamento, foram executadas grandes intervenções na área urbana da cidade, que alteraram significativamente o seu desenho. Vale ressaltar que havia também, à época, o objetivo de projetar Campos na região e na política estadual e, assim, transformá-la na capital do Estado, que representava o anseio da elite local. Nesse sentido, o Rio Paraíba do Sul teve as suas margens desobstruídas no trecho urbano, ruas foram alargadas, executou-se obras de

drenagem, aterrou-se áreas alagadiças. A Praça São Salvador recebeu pavimentação, jardins e uma fonte, ao mesmo tempo em que, na área central, casas foram demolidas, dando lugar a novos edifícios. Sobre essas intervenções, Faria (2000, p.6) comenta:

O velho tecido urbano é transformado progressivamente, graças às reformas que visam, além do embelezamento da cidade, dar-lhe uma melhor funcionalidade, adaptando-a aos interesses da economia capitalista e da burguesia em plena ascensão. Finalmente, neste começo do século XX, é necessário dotar a cidade dos símbolos do progresso e de uma imagem de modernidade.

A área de Guarus, margem esquerda do rio, ocupada à época por população menos abastada e construções mais simples, foi considerada no plano de saneamento de Saturnino, como demonstra a planta da cidade de Campos (Figura 06).

**Figura 06:** Planta da cidade de Campos dos Goytacazes  
Plano de Saneamento de Saturnino de Brito – 1903



**Fonte:** Arquivo Público Municipal de Campos, 2015

Nesta época, a cidade vivenciou o fortalecimento do seu comércio e serviços, além da infraestrutura, com novas redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável e melhoria do transporte público, com a inauguração do serviço de bondes elétricos, que operou até 1964, quando foi substituído por ônibus elétricos – trolley bus – e ônibus a diesel.

Até 1944, a cidade se expandiu de acordo com o previsto neste plano. As intervenções urbanísticas interferiram significativamente na valorização da área central, que passou a ser



frequentada pela população como local de encontro e animação, palco das relações sociais que se davam na cidade.

### 3.2 O Plano de Reordenação Urbana da Cidade de Campos – 1940

Em 1940, dá-se início ao Plano de Reordenação Urbana da Cidade de Campos, elaborado pelo Escritório de Urbanismo Coimbra Bueno em conjunto com o arquiteto e urbanista francês Alfred Agache, que planejam um novo projeto urbanístico para a cidade, com idéias de remodelação, expansão e embelezamento. Este projeto, inspirado no modelo de progresso e modernidade aplicado por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, foi apresentado em 1944 e aplicado pelas administrações municipais seguintes. É considerado o estudo mais detalhado feito para a cidade, sob o enfoque histórico e cartográfico, contemplando remodelação de traçados urbanos e obras viárias que até hoje são executadas. Dentre as intervenções propostas, estão o saneamento do Canal Campos-Macaé, abertura de novas avenidas, alargamento de vias existentes, pavimentação, modernização da infraestrutura existente e ampliação em direção à periferia da cidade, reformulação de jardins existentes e criação de novos parques e jardins, como o Jardim de Alah, posteriormente chamado de Parque Alberto Sampaio, hoje destruído quase totalmente, por ponte construída pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e implantação de galpão provisório para ambulantes, obra do atual Governo Municipal.

As intervenções realizadas neste período modificaram significativamente o espaço urbano de Campos, marcando um novo corte na sua história urbana.

### 3.3 O Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos (PDUC) – 1979

No governo do arquiteto Raul Linhares é desenvolvido o PDUC – Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos, realizado em parceria com a FUNDENOR (Fundação de Desenvolvimento do Norte Fluminense) e concluído em 1979.

O objetivo era corrigir irregularidades no tecido urbano da cidade, mais especificamente nas áreas menos privilegiadas, promovendo o desenvolvimento físico e territorial urbano de Campos, de acordo com o prescrito nas leis elaboradas: 1) Lei de Perímetros Urbanos; 2) Lei de Zoneamento e Uso do Solo; 3) Lei de Parcelamento do Solo e 4) Código de Obras (VIEIRA, 2003, apud FARIA, 2005, p.4789).



Ao contrário do plano antecedente, o trabalho desta vez não era de remodelação da cidade, mas de direcionamento do uso do solo, de acordo com a nova legislação, que definia critérios para ocupação das diversas áreas urbanas.

### **3.4 O Plano Diretor de 1991 – Lei Municipal 5.251/1991**

O Plano Diretor de 1991 teve como objetivo promover a ordenação do território municipal, através do controle do uso do solo, da preservação e recuperação das áreas de interesse ambiental e do patrimônio comunitário e atenção às demandas de infraestrutura e serviços urbanos e rurais. Ele inseria-se nas novas exigências de redemocratização do país, por ter sido elaborado após a Constituição de 1988.

A minuta do projeto de lei incluía a inserção de gabaritos para a cidade, que evitaria construção de prédios altos em áreas inadequadas, como as margens do rio Paraíba do Sul, o que não foi aprovado pelo Poder Legislativo. Isso justifica a construção de prédios como a 12 futura sede da UFF na cidade, ainda não finalizada, a exemplo de outros edifícios já construídos.

### **3.5 O Plano Diretor de 2008 – Lei Municipal 7.972/2008**

O atual Plano Diretor de Campos, elaborado de forma participativa, de acordo com exigências do Estatuto da Cidade, dispõe sobre princípios, diretrizes e normas, orientando as ações que influenciam no desenvolvimento urbano. À época da sua elaboração, também foram reformuladas as seguintes leis urbanísticas: Lei de Perímetro Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Lei de Parcelamento do Solo.

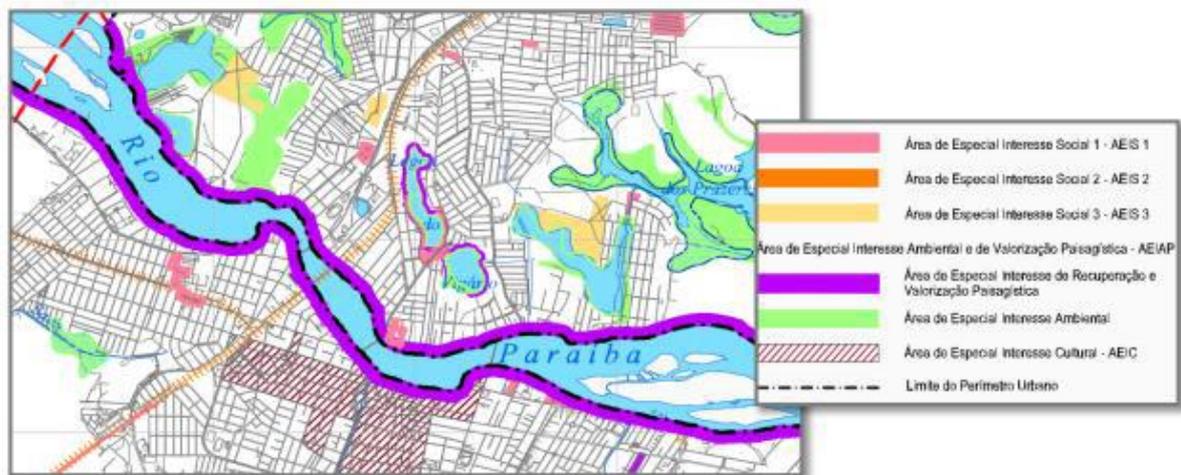
Cabe destacar o Art. 40, inciso IV, onde o Plano Diretor apresenta, como uma das medidas prioritárias de gerenciamento para o esporte e lazer no Município, o incentivo à prática do remo e da vela na lagoa de Cima, na lagoa Feia, na lagoa do Vigário e no rio Paraíba do Sul. Também dentre as medidas de gerenciamento para valorizar o patrimônio natural e cultural, o Art. 89 indica o aproveitamento dos principais corpos d'água do município “[...] Rio Paraíba do Sul, Lagoa de Cima, Lagoa Feia, entre outros – como eixos cultural, ambiental e econômico, com o incentivo à implantação de atividades turísticas e de lazer, tais como instalação de restaurantes flutuantes, passeios de barco, prática de remo e canoagem”. Além disso, é previsto, como ação de planejamento, “qualificar a ocupação da



orla oceânica e das margens dos corpos d'água, limitando o uso e a ocupação do solo que inibam ou impeçam a fruição da paisagem e permitam a instalação de atividades voltadas para o turismo e lazer” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008a).

O Plano define ainda o trecho municipal do rio Paraíba do Sul e suas ilhas como Áreas de Valorização Turística e de Lazer (Art. 138) e dispõe que as Áreas de Especial Interesse Ambiental e de Valorização Paisagística, compreendem espaços que possam contribuir para a formação de ambiências urbanas que, requalificados paisagística e ambientalmente, sirvam à fruição e ao lazer da população. A figura 07 demonstra que toda a orla do rio Paraíba do Sul pertence à Área de Especial Interesse de Recuperação e Valorização Paisagística.

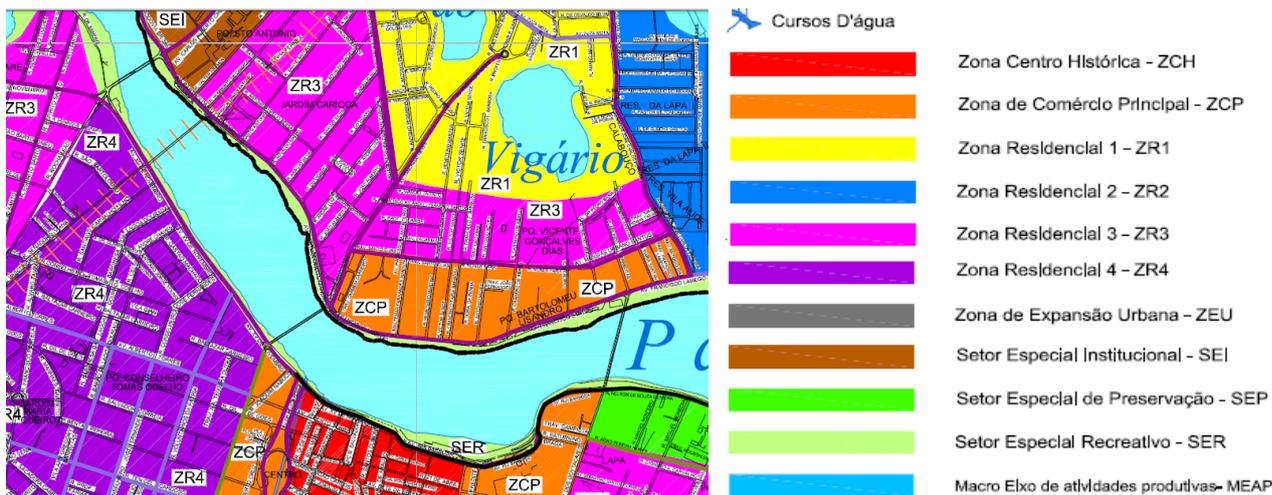
**Figura 07:** Mapa de Áreas de Especial Interesse (Plano Diretor)



**Fonte:** Campos dos Goytacazes, 2008<sup>a</sup>

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 7.974/2008), instrumento destinado a orientar e ordenar o crescimento urbano, em seu Art. 7 define que toda a faixa de terra na zona urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, compreendida entre a faixa de rolamento e o dique às margens do Rio Paraíba do Sul, assim como uma faixa de 30,00m (trinta metros) na orla de todas as lagoas existentes no município, é considerada non aedificandi, onde apenas se permite a execução, pelo poder público, de obras consideradas de utilidade pública ou de interesse social, excluídas quaisquer obras de edificação. Quanto aos usos permitidos nas áreas destinadas a construções, a figura 08 destaca o trecho de estudo, onde se pode perceber uma variedade de possibilidades, que engloba a Zona Centro Histórica (ZCH), a Zona de Comércio Principal (ZCP) em ambos os lados do rio, as Zonas Residenciais 3 e 4, além de áreas destinadas ao Setor Especial Recreativo (SER), às margens do rio.

**Figura 08:** Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano



Fonte: Campos dos Goytacazes, 2008

No entanto, visitas ao local de estudo permitem constatar que não há ações voltadas a recreação e valorização paisagística ao longo de toda a orla do rio, conflitando com o que dispõe a legislação. Este fato leva ao entendimento de que a cidade está carente de gestão e de políticas públicas destinadas, não só ao cumprimento do que se planejou, mas também ao bem estar da população (CARNEIRO, 2015).

## Considerações Finais

As leituras feitas permitiram o conhecimento de conceitos sobre paisagem, paisagem urbana, a importância dos rios na formação das cidades e o seu valor paisagístico, urbanístico, ambiental e cultural. Também foi possível conhecer a história da constituição urbana de Campos dos Goytacazes e reafirmar a presença determinante do rio Paraíba do Sul nesta cidade. As percepções referentes à área de estudo confirmam os dados da literatura acessada, que apontam os tratamentos dados aos cursos d'água ao longo dos anos em cidades diversas, relatando experiências em que rios urbanos passaram a ser poluídos ou desprezados. No entanto, é possível identificar espaços urbanos que tiveram esse quadro revertido a partir de ações e políticas públicas voltadas a esse fim, como a cidade de Lyon, na França, um bom exemplo de renovação urbana, cultural e social, a partir de uma intervenção que criou áreas de convivência e lazer, proporcionando ao cidadão um maior contato com o Rio Rhône. Nota-se que interferências de simples execução podem mudar significativamente, não apenas a paisagem urbana, mas, especialmente, a qualidade de vida de uma cidade.



Os resultados obtidos apontam a relevância da presente pesquisa, que permitiu um maior conhecimento da área urbana de Campos dos Goytacazes, os usos atuais, a sua história e a percepção da influência do rio Paraíba do Sul na sua formação e na vida da população campista. A partir das leituras feitas, visitas ao local de estudo e conversas com moradores da cidade, foi possível a formação de um diagnóstico que, complementado com observações referentes às edificações, possibilitou a percepção do quanto este grande potencial – o rio Paraíba do Sul – se encontra afastado da cidade de Campos dos Goytacazes, embora sendo parte da sua área central. Neste sentido, percebemos com tristeza a deficiência de políticas públicas voltadas à recuperação das margens do rio, o que se evidencia na não aplicação das diretrizes traçadas no Plano Diretor vigente. Entendemos ainda a urgência da adoção de medidas capazes de transformar o quadro atual.

### Referências

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei número 7.972, de 31 de março de 2008. Institui o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes. Câmara Municipal. Campos dos Goytacazes, 2008a. Disponível em: . Acesso em: 19 out. 2014.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei número 7.975, de 31 de março de 2008. Institui a Lei de Parcelamento do Solo do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2008b. Disponível em: . Acesso em: 19 out. 2014.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei número 7.974, de 31 de março de 2008. Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2008c. Disponível em: . Acesso em: 19 out. 2014.

CARNEIRO, Silvana Monteiro de Castro. À Margem da Cidade: O Rio Paraíba do Sul na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, 2015.

ESCARLATE, Cláudia de Freitas. O Rio Cabeça: paisagem memória e convívio. Rio de Janeiro, RJ: PROURB, 2006. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < <http://www.prourb2.fau.ufrj.br/claudia-de-freitas-escarlata>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FARIA, Teresa P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Natal – RN, 2000. 15



## 2º SEMINÁRIO **Cidades, Espaços Públicos e Periferias**

---

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Dados básicos de Campos dos Goytacazes. Brasília, 2007. Disponível em:



### POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS RELAÇÕES COM O ESPAÇO URBANO

*Diogo Jordão Silva<sup>72</sup>  
Silvana Cristina da Silva<sup>73</sup>*

#### RESUMO

A presença de pessoas vivendo nas ruas constitui uma problemática inerente a muitas cidades do Brasil e do mundo. Apesar de nem sempre serem vistos e reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, estão sempre ocupando determinados espaços nas cidades e desenvolvendo estratégias na busca por condições mínimas de sobrevivência. Diante disso, o presente trabalho busca identificar e discutir as relações que essa população mantém com o espaço urbano. Para tanto, lança mão de revisão bibliográfica referente à temática abordada. A discussão realizada permite considerar que, em seu cotidiano, a população em situação de rua adapta-se e cria estratégias de modo que o espaço urbano ganha usos e significados que são distintos daqueles preconizados pelos agentes hegemônicos. Tais usos estão estritamente ligados às possibilidades de obtenção de elementos essenciais à sua sobrevivência, como a alimentação, a higiene e o trabalho.

**Palavras-chave:** População em situação de rua; Espaço urbano; Cidade.

#### Introdução

O espaço urbano das cidades brasileiras apresenta-se enquanto um reflexo das desigualdades encontradas na sociedade. Enquanto uma pequena parcela populacional reside nas áreas mais valorizadas podendo acessar os bens e serviços oferecidos pela cidade com facilidade, grande parte da população sofre com a carência e a impossibilidade de acessá-los. Em muitos casos, sem ter melhores condições, a população pobre amontoa-se nas favelas e espaços periféricos ou, em situações mais extremas, passa a viver perambulando pelas ruas da cidade na busca por condições mínimas de sobrevivência.

Embora seja um fenômeno recorrente em todos os países, o problema da pobreza urbana aflige de forma mais severa os países subdesenvolvidos e tem estreita relação com o processo de urbanização vivido pelos mesmos. Ao estudar a realidade brasileira, Santos

<sup>72</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, polo Campos dos Goytacazes. E-mail: diogojordao@id.uff.br

<sup>73</sup> Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, polo Campos dos Goytacazes. E-mail: silvanasilva@id.uff.br



(2013) assevera que o processo de urbanização do país revelou uma crescente associação com o aumento da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade.

O autor considera que o problema resulta dos efeitos da modernização tecnológica a nível internacional e local sobre a economia urbana do país. Isso pelo fato de que esta provocou uma drástica redução na demanda de mão de obra, ocasionando o desemprego e o subemprego. Com a modernização da agricultura ocorre a expulsão dos trabalhadores do campo que buscarão na cidade as suas condições de sobrevivência. Já a indústria, que também se moderniza, reduz drasticamente o número de empregos e, por fim, o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.

Desse modo, a existência de uma grande massa de pessoas trabalhando em atividades ocasionais ou vivendo com salários muito baixos, ao lado de uma minoria portadora de altas rendas, cria na sociedade urbana uma divisão entre os que podem ter acesso permanente aos bens e serviços e aqueles que não têm condições acessá-los. Assim, Santos (2008) defende que a cidade deve ser estudada como um sistema único, mas composto de dois subsistemas, os quais ele denomina “circuito superior” ou “moderno”, e “circuito inferior”. O primeiro originou-se diretamente da modernização tecnológica e tem como elementos representativos os monopólios. Já o segundo, resultado indireto da modernização, é formado por uma gama de atividades de pequena dimensão interessando especificamente às populações desprovidas de capital e qualificação profissional que poderão encontrar aí um trabalho, ainda que mal remunerado, temporário ou instável.

No âmbito dessa urbanização e do concomitante crescimento da pobreza nas cidades, a existência de pessoas vivendo nas ruas constitui-se uma realidade. A Pesquisa Nacional Sobre a População de Rua (BRASIL, 2009), realizada sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua em 71 municípios do país. O levantamento limitou-se a apenas 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes.

Apesar de o número aparentar-se pequeno diante do quadro de milhões de pessoas que compõem a população brasileira, ele se torna expressivo se considerarmos a realidade sub-humana sob as quais essas pessoas vivem e nos faz questionar sobre o papel do Estado na resolução desse problema. Do mesmo modo, nos faz refletir sobre a naturalização que se faz dessa situação, pois essa não é uma realidade distante, ocorrendo em grande parte dos municípios do país.



Embora estes indivíduos vivam na cidade, pode-se dizer que tal vivência se dá de uma maneira distinta daquelas realizadas pelos demais cidadãos. Conforme afirma Frangella (2004), essas pessoas experenciam a geografia urbana de forma particular, fazendo da rua um lugar de deslocamento contínuo e dotado de funções diversas daquela preconizada pela ordem urbana. Ou seja, os usos que fazem do espaço urbano são diferentes dos usos daquelas pessoas que tem uma habitação fixa convencional, de modo que a rua torna-se o local de habitação e de trabalho.

Isso vai ao encontro do que afirma Santos (2000), segundo o qual, para os atores hegemônicos o território é usado enquanto abrigo, de modo que estes buscam adaptar-se constantemente ao meio geográfico local ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.

Diante de tais apontamentos, o presente trabalho objetiva identificar e discutir as relações que a população em situação de rua mantém com o espaço urbano mediante suas estratégias cotidianas de sobrevivência. O trabalho consiste em revisão bibliográfica referente à temática abordada, utilizando autores como Escorel (2003), Frangella (2004), Santos (2009), Robaina, (2015) e Corrêa (1989).

### **População em situação de rua, espaço urbano e território usado**

A presença de pessoas vivendo nas ruas é uma situação recorrente nas cidades do Brasil e do mundo. Apesar de nem sempre serem vistos e reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, seja pelo poder público ou pela sociedade em geral, tais indivíduos estão sempre ocupando determinados espaços nas cidades e desenvolvendo estratégias na busca por condições mínimas de sobrevivência.

Conforme o Decreto nº 7053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), essa categoria populacional é considerada enquanto um grupo heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Além disso, esse grupo caracteriza-se pela utilização de espaços públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Depreende-se, pois, que tal problemática constitui uma questão complexa e que deve ser analisada a partir da multiplicidade de fatores e condições a ela inerentes. No caso do



presentetrabalho, a intenção é compreender a realidade dessa população a partir de suas relações com a cidade, considerando suas estratégias de sobrevivência no território.

Recentes pesquisas têm demonstrado que o espaço urbano constitui importante elemento na vida dessas pessoas (ESCOREL, 2003; FRANGELA, 2004; SANTOS, 2009; PENTEADO, 2013 e; ROBAINA, 2015). O que se percebe nesses estudos é que as pessoas que vivem nas ruas acabam se apropriando de espaços e recursos específicos da cidade no intuito de garantir condições mínimas de sobrevivência. Não tendo nenhum suporte para recorrer em suas dificuldades, o indivíduo descobre ou desenvolve formas de resistência e sobrevivência nas ruas, constitui novas redes de relações, vinculando-se de forma mais significativa ao espaço urbano.

O espaço urbano é aqui considerado a partir da definição de Corrêa (1989), segundo o qual, este é a própria sociedade em sua dimensão mais aparente, ou seja, aquela materializada nas formas espaciais. Assim, o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta” (CORRÊA, 1989, p.09). O mesmo é um produto social resultado de ações executadas por agentes sociais concretos que produzem e consomem espaço de maneira complexa mediante o processo de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

Segundo o autor, os principais agentes que fazem e refazem a cidade são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Estes atuam das mais diferentes maneiras, de acordo com seus objetivos e possibilidades. Destacamos aqui estes dois últimos.

Quanto ao Estado, sua atuação mais corrente se faz através da implantação de serviços públicos, além da elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo. Entretanto, essa atuação se dá de forma desigual perante a população, pois os segmentos da classe dominante são sempre os mais privilegiados. Já os grupos sociais excluídos são aqueles que não conseguem acessar os bens e serviços produzidos socialmente, mesmo que tenham as mesmas necessidades dos demais grupos. Nesse sentido, o autor destaca como exemplo o caso daqueles que não tem acesso a uma residência. Estes são segregados a partir da dinâmica urbana e, mediante a ocupação de terrenos públicos, produzem seu próprio espaço de moradia, constituindo uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência às adversidades a que são impostos.



Embora não produzam moradias convencionais, considera-se que a população que vive nas ruas também se constitui enquanto grupo social excluído, produtor do espaço urbano. Conforme explica Daiane Santos (2009), a necessidade de um espaço para abrigo faz com que essas pessoas sejam obrigadas a transformar um ambiente inóspito num território existencial. Desse modo, ocupam espaços sem mínimas condições de habitação e os adaptam de modo que neles seja minimamente possível realizar necessidades básicas como comer e dormir.

Nessa mesma perspectiva, Escorel (2003) afirma que o espaço urbano interfere significativamente nos modos de vida dessa população, haja vista que suas estratégias de sobrevivência fisiológica e de rendimentos são condicionadas ao tipo de espaço ocupado, havendo assim um movimento no qual itinerância e fixação se intercalam, variando segundo as possibilidades de resolução de seus problemas básicos.

Diante de tais colocações, o conceito de *território usado* apresenta-se útil à compreensão das práticas cotidianas desse grupo em suas estratégias de vida. De acordo com Santos e Silveira (2008) entende-se geralmente o território enquanto extensão apropriada e usada. No entanto, não há como explicar o território sem a sua utilização, de modo que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p.255).

O território usado são os objetos e as ações, não havendo separação entre as materialidades e seus respectivos usos pela ação humana. Ele é sinônimo de espaço humano, espaço habitado e inclui todos os atores, independente de sua força (SANTOS, 2005).

Portanto, falar em território usado é falar do espaço de todos: tanto dos atores hegemônicos, quanto dos atores hegemonzados. Para os primeiros o território usado é um recurso, ou, seja, a garantiada realização de seus interesses particulares, de modo que suas ações conduzem a uma constante adaptação de seu uso, com a implantação materialidades funcionais ao exercício de suas atividades, gerando um uso corporativo do território. Já para os atores hegemonzados o território constitui-se enquanto abrigo, ao passo que estes buscam adaptar-se constantemente ao meio geográfico local ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (SANTOS, 2000). É, pois, no sentido de território usado como abrigo que podemos compreender as estratégias territoriais de sobrevivência da população em situação de rua.



### A rua como espaço de habitação

Qualquer espaço pode virar abrigo e qualquer resto material pode se tornar recurso para a população em situação de rua. Suas diferentes necessidades são realizadas em espaços distintos na cidade, como pontes, marquises, viadutos, frente de prédios, postos de gasolina, parques, praças, calçadas, dentre outros locais protegidos do frio e da exposição à violência. Esses diferentes espaços são adaptados e usados de acordo com suas próprias características.

Daiane Santos (2009) explica que os fundos dos viadutos ou lugares mal iluminados nas ruas ou praças, que geralmente apresentam mau cheiro e pouca movimentação de pedestres, são escolhidos para serem usados como banheiro, lugar para dormir, fazer sexo ou consumir drogas ilícitas. Já o banho e a lavagem das roupas geralmente ocorrem em chafarizes, riachos, lagoa se em postos de gasolina que estejam em seu caminho.

Os objetos encontrados na rua também ganham novos usos e aplicabilidades nessas formas de habitar:

A cama, por exemplo, pode ser uma caixa de geladeira, dois cobertores velhos e um pedaço de espuma, ou apenas uma simples caixa de papelão, podendo ser restringida a um reduzido espaço no chão. Um banco de carro pode ser transformado num sofá. O fogão, uma lata grande, de óleo ou de tinta, aberta por cima e com uma “porta” na lateral, para colocar a matéria prima para acender o fogo. As árvores tornam-se varais para secar as roupas quando não se tornam a própria casa. (SANTOS, 2009, p.71).

Os usos do espaço urbano pela população em situação de rua envolvem também as políticas sociais que são materializadas no território por meio dos equipamentos de serviços especializados no seu atendimento e acolhimento. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), a maioria desses sujeitos costuma dormir na rua (69,6%), em locais como calçadas, praças, rodovias, parques e viadutos. No entanto, um grupo de tamanho considerável (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições e, outra parcela (8,3%) costuma alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues e instituições de acolhimento.

O processo de institucionalização das políticas dirigidas a esse grupo tem como marco inicial a Lei nº 11.258/2005 (BRASIL, 2005) que incorporou programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social. Grande parte do atendimento a esse grupo social, até então, originava-se de filantropia. Desse modo, a base material para o atendimento a população em situação de rua como política pública, em que cada esfera



federativa possui atribuições específicas, vem se constituindo no período recente no Brasil.

Nesse âmbito, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituída em 2009, prevê para essas pessoas equipamentos de serviços como os Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), assim como as unidades de acolhimento institucional. Ao serem implantadas no território, tais materialidades passam integrar-se às dinâmicas de vida dessa população no espaço das cidades.

### **A rua como espaço de trabalho**

A realização de um trabalho que resulte em obtenção de recursos também é inerente às relações entre a população em situação de rua e o espaço urbano. A pesquisa realizada pelo MDS (BRASIL, 2009) demonstrou que essa população é composta, em grande parte, por trabalhadores, de modo que 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Dessas atividades, destacam-se as de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência.

Tais ocupações representam uma adaptação dos habitantes da rua às condições espaciais e sociais em que vivem, particularmente no centro das cidades. Conforme afirma Escorel (2003) estas atividades têm como característica geral o fato de a oportunidade do seu exercício não exigir qualquer qualificação e pela intermitência. São atividades que se inserem no *circuito inferior* da economia urbana (SANTOS, 2008).

Conforme já destacado no início do presente trabalho, o circuito inferior da economia urbana é um dos subsistemas que, juntamente com o circuito superior, forma o sistema maior que é a cidade. Santos (2008) explica que o circuito superior é aquele constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Já o circuito inferior constitui-se essencialmente por formas de fabricação não “capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.

O autor salienta que o circuito inferior é um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos devido ao fato de abrigar a população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno. Depreende-se, pois, que aqueles que habitam as ruas estão inseridos nesse circuito. Desprovidos de capital e



de qualificação profissional, é no circuito inferior que encontrarão oportunidades para obtenção de renda, mesmo que sejam aparentemente insignificantes ou aleatórias.

### **População em situação de rua e os conflitos no espaço urbano**

Os usos que essa população faz do território divergem dos usos preconizados pelos agentes hegemônicos, resultando em diversos conflitos e conflitualidades. Conforme Cataia (2011) o território usado, por considerar diversas fontes de poder, possibilita analisar os conflitos pelo uso de espaços que não são circundados por fronteiras ou limites político-administrativos, o que inclui os diversos espaços das cidades que são disputados e usados por diferentes agentes. Do mesmo modo, por incluir a todos, permite considerar não apenas formas de dominação, mas também formas de resistências.

Além de revelar as desigualdades sistêmicas, a presença dos sujeitos em situação de rua acaba fazendo emergir inúmeros conflitos e tensões. Em alguns casos, essas pessoas chegam a enfrentar a violência física praticada por outros agentes do espaço urbano que atuam no sentido de expulsá-los dos espaços que usam em suas estratégias de vida. O lançamento de água no início das manhãs, espancamentos e até contratação de matadores de aluguel configuram esta realidade (ROBAINA, 2010). Em algumas situações é o próprio poder público que provoca essa violência, seja de maneira mais sutil, com um discurso de cunho assistencialista, ou mesmo com o uso da força policial.

Segundo Frangella (2005), o que ocorre é uma tentativa de maquiagem a realidade, já que a miséria evidenciada por esse grupo populacional representaria um desagrado visual, algo indesejado na paisagem idealizada de uma cidade que serve apenas aos atores hegemônicos.

Em muitos casos, essas conflitualidades também são expressas nas formas espaciais, ou seja, na própria estrutura física da cidade quando esta é projetada e modificada na tentativa de evitar a ocupação de determinados espaços pela população em situação de rua:

Dispositivos físicos como fechamento de banheiros públicos ou interdição de vias e praças para passar as noites (...), grades em torno de igrejas e de árvores para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros na frente de alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises (FRANGELLA, 2005, p.201).



Entretanto, mesmo com todas essas ações repressivas, esse grupo social acaba desenvolvendo estratégias de resistência e voltam a ocupar novos espaços em suas lutas por sobrevivência.

### **Considerações finais**

A presença de pessoas vivendo nas ruas constitui uma problemática inerente à grande parte das cidades do Brasil e do mundo. Mediante a luta pela sobrevivência essa população se adapta e cria estratégias, de modo que o espaço urbano ganha usos e significados que são distintos daqueles preconizados pelos agentes hegemônicos.

A pesquisa revela que tais usos estão estritamente ligados às possibilidades de obtenção de elementos essenciais à sua sobrevivência, como a alimentação, a higiene, a segurança e o trabalho. Os mesmos constituem formas de resistência frente a uma cidade que é organizada para atender as necessidades dos atores hegemônicos, desconsiderando os demais atores.

As divergências nos usos do território acabam produzindo conflitos e conflitualidades, de modo que essa população chega a sofrer violência física. Em certos casos a violência é expressa nas materialidades do espaço urbano, quando estas são modificadas na tentativa de impedir a presença dos sujeitos que vivem na rua.

Enfim, considera-se que o estudo desse grupo populacional em suas relações com o espaço urbano pode contribuir para uma melhor compreensão dessa problemática, colaborando na desconstrução de preconceitos e concepções equivocadas reproduzidas socialmente, podendo ainda contribuir na elaboração de políticas públicas mais condizentes com a realidade desses indivíduos.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005** que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.



\_\_\_\_\_. **Decreto n° 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

CATAIA, Marcio Antonio. Território Político: fundamento e fundação do Estado. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 23, p. 115-125, abr. 2011.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In.: BURSTYN, Marcel. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Geramond, 2003, pp.139-172.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbana. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, N. 13, p.199-228, 1º sem. 2005.

PENTEADO, Ana Tereza Coutinho. **Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas/SP.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. Territorialidades da sobrevivência: dos processos de desterritorializações impostas às novas reterritorializações possíveis nos espaços públicos: o caso das populações de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. In.: **Anais do XVI. Encontro Nacional dos Geógrafos**, 2010. Porto Alegre, p.1-8, 2010.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre mobilidades e permanências: Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado em Geografia. Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza/ Instituto de Geociências Rio de Janeiro/UFRJ, 2015.

SANTOS. M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, N.9, jul/dez, 2000.

\_\_\_\_\_. M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Ano 6, nº. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. M. **O espaço dividido.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. M.. **Pobreza Urbana.** 3ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2013.



## 2º SEMINÁRIO **Cidades, Espaços Públicos e Periferias**

---

\_\_\_\_\_. M. **A urbanização brasileira.** 5ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Daiane dos. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA: um estudo de caso.** Monografia de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania. Fundação Escola do Ministério Público, 2009.



## **GT 04 - Ruralidades, urbanidades e conflitos socioambientais**



### A CONSTRUÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM VILA VELHA: OS CASOS DA BEIJA-FLORE E DA BEM-TE-VI

*Túlio Gava Monteiro  
tuliogava@hotmail.com*

#### **RESUMO**

O desenvolvimento tardio que se procedeu no Brasil foi responsável por espaços urbanos repleto de cicatrizes. A vulnerabilização de grupos sociais revela-se como característica desse processo e como resultado de decisões político-econômicas excludentes. Assim, através de resultados advindos da pesquisa de mestrado que se procedeu durante o ano de 2015, o artigo visa compreender a construção de vulnerabilidade socioambiental por meio de um estudo de caso de duas comunidades (Bem-te-vi e Beija-flor), ressaltando o processo de ocupação de Vila Velha e situações mais atuais. Para tanto, foram empregados procedimentos de inspiração etnográfica e entrevistas semiestruturadas. O que se percebe é que a urbanização da cidade se procedeu mediante a influência de ações de governo (nacional ao local) e do setor privado – ou da ausência delas, induzindo a uma ocupação desigual do espaço, com a população socialmente vulnerável se voltando para áreas potencialmente de risco. Ambas as comunidades vivem às margens do Canal da Costa, enfrentando enchentes quase anualmente. Além disso, são alvos de *lixões*, sobretudo a Beija-flor que, até a criação de um jardim, recebia lixo de outros lugares, trazidos por carroceiros. Enquanto que a Bem-te-vi, após a limpeza do canal, passou a conviver como depósito de resíduos retirados do valão. De forma geral, são situações que revelam uma vulnerabilização conjugada, que nasce da urbanização e persiste em razão da situação criada por ela.

#### **Introdução**

Resultante de uma conjuntura nacional, cidades como Vila Velha receberam um amplo contingente populacional em um período curto de tempo, em especial a partir de 1960. Ademais, em decorrência de escolhas políticas municipais, como a não fiscalização e a prostituição público-privada, não só tiveram seu território ocupado desigualmente, como se transformaram em um espaço permeado de problemas em setores fundamentais (falta de infraestrutura, por exemplo).



Diante desse cenário, duas comunidades socialmente vulneráveis se destacam, uma vez que são reflexo de crescimento desordenado e desigual da cidade. Elas habitam a margem do Canal da Costa e, além das enchentes, convivem (ou conviviam) com outros problemas ambientais, como o lixo e o acúmulo de resíduos do canal. Ambas as comunidades, que vim a chamar de Bem-te-vi e Beija-flor<sup>74</sup>, revelam-se vulnerabilizadas social e ambientalmente por serem vítimas de um urbanismo de risco, que as relega a espaços potencialmente de risco e sem infraestrutura adequada (ROLNIK, 1999); sendo alvos de políticas e medidas discriminatórias e de negligência governamental.

Nesse sentido, o artigo, que tem sua origem da minha dissertação de mestrado, é desenvolvido, primeiramente, de modo a fundamentar a construção de vulnerabilidades socioambientais, trazendo à tona a história da cidade e suas consequências sobre o espaço urbano. Em seguida, buscarei retratar tais vulnerabilidades através da descrição e análise das situações em que se encontram as comunidades Beija-flor e Bem-te-vi.

### **A urbanização como fator de vulnerabilização**

No Espírito Santo, Vila Velha é a primeira região a ser ocupada pelos portugueses, mas as dificuldades de se manterem protegidos fizeram com que os colonos ocupassem a atual capital do estado, a ilha de Vitória. A Vila do Espírito Santo, como era chamada, no início do século XX, ainda mantinha o querosene como fonte de iluminação pública e o hidroviário como o principal meio de transporte utilizado para chegar à capital. A urbanização da vila tem início no governo de Jerônimo Monteiro (1908 – 1912), em razão de seus investimentos pioneiros no ramo industrial (MATTOS, 2013). Mesmo com o foco de desenvolvimento na capital, os investimentos atingiram a Vila do Espírito Santo de forma indireta, como com a melhoria do transporte hidroviário. Mesmo com as melhorias na infraestrutura, a cidade estava a mercê de enchentes ocasionadas pela cheia do rio Jucu em épocas de chuva, situação que só veio a ser parcialmente resolvida no final da década de 1950 para o início da década de 1960 (SANTOS, 1999).

---

<sup>74</sup> Os nomes Bem-te-vi e Beija-flor nasceram após uma reflexão minha sobre as comunidades enquanto objetos de um estudo de inspiração etnográfica. Em razão da inexistência de um nome *nativo*, para que eu pudesse me dirigir a ambas as comunidades de forma demasiadamente impessoal ou que carregasse sentido pejorativo, como no caso da Rua do Lixo (como é conhecida a Beija-Flor), busquei, após a dissertação, remeter a elas de tal forma. De forma geral, ambos os nomes remetem a pássaros porque quis ressaltar as similaridades das comunidades entre si. Já especificamente, Bem-te-vi nasceu da tentativa de contradizer a feiura da comunidade destacada pelos próprios moradores; e Beija-flor, para dar destaque ao jardim que outrora fora lugar de um lixão, também buscando se opor ao estigma carregado pela então “Rua do Lixo” (como a comunidade é vista pelos “de fora”).

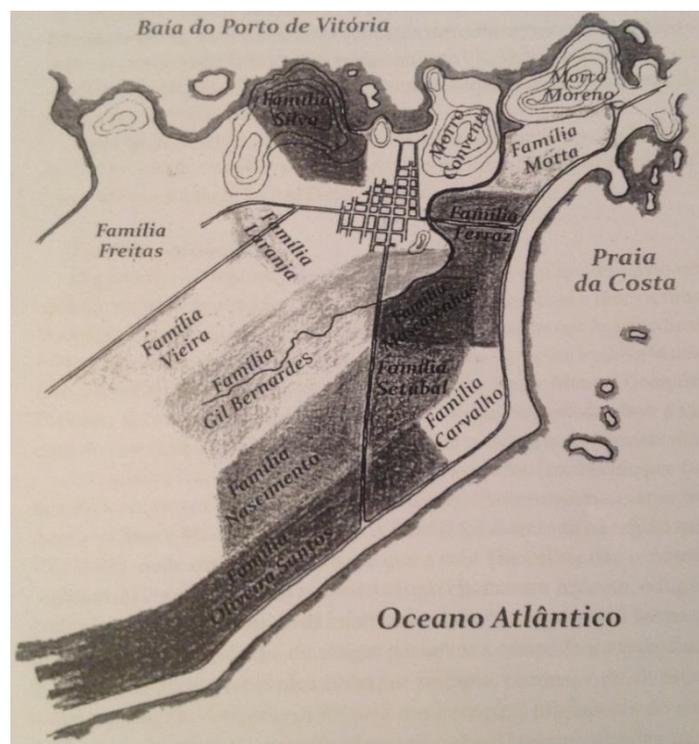


Até 1929, a pequena vila foi ocupada de forma lenta, sobretudo, da baía de Vitória e nas proximidades dos terminais ferroviários, onde as principais atividades eram realizadas. Ela compunha poucos núcleos, como o da Prainha – o antigo centro –, o da Glória, o de Argolas – área de frente para a capital –, o do Engenho de Luiza Grinalda na Praia do Ribeiro da Costa, o da Barra do Jucu – em razão da proximidade com o Rio Jucu –, e o da aldeia de Ponta da Fruta (CHALHUB, 2010).

Durante a primeira metade do século XX, o crescimento demográfico e suas consequências socioespaciais decorreram de transformações econômicas e, como salienta Siqueira (2010), principalmente pela marcha do café. Devido ao aumento populacional, seja pela migração, seja pela queda da mortalidade e aumento da natalidade, o primeiro plano de expansão da cidade ocorreu durante o governo de Antônio Francisco de Athayde, entre 1918 e 1921. O crescimento da população, contudo, intensificou-se com a crise de 1929, a qual levou à falência de muitos pequenos agricultores e comerciantes de café, fazendo-os buscar novas oportunidades também em Vila Velha.

Nesse mesmo período, as transformações espaciais promovidas pelo Estado no município de Vila Velha visavam a uma modernização atrelada ao paisagismo e a mudanças de condições básicas necessárias para o novo cidadão (MATTOS, 2013), como aumentar o acesso à água potável. O aumento populacional também acarretou a expansão do núcleo central do município em direção à orla.

A partir da década de 1930, o atual bairro denominado Praia da Costa torna-se uma área atrativa da elite de Vitória, sobretudo em razão de seu litoral (CHALHUB, 2010). É nesse período que se dá o início do parcelamento e da ocupação dessa região que, ainda que lentos, processavam-se conforme os interesses dos proprietários (Figura 1) – família Ferraz, Motta e Mascarenhas –, um caminho também seguido em outras áreas do município, sobretudo porque não existia legislação que procedia sobre esse assunto (SANTOS, 1999). As áreas da orla mais ao sul, das famílias Setúbal, Carvalho e Oliveira Santos – hoje, os bairros de Itapoã e de Itaparica – (Figura 1), seguiram o mesmo modelo, atraindo ainda mais moradores com o asfaltamento, bem mais recentemente, da atual Rodovia do Sol. Assim, os interesses privados se sobrepuseram aos interesses da população, acarretando uma ocupação desigual atrelada à especulação realizada pelos proprietários de terra. Inclusive, a distância da capital, a falta de infraestrutura e a grande oferta de terras induziram à concentração de habitantes de baixa renda em Vila Velha, sobretudo nas áreas mais afastadas da orla (CHALHUB, 2010).



Lotemanento de Vila Velha (± 1900)  
Fonte: Santos (1999, p. 67)

A entrada na década de 1950 é um período em que o município sofre uma aglomeração e uma urbanização em razão do êxodo rural causado pela crise do agronegócio cafeeiro e pelas promessas de desenvolvimento industrial.



Apesar dos problemas causados pelo rápido aumento demográfico, o investimento em infraestrutura transformou o espaço canela-verde. A construção da Rodovia Carlos Lindenberg e a difusão do ônibus fizeram com que inúmeros bairros surgissem e crescessem. Bairros tais como São Torquato, Coby, Ibes e Santa Inês tornaram-se áreas de ocupação da massa trabalhadora (SANTOS, 1999).

O governo municipal de Tuffy Nader, de 1959 a 1962, foi responsável por melhorias na infraestrutura da cidade de uma forma geral. Redes de esgoto, calçamentos e instalação de energia elétrica em bairros como Ataíde, Vila Garrido, Paul e São Torquato, por exemplo, estão entre as obras realizadas. Além dessas melhorias urbanas, o conjunto de transformações do espaço urbano vilavelhense, de acordo com Chalhub (2010), parece associar-se com a tendência urbanista nacional, devido à preocupação com o desenho urbano e a primeira tentativa de “planificação da cidade”.

A então ocupação do território canela-verde – sobretudo na cidade – processou-se através de normas de urbanização e orientações pelo Estado de assentamento de empreendimentos. Contudo, a ausência de leis próprias sobre a questão, associada ao *inalcançável* custo de implantação de um plano de desenvolvimento, acarretou na desorganização do espaço urbano (SANTOS, 1999), que se intensifica na década seguinte.

A partir de 1960, Vila Velha encontra-se situada em um contexto de urbanização generalizada do território brasileiro, principalmente após o golpe de Estado de 1964. O novo momento político brasileiro que possibilitou o surgimento de governos que realizaram intensos investimentos em favor da internacionalização e que, como resultado, integrou o país rapidamente.

A modificação na estrutura agrária brasileira, com a adoção de máquinas no processo produtivo – movimento este conhecido como modernização agrícola –, modificou a produção de café, cacau, algodão, entre outros. Esse processo, associado à tomada das terras de pequenos agricultores pelos latifundiários e a crise no setor cafeeiro – Espírito Santo era altamente dependente desta produção (SIQUEIRA, 2010), fez com que o processo de migração rural-urbana se intensificasse. Nessa época, Vila Velha se tornou um dos maiores alvos dos migrantes em busca das oportunidades possibilitadas pelos projetos industriais e pela crença em chances para uma vida melhor.

Siqueira (2010) alega que os empregos oferecidos nas áreas urbanas não foram suficientes para o contingente de migrantes, resultando no crescimento de inúmeras atividades informais e em uma ocupação de áreas sem condições mínimas de habitação. Essa população



de socialmente vulnerabilizada dispersou-se pelo território urbano canela-verde mais rapidamente a partir de 1960, ocupando áreas marginais, de mangue, de morros, em margens de rios/canais, muitas sem infraestrutura adequada (SIQUEIRA, 2010). Ao contrário desta camada mais pobre, o setor de maior poder aquisitivo tendeu a ocupar as áreas mais próximas da orla marítima, inicialmente e, principalmente, na orla da Praia da Costa. Esta área e o centro histórico, por apresentarem maiores altitudes, eram as mais densamente ocupadas e, uma das razões para tal era os problemas provenientes de enchentes. Remete-se a uma desigual ocupação do território vilavelhense, resultante de uma política nacional e estadual de priorização do setor industrial e de modificação do setor agrário ausente de medidas de contenção dos danos na área social.

A década de 1960 também foi uma época de construção dos diques do Rio Jucu. Apesar dos problemas provocados pelas recorrentes enchentes em Vila Velha, na época, uma forte enchente<sup>75</sup> ocasionada pela cheia do Rio Jucu, Rio Marinho e Rio da Costa provocou grandes perdas para a cidade. Os diques foram acompanhados por obras de drenagem no município, objetivando drenar a água da cidade pelo Rio da Costa e pelo Canal Guaranhuns (CHALHUB, 2010).

O então Rio da Costa, que corria pelo centro, foi quase todo retificado em paralelo à orla, possibilitando uma maior ocupação desta área (CHALHUB, 2010). O parcelamento do solo foi diretamente afetado com essa obra, favorecendo aos especuladores de terra. O autor supracitado ainda salienta que a redução de imposto territorial urbano sobre aqueles lotes previamente aprovados pela Prefeitura resultou na reserva de áreas não ocupadas, visando à valorização. Além da Praia da Costa, as áreas que seguem na direção da Rodovia do Sol – Itaparica, Itapoã, Morada Interlagos etc. – também se tornaram fonte de especulação de terra, contribuindo para a desigual ocupação do território vilavelhense.

O contexto de apropriação desigual do solo urbano, notado principalmente a partir da década de 1960, intensifica-se na década seguinte. Já no início da década de 1970, a economia do Espírito Santo concentrava-se no capital industrial, sobretudo em razão dos “Grandes Projetos de Impacto”, os quais, também, influíram diretamente no aumento do nível de migração para a Grande Vitória. As transformações na área urbana de Vila Velha, então, acompanha um momento distinto e inédito na história brasileira. Tanto o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), implementado em 1971 e que estabeleceu as bases para a expansão da industrialização, quanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que,

<sup>75</sup> A grande enchente, segundo Chalhub (2010), data de meados da década de 1950, enquanto que, para D’Alcantara, a data é de 1960.



em 1975, visava à expansão das exportações de produtos industrializados, caracterizam esse momento de priorização do desenvolvimento econômico (CHALHUB, 2010).

A Cia Siderúrgica e o Porto de Tubarão são exemplos de grandes empreendimentos que trouxeram mudanças radicais para o território canela-verde, principalmente após 1975. A atração de migrantes pelos Grandes Projetos Industriais ocorreu em detrimento de aspectos sociais e infraestruturais, resultando em consequências diretas para a ocupação territorial em Vila Velha (CHALHUB, 2010). A especulação imobiliária é acentuada, enquanto que a periferização, segregação espacial e a ocupação informal de terras tornam-se comuns (CHALHUB, 2010). A falta de investimentos naqueles aspectos, acompanhado da ausência de políticas públicas de ordenamento territorial, criou e intensificou problemas, sobretudo, para camada populacional de menor poder aquisitivo por causa.

No final da década de 1970, deu-se início na construção da Terceira Ponte, ligando a orla de Vitória à orla de Vila Velha. Por mais que a obra tenha sofrido com a falta de recursos, já que sua conclusão foi postergada para a década de 1990, as consequências para a especulação, valorização e ocupação da orla foram diretas (SIQUEIRA, 2010). O aumento do valor do solo na região da Praia da Costa, principalmente após a finalização da obra, ratificou o fato deste bairro se tornar a área mais nobre de Vila Velha (MATTOS, 2013).

Quanto à parcela da população de baixa renda, ela foi minimamente beneficiada por uma política habitacional de construção de casas populares, cujos protagonistas foram a Cohab/ES e a Inocoop/ES, diminuindo a pressão populacional sofrida pela Capital (SIQUEIRA, 2010). Mesmo com essa intervenção urbana, o número de casas não foi suficiente para o contingente de migrantes, o que, associada à falta de fiscalização e de técnicos na administração municipal (CHALHUB, 2010), intensificou a ocupação de áreas impróprias, como encostas de morros, áreas de mangue e baixadas, sem infraestrutura adequada (MATTOS; DA-SILVA-ROSA, 2011). Além disso, proporcionou a formação de bairros como os de João Goulart, Terra Vermelha, Cidade da Barra, Riviera da Barra e São Conrado. Bairros que se situam ao sul do município e mais afastados da área urbana central, e que são, até hoje, ocupados por uma camada de baixo poder aquisitivo.

A partir da década de 1980, Chalhub (2010) alega que o parcelamento e o uso do solo tenderam a diminuir por causa da criação de leis sobre o assunto. Contudo, o autor salienta que o fato de nenhum procedimento de planejamento ter sido verificado, não é possível comprovar se houve de fato um controle efetivo dos loteamentos.



Nesse período, os investimentos em conjuntos habitacionais continuaram, e bairros como Coqueiral de Itaparica, Boa Vista, Abacateiros, Araçás, entre outros, foram os beneficiados. A onda de projetos habitacionais ocorreu concomitante a ação do Movimento de Direito a Moradia e do Conselho Comunitário de Vila Velha, os quais foram grandes responsáveis pelas melhorias na área social no município, mesmo que não tenham abarcado a todos os habitantes.

Sobre a situação de Vila Velha ainda na década de 1980, Siqueira (2010) revela que a camada da população de alta vulnerabilidade social (as consideradas carentes) chegava a 119.200 habitantes, em torno de 58,6% de toda a população do município. Essa conjuntura colocava o município, proporcionalmente, em primeiro lugar se comparado aos outros da Grande Vitória, quase 9% a mais que o segundo lugar – Vitória. Dentre esse contingente<sup>76</sup>, mais de 107 mil ocupavam áreas de baixadas, mangues e morros, por meio de assentamentos subnormais, ou seja, sem condições fundamentais de higiene e com problemas de luz, água e saneamento básico. O que essa situação indica é exatamente a confluência entre vulnerabilidade social e ambiental, visto que a grande maioria da população carente residia em habitações desumanas e em áreas, teoricamente, de risco (de inundação/alagamento e de movimentos de massa).

A situação de vulnerabilidade socioambiental em que a população canela-verde se encontrava e que, de certa forma, ainda se encontra, teve sua origem, também, na ausência de um posicionamento do Estado no combate aos problemas urbanos decorrentes do processo de desenvolvimento, uma vez que se priorizaram investimentos urbanos diretamente ligados aos empreendimentos industriais. O acesso aos bens de serviços básicos, como educação, saúde, moradia, saneamento básico etc. foram comprometidos, e grande parte da população de Vila Velha, sobretudo os mais carentes, tornou-se vítima desse processo.

### **A vulnerabilização e os casos das comunidades Beija-Flor e Bem-Te-Vi**

Como visto, a intensa e desordenada ocupação do território vilavelhense se inicia, sobretudo, na década de 1960. O mesmo período em que as comunidades, que vim a chamar de Beija-flor e Bem-te-vi (Figura 2), começam a se formar. Com alguma diferença temporal entre si, as pessoas se voltaram para aquelas áreas, vindo majoritariamente de áreas rurais,

---

<sup>76</sup> No texto original, o número (>107 mil) é um diagnóstico da situação das favelas, bairros carentes e segmentos de pobreza. Portanto, acredito que todas as três categorias estejam acomodadas na categoria “carente” especificada anteriormente e utilizada pelo Censo demográfico do Espírito Santo – fonte utilizada por Siqueira.

expulsas ou atraídas pelas promessas trazidas pelos grandes empreendimentos que se instalavam na região. Uma ocupação que dá início ao processo de vulnerabilização daquele território. Uma imposição histórica da lógica do mercado e de interesses de governos e elites que se propõem *desterritorializantes* e produtores de vulnerabilidades, forçando sobre grupos, como aquelas comunidades, os riscos decorrentes de suas decisões (PORTO, 2011).



Figura 2 – Comunidades Beija-flor (A) e Bem-te-vi (B)  
Fonte: Elaborada pelo autor.

Na área urbana de Vila Velha, às margens do Canal da Costa, no limite oeste do atual bairro Itapoã, mas em extremidades diferentes, as duas comunidades começaram a fincar suas raízes. Atualmente, a Beija-flor mantém muitos dos moradores antigos. Enquanto que a Bem-te-vi se renovou, com muitas das residências vendidas ou alugadas pelos antigos habitantes. Seja como for, ambas as comunidades apresentam uma origem similar. Não só nascem do êxodo rural e da falta de escolhas associada à sua vulnerabilidade social, mas, sobretudo os mais recentes, saíram de áreas de risco para habitarem estas porções à beira de um canal, novamente se colocando em risco. Uma escolha, escancaradamente individual, mas que tem seus fundamentos em políticas historicamente excludentes.

O que se procedeu foi uma ocupação irregular daqueles espaços. A política desenvolvimentista e a ausência (ou baixa) de regulamentação e fiscalização levaram às pessoas a ali se instalarem. A Beija-flor, por exemplo, nasce na Rua Sinval Moraes, e até hoje ela mantém seu caráter orgânico e estreito. É uma rua que surge no Centro de Vila Velha e chega ao fim no Canal da Costa. O mesmo canal que fora apropriado por moradores, sob a



construção de palafitas, mas que, após a realocação na gestão de Max Mauro, habitam uma rua sem saída mais ao centro da comunidade, chamada, pelos seus próprios habitantes, de Vila Santana.

Já a Bem-te-vi ocupa a rua à margem do mesmo canal, mas de frente para o Shopping Vila Velha. De acordo com os seus moradores, consistem em duas ruas sem saída que, anteriormente, chamava-se R. Santa Teresinha. Antigamente, ela se estendia até encontrar a alameda, do outro lado, “[...] aí o povo: ‘Ah, vamos fazer a frente para o lado de lá, porque eles vão aterrar tudo.’ Aí a Prefeitura fez aquela brincadeira sem graça: ‘Ih, se ferraram... não teve a rua para lá.’ Mas todo mundo esperava essa rua daqui sair lá” (Amélia). Isto é, com a canalização parcial do canal, a parte dos fundos da maioria das residências foi aterrada e a ideia de que a rua prematura se desenvolvesse até a outra ponta não se concretizou, porque a canalização não abrangeu toda a extensão do canal.

Nesse sentido, podemos perceber que o descaso público sobre a ocupação de seus integrantes naqueles espaços foi fundamental para o processo de vulnerabilização das comunidades. É uma ocupação em que os próprios moradores (proprietários ou ex-proprietários) se colocam como agentes transformadores do espaço público. Após a informal e desordenada apropriação do espaço é que o poder público intervém, já que é uma infraestrutura que chega tardiamente e se molda ao lugar, resultando em postes e fiações rentes às residências, ruas pavimentadas por paralelepípedos, calçadas curtas ou inexistentes, entre outras características compartilhadas entre as comunidades. Isto é, são territórios que seguem a lógica dos loteamentos periféricos em que as melhorias advêm de obras pontuais e corretivas que se sobrepõem a um contexto que não responde a um padrão urbanístico (JACOBI, 2006).

Ambas as *comunidades* estudadas nesta pesquisa se encontram inseridas em tal contexto social que os subjugam a ações injustas e que amplifica sua vulnerabilidade ambiental. Uma confluência de vulnerabilidades que não só revelam a falta, a ausência de bens, direitos ou mesmo capacidades, mas traz à tona um duplo processo de vulnerabilização que vai além da ocupação daquele território inundável. Problemas ambientais foram se agregando àquelas decorrentes da ocupação, ultrapassando os riscos representados pelo canal.

A falta de limpeza e o permanente estado sujo que ambas as comunidades possuem, sobretudo no que tange a Bem-te-vi (Figura 3), é um elemento a ser ressaltado. Nesta comunidade, poucas foram as vezes em que o serviço de limpeza urbana desempenhou um trabalho completo sobre vegetação rasteira que cresce sobre as margens do canal. Não é à toa

que as plantas, sobretudo as que nascem sobre as áreas não concretadas, cresceram de tal forma que chegam a tomar parte da superfície do canal. Segundo os moradores, a limpeza é realizada de vez em quando e o cotidiano revela que não é o suficiente. A respeito do serviço de limpeza urbana, Marcos, morador da comunidade, diz: “Então, não funciona. Aí quando ele vem aqui para perto, o Prefeito, não só o Rodney Miranda, mas o Neucimar, prefeitos anteriores, o que eles faziam? Eles mandavam capinar. Aí limpavam o valão, ficava tudo bonitinho, assim... aos olhos dele”. Uma situação que se agrava com o lixo que se espalha pela comunidade e se acumula em pontos específicos, apesar de haver serviço de coleta de resíduos sólidos.



Figura 3 – Problema do lixo (A) e problema da lama (B) na comunidade Bem-te-vi  
Fonte: Elaborada pelo autor.

Enquanto que na Beija-flor, o cenário não era tão diferente (ver Figura 2 - A). Apesar de a Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) proporcionar a limpeza da comunidade, os moradores não se mostraram satisfeitos, alegando que tudo é feito “pela metade” ou que demoravam muito para realizá-la. Além disso, era graças à insistência, em especial de Rodrigo, que a comunidade conseguia que o serviço fosse ofertado com um pouco mais de frequência. Mesmo com tal limpeza, o lixo sempre foi um problema frequente e, nos últimos anos (até a segunda metade de 2015), na margem leste do canal, em frente à comunidade e, justamente, ao lado da passagem utilizada por transeuntes e moradores, o local era tomado por um lixão, tal como os moradores costumavam se referir.

Ali, podíamos encontrar resíduos de construção civil, lixo doméstico, restos de móveis e materiais descartáveis; enfim, um conjunto amontoado e confuso de resíduos descartados



por moradores dos bairros próximos, mas, sobretudo, de outras regiões de Itapoã, de acordo com entrevistas feitas. Até mesmo os condomínios Costa do Sol e Mar Azul, conjuntos de prédios situados na margem leste do canal, contribuía para o lixão. “[O] pessoal de longe tá pagando os catadores de papel e eles trazem lá do início de Itapoã. Lá da beirada da Praia. Olha a distância, lá da Rua Belém, da Rua Goiás, da Rua Fortaleza... aquelas ruas de lá, bem quase chegando em Coqueiral, já” (Rodrigo).

O problema representado pelo lixão, na Beija-flor, é causado pelos “de fora”, que transferem um problema seu – a não coleta de resíduos sólidos – para a comunidade. O estigma carregado pela “Rua do Lixo” (como a comunidade é chamada pelos moradores vizinhos) parece estar no fundamento desta sujeição e, portanto, vulnerabilização. Além disso, neste caso, o Estado não só é o culpado por não ser capaz de oferecer um serviço básico para os cidadãos canela-verdes, mas, também, por não encontrar uma solução definitiva para o lixão, restringindo-se a uma ação paliativa – como a retirada semanal dos resíduos.

Outra situação em que o Estado se revela como agente de vulnerabilização é na transferência do ônus de projetos urbanísticos para as comunidades. No caso da Bem-te-vi, a comunidade passou a receber os sedimentos do fundo do Canal da Costa. Em vista a mitigar ao risco de enchente em na cidade, a PMVV resolveu tomar medidas que envolviam a dragagem e a limpeza do canal. No entanto, produziu-se outro problema, com outro risco envolvido. Isto é, o depósito dos resíduos foi destinado a um espaço amplo em frente à comunidade. A lama – como os moradores se referiam aos rejeitos – não só emanava um odor forte, como trazia riscos à saúde dos moradores, os destituída do único espaço utilizado por eles para a prática do lúdico – sobretudo para as crianças, como também mantinha – e até hoje o faz – uma visão negativa da comunidade.

Na Beija-flor, o agente se torna o governo do Estado do Espírito Santo, com a implementação de um projeto de mobilidade que cobriu, parcialmente, uma porção do canal de frente para a comunidade. O processo de cobertura do canal se finalizou entre 2012 e 2013, juntamente com a construção de um viaduto sobre a Avenida Carioca. Mesmo com a canalização, o valão (como os vilavelhenses se referem aos canais) continuou a transbordar e a não ser capaz de absorver toda a água da chuva. Como revela Rodrigo, “até HOJE, até hoje... a chuvinha que deu, eu pedi a Deus para não chover muito, porque nós, nós tamos ilhados. Porque, antigamente, a água, quando dava, ela entrava no valão, [...] dava cinquenta centímetros. Agora não, [...] vai dar um metro”. O temor desse morador está associado à construção da galeria que, como a Diana (outra moradora) mesmo diz, “foi um trabalho



grosseiro”. Pelo que os habitantes dizem, ao cobrirem o canal, os governantes não levaram em conta a possibilidade de assoreamento, seja por meio do acúmulo de areia ou de lixo. Portanto, a galeria foi “implantada” na área desconsiderando a própria comunidade. A obra, afinal, foi realizada sem que determinadas providências fossem tomadas, criando novos problemas ou intensificando aqueles já enfrentados pela comunidade.

São coletividades que se tornam alvo de uma política seletiva por serem socialmente vulneráveis, assim, concentrando, proporcionalmente, o ônus de um desenvolvimentismo dotado de “projetos de domesticação da natureza” (VALENCIO et al., 2004).

### Considerações Finais

As comunidades Beija-flor e Bem-te-vi são comunidades que refletem a desigualdade socioespacial tão característica do Brasil. Elas tornam tangível uma realidade comum nas sociedades ocidentais em que o capitalismo prevalece como o sistema econômico. A sua ocupação às margens do Canal da Costa, na extremidade do bairro de Itapoã (Vila Velha, ES), indica um processo de marginalização ou de periferização típico em cidades modernas decorrente de um processo de vulnerabilização dessas comunidades, uma vez que VV teve seu território densamente ocupado em razão das migrações ocorridas a partir da década de 1960.

Nesse processo, a condição socioeconômica desses grupos e a necessidade de estarem mais próximos do centro as fizeram ocupar áreas de preservação permanente e com menor valor de mercado. Áreas que se caracterizam por apresentarem menor acesso à infraestrutura básica que, quando chega a eles, molda-se ao território já ocupado e transformado.

Já que as duas comunidades se encontram em regiões urbanizadas, elas possuem certo acesso à cidade, mas não no mesmo patamar de seus vizinhos de classe-média. Apesar da proximidade a certos bens e espaços proporcionados por habitarem o bairro de Itapoã, elas vivem uma realidade diferente. Uma realidade produzida por um histórico permeado de ausências. A migração *forçada* por uma política nacional que priorizava o setor industrial se une à ausência e posterior ineficiente aplicação de uma política de ordenamento urbano, à especulação imobiliária, à falta de investimentos nas áreas sem valor de mercado, à priorização de investimentos urbanos ligados aos empreendimentos industriais, produzindo comunidades vulneráveis, como a Beija-flor e a Bem-te-vi. De certa maneira, com políticas e medidas governamentais mais atuais, tal vulnerabilidade se intensifica, seja pelo fato de o lixo



da cidade ser, de alguma forma, relegado à Beija-flor e a ausência de uma posição efetiva da PMVV para solucionar o problema; seja pela desconsideração da Bem-te-vi como pessoas dotadas de direitos, relegando a elas o fardo de um projeto urbano: os sedimentos do fundo do Canal da Costa.

### **Referências Bibliográficas**

CHALHUB, A. **O Imaginário da Cidade no Pacto Socioambiental de um Plano Diretor Municipal: O planejamento urbano e a lei em Vila Velha - ES 1948/2008.** VITÓRIA/ES: SABERES Instituto de Ensino, 2010.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **REVISTA POLÍTICA & TRABALHO**, v. 25, n. 0, 10 dez. 2006.

MATTOS, R. **Expansão urbana, segregação e violência: Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória.** [s.l.] EDUFES, 2013.

MATTOS, R.; DA-SILVA-ROSA, T. Reestruturação econômica e segregação socioespacial: uma análise da região da Grande Terra Vermelha. **Anais...** do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES, v. 1, n. 1, 2011.

PORTO, M. F. DE S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 31–58, jun. 2011.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 100–111, 1999.

SANTOS, J. **Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo.** 1. ed. Vila Velha: Arte Visual, 1999.

SIQUEIRA, M. DA P. S. **Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da Grande Vitória (1950 - 1980).** 2. ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

VALENCIO, N. F. L. DA S. et al. A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Teoria e Pesquisa**, v. 44 e 45, jul. 2004.



### AGRICULTURA URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA ECOHORTAS

Ana Carolina Nascimento de Oliveira<sup>77</sup>

*carola.noliveira@gmail.com*

Erika Vanessa Moreira Santos<sup>78</sup>

*evmgeo@yahoo.com.br*

#### **Introdução**

A agricultura urbana pode ser entendida como elemento fundamental do planejamento urbano, que interage nos parâmetros sociais, econômicos, ecológicos como uma atividade que favorece a utilização de terrenos dentro da cidade, além de gerar emprego e promover a expansão de áreas verdes. Segundo a FAO (1996), a agricultura urbana abarca a produção de alimentos dentro dos limites das cidades e “inclui operações que produzem alimentos em estufas e em espaços abertos, mas é frequentemente de pequena escala e espalhados pela cidade. Contudo, a agricultura urbana deve ser pensada como uma política pública e não como ações pontuais do poder público local. Desse modo, o principal objetivo da pesquisa é analisar a agricultura urbana na cidade Campos dos Goytacazes-RJ, sobretudo com a implantação do programa “Eco Hortas”. A Lei Municipal n. 5.101/1990 criou o programa denominado “Hortas Comunitárias”, que trata da limpeza, manutenção e plantio de hortas populares em terreno cedidos pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, cuja produção é destinada à população, por meio das instituições e da rede municipal de ensino (SMA, 2016).

#### **Objetivos**

- a) Identificar e caracterizar os agricultores urbanos;
- b) Identificar e analisar os diferentes nichos de mercado nos bairros do município;

---

<sup>77</sup> UFF- Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia de Campos/ NERU/ Grupo Território, Poder e Escalas

<sup>78</sup> UFF- Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia de Campos/ NERU/ Grupo Território, Poder e Escalas.



- c) Identificar as causas e consequências agroalimentar (sociais e econômicas) das hortas comunitárias e privadas;
- d) Identificar e analisar os mercados consumidores (institucionais, solidários e convencionais) criados pelo programa EcoHortas.

### **Técnicas de Pesquisa**

O projeto propõe identificar e analisar a agricultura urbana em Campos dos Goytacazes, considerando os agentes sociais envolvidos: agricultores urbanos vinculados ao Programa Eco Hortas e aqueles não comunitários, os supervisores, os proprietários fundiários que cederam seus terrenos para o desenvolvimento da atividade e o poder público local, em particular, a secretária municipal da agricultura. A agricultura urbana tem como características: redução da distância entre produtor e consumidor; consumo de produtos frescos com a diminuição dos custos de produção; utilização dos dejetos das cidades; criação de novos mercados nas cidades; divulgação de concepções ecológicas. Buscamos, a partir desses agentes sociais envolvidos, articular o conhecimento teórico, pautado em autores que debatem criticamente o tema, e o conhecimento técnico (com diferentes técnicas, como mapeamento, tipos de manejos etc.) são intrínsecos.

Para alcançar o objetivo, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários (IBGE, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes), levantamento de dados primários (agricultores urbanos, supervisores, técnicos e beneficiados/consumidores), análise dos dados e informações levantados e pesquisa de campo exploratória que se faz substancial no desenvolvimento da pesquisa e vivência em campo.

### **Desenvolvimento**

A prática da agricultura urbana pode ser compreendida como a execução de atividade agrícolas rurais em pequenas áreas dentro do perímetro urbano, por conseguinte, a mesma pode ser realizada, além do plantio direto no solo, em canteiros suspensos ou em vasos, geralmente em pequena escala, o que a difere do modo de produção agrícola tradicional, a atividade da agricultura urbana tem principal finalidade a subsistência e a comercialização de seus produtos nas cidades.



A pesquisa em fase de desenvolvimento abarcou os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre agricultura urbana e espaço urbano, levantamento de dados secundários (IBGE Secretaria Municipal de Agricultura), análise dos dados e informações levantados e pesquisa de campo exploratória com o uso da observação sistemática. A agricultura urbana foi, primeiramente, utilizada e amplamente divulgada no meio acadêmico e, depois, apreendida pelos organismos internacionais, como a FAO (*Food and Agriculture Organisation of the United Nations*).

No documento publicado no ano de 2012, intitulado *Cidades mais verdes*, é apontada, por meio de dados estatísticos, a importância da agricultura urbana em âmbito mundial. A prática da agricultura urbana tem se otimizado no mundo desde a década de 1980, a prática foi desenvolvida em função da escassez de alimentos, logo após a Segunda Guerra Mundial e como forma de reivindicação para uma alimentação saudável e um ambiente menos contaminado. Porém as iniciativas que tratam especificamente da agricultura urbana, que, por conseguinte, abarca elementos econômicos e ambientais, são pouco discutidos (COELHO MENDES, 2012).

Um exemplo de que a agricultura urbana altera a qualidade na alimentação na cidade, é o caso da agricultura urbana em Cuba, implementada como política pública em 1996 e que tem sido parte fundamental para a dinâmica social/econômica das cidades no país.

La agricultura urbana comienza a ser explotada como nueva variante de producción de alimentos a fines de la década de los 80; introduciendo en las ciudades del país una nueva función productiva que implica una gran participación popular y su producción complementa la dieta de la población de cada localidad, además de que constituye un elemento potencial de desarrollo de la autogestión y la economía local (JIMÉNEZ, 2009, p.2).

A agricultura urbana estimula tanto a economia local com a venda dos produtos para o mercado consumidor próximo ao local de produção e geração de empregos aos moradores da cidade onde é praticada a agricultura urbana. Além disso, ela apresenta uma nova ideia de verde urbano, um verde produtivo, mas também estético e recreativo, otimizando o uso do território e com importantes consequências na impermeabilização e nas reduções dos ricos ambientais (ATTIANI, 2011).

Para Mougeot (2000) em seu artigo “Cultivando Cidades, Cultivando Comida”, muitas definições usuais sobre a temática “agricultura urbana” desconsideram o que a faz ser realmente urbana; a agricultura urbana se difere da agricultura rural (mesmo que seja complementar a ela), justamente pelo fato da agricultura urbana estar inserida, que interage

com diversas facetas do desenvolvimento urbano e no sistema econômico e ecológico urbano e que também fortalece estratégias de gerenciamento urbano (MOUGEOT, 2000).

Segundo o autor, a questão substancial da agricultura urbana passa pelo questionamento sobre o que há de próprio na agricultura urbana, para que assim, esta possa ser considerada objeto de investigação e de políticas específicas, é preciso um conceito que todos compreendam e compartilhem, ao modo que as intervenções políticas e de assistência tecnológica necessitam para identificar as diferenças conceituais e assim ser possível avaliar as situações e intervir com os veículos apropriados na logística da agricultura urbana. Sob esta perspectiva, o autor sugere algumas definições usuais para caracterizar a agricultura urbana e suas atividades.

- Definições usuais:
  - Tipos de atividade econômica;
  - Localização intra-urbana ou periurbana;
  - Tipos de áreas onde ela é praticada;
  - Escala e Sistema de Produção;
  - Categorias e Subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios);
  - Destinação dos produtos e Comercialização.

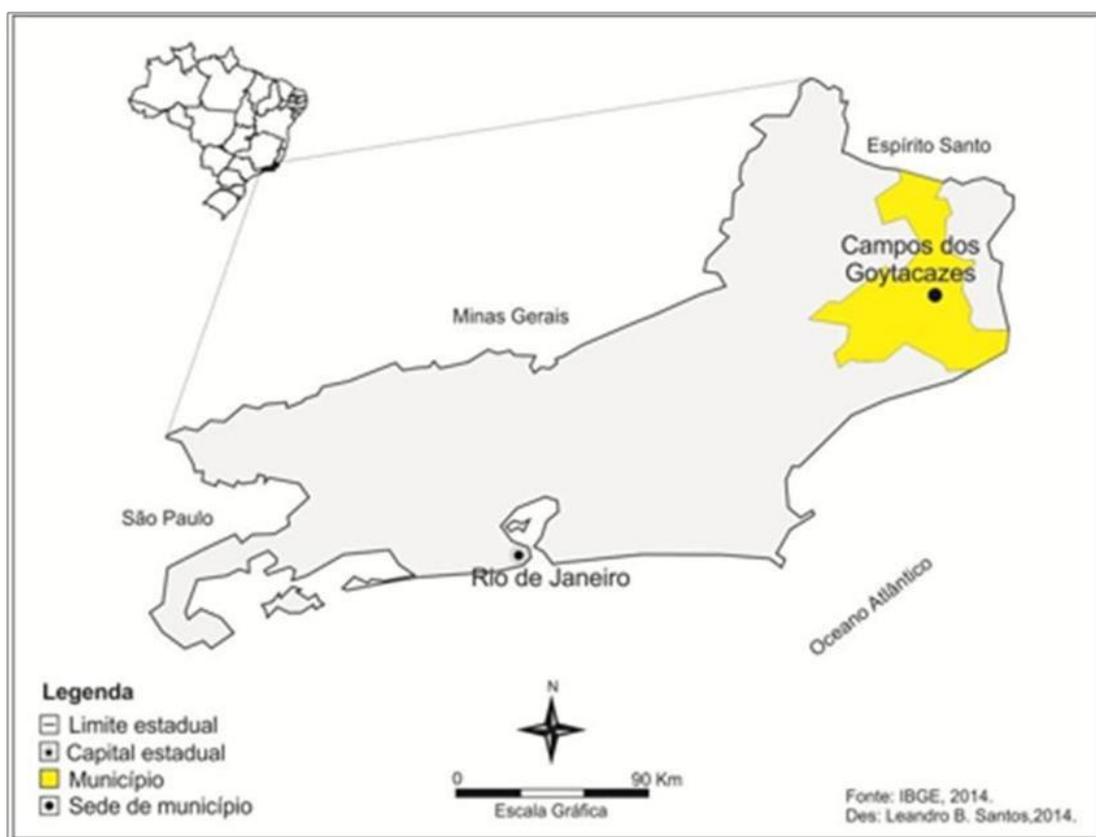


**Figura 01** – Figura Ilustrativa das definições usuais da AU  
Fonte: MOUGEOT (2000)

A Lei Municipal n. 5.101/1990 criou o programa denominado “Hortas Comunitárias”, que trata da limpeza, manutenção e plantio de hortas populares em terreno cedidos pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, cuja produção é destinada à população, por meio das instituições e da rede municipal de ensino (SMA, 2016). O Objetivo do programa

além de tratar dos terrenos ociosos, os otimizando com a implementação das hortas urbanas é introduzir a população que não esteja trabalhando, dentro da dinâmica economia da cidade.

O município de Campos dos Goytacazes está localizado no Norte do Estado do Rio de Janeiro, cuja área territorial é de 4.026,696 Km<sup>2</sup> sendo a maior cidade do Estado, com uma população total, segundo os dados do Censo 2010, de 463.731 habitantes, sendo 418.725 urbana e 45.006 rural, tendo assim, como em grande parte das cidades sua população urbana sobrepondo a população rural.



**Figura 02** – Localização do município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro  
Fonte: IBGE (2014)

No contexto da agricultura urbana do município de Campos dos Goytacazes, os terrenos não edificados são destinados, em concordância com o proprietário, para a consecução das Eco Hortas Comunitárias. Os proprietários dos terrenos recebem o incentivo de isenção de impostos (IPTU); onde os agricultores do programa Eco Hortas têm sua produção totalmente subsidiada pela prefeitura, com a isenção da conta do aluguel do terreno, da taxa de luz, taxa de água, além de terem as sementes e os equipamentos para trabalho e auxílio técnico. Levando em consideração que a disponibilidade geográfica de terras no perímetro urbano é menor em relação a zona rural, ocasionada principalmente pela aglomeração demográfica e especulação imobiliária, as hortas urbanas são cultivadas em



espaços menores em relação à plantação na zona rural e tem sua produção também em menor escala.

Segundo a SMA, terrenos baldios da cidade e espaços que estejam ociosos em escolas públicas são transformados em hortas agroecológicas cuidadas por moradores, garantindo legumes e verduras mais saudáveis e possibilitando a criação de trabalho dentro da cidade (SMA,2014), é importante destacar que a implementação das hortas do programa, além das que constituem as escolas públicas, são instaladas em terrenos privados e não em propriedade legal da prefeitura, onde o reconhecimento destes é realizado por de agentes da prefeitura ou ida do proprietário do terreno até a Secretaria Municipal de Agricultura, os proprietário dos terrenos recebem como incentivo a isenção do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano); em relação aos agricultores cadastrados no programa, estes tem sua produção subsidiada pela prefeitura, com a isenção da conta do aluguel do terreno, da taxa de luz, taxa de água, além de terem as sementes e os equipamentos para trabalho e auxílio técnico, contando também com a parceria com a empresa de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) e de estagiários da Universidade Estadual do Norte Fluminense, que orientam os agricultores as regras do programa que tem como alternativa à agricultura convencional a agroecologia (SMA, 2014).

É importante enfatizar que os terrenos onde são implementadas as hortas cadastradas pelo programa, são terrenos privados e não de propriedade legal da prefeitura, onde podemos fazer o questionamento: quem são os proprietários desses terrenos? Quais são os critérios utilizados para a escolha dos terrenos? Infelizmente, o acesso às respostas para tais indagações não fora liberado pela SMA, secretária responsável pela atual gestão do programa, entretanto com a análise das localizações das hortas, podemos perceber que, a grande maioria das hortas estão localizadas do distrito sede do município, onde o valor econômico do metro<sup>2</sup> é superior as demais localidades, sobretudo ocasionado pela especulação imobiliária.

No ano de 2011, foi retomada a política das Hortas Comunitárias, cujo objetivo principal é a utilização dos terrenos e possibilitar a inserção laboral de famílias de classe baixa, com base nos princípios da agroecologia e que reestruturou o programa de hortas urbanas.Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, existem atualmente 127 hortas urbanas cadastradas no programa Eco Hortas (figura 02); desse montante, 57 encontram-se produzindo (23 em comercialização e 34 com as culturas já plantadas), 27 estão em processo de implementação e 42 hortas estão inativas. (SMA, 2016).



**Figura 03** – Espacialização das hortas urbanas vinculadas ao Programa Eco Hortas, em Campos dos Goytacazes  
Fonte: SMA (2016)

Com relação aos indivíduos que optam por trabalhar com a agricultura urbana, mesmo que sejam pertencentes a mesma classe social, a classe menos favorecida, tem suas peculiaridades, não é possível identificar o motivo pelo qual estes a resolução de tal prática, que pode estar relacionada desde sua necessidade para sua reprodução socioeconômica, até mesmo por aspectos culturais e ambientais.

O programa Eco Hortas Comunitárias não reconhece os indivíduos que estão relacionados diretamente com o programa como agricultora, o que podemos constatar que há um déficit da parte dos gestores em entender o significa da denominação “agricultor”. Segundo dicionário Aurélio (2010), o significado de agricultor se refere: aquele que agricultura; lavrador suas publicações, o que nos leva a entender de forma básica que aquele que lavra a terra, é o agricultor, entretanto a denominação utilizada para tratar esses indivíduos é o de “cuidador”, o que leva ao não reconhecimento desse grupo de indivíduos, como sendo os principais protagonistas desta atividade e de sua reprodução socioeconômica. A denominação de cuidador, nos remeteu a imagem de o indivíduo estaria trabalhando com a intuito de dar



suporte a horta e não como um indivíduo ativo no desencadear de cada processo da horta, desde sua implementação no terreno, até o momento final da colheita de seus produtos.

É importante dar visibilidade as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, que muitas vezes não tem voz frente a gestão do programa, para que futuramente, estes possam ser reconhecidos na dignidade de sua profissão como agricultor, agente importante para a dinâmica da cidade e sobretudo, como principal ator da prática da agricultura urbana, que além de proporcionar a população urbana um alimento que seja mais saudável, traz o verde para os espaços da cidade.

### **Considerações Finais**

A pesquisa que está sendo realizada, tem nos permitido compreender o que é de fato a agricultura urbana, analisar a aplicação de sua prática e de como está estruturada no município de Campos dos Goytacazes – RJ, especialmente no que tange a execução do programa Eco Hortas Comunitárias, programa este que é política pública da prefeitura e lei municipal desde 1990. A prática da agricultura urbana no município, por meio de do programa Eco Hortas, tem possibilitado a consolidação da horticultura dentro dos limites da cidade, todavia constatamos que a divulgação no que diz respeito ao programa ainda é restrito e deficitária.

Outra constatação relevante é a nomenclatura usada para caracterizar o agricultor urbano, denominado dentro do programa Eco Hortas de “cuidador”. Essa denominação leva ao não reconhecimento do agricultor enquanto uma atividade profissional e protagonista de suas estratégias de reprodução social/econômica.

### **Referências Bibliográficas**

ALDERETE, Danay Echevarria JIMÉNEZ, Alejandro Arrechea. **Agricultura Urbana y Periurbana em ciudad de la Habana**. DPPF.Ciudad Habana; jun. 2009.

ATTIANI, C. A Agricultura Urbana. **XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA**, 2011, Belo Horizonte.

COELHO MENDES, Francisco. **Políticas e Inovações para a Agricultura Urbana: estudos no caso de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro – Brasil) Rio Cuarto (Córdoba – Argentina) e Servilha (Andalucía – Espanha)**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

SMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, jun.2016.



## 2º SEMINÁRIO **Cidades, Espaços Públicos e Periferias**

---

FAO - **FOOD AND AGRICULTURE ORGANISATION OF THE UNITED NATIONS**. Disponível em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/es/>>. Acessado em: 1 set. 2016.

MOUGEOT, Luc J.A. **Cultivando Cidades, Cultivando Comida**. International Development Research Centre (IDRC), Cities Feeding People Programme, Ottawa, Canadá, 2000.



### O DESENHO COMO EXPRESSÃO PARA A CRIANÇA

*Laíssa Cunha Morett<sup>79</sup>  
laissacunham@gmail.com*

*Edimilson Antônio Mota<sup>80</sup>  
uffmota@gmail.com*

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o sentido de lugar vivido pela criança e demonstrar o uso do desenho como um recurso e um potencial feito por ela para comunicar o seu sentimento e as suas relações sociais com tudo a sua volta. A breve reflexão teve como base um referencial teórico com a abordagem a partir da Geografia, pela qual, como ciência, buscou-se conceituar lugar e desenho e o seu sentido para a criança. Como recurso didático o desenho possibilita ao professor trabalhar o reconhecimento de um dado lugar a partir da visão da criança, que ao desenhar, pode facilitar a desenvolver a sua expressão de concepção do real, do vivido, do lugar, que se apresentará sua visão de mundo.

**Palavras- Chave:** Lugar; Desenho; Criança.

#### Introdução

*“O mundo da criança é um universo”  
(Toquinho – Mundo da Criança)*

O presente trabalho apresenta uma história de uma pequena comunidade pertencente ao município de Itaocara, cujo qual, é uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. A comunidade é conhecida como Fazenda da Boia onde a população não ultrapassa 300 habitantes. Nessa comunidade encontra-se uma escola que está marcada na história de toda população que habita na localidade, que ficou denominada de “Escola Estadual Municipalizada Dona Ana Leopoldina”, o nome se deu em homenagem a uma antiga morada da comunidade que doou um terreno para a construção da escola. Através desse trabalho, procuramos analisar como o desenho pode desempenhar um papel importante no reconhecimento do olhar da criança (aluno) sobre o seu Lugar. Toda a ideia de desenvolver o

<sup>79</sup> Licencianda em geografia pela Universidade Federal Fluminense, Polo regional Campos dos Goytacazes.

<sup>80</sup> Prof. Dr. Do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.



trabalho foi a partir da relação de sentimento de uma ex-aluna da escola, que a via como um espaço de brincar e saber, e principalmente, o que aquele lugar representava na vida dela.

Às vezes tanto a escola quanto o Lugar onde está situada a mesma é deixada de lado no sentido de reconhecimento, visto, que muitos entendem esse espaço apenas como um local de aprendizagem e não um local de recordações. Ao resgatar a história de um lugar, estamos abrindo caminho para novas concepções a cerca do que queremos encontrar. A Escola Estadual Mucipalizada Dona Ana Leopoldina, faz parte de um regaste histórico, pelo qual estamos analisando a relação de uma ex-aluna com o Lugar que foi importante no processo de formação e que deixou marcas em sua vida. Quando nos referimos à escola, não devemos pensá-la apenas como um local de conhecimento, mas um lugar que também se criam laços entre todas as pessoas que fazem parte dessa mesma instituição.

O desenho surge como uma possibilidade de reconhecer esse lugar, ao desenhar, a criança estabelece uma ligação do real com aquilo que ela acha conveniente “rabiscar”. A criança vive diversas vezes em mundo de magias, onde ela imagina, idealiza e recria. Ao pedir que uma criança desenhe, estamos dando oportunidade à ela de expressar todo seu sentimento e desejo. Porém, ao analisar um desenho, podemos sentir dificuldades em analisá-los, mas quando a criança desenha, ela dita tudo àquilo que ela anseia. Nesse sentido, a criança consegue expressar através do desenho seus sentimentos e realidades que estão em sua volta. Nessa perspectiva podemos entender que,

Na fase inicial, os desenhos são feitos pelo prazer de riscar, de explorar as possibilidades do material (lápis de cor, giz de cera, caneta hidrográfica), produzir efeitos interessantes no papel por meio de traços fortes, fracos, em diferentes cores. É uma atividade lúdica, na qual os rabiscos nada significam (ALMEIDA, 2014, p.23).

Devemos sempre pensar que a interpretação do desenho vai variar de acordo com a idade da criança. Quando um desenho é feito por uma criança de idade menor e o desenho é analisado por uma criança de idade maior, o último pode interpretar o desenho com sentido diferente do da primeira criança, a de idade menor. Para a criança que desenhou, para ela, o desenho tem um sentido de acordo com a sua visão de coisas e de lugar.

O desenho faz parte de nossa vida desde em que os homens começaram a desenhar em cavernas em função de sua localização e de ser o lugar no qual na era primitiva se vivia. Desenhar nas paredes das cavernas é reconhecido como escrita, arte, pintura, rupestre, que, para cada lugar, para cada povo, o sentido é diferente. A história do desenho é uma prática universal por parte da humanidade. Sobre a prática de desenhar, afirma-se que,



A criança aprende ainda sobre sua própria humanidade, na medida em que, ao desenhar, a criança está realizando – reafirmando e atualizando – algo ancestral de sua humanidade: a capacidade e a necessidade dos seres humanos de se deixarem em marcas. Foram os seres humanos que inventaram o desenho e, ao fazê-lo, puderam dizer algo de si por meio de imagens, puderam se ver representados graficamente em aspectos de sua humanidade; deixaram-se em marcas que contribuíram para a produção de sua humanidade, de sua história; que contribuíram para a demarcação, comunicação e significação de sua passagem pela vida, pelo planeta Terra, pelo mundo (JUNQUEIRA FILHO, 2005 apud HANAUER, 2011, p.3).

O desenho não é uma representação que surgiu nos dias atuais, mas sim desde em que o homem começou a utilizar os riscos a fim de criar símbolos que representassem formas de marcar através dos riscos sua localização. Uma representação que vai além de riscos e cores, o desenho também traduz a realidade e os sentimentos estabelecidos, que nesse caso, estabelecido em crianças. Ao desenhar, a criança também enxerga como uma forma de brincar, mesmo que esse brincar traduza algo. “Ao desenhar, a criança brinca e verbaliza seus pensamentos e sentimentos, deixando marcas no papel” (HANAUER, 2011, p.4).

### **Lugar**

A escola como uma representação do lugar, se transforma em um espaço pelo qual as pessoas criam laços. Ao relatar sua vivência com a escola, as experiências começam a serem lembradas, pois, a escola a todo tempo torna-se um local onde as relações pessoais podem acontecer. O ambiente escolar representa para o aluno uma segunda “casa” que configurará em sua formação social.

Ao me levantar sempre olhava pela minha janela os pássaros que vinham anunciar que a manhã havia chegado e que mais um dia era preciso eu ir para escola. Aquele lugar me passava paz, árvores por todo o lado, que hoje não existem mais, isso me causa um aperto no peito, pois tudo foi se acabando, menos a escola que ainda está lá funcionando. Por vezes, me escondia atrás das árvores, pois não queria ir para minha casa, eu achava que escola era meu lar, pois lá havia criança para brincar e subir na árvore, que lugar era aquele me deixava tão bem? Hum, depois que saí daquela escola, já grandinha, não encontrei mais um lugar tão bonito e legal como aquele. O lugar onde a escola estava situada me transmitia paz, afinal, é o meu lugar [...]. (Maria- Nome Fictício, 56 anos, moradora da Fazenda da Boia)

Ao analisar o lugar, o que podemos refletir sobre ele? É uma pergunta que devíamos pensar e responder para nós próprios. O que o Lugar representa? Como vejo o meu Lugar?



Assim, ao refletirmos sobre o nosso Lugar, estaremos estabelecendo todo um sentimento que por ele existe. Às vezes são sentimentos que não condiz com a realidade, mas às vezes, são sentimentos de saudade, que por um tempo foi esquecido, mas que nunca saiu do nosso desejo. Estar em um lugar que nos faz bem, representa a mais autêntica forma de felicidade, que por muitas vezes, deixamos de lado, mas afinal, o que é o Lugar?

O conceito de Lugar tem várias definições dentro do campo da Geografia, porém o conceito que vem ao encontro da reflexão sobre a qual esse trabalho se propõe, tem a ver com a Geografia Humanística, por ser um paradigma que reconhece o lugar e a sua humanidade. O lugar nessa corrente está simbolicamente caracterizado como um espaço das relações interpessoais, ou seja, de relações humanas, como é definido:

[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. (TUAN, 1979, p. 387 apud HOLZER, 1999, p. 70).

O lugar nada mais é que um espaço da relação do homem com o seu meio, nele o homem expressa toda a sua vivência, a sua relação e os seus sentimentos. “A preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos” (HOLZER, 1999, p.70).

Em uma perspectiva, o lugar é caracterizado como um espaço que ganhará significados e quando esse lugar recebe esses significados, ele passa a ser enxergado não apenas como um espaço qualquer, mas como lugar. Através do lugar, podemos encontrar as relações afetivas humanas. Muitas pessoas ao caracterizar o seu lugar, dá um sentido a ele de um espaço de vivências, mesmo que aquele lugar não represente aquilo que desejam, ele não perde o seu sentido na vida das pessoas, pois além de estarem presentes fisicamente dentro daquele lugar, criam-se laços e esses laços são caracterizados a partir da relação do homem com o seu Lugar, tornando-o como um espaço de valores, pois nesse lugar são estabelecidas as relações de experiências.



### **A criança, o desenho e o Lugar.**

O desenho é tido como uma forma de representação de algo que a criança imagina ou que ela tenha contato. Logo nos primeiros anos de vida da criança, ela começa a fazer pequenos rabiscos, que ela denomina desenho e, às vezes ao analisar um desenho que por vezes é caracterizado como “riscos e rabiscos” é deixado de lado toda a imaginação que a criança teve em desenvolver o que era real e que passou a ser representado através de formas e cores. Um desenho pode ser visto por muitos como uma coisa qualquer, mas para a criança que o desenhou, esse desenho representa algum significado, que às vezes é desconhecido por alguém. Portanto,

Na fase inicial, os desenhos são feitos pelo prazer de riscar, de explorar as possibilidades do material (lápis de cor, giz de cera, caneta hidrográfica), produzir efeitos interessantes no papel por meio de traços fortes, fracos, em diferentes cores. É uma atividade lúdica, na qual os rabiscos nada significam (ALMEIDA, 2014, p.23).

De acordo com Almeida (2014, p.23 apud LUQUET, 1935) “ao dar uma interpretação para seus rabiscos, a criança inaugura uma nova fase, que Luquet denominou incapacidade sintética [...]”. Nesse caso os desenhos serão direcionados a algum objeto que esteja presente no cotidiano, mas esse mesmo desenho ou rabisco poderá ser característico de outro objeto. A criança vai desenvolvendo aos poucos a sua forma de desenhar, criando novas maneiras que buscam valorizar o seu desenho. Assim,

O desenho de criança é, então, um sistema de representação. Não é cópia dos objetos, mas uma interpretação do real, feita pela criança, em linguagem gráfica. Considerando o desenho dessa forma, pode-se ir além dos estágios do desenho infantil, e analisa-lo como expressão de uma linguagem, da qual a criança se apropria ao tornar visíveis suas impressões, socializando suas experiências. (ALMEIDA, 2014. p.27).

A partir do desenho, a criança pode representar tudo àquilo que ela imagina e isso poderá ser realizado através de mapas, um desenho pode ser considerado um mapa, por exemplo, quando uma criança desenha a sua sala de aula, com todos os objetos que estão presentes, é um tipo de mapa que ela teve a cautela de desenhar cada objeto que representa na sala. Ao desenhar sua sala de aula, ela estará esboçando o real no papel. Diante disso,

Os mapas das crianças trazem elementos do pensamento infantil, são representações de seu modo de pensar o espaço, as quais persistem mesmo



que, na escola, as crianças tenham entrado em contato com conteúdos relativos aos “mapas dos adultos”. Conhecer como as crianças percebem e representam o espaço pode auxiliar muito o trabalho docente. Especialmente na preparação de atividades de ensino que contribuam para a aquisição gradativa de diferentes modos de representação espacial, cada vez mais próximos daqueles dos adultos (ALMEIDA, 2014. p.11).

Ao inserir o desenho na sala de aula, o professor de Geografia pode possibilitar ao aluno que ele desenhe tudo aquilo que ele vê no seu espaço. O desenho vai contribuir para que esse aluno comece a entender sobre mapas. Ou seja, ao desenhar, ele localiza diversos objetos, logo, ele também estará exercendo o processo de observação. Ao Localizar e observar, esse aluno já começa a identificar tudo o que é real e a partir do desenho ele pode mapear esse espaço que ele tem a sua volta. Nesse sentido, o aluno cria seu próprio mapa.

A Geografia, sendo uma disciplina que possibilita utilizar diversos recursos de ensino, possibilita que o desenho seja mais um recurso a ser utilizado em sala de aula. Pode-se dizer que muitos professores ainda não tenham utilizado desse recurso, o uso do desenho pode auxiliar o professor a transformar sua aula mais didática, além de possibilitar que ele ensine diversos conteúdos a partir do desenho, tais como: orientação geográfica, leituras e interpretações de mapas, auxiliar a entender como os objetos se situam no espaço, entre outros.

O aluno ao desenhar consegue expressar todo seu sentimento por aquele lugar, pois na medida em que ele desenha, ele imagina e essa imaginação é um fator positivo, pois ao imaginar ele consegue atribuir significados a vários elementos e normalmente ele vai desenhar tudo aquilo que o chama atenção. Então, o desenho se transforma em um recurso didático no ensino e o professor consegue trabalhar e construir uma aula mais divertida e que chame à atenção de seus alunos.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o desenho como recurso didático a fim de caracterizar a importância que um lugar representa na vida de uma criança. A partir da utilização do desenho, a criança elabora o contexto da realidade, onde ela transfere aquilo que convém à ela ao papel. As cores e as formas, são representações que saíram do real e que passaram a ter um novo sentido na concepção do olhar da criança, nesse sentido, pode-se dizer que o desenho nada mais é uma representação da realidade.



Ao inserir o uso do desenho no cotidiano escolar, possibilita-se que o professor utilize de novos recursos para ensinar seus alunos. No campo da Geografia, o desenho serve como um recurso de orientação, localização, reflexão de mapas, além de possibilitar que o aluno tenha contato com o real. Através do desenho, a criança consegue desenvolver a sua capacidade motora, e através dela criar significados às formas que muitas vezes são desconhecidas. Quando se utiliza o desenho, a criança expressa um sentimento, opiniões ou até mesmo tenta trazer para o papel aquilo que ela esteve em contato.

O desenho também serve como uma forma de desenvolver a aprendizagem de uma criança. Ao deixar o lápis e a escrita um pouco de lado e passando a utilizar as cores para a representação, a criança ao desenhar, consegue dar sentido as coisas que ela talvez não consiga definir através da escrita. Desenhar é uma forma de cultivar a imaginação da criança, criando possibilidades para que eles adentrem dentro do seu próprio mundo, com intuito de reproduzir aquilo que ela acha significativo. Assim,

Entre os seus riscos e rabiscos, a criança se aventura no mundo mágico dos desenhos e através deles revela os seus desejos, suas conquistas, evoca novas descobertas, revive as suas alegrias, seus medos, suas angústias, e acima de tudo retrata toda a beleza eterna de sua infância. (SIMAS, 2011, p. 31)

Portanto, ao desenhar, a criança vai expressar todos os seus desejos e anseios, afinal, o desenho surge como uma possibilidade de expressão. Nesse sentido, o desenho pode servir para expressar um sentimento bom ou ruim, pois o desenho serve também para revelar a vivência da criança, ele não serve apenas como representação do bom, do feliz, mas também de vivências que às vezes a criança através do desenho, consegue dar sentido aquilo que ela não consegue falar por receio. “Quando pensamos no desenho infantil, precisamos ter em mente que, para a criança, o desenho é um meio de expressão” (SIMAS, 2011, p.33)

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação** /Rosângela Doin de Almeida. Elza YasukoPassini. – 5ª. ed. – São Paulo: Contexto, 1994.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola** / Rosângela Doin de Almeida. 5. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

HANAUER, Fernanda. **riscos e rabiscos – o desenho na educação infantil**. Vol.6 – nº13. Rio Grande de Sul: Revista de Educação do ideal, 2011.



HOLZER, W. **O lugar na geografia humanista**. Rio de Janeiro: Revista Território, nº7, p. 67-78, jul./dez., 1999.

SIMAS, Daiana Leão. **Riscos e Rabiscos: a contribuição do desenho infantil para a alfabetização**. / Daiana Leão Simas. – Salvador, 2011.



### INJUSTIÇA AMBIENTAL NO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS POTENCIALIZADOS PELA INSTALAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO

*Tauã Lima Verdan Rangel<sup>81</sup>  
taua\_verdan2@hotmail.com*

#### RESUMO

Verifica-se, sobretudo nas últimas décadas, o desenvolvimento de um discurso pautado na preocupação com o esgotamento e exaurimento dos recursos naturais, em especial aqueles dotados de valor econômico. Em um cenário de achatamento da população, sobretudo aquela considerada como vulnerável, diretamente afetada pelos passivos produzidos, diante das ambições de desenvolvimento econômico, constrói-se um ideário de justiça ambiental, buscando, a partir de um crescimento que conjugue anseios econômicos com preservação socioambiental, assegurar a conjunção de esforços a fim de minorar os efeitos a serem suportados. O presente debruça-se, ambicionando explicitar, a partir do exame da situação retratada no Distrito Industrial de São Joaquim, localizado no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, um cenário “propício” para o agravamento da injustiça social e ambiental, aguçando, ainda mais, os passivos socioambientais a serem suportados pelas populações diretamente afetadas pelo empreendimento.

**Palavras-chaves:** Injustiça Ambiental; Conflitos Socioambientais; Aterro Sanitário.

#### Introdução

No decorrer das últimas décadas, em especial a partir de 1980, os temas associados à questão ambiental passaram a gozar de maior destaque no cenário mundial, devido, em grande parte, com a confecção de tratados e diplomas internacionais que enfatizaram a necessidade da mudança de pensamentos da humanidade, orientado, maiormente, para a preservação do meio ambiente. Concomitantemente, verifica-se o fortalecimento de um discurso participativo de comunidades e grupamentos sociais tradicionais nos processos decisórios. Observa-se, desta maneira, que foi conferido maior destaque ao fato de que a proeminência dos temas ambientais foi içada ao *status* de problema global, alcançado, em sua rubrica, não apenas a sociedade civil diretamente afetada, mas também os meios de comunicação e os governos de

---

<sup>81</sup> Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao PPG em Sociologia e Direito da UFF (2016-2018). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPG em Sociologia e Direito da UFF (2013-2016). Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2014-2016).



diversas áreas do planeta. Tal cenário é facilmente verificável na conjunção de esforços, por partes de grande parte dos países, para minorar os impactos ambientais decorrentes da emissão de poluentes e os adiantados estágios de degradação de ecossistemas frágeis.

Nesse passo, a industrialização de pequenos e médios centros urbanos, notadamente nos países subdesenvolvidos, encerra a dicotomia do almejado desenvolvimento econômico, encarado como o refulgir de uma nova era de prosperidade em realidades locais estagnadas e desprovidas de dinamicidade, e a degradação ambiental, desencadeando verdadeira eco-histeria nas comunidades e empreendimentos diretamente afetados. Por vezes, o discurso desenvolvimentista utilizado na instalação de indústrias objetiva, em relação à população diretamente afetada, expor tão somente os aspectos positivos da alteração dos processos ambientais, suprimindo as consequências, quando inexistente planejamento prévio, socioambientais. Ora, os conflitos socioambientais, advindos do agravamento da injustiça ambiental experimentada por comunidades, dá ensejo à discussão acerca do embate entre os princípios constitucionais do desenvolvimento econômico e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, ambos alçados à condição de elementos para materialização da dignidade da pessoa humana.

### **O espaço urbano em uma perspectiva ambiental: a ambiência do homem contemporâneo em análise**

Em um primeiro momento, ao adotar como ponto inicial de análise o meio ambiente e sua relação direta com o homem contemporâneo, necessário faz-se esquadrihar a concessão jurídica apresentada pela Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (2015), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Aludido diploma, ancorado apenas em uma visão hermética, concebe o meio ambiente como um conjunto de condições, leis e influências de ordem química, física e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Salta aos olhos que o tema é dotado de complexidade e fragilidade, eis que dialoga uma sucessão de fatores distintos, os quais são facilmente distorcidos e deteriorados devido à ação antrópica.

José Afonso da Silva (2009, p. 20), ao traçar definição acerca de *meio ambiente*, descreve-o como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”. Celso Antônio Pacheco Fiorillo (2012, p. 77), por sua vez, afirma que a concepção definidora de meio



ambiente está pautada em um ideário jurídico despido de determinação, cabendo, diante da situação concreta, promover o preenchimento da lacuna apresentada pelo dispositivo legal supramencionado. Trata-se, com efeito, de tema revestido de maciça fluidez, eis que o meio ambiente está diretamente associado ao ser humano, sofrendo os influxos, modificações e impactos por ele proporcionados. Não é possível, ingenuamente, conceber, na contemporaneidade, o meio ambiente apenas como uma floresta densa ou ecossistemas com espécies animais e vegetais próprios de uma determinada região; ao reverso, é imprescindível alinhar o entendimento da questão em debate com os anseios apresentados pela sociedade contemporânea.

Pelo excerto transcrito, denota-se que a acepção ingênua do *meio ambiente*, na condição estrita de apenas condensar recursos naturais, está superada, em decorrência da dinamicidade da vida contemporânea, içado à condição de tema dotado de complexidade e integrante do rol de elementos do desenvolvimento do indivíduo. Tal fato decorre, sobretudo, do processo de constitucionalização do meio ambiente no Brasil, concedendo a elevação de normas e disposições legislativas que visam promover a proteção ambiental. Ademais, não é possível esquecer que os princípios e corolários que sustentam a juridicidade do meio ambiente foram alçados a patamar de destaque, passando a integrar núcleos sensíveis, dentre os quais as liberdades públicas e os direitos fundamentais. “Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as normas de proteção ambiental são alçadas à categoria de normas constitucionais, com elaboração de capítulo especialmente dedicado à proteção do meio ambiente” (THOMÉ, 2012, p. 116).

Diante do alargamento da concepção do meio ambiente, salta aos olhos que se encontra alcançado por tal acepção o espaço urbano, considerado como a ambiência do homem contemporâneo, o qual encerra as manifestações e modificações propiciadas pela coletividade no habitat em que se encontra inserta. Trata-se, doutrinariamente, do denominado meio ambiente artificial ou meio ambiente humano, estando delimitado espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações e congêneres, denominado, dentro desta sistemática, de espaço urbano fechado, bem como pelos equipamentos públicos, nomeados de espaço urbano aberto, como salienta Fiorillo (2012, p. 79). Extraí-se, desse modo, que o cenário contemporâneo, refletindo a dinamicidade e complexidade do ser humano, passa a materializar verdadeiro habitat para o desenvolvimento do indivíduo.

É possível, assim, caracterizar o meio ambiente artificial como fruto da interferência da ação humana, ou seja, “aquele meio-ambiente trabalhado, alterado e modificado, em sua



substância, pelo homem, é um meio-ambiente artificial” (BRITO, 2013, s.p.). Neste cenário, o proeminente instrumento legislativo de tutela do meio ambiente humano, em um plano genérico, está assentado na Lei Nº. 10.257, de 10 de Julho de 2001, conhecido como “Estatuto da Cidade”, afixando os regramentos e princípios influenciadores da implementação da política urbana, de maneira que a cidade extrapole sua feição de apenas um grupamento de indivíduos em um determinado local, passando a desempenhar a função social. Fiorillo (2012, p. 467), ao tratar da legislação, evidencia que aquela “deu relevância particular, no âmbito do planejamento municipal, tanto ao plano diretor (art. 4º, III, a, bem como arts. 39 a 42 do Estatuto) como à disciplina do parcelamento, uso e ocupação do solo”.

Com efeito, um dos objetivos da política de desenvolvimento urbano previsto no artigo 182 da Constituição Federal, são as funções sociais da cidade, que se realizam quando se consegue propiciar ao cidadão qualidade de vida, com concretização dos direitos fundamentais, e em consonância com o que disciplina o artigo 225 da Carta Magna, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. E as funções sociais da cidade se concretizam quando o Poder Público consegue dispensar ao cidadão o direito à habitação, à livre circulação, ao lazer e ao trabalho. Ora, “dado ao conteúdo pertinente ao meio ambiente artificial, este em muito se relaciona à dinâmica das cidades. Desse modo, não há como desvinculá-lo do conceito de direito à sadia qualidade de vida” (FIORILLO, 2012, p. 549), tal como o direito à satisfação dos valores da dignidade humana e da própria vida.

O meio ambiente humano passa a ser dotado de uma *ordem urbanística*, consistente no conjunto de normas, dotadas de ordem pública e de interesse social, que passa a regular o uso da propriedade urbana em prol da coletividade, da segurança, do equilíbrio ambiental e do bem-estar dos cidadãos. “A ordem urbanística deve significar a institucionalização do justo na cidade. Não é uma ‘ordem urbanística’ como resultado da opressão ou da ação corruptora de latifundiários e especuladores imobiliários, porque aí seria a desordem urbanística gerada pela injustiça” (Machado, 2013, p. 446). Nesta perspectiva, está-se diante de um nível de planejamento que objetiva estabelecer patamares mínimos de organização do uso dos diversos fragmentos de um determinado recorte espacial, atentando-se para as potencialidades e capacidades inerentes aos sistemas ambientais desse espaço, sobretudo na ambiência urbana que, devido à complexidade a população, apresenta interseções peculiares. Ao lado disso, não é possível deixar de destacar que os ambientes urbanos tendem a ser diretamente influenciados e modificados pela realidade social.



Trata-se de uma significação em busca por uma *ordem* na utilização do espaço sob planejamento, de maneira que assegure a integridade ambiental, a manutenção dos serviços ambientais, a reprodução de seus recursos e “a manutenção dentro de uma trajetória evolutiva ‘estável’ (o que significa não criar um desequilíbrio irreversível que leve à degradação da paisagem). Enfim, é a busca pela sustentabilidade na utilização do espaço” (VICENS, 2012, p. 197). Ultrapassa-se a concepção de que os centros urbanos, por sua essência, são apenas aglomerados de indivíduos, por vezes, estratificados em decorrência de sua condição social e econômica. Absolutamente, ainda que esteja em um plano, corriqueiramente, teórico, é possível observar que a preocupação em torno das cidades foi alçada à condição de desenvolvimento de seus integrantes, passa a sofrer forte discussão, em especial quando a temática está umbilicalmente atrelada aos processos de remoção de comunidades ou, ainda, alteração do cenário tradicional, a fim de comportar os empreendimentos industriais.

### **O embate entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente ecologicamente equilibrado: agravamento da injustiça ambiental**

O modelo de desenvolvimento liberal, estruturado no de individualismo econômico e mercado, consistindo na confluência de articulações entre a propriedade privada, iniciativa econômica priva e mercada, passa a apresentar, ainda na década de 1960, os primeiros sinais da problemática socioambiental. “Esse modelo de crescimento orientado por objetivos materiais e econômico puramente individualista, regido por regras jurídicas de natureza privada, dissociou a natureza da economia, alheando desta, os efeitos devastadores dos princípios econômicos na natureza” (FRAGA, 2007, p. 02). Entre o final da década de 1960 até 1980, o discurso, envolvendo a questão ambiental, explicitava a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais que eram dotados de maior interesse econômico, sobretudo no que se referia à exploração do petróleo. Verifica-se que a questão do meio ambiente estava cingida à preocupação com a sobrevivência da espécie humana, numa aspecto puramente econômico.

Diante da possibilidade do exaurimento dos recursos naturais dotados de aspecto econômico relevante, é possível observar uma crise civilizatória advinda não apenas da escassez daqueles, à proporção que são degradados, mas também em decorrência do modelo econômico adotado, o qual, por seu aspecto, desencadeou um desequilíbrio ambiental maciço colocando em risco a sobrevivência da espécie humana, assim como, na trilha dos efeitos



produzidos, o aumento do desemprego pela mecanização dos meios de produção, a miséria e a marginalidade social. O processo predatório ambiental potencializa um cenário caótico urbano, verificado, sobretudo, nos grandes centros, com formação de comunidades carentes e favelas, reduto da população marginalizada, constituindo verdadeiro bolsão de pobreza.

Conforme Lester R. Brown (1983, p. 05), as ameaças à civilização são provocadas pela erosão do solo a deterioração dos sistemas biológicos e esgotamento das reservas petrolíferas, além do comprometimento de elementos essenciais à existência humana, como, por exemplo, acesso à água potável. Aludidas ameaças desencadeiam tensões ambientais que se concretizam em crises econômicas, causadas pela dependência de alguns países dos produtos alimentícios oriundos de outros países, bem como das fontes de energia produzidas pelos combustíveis fósseis. É possível, neste cenário, verificar que a crise socioambiental, surgida nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, devido à mecanização dos meios de produção e a dependência de recursos naturais, em especial matrizes energéticas (petróleo), de outros países, forneceu o insumo carecido para a construção da justiça ambiental, advinda da criatividade dos movimentos sociais forjados pela luta da população afrodescendente que protestava contra a discriminação causada pela maior exposição desta população aos lixos químicos, radioativos e indústrias geradoras de poluentes. Selene Herculano, ao abordar a definição do tema, coloca em destaque:

Por Justiça Ambiental entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas [...] Complementarmente, entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis. (HERCULANO, 2002, p. 03).

A partir do exposto, infere-se que nenhum grupo de pessoas, seja em decorrência de sua condição étnica, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. “Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedade desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 09). Diante do exposto, o termo *justiça ambiental* afigura-se como uma definição aglutinadora e mobilizadora, eis que permite a integração de dimensões ambiental, social e



ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, corriqueiramente dissociados nos discursos e nas práticas. “Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente ao processo de globalização e reestruturação produtiva que provoca perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como todo” (ACSELRAD, HERCULANO, PÁDUA, 2004, p. 18).

Neste quadrante, mais que uma expressão do campo do direito, *justiça ambiental* assume verdadeira feição de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeito e entidades, tais como associações de moradores, sindicatos, grupos direta e indiretamente afetados por diversos riscos, ambientalistas e cientistas. Joan Martínez Alier (2007, p. 35) colocou em destaque que, “até muito recentemente, a justiça ambiental como um movimento organizado permaneceu limitado ao seu país de origem”, conquanto o ecologismo popular, também denominado de ecologismo dos pobres, constituam denominações aplicadas a movimentos populares característicos do Terceiro Mundo que se rebela contra os impactos ambientais que ameaçam a população mais carente, que constitui a ampla maioria do contingente populacional em muitos países. É aspecto tradicional dessas movimentações populares, a base camponesa cujos campos ou terras destinadas para pastos têm sido destruídos pela mineração ou pedreiras; movimentos de pescadores artesanais contra os barcos de alta tecnologia ou outras formas de pesca industrial que impacta diretamente o ambiente marinho em que desenvolve a atividade; e, ainda, por movimentos contrários às minas e fábricas por parte de comunidades diretamente atingidas pela contaminação do ar ou que vivem rio abaixo das instalações industriais poluidoras.

Ao lado disso, em realidades nas quais as desigualdades alcançam maior destaque, a exemplo do Brasil e seu cenário social multifacetado, dotado de contradições e antagonismos bem peculiares, a universalização da temática de movimentos sustentados pela busca da justiça ambiental alcança vulto ainda maior, assumindo outras finalidades além das relacionadas essencialmente ao meio ambiente, passando a configurar os anseios da população diretamente afetada, revelando-se, por vezes, ao pavilhão que busca minorar ou contornar um histórico de desigualdade e antagonismo que se arrasta culturalmente. Trata-se, pois, de um discurso pautado na denúncia de um quadro de robusta injustiça social, fomentado pela desigual distribuição do poder e da riqueza e pela apropriação, por parte das classes sociais mais abastadas, do território e dos recursos naturais, renegando, à margem da sociedade, grupamentos sociais mais carentes, lançando-os em bolsões de pobreza. É imperioso explicitar que os aspectos econômicos apresentam-se, no cenário nacional, como a



flâmula a ser observada, condicionando questões socioambientais, dotadas de maior densidade, a um patamar secundário. Selene Herculano coloca em destaque que:

A temática da Justiça Ambiental nos interessa em razão das extremas desigualdades da sociedade brasileira. No Brasil, o país das grandes injustiças, o tema da justiça ambiental é ainda incipiente e de difícil compreensão, pois a primeira suposição é de que se trate de alguma vara especializada em disputas diversas sobre o meio ambiente. Os casos de exposição a riscos químicos são pouco conhecidos e divulgados, [...], tendendo a se tornarem problemas crônicos, sem solução. (HERCULANO, 2008, p. 05).

A partir das ponderações articuladas, verifica-se, no território nacional, o aparente embate entre a busca pelo desenvolvimento econômico e o meio ambiente ecologicamente equilibrado torna-se palpável, em especial quando a questão orbita em torno dos processos de industrialização, notadamente nos pequenos e médios centros urbanos, trazendo consigo a promessa de *desenvolvimento*. Neste aspecto, a acepção de “desenvolvimento” traz consigo um caráter mítico que povoa o imaginário comum, especialmente quando o foco está assentado na alteração da mudança social, decorrente da instalação de empreendimentos de médio e grande porte, promovendo a dinamização da economia local, aumento na arrecadação de impostos pelo Município em que será instalada e abertura de postos de trabalho.

“O grande atrativo aos centros urbanos faz com que o crescimento se dê de forma desordenada, gerando diversos problemas cuja solução passa pela implementação de políticas públicas, necessariamente antecedidas de um planejamento” (ARAÚJO JÚNIOR, 2008, p. 239). Constata-se, com clareza, que o modelo econômico que orienta o escalonamento de interesses no cenário nacional, sobrepõe, de maneira maciça, valores sociais, desencadeando um sucedâneo de formas de violência social, degradação ambiental e aviltamento ao indivíduo, na condição de ser dotado de dignidade e inúmeras potencialidades a serem desenvolvidas. Todavia, não é mais possível examinar as propostas de desenvolvimento econômico desprovida de cautela, dispensando ao assunto um olhar crítico e alinhado com elementos sólidos de convicção, notadamente no que se refere às consequências geradas para as populações tradicionais corriqueiramente atingidas e sacrificadas em nome do desenvolvimento econômico.

É imperioso conferir, a partir de uma ótica alicerçada nos conceitos e aportes proporcionados pela justiça ambiental, uma ressignificação do conceito de desenvolvimento, alinhando-o diretamente à questão ambiental, de maneira a superar o aspecto eminentemente econômico do tema, mas também dispensando uma abordagem socioambiental ao assunto. A



reestruturação da questão “resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (ACSELRAD, 2010, p. 108). Salta aos olhos que o processo de reconstrução de significado está intimamente atrelado a uma reconstituição dos espaços em que os embates sociais florescem em prol da construção de futuros possíveis. Justamente, neste espaço a temática ambiental passa a ganhar maior visibilidade, encontrado arrimo em assuntos sociais do emprego e da renda.

Tal fato deriva da premissa que o acentuado grau de desigualdades e de injustiças socioeconômicas, tal como a substancializada política de omissão e negligência no atendimento geral às necessidades das classes populares, a questão envolvendo discussões acerca da (in)justiça ambiental deve compreender múltiplos aspectos, dentre os quais as carências de saneamento ambiental no meio urbano, a degradação das terras usadas para a promoção assentamentos provenientes da reforma agrária, no meio rural. De igual modo, é imperioso incluir na pauta de discussão o tema, que tem se tornado recorrente, das populações de pequenos e médios centros urbanos diretamente afetados pelo recente fenômeno de industrialização, sendo, por vezes, objeto da política de remoção e reurbanização. Ora, é crucial reconhecer que os moradores dos subúrbios e periferias urbanas, nas quais os passivos socioambientais tendem a ser agravados, em razão do prévio planejamento para dialogar o desenvolvimento econômico e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É mister que haja uma ponderações de interesses, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, conversando os interesses econômicos e a necessidades das populações afetadas de terem acesso ao meio ambiente preservado ou, ainda, minimamente degradado, de modo a desenvolverem-se, alcançando, em fim último, o utópico, porém sempre recorrido, conceito constitucional de dignidade humana. O sedimento que estrutura o ideário de desenvolvimento sustentável, como Antunes (2012, p. 17) anota, busca estabelecer uma conciliação a conservação dos recursos ambientais e o desenvolvimento econômico, assegurando-se atingir patamares mais dignos e humanos para a população diretamente afetada pelos passivos socioambientais.

De outro modo, denota-se que o fenômeno de industrialização nos pequenos e médios centros urbanos tem apresentado um discurso pautado no desenvolvimento. Trata-se, com efeito, de uma panaceia, na qual a possibilidade de injeção de capital na realidade local, proveniente da ampliação do aumento de arrecadação de tributos, tal como a *disfarçada* promessa de geração de postos de emprego e dinamização da economia, tem afigurado como



importante pilar para o apoio de tais processos. “É assim que a força econômica das grandes corporações transformou-se em força política – posto que eles praticamente habilitaram-se a ditar a configuração das políticas urbanas, ambientais e sociais” (ACSELRAD, 2006, p. 31), obtendo o elastecimento das normas com o argumento de sua suposta capacidade de gerar emprego e receitas públicas.

Neste aspecto, ao suprimir variáveis socioambientais, em especial a remoção de populações para comportar a instalação de empreendimentos industriais, tende a agravar, ainda mais, o quadro delicado de antagonismos sociais, nos quais a vulnerabilidade das populações diretamente afetadas agrava o cenário de injustiça ambiental. A população, sobretudo aquela colocada à margem da sociedade, constituinte das comunidades carentes e favelas que materializam os bolsões de pobreza dos centros urbanos, é desconsiderada pela política econômica, alicerçada na atração do capital que, utilizando sua capacidade de escolher os locais preferenciais para a instalação de seus investimentos, forçando as populações diretamente afetadas a conformar-se com os riscos socioambientais produzidos pelo empreendimento instalado na proximidade de suas residências, alterando, de maneira maciça, o cenário existente. Tal fato decorre, corriqueiramente, da ausência das mencionadas populações de se retirarem do local ou “são levadas a um deslocamento forçado, quando se encontram instaladas em ambientes favoráveis aos investimentos” (FRAGA, 2007, p.08).

A atuação das empresas é subsidiada pela ação do governo, no sentido de apresentar ações e conjugação esforços para o denominado *desenvolvimento sustentável*, agindo sob o argumento do mercado, objetivando promover ganhos de eficiência e ativar mercados, ambicionando evitar o desperdício de matéria e energia. Concretamente, a lógica em destaque não prospera, mas sim padece diante de um cenário no qual, devido à industrialização e instalação de empreendimentos, sem o prévio planejamento, há o agravamento da injustiça ambiental, em especial em locais nos quais a vulnerabilidade da população afetada é patente, havendo o claro sacrifício daquela em prol do desenvolvimento local. “A injustiça e a discriminação, portanto, aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 10).



### **Injustiça ambiental no distrito de São Joaquim: a instalação de aterro sanitário e a potencialização de conflitos socioambientais**

Em um primeiro momento, o conflito envolvendo a instalação do aterro sanitário de Cachoeiro do Itapemirim é um caso clássico de injustiça ambiental, como bem destacou o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (2016, s.p.). Ao lado disso, tradicionalmente, a política locacional de empreendimentos altamente poluidores - como estações de tratamento de lixo, esgoto, incineradores, indústrias químicas e aterros sanitários - tem seguido a uma lógica estruturada na desigualdade social e de acesso às instâncias decisórias, que “opta” por áreas majoritariamente habitadas por minorias étnicas ou grupos sociais vulneráveis como áreas privilegiadas para receber tal espécie de instalação. Com destaque, a lógica norteadora busca estabelecer uma transferência para as populações mais vulnerabilizadas os custos sociais e ambientais advindos da produção capitalista e do modelo vigente de desenvolvimento e consumo.

Ao se analisar especificamente a situação retratada no distrito de São Joaquim, é importante destacar que o Estado assumiu uma atitude essencialmente formal em relação à participação da população local na autorização da instalação do aterro sanitário. “Entre 2007 e 2008, o Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) obedecendo à legislação ambiental vigente - realizou duas audiências públicas na localidade, para apresentar os detalhes do projeto” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016, s.p.). Segundo relatos dos moradores, as audiências desenvolvidas se caracterizaram como meras formalidades exigidas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. No mais, consoante o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil informa, perguntas direcionadas aos representantes do Poder Público não foram respondidas, análises técnicas que contrariavam os interesses do empreendedor não foram levadas em consideração e a implantação do projeto foi autorizada à revelia da oposição da população, claramente declarada durante as audiências. É importante consignar que, no decurso das audiências públicas, até mesmo informações incorretas foram transmitidas, objetivando convencer a população dos possíveis benefícios advindos da instalação do empreendimento.

Conforme relatos do empreendedor, o projeto do aterro sanitário não traria maiores consequências para a população local, nem mesmo atrairia animais, sendo uma alternativa



“limpa” em comparação com os lixões tradicionais. Entretanto, reportagens divulgadas pela imprensa capixaba davam conta de que em outros aterros sanitários administrados pela mesma empresa eram comuns o vazamento de chorume, a presença de urubus e outros possíveis vetores de doenças infecciosas e a existência de doenças respiratórias na população do entorno. O que significava que os argumentos apresentados não condiziam com os fatos. É oportuno, ainda, apontar que

Os principais danos e riscos à saúde são as doenças transmissíveis como a dengue e leptospirose, decorrentes do aumento da quantidade de vetores presentes nas áreas de lixões como baratas, moscas, mosquitos, além das diarreias decorrentes da transmissão através da água contaminada; e as doenças não-transmissíveis como o câncer e as doenças respiratórias decorrentes da poluição química. Além desses problemas, há os acidentes, seja entre os catadores de material reciclável ou quando ocorrem vazamentos, deslizamentos atingindo a população residente no entorno, a falta de assistência médica adequada e a falta de estudos que associem tais problemas de saúde com os problemas ambientais na região (CARVALHO; SCHÜTZ, 2014, p. 08).

Essa atitude conivente diante do empreendedor e a negligência do Estado quanto a seu dever de fiscalizar e garantir da saúde coletiva e ambiental do lugar obrigou a população local a levar o caso à esfera jurídica, tendo em vista que na arena administrativa era visível que não haveria diálogo. Nesse sentido, é importante destacar o papel do Ministério Público enquanto guardião da lei e garantidor dos direitos difusos. Conforme a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Nº 8.625/1993), é papel do MP, entre outras coisas, agir no sentido da “prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos”. O principal instrumento do qual o Ministério Público dispõe para cumprir essa responsabilidade é a proposição de ações civis públicas (ACP). Acionado pela população local, o Ministério Público Estadual (MP-ES) ajuizou uma ação civil pública com pedido de liminar junto à Vara da Fazenda Pública Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, em agosto de 2008.

Em resposta a essa ACP, o magistrado da Vara da Fazenda Pública Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, concedeu liminar suspendendo a construção do aterro sanitário até julgamento definitivo da ação. Em maio de 2009, o mesmo juiz convocou moradores da localidade para uma audiência na qual iria realizar uma consulta pública junto à população do distrito, conforme informa o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2016, s.p.). Isso significa que a resolução do conflito permanecia indefinida e, dadas à



morosidade da justiça brasileira e a existência de grande número de possibilidades de recursos, não havia perspectiva de que isto acontecesse em um futuro próximo. Contudo, no dia 28 de janeiro de 2010, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) concedeu a liberação para a instalação do aterramento sanitário. Denota-se, em tal cenário, que a omissão do Estado, por mais uma vez, invisibilizou os grupos sociais vulneráveis que residem na região do Distrito de São Joaquim, reafirmando que as populações, sem voz e representatividade na arena administrativa da tomada de decisões, são os alvos mais comuns da injustiça ambiental e da degradação social em prol da instalação de empreendimentos, apesar dos ofuscantes riscos que o aterro sanitário causa para o seu entorno.

### **Conclusão**

Ainda incipiente, a discussão consciente dos processos de industrialização e instalação de empreendimentos econômicos com potencial poluidor elevado, à luz de uma moldura caracterizada pela justiça ambiental, faz-se necessária. Em realidades nas quais as desigualdades alcançam maior destaque, a exemplo do Brasil e seu cenário social multifacetado, dotado de contradições e antagonismos bem caracterizadores, a universalização da temática de movimentos sustentados pela busca da justiça ambiental alcança vulto ainda maior, assumindo outras finalidades além das relacionadas essencialmente ao meio ambiente. Ao lado disso, em um território dotado de uma intrincada e complexa realidade social, na qual a segregação advinda da constituição de populações carentes, renegadas à margem da sociedade, formando bolsões de pobreza, é algo cada vez mais corriqueiro, salta aos olhos que o agravamento da injustiça social é uma realidade tangível, fruto da concentração histórica de renda e a suplantação de um contingente populacional robusto, atraído por promessas de desenvolvimento econômico. Sobretudo nas áreas urbanas mais frágeis, despidas de planejamento urbano, as quais passam a ser ocupadas desordenadamente por aqueles atraídos pela esperança de melhoria nas condições sociais vivenciadas.

Os conflitos envolvendo os lixões e aterros sanitários são casos emblemáticos da materialização de injustiça ambiental, pois a localização desses empreendimentos altamente poluidores, assim como, as estações de tratamento de esgoto, incineradores e indústrias químicas tem obedecido à lógica pautada na desigualdade social que elege as áreas majoritariamente habitadas por minorias étnicas, grupos sociais vulneráveis e populações de baixa renda como áreas privilegiadas para receber tais empreendimentos. A lógica busca



transferir para as populações mais vulnerabilizadas os custos sociais e ambientais da produção capitalista e do atual modelo de desenvolvimento e consumo. Consideram-se aceitáveis os riscos que estes empreendimentos representam para o meio ambiente local e para a saúde desta população. Essas áreas são conhecidas como zonas de sacrifício e em geral são destituídas de serviços públicos e infraestrutura estando bem distantes dos locais de habitação das camadas mais privilegiadas da sociedade.

### Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 103-119. Disponível: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 26 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Território, localismo e política de escalas. In: \_\_\_\_\_.; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves Bezerra (orgs.). *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_.; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. WALDMAN, Maurício (trad.). São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ANTUNES, Paulo Bessa. *Manual de Direito Ambiental*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ARAÚJO JÚNIOR, Miguel Etinger de. Meio Ambiente Urbano, Planejamento e Cidadania. In: MOTA, Maurício (coord.). *Fundamentos Teóricos do Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

BRITO, Fernando de Azevedo Alves. A hodierna classificação do meio-ambiente, o seu remodelamento e a problemática sobre a existência ou a inexistência das classes do meio-ambiente do trabalho e do meio-ambiente misto. *Boletim Jurídico*, Uberaba, a. 5, n. 968. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>. Acesso em 26 nov. 2016.

BROWN, Lester R. *Por uma Sociedade Viável*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CARVALHO, Márcia Aparecida Ribeiro de; SCHÜTZ, Gabriel Eduardo. Conflitos envolvendo lixões e aterros sanitários no Brasil: casos clássicos de injustiça ambiental. In: 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente. *ANAIS...*, 12-22 out. 2014. Disponível em: <<http://www.sibsa.com.br>>. Acesso em 26 nov. 2016.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. 13 ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.



FRAGA, Simone de Oliveira. *Justiça Ambiental como Espaço para Concretização da Cidadania*. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/download/7055/5031>>. Acesso em 26 nov. 2016.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.3, n.1, Artigo 2, jan./abril 2008, p. 01-20. Disponível em: <<http://www.interfacehs.sp.senac.br>>. Acesso em 26 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Desastres Ambientais, vulnerabilidade social e pobreza. *Revista Nova América*, n. 111, s.d. Disponível em: <<http://www.novamerica.org.br>>. Acesso em 26 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: *In: I Encontro Nacional da Anppas. ANAIS...*, 2002, Indaiatuba-SP, p. 01-15. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>>. Acesso em 26 nov. 2016.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

THOMÉ, Romeu. *Manual de Direito Ambiental: Conforme o Novo Código Florestal e a Lei Complementar 140/2011*. 2 ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2012.

VICENS, Raúl Sanchez. Geografia da Paisagem e ordenamento ambiental. In: BARBOSA, Jorge Luiz; LIMONAD, Ester (orgs.). *Ordenamento Territorial e Ambiental*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2012.



### LUTAS POPULARES RURAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO TARDIA

*Thaynara Moreira Botelho<sup>82</sup>  
Adriana Amaral Ferreira Alves<sup>83</sup>*

#### Introdução

Em contrapartida as ideologias de “progresso”, modernidade e desenvolvimento que ganhavam espaços no Brasil em meados do século XX e acarretavam perdas através da separação entre trabalho e vida, alguns movimentos sociais produziram formas de resistências ao processo de modernização da vida societária. Nas décadas de 1950 até a instauração da ditadura em 1964, as decisões do “que fazer” ainda eram tomadas pelas massas humanas que organizavam formas de lutas marginais. No momento em que o capitalismo industrial se desenvolveu em territórios marcados por uma formação periférica dentro de uma dinâmica do contexto mundial, a ideologia nacional- desenvolvimentista ganhou força em países como o Brasil, os quais acreditavam que o “progresso” viria nos moldes do ordenamento capitalista, tendo como lema a superação do subdesenvolvimento através da aceleração do processo de industrialização.

#### Objetivos

Este estudo teve como **objetivo geral** analisar experiências populares brasileiras que possuíam traços pré-modernos e foram sendo transformadas em experiências modernas com o processo de industrialização no Brasil. Os **objetivos específicos** se desdobraram em: refletir sobre as formas de resistências das massas no Brasil; analisar como as formas práticas da vida cotidiana foram se transformando em experiências “racionais”; refletir sobre as perdas

---

<sup>82</sup>Assistente Social. Mestra em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: thaynarambotelho@gmail.com

<sup>83</sup>Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo e professora colaboradora do programa de pós graduação *strictu sensu* em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: adriana.afa@gmail.com



simbólicas e culturais das massas que foram se enfraquecendo e se transformando em classe em meados do século XX.

### **Metodologia**

À luz desses objetivos, definimos nossa metodologia, que nada mais é do que o caminho do pensamento que seguimos para a abordagem da realidade (MINAYO, 2012). Com relação à teoria, nos respaldamos no marxismo, situado em uma perspectiva histórica a fim de entendermos as mudanças ocorridas no sistema capitalista na cena contemporânea. No que diz respeito à abordagem, utilizamos a pesquisa qualitativa por ser a que mais se aproximou do objeto proposto, tal tipo de pesquisa interpreta os fatos sociais ou a interpretação que as pessoas dão aos fatos. Ela possibilita ao pesquisador “filtrar os dados através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico” (CRESWELL, 2010, p. 187).

O método para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica. Esse procedimento metodológico é importante para o processo de produção de conhecimento, “**especialmente em temas pouco explorados** a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 43, grifo nosso).

### **Desenvolvimento**

No Brasil, na década de sessenta existiu uma real integração por dentro do ordenamento capitalista, apesar dos esgotamentos dos estados de bem estar nos países centrais. Havia um horizonte expansivo, tanto que foi nessa época que se deu a ascensão das reformas sociais de base no Brasil. Contudo, devido a marcha desacelerada do capitalismo à nível mundial, essa integração ocorreu num curto período de tempo. Os países que se intitulavam “países do futuro”, não teriam mais futuro, a falsa consciência de se tornarem prósperos e condenados a dar certo misturava um pouco de mitos com milagres que mais tarde desembocaria em uma tremenda frustração para alguns enquanto que para outros não, pois, ainda continuam esperando um encontro com o futuro que seja próspero e desenvolvido (RIDENTI, 2013).

O aumento da “exclusão social” diz respeito a um processo gestado ao longo dos anos e não apenas a uma condição social do presente. A fratura brasileira, conforme salientou



Arantes (2004), ou as veias abertas<sup>84</sup> da América Latina, como diria Galeano (2009), ou a gênese derivada, como ponderou Palma (1993), ou ainda, o “sentido” da colonização, consoante Prado Junior (1970) se referem as reais condições dos países situados na periferia do capitalismo como um resultado histórico.

Com as mudanças societárias que estavam acontecendo no Brasil em meados do século passado, a “modernização” foi intensificada, o aumento de indústrias gerou transformações nas estruturas econômicas, sociais, políticas, culturais e territoriais. Os camponeses perderam espaço com a industrialização e foram se transformando em operários na década de 1960. A exploração da força de trabalho destes, através das indústrias naquela época, formava a riqueza dos detentores dos meios de produção. Com isso, movimentos sociais - predominantemente rurais devido a estruturação econômica preponderante do país ainda ser a agrária - se destacaram pelas formas de organização, lutas e resistências ao capitalismo industrial (MONTENEGRO, 2010).

A mobilização dos camponeses, além de se expandir em um curto período de tempo, passou a ser composta por diversificadas categorias de trabalhadores que incluíam desde foreiros até pequenos proprietários no tempo histórico em que se destacavam as culturas, símbolos, solidariedades e maneiras simples de expressar e viver em comunidades. A radicalidade do movimento camponês não era gerada por fatores externos, mas marcada pela espontaneidade que se liberava do esgotamento de certas relações de dominação pessoal que existiam no campo. O termo “camponês” era utilizado para expressar as vivências e culturas dentro das comunidades. Os alimentos produzidos não eram vendidos *a priori*, haja vista que só comercializavam os alimentos excedentes que não eram consumidos, doados, trocados ou partilhados. O termo camponês também era utilizado em rebatimento aos adversários adeptos da modernização, denominado de latifúndios improdutivos e decadentes (MONTENEGRO, 2010).

As formas de organização dos camponeses ocorriam nos próprios espaços comunitários através da espontaneidade das massas, suas reivindicações eram contra a violência no latifúndio, por melhorias de condições de trabalho no campo e contra a miséria que assolava grande parte daquela população pela expropriação das terras. Os movimentos

---

<sup>84</sup>“É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu, ou mais tarde, norte-americano, e como tal tem se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo” (GALEANO, 2009, p. 5).



rurais de resistências à modernidade foram por melhores condições de vida pois as relações de dominação tinham se expandido. Nessas movimentações, o nordeste presenciou uma luta camponesa mostrando que a linguagem das massas expressava também formas de vida prática. Na tentativa de romper com o discurso oligárquico e patriarcal, a mobilização dos trabalhadores rurais tornou-se, no final da década de 1950, um símbolo de resistência à modernização rural (que gerava o enfraquecimento das formas de vida em comunidades) (RIDENTI, 2013).

A apropriação indébita das terras favoreceu a expansão do capital e a concentração de terras em alguns países latino-americanos acentuando a desigualdade social. Aos latifundiários era permitido a concentração quantitativa e qualitativa das terras, o acesso ao crédito, à tecnologia, aos mananciais e às vias de comunicação. Para os camponeses, o campo que antes era fonte de trabalho passou a ser ponto de expulsão. Na tentativa de se libertarem das opressões cotidianas, os trabalhadores rurais contrapunham os proprietários das terras, demonstrando (através de suas mobilizações) as precárias condições de vida (MONTENEGRO, 2010).

Nas comunidades, a cultura espalhou-se em experimentos coletivos ou até mesmo em obras isoladas através das experiências marginais de mulheres e homens que estavam se auto-organizando. Na década de 1960, com as experiências populares em curso, aumentou o envolvimento dos movimentos religiosos de cunho libertador nos países latino-americanos. Assim, se formaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), compostas pelos comunitários que se reuniam para rezar, cantar, comemorar, dialogar, ler a Bíblia e discutir de acordo com suas experiências de vida. Destacavam como um dos pontos negativos da modernidade (advinda com o capitalismo industrial) a destruição dos elos tradicionais nos quais populações inteiras eram desarraigadas de seus ambientes rurais. Por isso, os objetivos das CEBs (além da motivação religiosa) era a constituição de uma comunidade solidária (WANDERLEY, 1993).

As experiências populares não foram homogêneas, a cultura espalhou-se em experimentos coletivos ou até mesmo em obras isoladas através das experiências marginais de mulheres e homens que estavam se auto-organizando (SCHWARZ, 2005).

Nos espaços comunitários se destacou também o Movimento de Educação de Base (MEB) que versava sobre a importância do processo de autodeterminação, na qual o povo seria o único sujeito da transformação através de um movimento anterior deles próprios e não o contrário. No trabalho popular, as comunidades deveriam ter animadores populares



(assessorados pelo MEB) que não se desvinculassem das suas bases ao invés de terem técnicos estranhos. O animador popular trabalhava com os camponeses nas esferas práticas da comunidade, estava calcado nos princípios do desenvolvimento comunitário no momento histórico em que as comunidades ainda se autodirigiam. Contudo, com a instauração do golpe de abril de sessenta e quatro, o MEB, foi induzido a redefinir seus objetivos e passou a se caracterizar apenas como um movimento evangelizador, com propósitos de alfabetização e catequese (AMMANN, 2013).

Nos países periféricos, as consequências do desenvolvimentismo começaram a aparecer, apesar de ainda vigorar a ideologia de que com a modernização, os países considerados “subdesenvolvidos” chegariam ao patamar de “desenvolvido”. As transformações societárias em curso permitiram o ingresso marginal de camadas populares no processo mercadológico do capital (quando as massas começaram a se transformar e a se organizar em classe), mas a inserção foi insuficiente para abarcar todos aqueles que tiveram suas vidas desestruturadas e que foram obrigados a compor o operariado urbano-industrial. Com isso, muitos movimentos de massa, ensandecidos com a perda de liberdades, ainda lutavam para que não perdessem as vivências dentro das comunidades, marcadas por subjetividades que traziam na memória histórica um modo de vida social (ARANTES, 2004).

Com a classe proletária no seu formar-se, o governo brasileiro incentivou formas de ação por dentro das instituições e começaram a se estruturar e atuar de forma técnico-metodológica. Com o objetivo de desmobilizar a espontaneidade das massas, o governo criou a política de incentivo à sindicalização rural,

A partir de 1962, as Ligas foram perdendo espaço na representação dos camponeses, uma vez que a opção pela sindicalização ganhou força. Nesse contexto que emerge mais um ator político: o Estado - agente interessado na sindicalização rural. Para facilitar esse objetivo diversos mecanismos foram criados pelo governo, com maior destaque para o Estatuto do Trabalhador Rural – que criava uma única categoria para os trabalhadores do campo, facilitando a sua sindicalização, haja vista que agora todos eram “trabalhadores rurais” – e a Supra (Superintendência Política de Reforma Agrária). Com tais medidas, ocorreu uma proliferação no número de sindicatos rurais por todo o país (BALTHAZAR, 2014, p. 5).

Até a concretização da modernidade, as comunidades ainda resistiam, possuíam características que se assemelhavam às pré-modernas descritas por Thompson<sup>85</sup>. Nesse tempo

---

<sup>85</sup>Nos ensaios elaborados pelo autor supracitado é colocado que as experiências práticas da vida cotidiana eram espontâneas, realizadas pela plebe inglesa, marcadas pelos “costumes em comum” que possuíam traços pré-modernos. Depois, com a Revolução Industrial, as formas de resistências das massas foram transformadas



histórico, a prática de educação popular proposta por Paulo Freire ganhou espaço num momento em que as experiências comunitárias espontâneas aconteciam no Brasil. Malgrado ter sido incentivada inicialmente para alfabetizar as massas para votarem e contribuírem para aceleração da modernização no campo num curto período de tempo, as experiências de educação popular contribuíram para que as massas pensassem na realidade em que viviam através da reflexão-ação que se diferenciava da educação formal bancária. Nesta, o saber era considerado uma doação dos que se julgavam sábios, como se pudesse ocorrer por um “depósito”, “transferência de conhecimentos” com o intuito de não mudar a situação que as oprimiam e de não “historicizar” a vida em comunidade. Com a educação popular, ao invés de aprender humilhado, os camponeses aprendiam com suas práticas sociais, se reuniam dentro das comunidades, trocavam experiências, discutiam as ações que deveriam ser realizadas, cantavam, faziam teatro etc. Com esse acontecimento histórico,

O trabalhador rural entrava, de um mesmo passo, no mundo das Letras e no dos sindicatos, da Constituição, da reforma agrária, em suma, dos seus interesses históricos. Nem o professor, nesta situação, é um profissional burguês que ensina simplesmente o que aprendeu, nem a leitura é um procedimento que qualifique simplesmente para uma nova profissão, nem as palavras e muito menos os alunos são simplesmente o que são. Cada um desses elementos é transformado no interior do método (SCHWARZ, 2005, p.20).

As resistências das massas, a partir das experiências com os grupos de cultura, foram relevantes devido às formas de organização de mulheres e homens nos seus territórios, as decisões eram tomadas pelas próprias massas através do diálogo (essência da educação como prática da liberdade) e da reflexão-ação (FREIRE, 1987).

Na área rural, os camponeses dialogavam entre si sobre as condições de vida que estavam sendo desmanteladas, assumiam compromissos de acordo com os interesses e preocupações das camadas populares. Os diálogos nas comunidades permitiam as massas refletirem coletivamente sobre problemas comuns, assim, passaram a conceber a miséria e o analfabetismo como partes da dominação do capital e não componentes estanques ou residuais. Com isso, não aceitavam as práticas e discursos que serviam para perpetuar as relações de exploração. A educação popular, na década de sessenta, se firmava a partir da auto-movimentação das massas com a pedagogia de auto-formação que elas mesmas

---

(num movimento em que elas estiveram presentes) em práticas da classe proletária na Europa. As tarefas que antes eram realizadas pelo tempo histórico dos acontecimentos foram se transformando em trabalhos marcados pelo tempo abstrato na história (THOMPSON, 2015).



geraram. O desenvolvimento comunitário se dava enquanto produção de um auto- movimento da comunidade, que, em si mesmo, era educação popular (ALVES, 2013).

As experiências populares dos movimentos sociais (sobretudo os rurais pela estrutura do país ser tipicamente agrária até a implantação da ditadura) eram marcadas por espontaneidades no fazer política do movimento e pelas lutas e resistências a aderência à “racionalidade” expressa pela modernidade (representado pelo capitalismo industrial). Os ordenamentos industriais foram de grande magnitude, de forma que se tornaram traumáticos para os seres humanos que perderam as terras no campo e sentiram as mudanças desde o simples fato de criar os filhos até as mudanças na ecologia com o processo de modernização, o que significava formas de vida a serem resistidas (SENNETT, 1998).

A bandeira brasileira, cujo lema é “Ordem e Progresso”, nos remete as atrocidades insurgidas contra as massas no período do pós 64 cujas torturas, opressões e espoliações eram realizadas para manter a “ordem da nação” e “abrir” o país para as influências externas. A ideia mistificada de “progresso”, que viria depois da abertura comercial, não veio até hoje e não virá nesse sistema que desde a década de 1970 está dando sinal de exaurimento com a crise estrutural do capital (ARANTES, 2004).

A crise estrutural deriva do desenvolvimento integral do sistema produtor de mercadorias, por isso, precisa ser entendida em seu sentido global, que abarca todos os meios e relações, da esfera da produção de mercadorias à de limitação de financiamento das políticas sociais operadas através dos aparelhos estatais. A irracionalidade do capitalismo ameaça a continuidade de toda a civilização humana, ainda mais que o Estado (por ser uma instância desprovida de autonomia) “não possui nenhum meio primário de regulação, mas depende do meio do mercado, isto é, do dinheiro” (KURZ, 1997, p. 103).

Os efeitos produzidos pelos vinte e um anos ditatoriais (1964-1985) no Brasil, se destacam pelo enfraquecimento<sup>86</sup> de movimentos sociais no que tange aos traços comuns de partilhas, trocas e formas de expressar a vida pela prática social. Os espasmos da violência permanecem na sociedade, a ditadura sanguinária conseguiu cumprir o objetivo de diminuir as

---

<sup>86</sup> O filme “Cabra marcado para morrer” dirigido por Eduardo Coutinho é uma interessante produção sobre as lutas camponesas que ocorreram na década de 1960. As gravações desse filme foram iniciadas no início desta década mostrando a espontaneidade nas organizações, prática política e resistências dos camponeses no cenário pré- ditatorial, onde ainda era possível se auto- determinarem. Com a instauração do golpe militar e toda a repressão por ele mantida, as filmagens tiveram que ser interrompidas, sendo retomadas apenas em 1981. Quando o cineasta retoma as gravações, já não encontrou mais a efervescência social das Ligas, os que sobreviveram à ditadura perderam suas formas de auto- organização e lutas, se tornaram pessoas isoladas, fragilizadas, cheias de medo e mágoas de toda repressão e dissolução das comunidades em que viveram no período ditatorial. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=JE3T\\_R-eQhM](https://www.youtube.com/watch?v=JE3T_R-eQhM)>. Acesso em: 01 jan. 2016.



formas de organização espontâneas das massas. Depois de atingir suas metas, ela se retira, mas continua produzindo efeitos regressivos da vida social. O que restou da ditadura não foram patologias residuais, mas um Estado de emergência econômico permanente. Os in (termináveis) anos ditatoriais geraram sequelas irreparáveis para sociedade que repercutem na vida moderna, por isso, 1964 foi o ano que ainda não terminou (ARANTES, 2010).

### **Considerações finais**

Em meados do século passado, as experiências comunitárias ainda possuíam traços pré- modernos, não eram marcadas por determinações do trabalho abstrato das mercadorias, mas por relações de costumes no campo, num cenário em que a vida camponesa ainda era majoritária e a estrutura econômica do país era agrária. Com as mudanças nas comunidades a partir do disciplinamento do tempo e das atividades a serem realizadas, as mulheres e homens deixaram de produzir experiências com traços de pré- modernidade e foram “liberados” para seguir o curso da vida moderna entendendo que tempo passou a significar dinheiro, que as vivências passaram a ser controladas nos interiores das fábricas e que a solidariedade humana não deveria existir dentro dos galpões de um lugar fechado em que predominavam as máquinas.

A modernidade produtora de mercadorias se auto- aprisionou a partir do momento em que possibilitou a introdução da tecnologia, o que permitiu a diminuição da mão de obra na esfera da produção e, conseqüentemente, a diminuição da acumulação real. Esse acontecimento gerou financiamentos estatais em termos especulativos e cada vez mais restrito diante da ausência da materialidade do dinheiro capaz de o sustentar. Com a crise estrutural, as políticas sociais não são capazes de atender em plenitude as demandas de mulheres e homens e, muito menos alterar a estrutura societária em que se encontram. Assim, o Estado não consegue administrar uma massa humana sobrando acima do “normal” e não mais rentável ao capital (tanto na esfera de venda de mão de obra quanto na possibilidade de comprarem mercadorias). Pela primeira vez da história, a “racionalização eliminadora” de trabalho superou as possibilidades de expansão dos mercados. Dessa forma, não ocorrerá outro “milagre”, a prosperidade em termos globais da economia não é capaz de existir sem a possibilidade real de acumular capital sem trabalho (MENEGAT, 2008).



Assim, os aparelhos tangíveis tornam-se insensíveis a humanidade do ser e a solidariedade foi “objetificada” em aparelhos monstruosos que executam os afazeres não mais comunitários, mas mercadológicos dentro de uma sociedade que diz ser “racional”.

### Referências bibliográficas

ALVES, A. A. F. **Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória**. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

AMMANN, S. B. **Ideologia e desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

ARANTES, P. E. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.

\_\_\_\_\_. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, E; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BALTHAZAR, P. H. B. Sindicalização rural no governo de João Goulart (1961-1964): as discussões historiográficas acerca do campo brasileiro. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH: saberes e práticas científicas, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400257454\\_ARQUIVO\\_SindicalizacaoRuralNoGovernoJoaoGoulart\\_artigo\\_-PedroBalthazar.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400257454_ARQUIVO_SindicalizacaoRuralNoGovernoJoaoGoulart_artigo_-PedroBalthazar.pdf). Acesso em 22 ago. 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LIMA, T. C. S. L.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, 2007.

MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie - como a esquerda social pode enfrentar esta questão? **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 18, PPGSS/UFRJ; 2008. Disponível em: [http://cirandas.net/articles/0009/6800/texto\\_menegat.pdf](http://cirandas.net/articles/0009/6800/texto_menegat.pdf). Acesso em 09 nov. 2014.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. (Coleção Temas Sociais).



MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de Revolução. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2010.

PALMA, D. **A Prática Política dos Profissionais: o caso do Serviço Social.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1993.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

RIDENTI, M. In: F., J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2013.

SCHWARZ, R. **Cultura e política.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** Tradução de Rosaura Eichemberg. 8. reimpress. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade.** São Paulo: Cortez, 1993.



**GT 05 - Mobilizações artísticas e culturais e apropriações de espaços públicos urbanos**



### A PRAÇA QUE QUEREMOS: DESAFIOS E AVANÇOS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA NA COMUNIDADE DA MARGEM DA LINHA

*Ana Julia Carvalhido I. Barreto*<sup>87</sup>

*Aline Couto da Costa*<sup>88</sup>

*Maria Castilho Maron Pettersen*<sup>89</sup>

*Taynara Barcelos Palmares*<sup>90</sup>

#### RESUMO

O projeto “A praça que queremos” consiste em um trabalho colaborativo para a criação de uma praça na Comunidade da Margem da Linha, localizada em Campos dos Goytacazes – RJ. Ele vem sendo organizado pelo Escritório Colaborativo de Arquitetura e Urbanismo Social (ECAUS), relacionado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do campus Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, e conta com a participação dos moradores da respectiva comunidade, assim como alunos e professores da instituição. Este artigo objetiva apresentar o processo de construção colaborativa relacionado a esse projeto, evidenciando as etapas e respectivas atividades para sua efetivação. Embora ele esteja em andamento, é possível verificar alguns desafios e avanços através das ações que já foram realizadas.

**Palavras-chave:** Urbanismo Colaborativo; Espaço Público; Comunidade Margem da Linha.

#### ABSTRACT

The project “A praça que queremos” is about a collaborative work for the creation of a square in the Margem da Linha Community, located in Campos dos Goytacazes city, in the northern area of Rio de Janeiro State, Brazil. It has been organized by the Collaborative Office of Social Architecture and Urbanism (ECAUS) of the Architecture and Urbanism Course in the Fluminense Federal Institute of Education, Science and Technology, and has been attended by the residents of the respective community, as well as students and teachers of the institution. This article aims to present the process of collaborative construction related to this project, evidencing the stages and respective activities for its effectiveness. Although it is in progress, it is possible to verify some challenges and advances through the actions that have already been carried out.

**Key words:** Collaborative Urbanism; Public Space; “Margem da Linha” Community.

<sup>87</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo no campus Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. E-mail: ajuliabel@gmail.com

<sup>88</sup>Docente em Arquitetura e Urbanismo no campus Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. E-mail: acosta@iff.edu.br

<sup>89</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo no campus Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. E-mail: mariacastilho.pettersen@hotmail.com

<sup>90</sup>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo no campus Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. E-mail: taynara.barcelos@gmail.com



### 1. Introdução

A Comunidade Margem da Linha existe há mais de quarenta anos, ocupando uma faixa não edificante da linha da Rede Ferroviária Federal, no município de Campos dos Goytacazes, RJ (Figura 01).

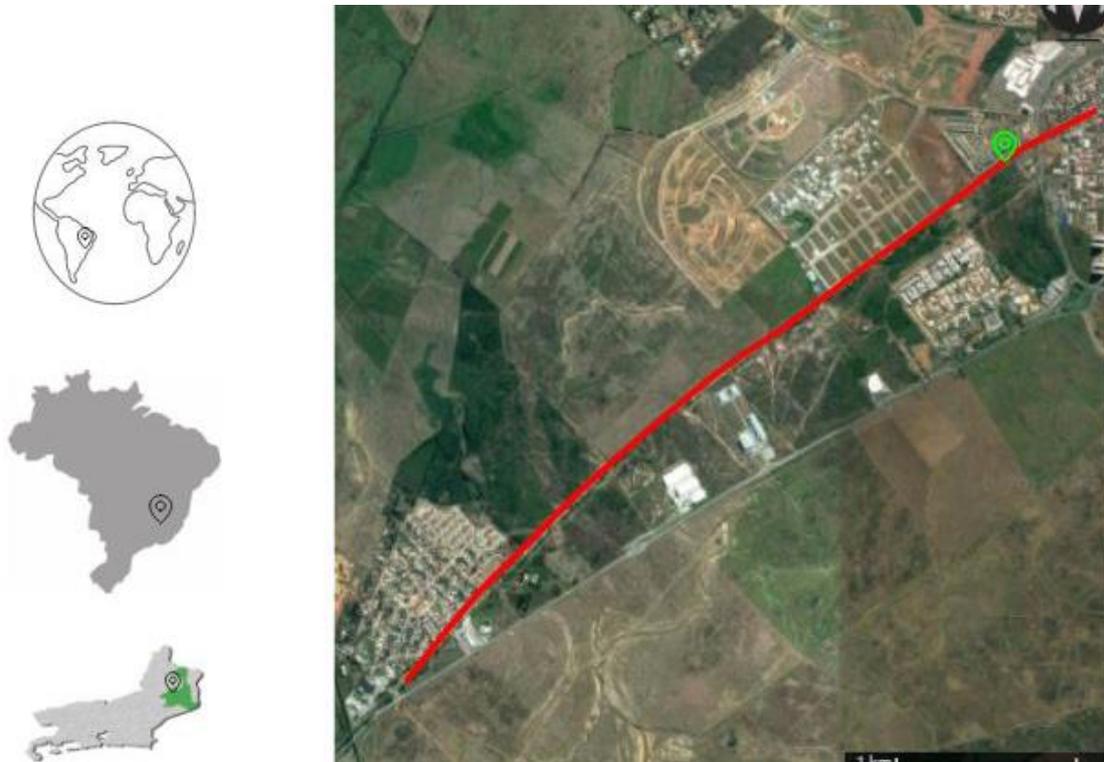


FIGURA 01: Localização da Comunidade Margem da Linha. Fonte: Própria com base no Google Earth, 2016.

Inicialmente, a comunidade foi composta por trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, vindos de outras cidades para fins de trabalho nas usinas Cupim e Queimado, que ao serem demitidos, perdiam o benefício de morarem nas residências das usinas (OLIVEIRA et al, 2012). Com o passar dos anos, a localidade foi agregando mais moradores, sobretudo após a explosão demográfica dos anos 1980 (GUIMARÃES E PÓVOA, 2005 apud MOTHÉ, 2011).

O entorno dessa comunidade tem se caracterizado por um processo de valorização imobiliária, intensificado entre os anos de 2004 e 2015, com investimentos em condomínios residenciais fechados de alto padrão, dentre outros. Paralelo a isso, a comunidade passa por um movimento de remoção, com um grupo de moradores transferidos para o conjunto habitacional “Morar Feliz”, localizado no bairro Tapera, que está situado a cerca de sete quilômetros do local. Nesse contexto, parte da população tem lutado para permanecer na



região e dotá-la de infraestrutura, equipamentos urbanos, espaços de lazer etc. Assim, a existência de um vazio urbano em uma área consolidada da comunidade, aliada à impossibilidade de sua ocupação relacionada a uso particular, contribuiu para a ideia de desenvolvimento de uma praça.

Considerando essa demanda, o Escritório Colaborativo de Arquitetura e Urbanismo Social (ECAUS), relacionado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do campus Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense), em parceria com o programa de extensão “Arquitetura, Inclusão e Cidadania” (ArqInCi), vinculado à mesma instituição e que também trabalha o contexto da comunidade da Margem da Linha, conceberam o projeto intitulado “A praça que queremos”, com o objetivo de melhorar as condições de permanência dos moradores e aflorar o sentimento de pertencimento por parte dos que vivem no lugar.

Partindo dos conceitos e ideias referentes ao Urbanismo e Paisagismo Colaborativos, Urbanismo Tático e à Pesquisa-ação, foi realizado um procedimento para a elaboração do projeto e desenvolvimento de atividades que viabilizassem sua construção.

Este artigo objetiva apresentar o processo de construção colaborativa relacionado a esse projeto, evidenciando as etapas e respectivas atividades para sua efetivação. Acredita-se que o registro dessas ações possa contribuir para discussões, atividades e estratégias referentes ao tema e ao lugar, assim como para outras iniciativas semelhantes.

## **2. O entendimento sobre o trabalho colaborativo e os métodos utilizados**

Os estudos voltados para o trabalho em grupo se relacionam, dentre outros, ao contexto da colaboração. Nesse sentido, os membros de um grupo, ao trabalharem juntos, “se apóiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e co-responsabilidade pela condução das ações” (DAMIANI, 2008, p.215). Segundo Parrilla e Daniels (1998), os grupos colaborativos são aqueles em que todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto.

Desse modo, entende-se como processo de projeto colaborativo em arquitetura, paisagismo e urbanismo, a experiência de criação que envolve os arquitetos-urbanistas e os



usuários, motivados pelo compartilhamento de atividades e decisões, pela negociação de soluções e pela confiança e responsabilidade mútua.

Nesse contexto, também é possível aplicar o método do Urbanismo Tático, que de acordo com Ribeiro (2016, p.19) “é um termo que passou a ser comumente utilizado a partir do ano de 2010 para caracterizar intervenções urbanas temporárias que funcionam como um experimento para futuras ações permanentes, objetivando a melhoria de bairros.” Seu propósito é realizar em pequena escala o experimento de novas tecnologias e novos ambientes, para investigar se as intervenções poderão se tornar permanentes ou não. Além disso, o método contribui para identificar as falhas e acertos nos processos de produção, gestão e ocupação dos espaços.

Acredita-se que o método da pesquisa-ação se relaciona e contribui para o trabalho colaborativo e tático. Conforme Thiollent (2005), trata-se de um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo participativo.

Nesse contexto, defende-se que a participação pode contribuir para a criação de elos identitários e de pertencimento em relação a um local, e que ela não deve se restringir à etapa do diagnóstico de uma intervenção, consoante ao que é apresentado por Carvalho et al (2015, p. 4):

Se a chave para a apropriação e manutenção de um local é a participação efetiva dos usuários em todo o processo de intervenção, de forma a criar laços de identidade, a participação em um nível informativo ou consultivo somente na fase de diagnóstico não consegue chegar a um ponto satisfatório. É necessária uma revisão da metodologia de intervenção em vilas e favelas, partindo do conhecimento da essência da sua natureza e isso implica rever conceitos e valores de uma forma estrutural.(CARVALHO et al., 2015, p.4)

Considerando Bordenave (1994), a participação tem caráter de processo coletivo transformador, às vezes contestatório, em que os sujeitos marginalizados se incorporam à vida social por direito próprio, conquistando uma presença ativa no processo de produção, distribuição, consumo e criação cultural. Há inúmeras contribuições positivas que ela pode oferecer, entre elas, o crescimento do senso crítico da população, fortalecendo assim sua consciência perante a sociedade a qual está inserida. Ela possui uma base afetiva - onde participamos pelo prazer de se trabalhar com os outros - e uma base instrumental - onde



trabalhar em conjunto é mais eficaz e rápido do que se trabalhar sozinho (BORDENAVE, 1994).

No caso do projeto “A praça que queremos”, tem-se tentado realizar esse trabalho colaborativo, com as atividades sendo planejadas e efetivadas por meio da parceria mencionada anteriormente. Além disso, o processo participativo de elaboração do projeto da praça tem o caráter contestatório citado por Bordenave, no momento em que é parte de uma estratégia de resistência às pressões para remoção da comunidade. Através dele, os moradores da Margem da Linha estão também conquistando sua presença ativa na produção do espaço urbano.

O trabalho, iniciado a partir de diálogos com habitantes da localidade, tem sido dividido em algumas etapas, que vão desde a visita ao local e elaboração do programa de necessidades da praça, passando pelo desenvolvimento projetual e aquisição de materiais, até os primeiros mutirões para sua construção, conforme será apresentado a seguir.

### **3. O processo colaborativo do projeto “a praça que queremos”**

#### **3.1. Definição do Programa de Necessidades**

O primeiro contato com os moradores da comunidade foi realizado no dia vinte e nove de setembro de 2015, através de um encontro no Centro Juvenil São Pedro, que é um tipo de instituição salesiana, que oferta o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes no horário diverso à escola. As atividades enfatizam o fortalecimento das relações familiares e comunitários, a formação humana e cidadã e a valorização da juventude.

Para a definição do programa de necessidades foi realizada inicialmente uma dinâmica com os alunos do Centro, que desenvolveram desenhos e textos correspondentes ao projeto da praça, registrando assim suas percepções e aspirações em relação ao lugar (Figura 02). Assim, foi possível identificar, por exemplo, quais mobiliários urbanos e de parque infantil eram desejados por parte das crianças e jovens que participaram da dinâmica.

A partir dessas informações, confeccionou-se uma maquete com uma primeira proposta para a praça, composta de peças móveis correspondentes aos itens solicitados. Por meio de uma atividade de colaboração (Figura 03), os moradores puderam alterar a disposição

dos elementos de modo que a organização do espaço representasse o que fora idealizado por eles.

A importância dessas duas etapas para a definição do programa de necessidades da praça está no potencial delas desvendarem a realidade do usuário do espaço, suas necessidades e expectativas para o local, além da possibilidade de aproximação, interação e discussão com os moradores.

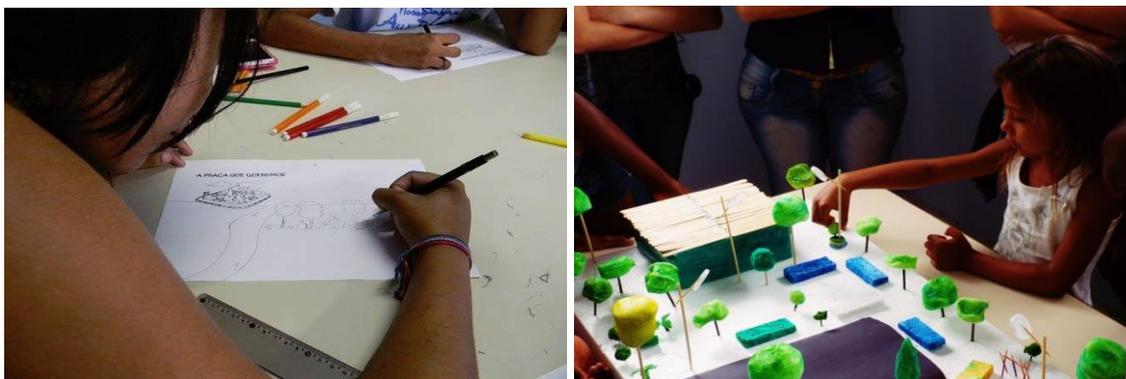


FIGURA 2 e FIGURA 3: Crianças da Margem da Linha participando das dinâmicas aplicadas no Centro Juvenil São Pedro. Fonte: acervo do ECAUS, 2015.

Enquanto a primeira etapa - croquis e textos - auxiliou na elaboração de uma lista de mobiliários, atividades e setores que o espaço a ser criado deveria abranger; a segunda - maquete interativa - já tornou possível a demonstração para os moradores, em escala, do que era possível de ser implantado no terreno, devido a suas limitações, sobretudo relacionadas às dimensões.

### 3.2 Experimento e exposição das primeiras ideias

Com a oportunidade do Seminário Regional de Ensino Superior em Arquitetura e Urbanismo- SeRES, realizado no IF Fluminense, em outubro de 2015, foi desenvolvida uma dinâmica colaborativa, por meio de um mutirão formado por professores e alunos da instituição e moradores da comunidade (Figuras 04 e 05), para a construção de uma mini-praça em um local próximo ao terreno selecionado para a intervenção.



FIGURA 4 e FIGURA 5: Mutirão de construção de uma mini praça de pallet em frente ao terreno do projeto “A praça que queremos”. Fonte: Acervo do ECAUS, 2015.

Embora tenha havido a participação por parte da comunidade nessa atividade, foram identificados alguns problemas relacionados à intervenção, dentre eles: o uso inadequado de materiais (pallets) e técnicas construtivas, por serem considerados frágeis e de pouca durabilidade; e a falta de manutenção e consequente deterioração das instalações, que parecem demonstrar a inexistência do entendimento e conscientização em relação à importância e ao uso desse tipo de espaço público, bem como a falta de pertencimento da população em relação ao local.

Após a execução da mini-praça, foram realizados alguns eventos de exposição (Figura 06) de todo o trabalho desenvolvido pela instituição em relação à comunidade Margem da Linha, inclusive do projeto “A Praça que queremos”. Essas atividades contaram com a presença dos moradores e contribuíram não só para a divulgação e informação das ações, como para o fortalecimento do vínculo entre a academia e os atores sociais contemplados com as respectivas iniciativas..



FIGURA 6: Exposição do estudo preliminar no centro juvenil São Pedro. Fonte: Acervo do ECAUS, 2016

As exposições ocorreram em dois momentos. O primeiro evento foi realizado em novembro de 2015, em uma feira de ciências do IF Fluminense, a 22ª Semana do Saber Fazer Saber. Na oportunidade, os jovens do Centro Juvenil São Pedro e demais moradores da comunidade puderam visitar o instituto e contemplar a exposição fotográfica elaborada pelo ECAUS, que registrou todas as etapas anteriores do processo de elaboração do projeto da praça, bem como outros estudos desenvolvidos pelo programa de extensão ArqInCi.

O segundo evento foi realizado em abril de 2016, no Centro Juvenil São Pedro (**Figura 06**) na própria localidade da Margem da Linha. Basicamente, contou com o mesmo material da exposição anterior; porém, com participação mais intensa da comunidade devido à proximidade do local. Portanto, neste momento, houve plena interação com os moradores e consequentemente maior possibilidade de troca de percepções e informações em relação ao conteúdo exposto.

### 3.3. Desenvolvimento projetual

Dando sequência às atividades, foi iniciada a parte projetual da praça. Com os parâmetros estabelecidos pelas vivências identificadas anteriormente, foi possível conceber o projeto que mais se aproximava às necessidades do local, contemplando as aspirações dos moradores e considerando a viabilidade construtiva de maneira participativa.

Desse modo, o projeto foi composto por quatro setores principais, conforme pode ser observado em planta esquemática (Figura 07) e algumas perspectivas (Figura 08):

- Setor A : Área dedicada às crianças com os brinquedos de pneu e piso em areia;
- Setor B: Área de contemplação onde se localiza maior parte da vegetação;
- Setor C: Área de estar e convívio, com bancos e mesas e piso pavimentado;
- Setor D: Palco, espaço destinado às apresentações de teatro ou dança.

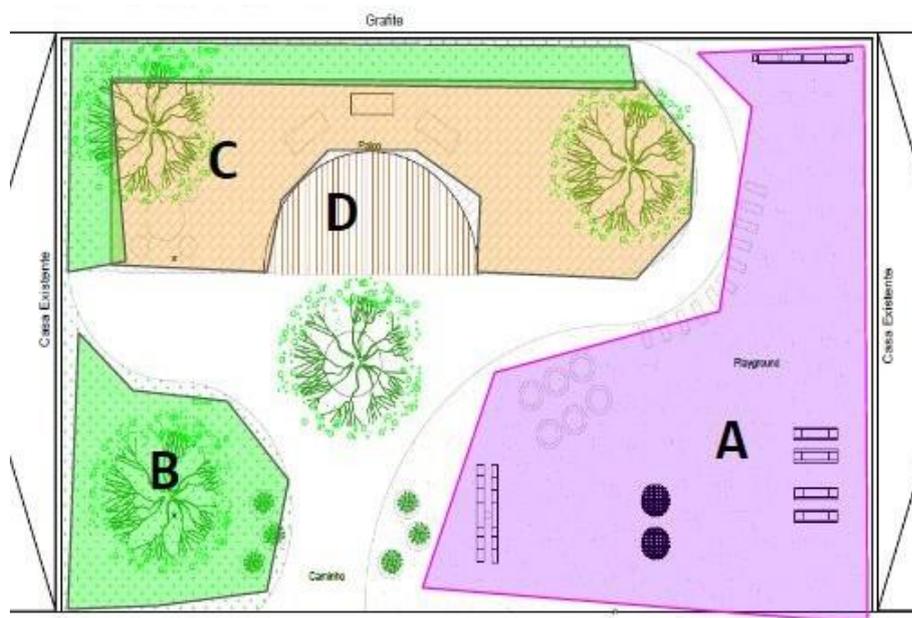


FIGURA 7: Planta esquemática de setorização. Fonte: Acervo do ECAUS, 2016.



FIGURA 8 e FIGURA 9: Maquete eletrônica do projeto. Fonte: Acervo do ECAUS, 2016.

Os mobiliários e brinquedos foram planejados para serem construídos utilizando-se materiais alternativos, ou seja, de fácil acesso e sem a exigência de técnicas complexas de

construção ou mão de obra especializada para tal. A definição de material também foi direcionada por aspectos financeiros, objetivando a viabilidade econômica.

### 3.4. Aquisição de Materiais e Mutirão

Após a elaboração do projeto, foi realizada a captação de recursos financeiros e materiais, que se deu por meio de doações. Com isso, foi possível realizar o primeiro mutirão de construção da praça, que durou três dias. As atividades desenvolvidas na iniciativa foram a limpeza do terreno e a construção dos brinquedos do parque infantil (Figuras 10 e 11)



(Figuras 10 e 11). FIGURA 10 e FIGURA 11: Fotos do Mutirão. Fonte: Acervo do ECAUS, 2016.

A continuidade do trabalho depende, dentre outros, de recursos financeiros. Embora tenha havido o cuidado de optar por materiais e técnicas alternativas às tradicionais aplicadas à construção civil, a fim de reduzir os custos; não foi possível se abster por completo de materiais como concreto e blocos de piso intertravado, que contribuem para a durabilidade da intervenção, mas a tornam mais onerosa.

Na medida do possível e aproveitando algumas oportunidades, tem-se conseguido obter mais itens para a efetivação da praça. Um exemplo ocorreu no 2º Criadia, que consiste em um evento realizado pelo IF Fluminense, com caráter multidisciplinar, que objetiva estabelecer conexões criativas entre os cursos, dentre eles, Arquitetura, Design e Artes, durante um sábado letivo. Na ocasião, houve uma oficina de Mobiliário Urbano (Figuras 12 e 13), realizada pelo ECAUS e com a orientação de alguns professores, em que os produtos obtidos, isto é, bancos de pallets, serão destinados à praça.



FIGURA 12 e FIGURA 13: construção de mobiliário durante o 2º criadia no IFF. Fonte: Acervo do ECAUS, 2016.

No entanto, ainda serão necessárias outras atividades de captação de recursos e materiais para a finalização do projeto.

### Considerações finais

A experiência obtida com o desenvolvimento do projeto “A praça que queremos” possibilitou um entendimento mais apurado sobre a produção do espaço público através do processo participativo, revelando as potencialidades e dificuldades dos procedimentos adotados e tornando presente o caráter atemporal de um processo não formal e sem financiamento.

Dentre os desafios, um grande contratempo tem consistido na falta de recursos financeiros e materiais necessários à construção da praça, que interfere diretamente na conclusão do trabalho. Há o receio de que essa dificuldade se torne um fator desestimulante para os moradores da comunidade e também para os demais colaboradores desse processo participativo. Acredita-se, portanto, que seja importante manter o diálogo com a comunidade, assim como as ações que visam finalizar a construção da praça.

Apesar dos problemas, o processo de construção colaborativa na comunidade da margem da linha, já permitiu alguns resultados positivos, dentre eles, a aproximação entre os atores sociais e a comunidade acadêmica na discussão, debate, produção e construção referentes aos espaços públicos da cidade.

### Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer imensamente aos moradores da Comunidade Margem da Linha e aos profissionais do Centro Juvenil São Pedro, que nos permitiram a aproximação e a



criação de laços fraternos durante a elaboração do projeto. Aos professores orientadores do projeto Danielly Cozer Aliprandi, Davi Fagundes Leal e Fagner das Neves de Oliveira. Ao corpo docente e discente do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, do campus Campos Centro, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, que está sempre presente nas atividades, arrecadações e mutirões relativos não só à praça como a todas atividades do ECAUS.

### Referências bibliográficas

BODERNAVE, Juan E. Diaz. O que é participação. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1994.

CARVALHO, Ana Clara et al. A “pracinha” na vila – Recuperando um espaço público na Vila Marçola, Belo Horizonte. In: 1º Congresso Internacional Espaços Públicos. Anais... Porto Alegre: Faculdade de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. Educar em Revista. 2008, n.31, pp.213-230. Paraná: Editora UFPR, 2008.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. Ed. 5. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2008.

MIRANDA, Clara Luiza. Como Criar Praças e Fazer Democracia. In: Anais II CONINTER Congresso. Belo Horizonte, 2013.

MOTHÉ, NATÁLIA GUIMARÃES. Dinâmica socioespacial em zona de expansão urbana. Os impactos da implantação de novos empreendimentos na área ao entorno da Avenida Silvio Bastos Tavares em Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, 2011.

OLIVEIRA, D. B. B. et al (2012). À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos. Disponível em: <<http://inculturacao.salesianos.br/artigo-a-margem-da-linha-exclusao-social-x-defesa-e-garantia-de-direitos-apresentado-pelos-educadores-do-centro-juvenil-sao-pedro/>>. Acesso em: 01/11/2016.

PARRILLA, A.; DANIELS, H. Creacion y desarrollo de grupos de apoyo entre profesores. Bialbao: Mensajero, 1998.

THIOLLENT, MICHEL. Metodologia de pesquisa-ação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.



### COLETIVO CULTURAL RESISTÊNCIA GOYTACÁ: OCUPANDO E RESISTINDO AO SOM DE ROCK AND ROLL

*Anderson Luiz Barreto da Silva<sup>91</sup>*

*andersonlbarreto@gmail.com*

*Edimilson Antônio Mota<sup>92</sup>*

*uffmota@gmail.com*

#### RESUMO

O Coletivo Cultural Resistência Goytacá surgiu com uma demanda de uma parcela da sociedade de Campos dos Goytacazes que, não satisfeita com as políticas públicas voltadas ao gênero artístico Rock and Roll, se articulou numa iniciativa popular promovendo a ocupação de um espaço público com shows de artistas locais. Contextualizamos através de um breve histórico, o desenvolvimento do gênero Rock and Roll no mundo, no Brasil e na cidade de Campos dos Goytacazes. Através de uma pesquisa qualitativa utilizando o método de observação participante, realizamos entrevistas e registros iconográficos afim de compreender as motivações que levaram ao surgimento do coletivo e, sob uma perspectiva geográfica, como suas intervenções se apropriam do espaço público por ele utilizado. Concluímos com uma breve análise das transformações históricas deste recorte espacial da área urbana da cidade, bem como o referido espaço se ressignifica até hoje através das ações de seus agentes modeladores, em especial o Coletivo Cultural Resistência Goytacá.

**Palavras-chave:** Espaço Geográfico, Rock and Roll, Coletivo Cultural.

#### Introdução

O presente trabalho analisa o Coletivo Cultural Resistência Goytacá<sup>93</sup>, voltado para a produção de eventos onde músicos e compositores locais do estilo musical Rock and Roll (de qualquer vertente), têm oportunidade de mostrar seus trabalhos realizando shows abertos ao público. Uma das finalidades gerais do coletivo, seria também ressignificar o espaço público da cidade utilizado para tal fim.

Amparados por um arcabouço teórico que trata desde conceituações sobre os coletivos culturais contemporâneos, até uma breve análise do gênero musical Rock and Roll e sua historicidade na referida cidade, palco da presente pesquisa, dialogamos com o espaço urbano como uma categoria geográfica, apresentando seus desdobramentos e imbricações com os

<sup>91</sup>Licenciando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Polo Regional Campos dos Goytacazes.

<sup>92</sup>Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

<sup>93</sup>Encontramos aqui tanto a grafia Goytacá (com y), quanto Goitacá (com i), sendo as duas consideradas ortograficamente corretas, porém, no texto da lei que criou o Dia do Rock Goitacá, a ortografia empregada é a segunda.



grupos sociais e suas ações, bem como as motivações que levaram ao surgimento do Coletivo Cultural Resistência Goytacá; como este coletivo operacionaliza suas intervenções; e por fim, buscamos a compreensão da relevância deste movimento fomentado pelo coletivo tanto para a classe artística local quanto e para a sociedade.

### **Objetivos**

Objetivamos aqui a compreender as relações dinâmicas existentes entre o Coletivo Cultural Resistência Goytacá<sup>3</sup> e a ocupação de um espaço público urbano promovida por ele na cidade de Campos dos Goytacazes, sob uma perspectiva geográfica da categoria espaço.

### **Técnicas de pesquisa**

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo (PRODANOV; FREITAS, 2013. p. 70), onde num primeiro momento, a metodologia utilizada foi a observação participante natural (MARCONI; LAKATOS, 2007. p.90-91) dos processos de construção e realização das ações fomentadas pelo coletivo, interferindo diretamente nesses processos e coletando dados pertinentes a investigação.

A seguir, iniciou-se uma pesquisa bibliográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013. p. 72) baseada em abordagens geográficas dos conceitos de espaço e de espaço urbano e em literaturas correlatas a ações e caracterizações de coletivos culturais.

Num terceiro momento foram realizadas entrevistas não estruturadas com alguns dos sujeitos da pesquisa, e em paralelo a todo esse processo, foram realizados também registros iconográficos (fotografias e vídeos) (PRODANOV; FREITAS, 2013. p. 106- 107) de todos os eventos realizados pelo coletivo até então.

### **Rock and Roll: breve histórico**

O gênero musical Rock and Roll, apesar de ser um estilo altamente polimorfo, com um grande número de vertentes, historicamente tema sua imagem ligada à juventude, à contestação inerente a ela, à transgressão dos padrões e à rebeldia (CHACON, 1982, p. 7).

O Rock and Roll nasceu nos Estados Unidos, no período pós segunda guerra, na década de 1950, como uma derivação da música negra “rhythm and blues”, que era um estilo



de “blues” tocado com guitarra elétrica, ao invés das guitarras semi-acústicas utilizadas à época, somado a outras influências como o country.

No início era uma música de ritmo dançante, de apelo sensual, mas que foi ao longo do tempo ganhando ares de protesto e de contracultura, sofrendo influências e influenciando movimentos como o hippie da década de 1960 e o punk da década de 1970, que traziam consigo um questionamento da superestrutura do sistema nos campos político, cultural e comportamental (CHACON, 1982, p. 10-20).

Aliás, é do movimento punk que o Rock and Roll herdaria o jargão “do it your self”, na tradução livre, “faça você mesmo” (OLIVEIRA, 2011, p. 134), filosofia que foi e é até hoje uma das molas propulsoras do rock independente.

De acordo com o músico e historiador Albert Pavão, em entrevista para o documentário “50 anos do Rock brasileiro – Parte 1: Anos 50 e 60”, o primeiro artista brasileiro a gravar um rock, foi a cantora Nora Ney, em 1956, interpretando uma música chamada “Rock Around the Clock”, do grupo norte americano *Bill Halley & His Comets*, que é considerado por muitos pesquisadores como um marco na história do Rock and Roll mundial.

Mas, foi com álbum “*Estúpido Cupido*”, dos irmãos Tony e Celly Campelo, em 1958 que o rock nacional, cantado em português, deu os primeiros passos.

A relação da cidade de Campos dos Goytacazes com o Rock and Roll, apesar de bastante profícua historicamente, não encontra muitos registros formais, ficando a oralidade como uma das principais formas de transmissão histórica.

Um dos artistas pioneiros do gênero em Campos dos Goytacazes, foi Luiz Ribeiro, vocalista, guitarrista e compositor que em 1972 fundou uma banda chamada Lúcia Lúçifer, corroborando desde o nome com a ideologia transgressora do Rock and Roll, pois a banda não personificava nada de obscurantismos ou religiões pagãs. O nome era apenas uma forma de afrontar, de chocar a sociedade.

Porém, em plena ditadura militar, para conseguir tocar em alguns locais mais conservadores, o artista usava apenas o nome Banda Lúcia, como nos conta o músico baterista e fotógrafo Armando Ribeiro, em entrevista realizada para o presente trabalho.

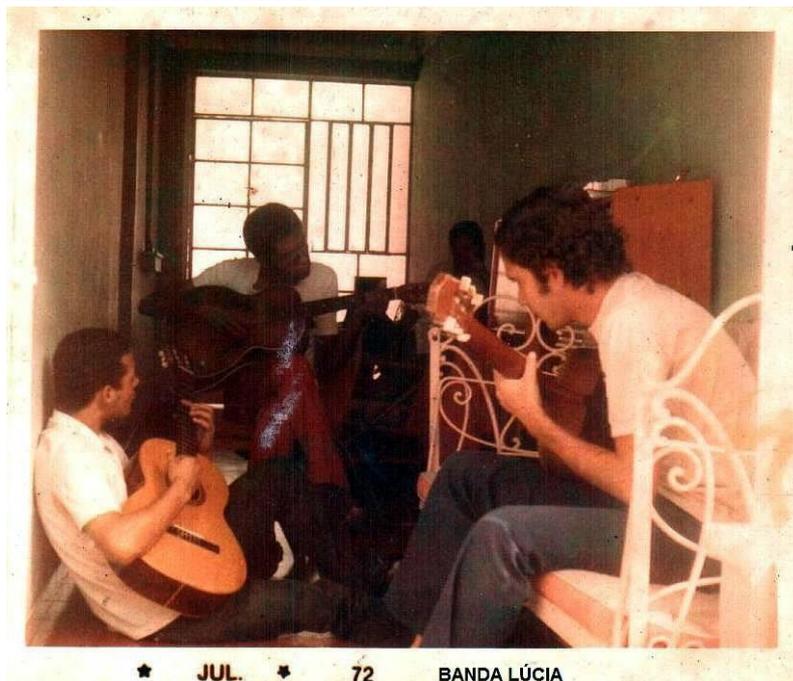


Imagem 01: Banda Lúcia, 1972. Luizz Ribeiro ao centro da foto, de camisa branca e calças vermelhas. Imagem cedida por Armando Ribeiro, à direita na foto (arquivo pessoal).

No ano de 1982, Luizz Ribeiro fundou a Banda Avyadores do Brazyl, que atingiu um significativo alcance regional, se tornando uma das maiores referências locais do gênero, lançando 4 discos autorais, sendo um vinil e três cd's (RANGEL, 2014).

O reconhecimento da importância e influência do músico Luizz Ribeiro, falecido em 2010, na cultura e na música independente campista, levou a criação, por iniciativa popular, de um projeto de lei que oficializava o dia 6 de maio, data de nascimento do músico, como o Dia do Rock Goitacá.

Essa iniciativa popular se transformou na lei municipal nº 8.479, publicada no Diário Oficial do Município em 09 de outubro de 2013, que garantiria em seu texto as seguintes ações dos órgãos competentes: promoção de ações de esclarecimento de temas relacionados ao Rock and Roll; realização de espetáculos dias antes e após a data comemorativa, promovendo as bandas campistas nas diversas praças públicas do nosso município, assegurando a participação da sociedade como um todo; e a implementação de campanhas correlatas ao tema no universo escolar, na semana em que a data fosse celebrada (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2013, p. 1).



### Coletivo cultural Resistência Goytacá

De acordo com Paim (2009), compreendemos os coletivos culturais como sendo

[...] agrupamentos de artistas ou multidisciplinares que, sob um mesmo nome, atuam propositalmente de forma conjunta, criativa, autoconsciente e não hierárquica. O processo de criação pode ser inteira ou parcialmente compartilhado e buscam a realização e visibilidade de seus projetos e proposições. Os coletivos podem ser mais ou menos fechados. Alguns possuem uma formação fixa e determinada internamente, outros, um núcleo central em torno do qual se agregam distintos parceiros de acordo com os projetos em execução (PAIN, 2009, p.66).

As formas de agrupamento de artistas não configuram um movimento recente, porém, na década de 1990, iniciou-se uma nova fase da formação de coletivos onde os contatos e as trocas entre os artistas passava a ocorrer sem a interferência de instituições ou pessoas intermediárias, e isso representava uma forma de garantir a sobrevivência da arte em cidades onde não havia apoio ou incentivo por parte do poder público, em cidades onde existem instituições que restringem e interferem nas produções artísticas/culturais, ou ainda em cidades onde determinados segmentos artísticos não se veem devidamente representados (PAIN, 2009, p.72-73).

Os coletivos culturais contemporâneos podem ser descritos como “associações entre pessoas de várias funções diferentes, com o objetivo comum de desenvolver o cenário artístico e cultural de determinada região” (PAULA; FERREIRA, 2011, p.3).

Assim como boa parte dos coletivos culturais contemporâneos, o Resistência Goytacá, que articula e divulga seus eventos quase que totalmente por meios virtuais, realiza suas ações por meio de ocupações de espaços públicos urbanos.

O coletivo nasceu como um mutirão de artistas e membros da sociedade civil para atender a uma demanda cultural de uma fração da população (artistas e apreciadores) que, de alguma forma, se vê representada por esse segmento artístico que não vinha sendo contemplado por políticas públicas, e que ainda sofre alguns tipos de preconceito e marginalização.

Nas apropriações do espaço urbano como as promovidas pelo coletivo, as formas de que se compõe o espaço preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais de determinados grupos sociais (SANTOS, 2006. p. 67).

Em maio de 2015, com o descumprimento da lei do Dia do Rock Goytacá pelo poder público municipal, um grupo de músicos, profissionais da imprensa e de vários outros

segmentos da sociedade, insatisfeitos com o aparente descaso, produziram então sem nenhum patrocínio nem apoio financeiro, no melhor estilo “faça você mesmo”, o evento/protesto Dia do Rock Goitacá 2015, com shows de 9 bandas locais, promovendo a ocupação da quadra poliesportiva sob o viaduto Leonel Brizola (BARBOSA, 2015).

O referido viaduto inicia-se no centro da cidade, mais precisamente na Avenida Dr. Hélio Póvoa e atravessa a Avenida Alberto Torres (onde se localiza a quadra poliesportiva, objeto da presente pesquisa), a Avenida XV de Novembro, o Rio Paraíba do Sul, a Avenida Francisco Lamego e termina na Rua Salo Brand, no bairro Jardim Carioca, no distrito Guarus.

Nascia assim, nesse recorte espacial central da cidade de Campos dos Goytacazes, o Coletivo Cultural Resistência Goytacá, com o objetivo de lutar pela valorização dos artistas (músicos e compositores) do gênero musical Rock and Roll em suas múltiplas vertentes na referida cidade.



Imagem 02: Público prestigiando o segundo evento do Resistência Goytacá, ocupando o espaço sob o viaduto Leonel Brizola, em 25 de julho de 2015. Fotografia: Rodrigo Abreu Siqueira

Romualdo Braga, professor de história da rede estadual de ensino e um dos articuladores do Coletivo Cultural Resistência Goytacá, nos conta em entrevista concedida para o presente trabalho que, até a presente data, foram realizados cinco eventos, por onde passaram 30 bandas locais. Quatro desses eventos foram realizados mediante ocupação do mesmo recorte do espaço geográfico urbano (a quadra sob o viaduto Leonel Brizola), e um evento foi realizado na Casa de Cultura Villa Maria (Dia do Rock Goitacá 2016), em parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).



O coletivo ainda desempenha uma outra função social em seus eventos, arrecadando alimentos não perecíveis como ingresso simbólico, e repassando esses alimentos a instituições de caridade e movimentos sociais necessitados de apoio, segundo o professor.

### **Ocupações, ressignificações do espaço e seus agentes modeladores**

A Geografia, como ciência que se dedica a compreensão das interações do homem com o meio vivido, considera de seu interesse tanto os objetos geográficos tais como cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha, quanto os sistemas de ações que formam o espaço, mas não estudados de forma separada, e sim como um conjunto interdependente, onde esses elementos interagem de forma constante (SANTOS, 2006. p.46).

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade (SANTOS, 2006. p.46).

Nessa perspectiva, a Geografia considera que a ela cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos (viaduto, quadra) e sistemas de ações (ocupações promovidas pelo Coletivo Cultural Resistência Goytacá) que formam o espaço, considerando-o como sendo formado “por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006. p. 39).

Compreendendo o espaço como um somatório de representações das relações sociais não só do presente, mas também do passado, estruturadas de forma dinâmica, Milton Santos afirma que:

O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

O recorte do espaço urbano analisado no presente trabalho é contemplado por essa premissa, pois o mesmo sofreu inúmeras transformações ao longo da história do município de Campos dos Goytacazes.



Tanto o viaduto Leonel Brizola quanto a quadra poliesportiva localizada sob o mesmo (que foram construídos na década de 2000), já são por si próprios uma nova forma de espacialização, pois essas construções estão localizadas numa área onde até o início do século XIX encontrava-se a Lagoa do Furtado, que interligada ao Rio Paraíba do Sul, serviu como uma espécie de bacia que possibilitou a formação do canal Campos-Macaé (ARAÚJO, 2007. p. 1-2).

O referido canal foi construído por mão de obra escrava entre os anos de 1844 e 1872 sendo até hoje considerado a maior obra de engenharia civil nacional do século XIX e a segunda maior hidrovia artificial do mundo. Pode se dizer que para atender aos interesses econômicos da época, a construção do canal foi a primeira grande transformação daquele recorte espacial através de ação antrópica (ARAÚJO, 2007. p. 2-3).

Posteriormente uma outra transformação espacial marcante neste recorte da cidade se daria através de uma série de obras de urbanização (que levaram a canalização e aterramento do local onde hoje se encontram o viaduto Leonel Brizola e a quadra poliesportiva, objeto da presente pesquisa) realizadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), na década de 1940, visando atender a demandas do perímetro urbano fixado no entorno do canal e às margens do Rio Paraíba do Sul (ARAÚJO, 2007. p. 2).

A quadra poliesportiva ocupada pelo coletivo corresponde aqui a um objeto geográfico imóvel, e os eventos promovidos pelo coletivo correspondem a um dos sistemas de ações que lhe conferem um significado simbólico, e é assim, através da imbricação do concreto com o simbólico que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006. p.39).

Porém, o Coletivo Cultural Resistência Goytacá não é o único grupo social a operacionalizar mudanças de significado neste recorte espacial. São múltiplas as funções e ressignificações que a referida quadra assume mediante aos diferentes usos dos diversos grupos sociais que se apropriam dela.

Podemos considerar como a primeira ressignificação da referida quadra, a apropriação deste recorte espacial por praticantes de *skate*, que construíram rampas e obstáculos de madeira e concreto no interior da quadra para praticar este esporte, descaracterizando a sua funcionalidade inicialmente proposta, voltada a outros esportes.

Pessoas desabrigadas, que constituem um grupo social excluído, também tornaram-se agentes modeladores deste recorte espacial, produzindo e ressignificando seu próprio espaço, transformando a quadra e seu entorno em seu lugar de habitação e de vivência, corroborando



com o que diz Corrêa (1989) ao caracterizar o acesso à habitação na sociedade capitalista como um bem de acesso seletivo (CORRÊA, 1989. p. 29-30).

Por fim, a apropriação do espaço por coletivos culturais, inicialmente por grupos ligados a cultura Hip Hop, como o coletivo *Rima Cabrunco*, e posteriormente pelo Coletivo Cultural Resistência Goytacá, ressignificaram mais uma vez o espaço, resgatando a sua função de lazer e interação social.

Compreendendo a cultura como uma criação coletiva e renovada dos homens, capaz de moldar os indivíduos e definir os contextos da vida social, que são ao mesmo tempo, os meios de organizar e de dominar o espaço, Paul Claval (2007) afirma que ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos sociais. “As identidades coletivas que daí resultam limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço (CLAVAL, 2007. p.61).

Santos (2006), considera o espaço como sendo um conjunto de fixos (elementos fixados em cada lugar, que permitem ações que modificam o próprio lugar, nesse caso específico, a quadra poliesportiva) e fluxos (fluxos novos ou renovados, que são as ações que recriam as condições ambientais e as condições sociais que redefinem cada lugar) (SANTOS, 2006, p. 38).

A interação entre esses fixos e fluxos, expressam a realidade geográfica e é desse modo que juntos surgem como um objeto possível para a geografia (SANTOS, 2006, p. 38).

### **Considerações finais**

Compreendendo o espaço como a soma das formas materiais mais a vida que as anima (SANTOS, 2006, p.66), podemos dizer que, ao ocupar o referido espaço público promovendo shows de rock de artistas locais, além da ação filantrópica de arrecadar alimentos para doação aos necessitados, o coletivo adquire uma importância social e geográfica por propiciar a reapropriação por parte da população daquele recorte espacial, resgatando seu valor como espaço de lazer e de interação social.

O coletivo torna-se importante na produção cultural da cidade na medida que oportuniza aos músicos e compositores um evento bem estruturado, que pode ser assistido por centenas de pessoas, onde esses artistas possam se apresentar de forma autônoma, livre, sem as restrições de estilo e repertório que podem ocorrer em outros locais, ofertando ao público uma rara chance de conhecer esses trabalhos muitas vezes inéditos.



Os movimentos da sociedade como o Coletivo Cultural Resistência Goytacá, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, possibilitando a criação de novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para novos movimentos (SANTOS, 2006. p. 68).

Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas - tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço (SANTOS, 2006. p. 68).

O recorte do espaço ocupado e ressignificado pelo Coletivo Cultural Resistência Goytacá e por outros grupos sociais, nos possibilita fazer uma análise geográfica das complexas formas de uso dos lugares no contexto das cidades, que configuram e reconfiguram a sua organização espacial, também chamada de espaço urbano (CORRÊA, 1989, p.7), de acordo com os usos que lhe são atribuídos.

### Referências Bibliográficas

50 ANOS DO ROCK BRASILEIRO: Parte 1 – Documentário sobre a história do Rock and Roll nacional. Direção: Marcelo Rossi. Produção: Marcelo Rossi. São Paulo: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo – Programa de Ação Cultural, 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-uea0ydf0Hk>>. Acessado em: 12 out. 2016.

ARAÚJO, Francele A.. **Do apogeu ao descaso do canal Campos-Macaé**. In: CIRCUITO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEFET CAMPOS, 4. 2007. *Anais Campos dos Goytacazes*: IFF, 2007. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/CircuitoIC/article/view/1874/1049>>. Acessado em: 12 out. 2016.

BARBOSA, Aluysio. Dia do Rock Goytacá oficializado por Rosinha e ignorado por seus gestores de cultura. **Folha da Manhã onLine**, Campos dos Goytacazes, 18 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.fmanha.com.br/blogs/opinioes/2015/05/18/dia-do-rock-goytaca-oficializado-por-rosinha-e-ignorado-por-seu-gestores-de-cultura/>>. Acessado em: 30 out. 2016.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei n. 8.479, de 09 de outubro de 2013. Institui no calendário municipal o Dia Municipal do Rock Goytacá, a ser comemorado na data de 06 de maio e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes**, Campos dos Goytacazes, 05 nov. 2013. p. 1. Disponível em: <[www.campos.rj.gov.br/up/diario\\_oficial.php?id\\_arquivo=1308](http://www.campos.rj.gov.br/up/diario_oficial.php?id_arquivo=1308)>. Acessado em: 05 nov. 2016.

CHACON, Paulo. **O que é Rock**. 3ª ed. Brasília: Editora Brasiliense. 1982. p. 7-21.



CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC. 2007. p. 61.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática. 1989. p. 7.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas; amostragem e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2007, p.90-92.

PAIM, Claudia. **Coletivos e iniciativas coletivas: Modos de fazer na América Latina contemporânea**. 2009. Tese (Doutorado em Artes Visuais) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 66-73. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17688/000722624.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 26 out. 2016.

PAULA, Isiane de; FERREIRA, Marcelo. **A experiência do Lumo Coletivo na produção musical independente de Pernambuco**. 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0776-1.pdf>>. Acessado em: 22 out. 2016. p.3.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Novo Hamburgo: Ed. Universidade FEEVALE. 2013. p. 70-108.

RANGEL; Gustavo. **Avyadores do Brazil: Rock, Blues, Reggae e afins**. 2014. Disponível em: <<http://avyadores.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 11 out. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1978, p.122-172.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP. 2006, p. 38-66.



### DA RUA PARA RUA: A CENTRALIDADE URBANA DE LAZER *HIP-HOP* NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

Thais Dias de Souza<sup>94</sup>  
thaisdiassouza@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo tem como objeto de estudo o movimento *Hip-hop* e sua respectiva importância em certos grupos juvenis. Partimos do pressuposto que o movimento *Hip-hop* tem importante papel na socialização dos jovens quando o consideramos pelo lazer urbano, mas, também, há o reconhecimento mútuo entre os jovens quanto a sua identidade como parte integrante do movimento que busca estabelecer e consolidar certas ideologias vinculadas a periferia e aqueles excluídos socialmente. Deste modo, propomos neste projeto, uma análise das influências da cultura urbana e as formas de organização destas no espaço, ou seja, as centralidades urbanas de lazer, destacando o movimento *Hip-hop* do Norte Fluminense, mais especificamente, na cidade de Campos dos Goytacazes, sua territorialidade e as influências.

**Palavras-chaves:** Hip-hop; Centralidade urbana de lazer; internet.

#### Introdução

Dentre os diversos movimentos sociais urbanos contemporâneos, atribui-se importância ao movimento *Hip-hop* e sua relevância na socialização dos jovens a partir de grupos sociais. Considera-se tanto sua característica atrelada ao lazer urbano como seus aspectos identitários. Para este último, destaca-se o reconhecimento mútuo entre os jovens e a construção de sua identidade como parte integrante do movimento social que busca estabelecer ideologias vinculadas às áreas periféricas pobres das cidades em relação com aqueles socialmente excluídos.

Desse modo, analisam-se as formas de sociabilidade – tanto para aquelas presenciais como para as mediadas pela Internet – as influências da cultura urbana e as formas de organização no espaço geográfico no processo de reforço e apropriação das centralidades urbanas pelo movimento *Hip-hop* do Norte Fluminense, mais especificamente, na cidade de Campos dos Goytacazes. Afere-se que a imbricação das relações mediadas pela Internet com aquelas presenciais se trata de uma forma dialeticamente contraditória de produção do espaço urbano e da cidade e de uma ferramenta de articulação do movimento *Hip-hop*, o que torna

<sup>94</sup> Graduanda em Geografia na Universidade Federal Fluminense, UFF.



possíveis os encontros, as festividades e o desenvolvimento e divulgação das ideologias do grupo.

Conjecturamos desenvolver uma metodologia de pesquisa que buscou analisar e entender os fenômenos culturais e existenciais que levam os jovens a participar das atividades ligadas ao *Hip-hop*, o seu modo de apropriação do espaço urbano, suas diferentes formas de representação e como esta dinâmica social pode produzir uma singularidade espacial importante na construção da totalidade urbana.

Procuramos entender não só as relações dentro do movimento *Hip-hop* e como estas são desenvolvidas no espaço urbano e como modificam a cidade pelas áreas que exercem centralidade de lazer juvenil, mas também, averiguar como as relações mediadas eletronicamente disseminam o movimento pela Internet e transformam a rede em ferramenta de articulação do movimento.

Desta forma, conjecturamos contribuir com a discussão sobre sociabilidade juvenil, centralidade e territorialidade do movimento *Hip-hop* na cidade de Campos dos Goytacazes. Buscamos a identificação das áreas que exercem centralidades urbanas atreladas às atividades do movimento *Hip-hop* – o *Break*, que é a dança, o *Grafito* que é a arte visual do movimento e tem como função a demarcação territorial, o *MC (MastersofCeremony)* este possui a arte de rimar, este, sendo o responsável pelo *Rap (rhythmandpoetry)*, que é a música do movimento e o *DJ* que é o responsável pela criação do som – na cidade de Campos dos Goytacazes. Propomos como imprescindíveis para identificação em que medida as relações dinâmicas dos internautas ligados ao movimento *Hip-hop* em Campos dos Goytacazes podem reforçar os modos de apropriação do espaço urbano e as centralidades urbanas de lazer, especificamente, a batalha de *MC's*.

### **Metodologia de Pesquisa**

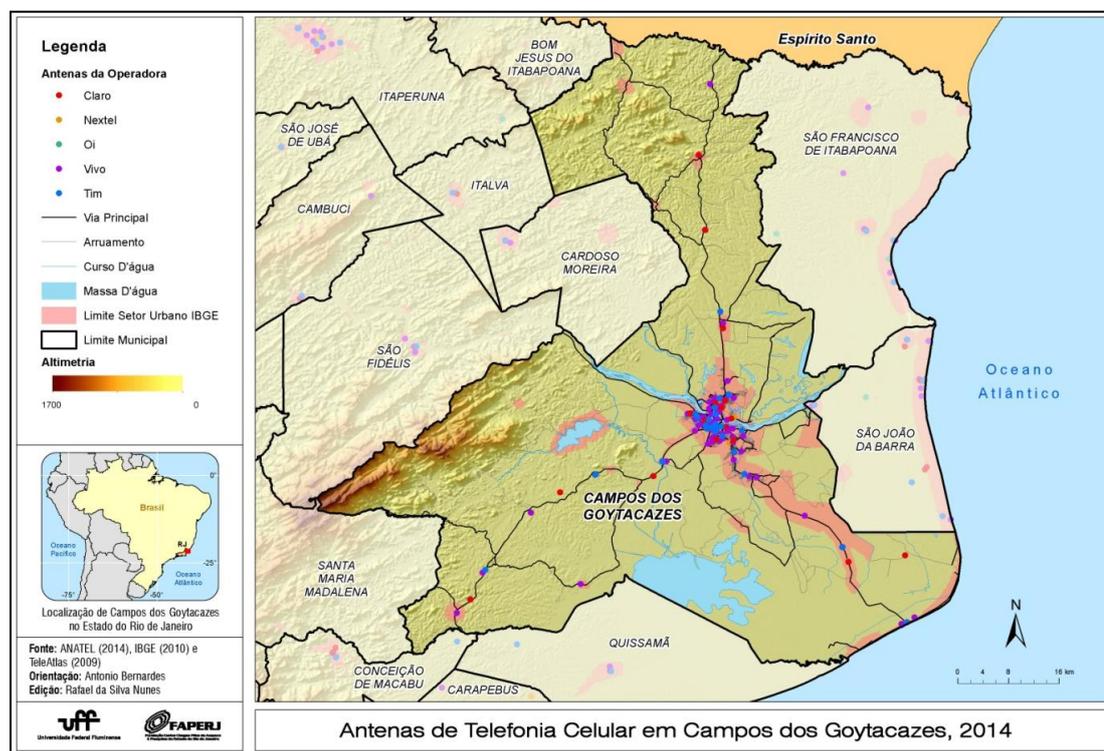
O objetivo geral desta pesquisa foi descrever, entender e analisar as dinâmicas e as relações dos jovens com o movimento *Hip-hop* na cidade de Campos dos Goytacazes, assim como, o seu modo de apropriação do espaço urbano, suas diferentes formas de representação e como esta dinâmica social pode reforçar as centralidades urbanas de lazer.

Para a realização desta pesquisa foi imprescindível à identificação dos espaços que exercem centralidades urbanas atreladas às atividades do movimento *Hip-hop* (*Break*, *Grafito*, batalha de *MC's*) na Cidade de Campos dos Goytacazes como também a identificação dos

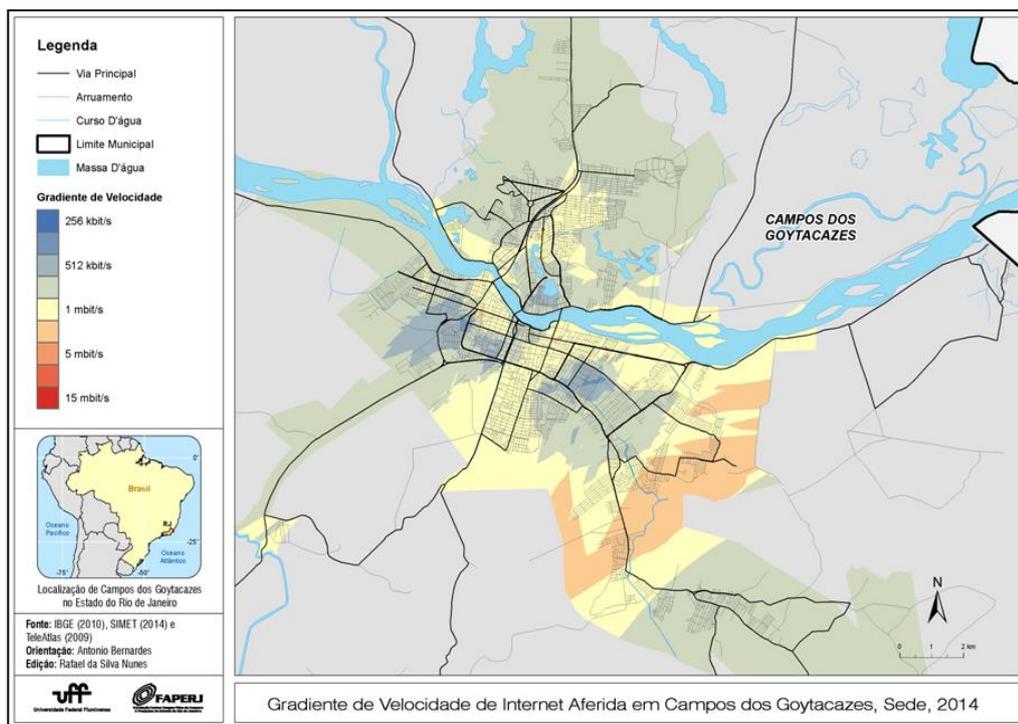
objetos técnicos que fazem parte do sistema de telecomunicação, assim como as áreas que tem maior e melhor qualidade dos serviços tanto para telefonia móvel quanto para rede de internet.

Entendemos a necessidade de estudar essas redes técnicas para identificarmos em que medida os sujeitos do movimento *Hip-hop* utilizam a internet para articulação do movimento. Também analisar o uso da internet no decorrer do evento e se essa utilização reafirma a centralidade do movimento Hip-hop.

Para tanto, fizemos o levantamento de dados da rede de telefonia móvel e da rede de internet das cidades de Macaé e Campos dos Goytacazes junto ao IBGE e a ANATEL para realização do mapeamento. Foram coletadas informações sobre a distribuição das antenas das prestadoras de serviço de telefonia móvel, o raio de abrangência do sinal de cada uma delas e a distribuição da qualidade do sinal de Internet na cidade.



Mapa 1 - Antenas de Telefonia Celular em Campos dos Goytacazes – 2014. Fonte: Bernardes, 2014.



Mapa 1 - Gradiente de Velocidade de Internet Aferida em Campos dos Goytacazes - 2014. Fonte: Bernardes, 2014

Tomamos como base empírica para o estudo de um coletivo – conjunto de pessoas que possuem interesses em comum e que buscam um mesmo objetivo – ligado ao movimento *Hip-hop* em Campos dos Goytacazes, o Rima Cabrunco. O coletivo utiliza espaços públicos na área central das cidades para realização de suas manifestações de cultura e lazer. Também fazem uso das redes sociais mediadas pela Internet como ferramenta de promoção de seus eventos e conscientização dos jovens.

Pensamos ser possível analisar os fenômenos culturais e existenciais que levam estes jovens a participar das atividades ligadas ao *Hip-hop* e estabelecer relações dos internautas e dos sujeitos do movimento *Hip-hop* de Campos dos Goytacazes e compreender o movimento e suas inter-relações com o meio social e cultural.

Nesta primeira fase da pesquisa foram diagnosticadas as centralidades urbanas causadas pelo movimento *Hip-hop* e a análise dos fenômenos culturais e sociais existentes nas territorialidades *Hip-hop*, assim como, a observação sistemática e análise dos locais pré-selecionados por meio das redes sociais, além de registros fotográficos.

Foram realizados trabalhos de campo no período de janeiro de 2014 a abril de 2015, onde foi priorizada a observação sistemática que teve como finalidade de mapeamento das centralidades urbana de lazer *Hip-hop* e suas relações com as redes sociais, assim como, a importância que essas redes têm para a promoção do lazer.



Em segundo momento da pesquisa percebemos que a identidade *Hip-hop* é uma expressão, e quer notoriedade na cidade. Deste modo percebemos que o grupo juvenil se apropria dos espaços urbanos, ainda que por diversas vezes sejam ignorados pelo setor público, e expõe sua cultura. Percebemos também como os sujeitos do movimento *Hip-hop* se articulam e se comunicam em diversas cidades. Nesse ponto a internet tem papel fundamental para um maior alcance das informações ligadas ao movimento e na promoção da troca de experiências mais rapidamente. Não só de forma virtual como também física os sujeitos do movimento *Hip-hop* campista frequentam e auxiliam diversos eventos de *Hip-hop* pela região Norte Fluminense.

Por tanto a observação sistemática das *fanpages* e de grupos de discussão no Facebook foi a concomitante abordagem *in loco*, destacadamente, nas batalhas de *MC*'s. Foi possível entendê-los e interpretá-los através do conjunto de significados e ideologias que os sujeitos cambiam entre si e o modo como se apropriam de locais na cidade de Campos dos Goytacazes. Constata-se que ora, reforçando centralidades urbanas e ora criando centralidades de lazer, mesmo que efêmeras.

### 1. Rima Cabrunco: o movimento *hip-hop* em Campos dos Goytacazes

Um dos principais elementos a ser considerado para o entendimento do espaço urbano são os locais que exercem centralidade. Nele, pode haver a atração ou repulsão de atividades econômicas, sociais, políticas e culturais de acordo com suas características.

[...] aqui ou ali, uma multidão pode se reunir, objetos amontoarem-se, uma festa ocorrer, um acontecimento, aterrorizante ou agradável, sobrevir. Daí o caráter fascinante do espaço urbano: a centralidade sempre possível. (LEFEBVRE, 1999, p.121)

A centralidade é “sempre possível”, pois “não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade” (LEFEBVRE, 1999, p.93). Contudo, deve-se considerar que ambos os modos de entender as centralidades urbanas não se excluem, combinam-se dialeticamente. Mesmo aqueles eventos em que há a reunião de pessoas para o exercício de determinada atividade, não exclui o fato de eles ocorrerem num local carregado de intencionalidades, pois a própria cidade como uma construção social é intencional.



A diferença entre ambas as concepções reside no fato de que a centralidade mais fluída e ocasional pode não ser explicitamente deliberada, mas, o simples fato de ocorrer no espaço urbano já indica sua condição. Ela é determinada e determinante, pois é uma forma objetiva e material das contradições urbanas. Entende-se que é justamente essa contradição que o movimento *Hip-hop* busca explorar como um modo de contestação social.

As atividades desenvolvidas pelo movimento *Hip-hop* (Break, Grafite, batalha de *MC's*) em Campos dos Goytacazes tendem a se apropriar de locais centrais em determinados dias da semana e em horários muito específicos. O local mais comum para o encontro é o centro da cidade por ser o ponto de encontro das principais linhas de transporte público da cidade e possui um caráter simbólico, porque histórico e concentra as atividades de comércio e serviços da cidade. A apropriação do movimento *Hip-hop* na área central de Campos dos Goytacazes indica não só uma forma de contestação quanto às desigualdades socioeconômicas e espaciais, mas também a tentativa de modificação da paisagem cultural da cidade.

O *Hip-hop* busca se apropriar do espaço urbano pelas centralidades, principalmente, pelo viés simbólico, sociocultural, indicando um lugar. Esse movimento reforça a centralidade e, ao mesmo tempo, busca resignificá-la como uma centralidade urbana de lazer. Esse tipo de centralidade é entendido como algum local demarcado que reúne a prática de determinada atividade, reunindo pessoas que não tem acesso ao lazer em outras áreas da cidade.

Deste modo, não se pode considerar que as centralidades urbanas vinculadas ao movimento *Hip-hop*, são estritamente marcadas e deliberadas pela lógica comercial, ou melhor, não é somente por ela condicionada. Deve-se considerar, também, seu caráter mais fluído tendo como parâmetro a sociabilidade entre os sujeitos que promovem o movimento.

A sociabilidade é o local onde a interação sai da sinuosa solenidade e regras e adentra o campo da conversa desprestenciosa, do envolvimento afetivo. Realiza-se por meio da esfera cultural que torna possível a união das formas associativas que existem de fato.

Simmel compreende a sociabilidade como uma forma, dentre outras possíveis, de sociação. Mas tem uma especificidade que a torna peculiar: apresenta-se emancipada dos conteúdos, apenas como forma de convivência com o outro e para o outro. Se uma sociação qualquer implica o agrupamento em torno da satisfação de interesses, uma finalidade qualquer, na sociabilidade encontramos uma relação na qual o fim é a própria relação; o que vale é a pura forma e é por meio dela que se constitui uma unidade. (DAYRELL, 2004, p. 9)

A sociabilidade é uma construção social e para Simmel (1917) a reunião de pessoas porque desejam estar juntas sem qualquer outro objetivo além deste, é a sociabilidade.

No campo da sociabilidade, os indivíduos se satisfazem em estabelecer laços, os quais têm em si mesmos a sua razão de ser. É o que vemos acontecer nas relações que os jovens pesquisados estabelecem com o grupo de pares, sejam eles os "chegados" do hip hop, a galera do funk ou os parceiros da capoeira.(DAYRELL, 2004, p. 10)

A batalha de *MC's* em Campos dos Goytacazes surge pela necessidade que os sujeitos do movimento *Hip-hop* campista perceberam de ter eventos do movimento pela cidade. Até então os adeptos ao *Hip-hop* em Campos frequentavam batalhas de *MC's* de outros municípios próximos a Campos.

Em 2011 decidiram criar uma batalha de *MC's* campista que deram o nome de Rima Cabrunco, que se refere à forma que os *MC's* improvisam letras de *Rap* e cabrunco é uma expressão local. O Rima Cabrunco é uma roda cultural para ser um local de encontro, de troca de informações, de divertimento. Primeiramente a roda surgiu com intuito de agregar os *MC's* locais, porém com o passar dos encontros os organizadores perceberam que a cultura urbana tem diversas tribos diferenciadas e começaram a dialogar com outros grupos, como por exemplo, os skatistas e os seguidores do rock *underground*. Assim, o Rima Cabrunco se transformou segundo seus organizadores em um palco aberto para a cidade que todos podem expor sua arte.



Figura 1 - Roda Cultural Rima Cabrunco, Campos.

Esse encontro cultural de todas as vertentes urbanas tem como ponto de encontro na quadra de esportes Hugo Oliveira Saldanha localizada embaixo do viaduto da Ponte Leonel Brizola no centro de Campos dos Goytacazes conhecido como “Ponte da Rosinha”. Nesses

encontros ocorrem várias atividades simultâneas como basquete, malabares<sup>95</sup>, a pratica de skate, a batalha de *MC's*.

A batalha de *MC's* é composta de uma biblioteca comunitária onde todos os frequentadores e visitantes das batalhas podem deixar suas doações de livros e a locação desses livros acontece de forma gratuita. Eles criaram um mural de fotos que denominam de Facebook da rua, onde são expostas fotos dos eventos e da cidade de Campos dos Goytacazes que foram tiradas por frequentadores das batalhas. Além das batalhas de *MC's*, outros elementos do *Hip-hop* se fazem presente na Rima Cabrunco, como por exemplo, o grafite.



Figura 3 - Mural de fotos da Rima cabrunco: "Facebook da Rua", Campos dos Goytacazes/RJ, 2015.

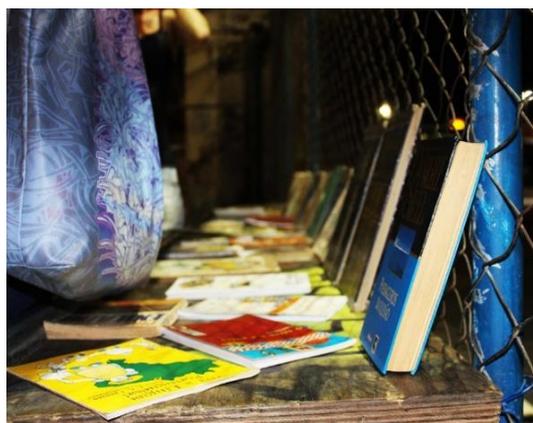


Figura 2 - Biblioteca Comunitária da Rima Cabrunco, Campos dos Goytacazes/RJ, 2015

Na *fanpage* da Rima Cabrunco no Facebook, os organizadores afirmam que a roda cultural tem por objetivo a integração social através da cultura urbana, acontecem batalha de *MC's*, onde os *MC's* discorrem sobre temas dado na hora, pelo público (FACEBOOK, 2015). Eles se definem como uma jaula cultural da cidade e como um ponto de encontro saudável paraos jovens. Eles relatam que sempre ocorrem coisas novas a cada encontro e que são sempre surpreendidos com as trocas que ocorrem nos eventos. O Rima Cabrunco funciona também como palco para artistas emergentes apresentarem seus trabalhos e trocarem ideias com outros artistas (FACEBOOK, 2015).

Cabe aqui entendermos o conceito de juventude já que estamos falando de um grupo social específico formado por jovens. Sobre juventude Dayrell (2005) argumenta que o conceito tem duas vertentes, que seriam a geracional e a classista. A geracional entende a

<sup>95</sup>Arte de lançar objetos e mantê-los no ar, ou manipular objetos com destreza.Pode ser praticado com diferentes objetos, incluindo bolas (mais comum), claves (parecidos com pinos de boliche), anéis, diabolos, swing poi, ou até mesmo objetos "não-malabarísticos" como laranjas, bolas de meia, celulares, objetos de escritório, etc.



juventude como uma fase da vida que destaca a busca de características homogêneas pertencentes à cultura juvenil, com as especificidades dessa geração.

Autores dessa vertente acreditam que a juventude é um momento físico e psicológico do homem, uma fase definida através de faixa etária e termos biológicos, um momento de preparação para a vida adulta, uma busca pela independência. Porém o conceito de juventude dessa vertente se descuida quanto às feições culturais, históricos, socioeconômicos e espaciais da juventude. Sendo esses aspectos de suma importância para definir o que é ser jovem e que tipos de jovens são no espaço geográfico.

Já para a vertente classista segundo Dayrell (2005), a juventude trata-se de um conjunto social diversificado por conta das diversas classes sociais existentes em nossa sociedade existe uma diversidade de reprodução cultural e social. Isso faz com que as desigualdades sociais caracterizem as culturas juvenis tornando-as uma cultura de classe sempre com viés de resistência, resignificando espaços. Porém essa vertente não leva em conta aspectos importantes como espaço, tempo e culturas relacionadas às questões de gênero e raciais.

Se opondo as duas vertentes Sposito (1999) argumenta que as duas vertentes conceituam juventude como algo que não se modifica ao longo do tempo e a autora relata que ser jovem é uma condição que varia ao longo do tempo e que pode variar de acordo com a sociedade em questão.

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda. Assim se nos anos 60, a juventude era um “problema” na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos ético e culturais, a partir da década de 70 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira no estudo sobre a juventude, quase transformando-a em categoria econômica (SPOSITO, 1997, p.38).

Do povo para o povo, da rua para rua são os jargões que os organizadores das batalhas utilizam para definir o Rima Cabruno. A roda começou a ser articulada por Luiz Claudio, conhecido como Sativa’Mente, Felipe flow, Fábio Dyrua e outros *MC’s* locais que se reuniam para trocar ideias e rimar. Em um desses encontros os *MC’s* falavam sobre suas experiências em batalhas de *MC’s* de outras cidades e regiões, e então surgiu o questionamento: “por que não ter uma roda rima em Campos? ”.



O *Hip-hop* trás uma pluralidade musical junto à cultura dos jovens periféricos que vão se espacializando pela cidade e traçando o que Rogério Haesbaert (2005) define como estratégias territoriais: os mecanismos utilizados para determinar os espaços, tanto por uma apropriação material e simbólica, quanto por domínio jurídico-político de uma área geográfica.

Segundo Carlos (2001, *apud* Oliveira, 2012, p. 4) “o *Hip-hop*, ao criar estratégias territoriais, afirma a identidade fundada na prática social e assim construir uma politização dessas identidades. ”. As reivindicações dos direitos dos jovens negros pobres politizam o movimento *Hip-hop*, o que o torna importante para os movimentos sociais negros em geral.

Salientamos que o conceito de identidade para Bauman é que:

A identidade – sejamos claros sobre isso – é um “conceito altamente contestado”. Sempre que se ouvir essa palavra pode se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega (BAUMAN 2005, p. 83).

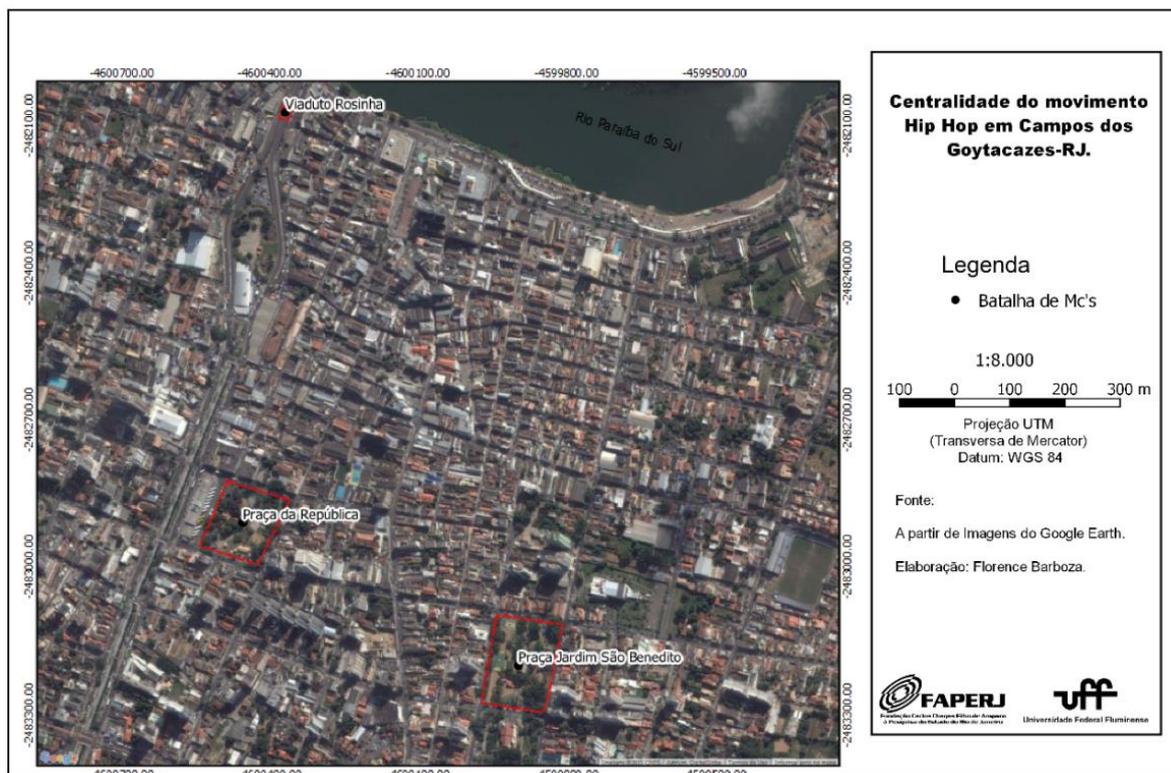
Já para Hall (1997) o conceito é bastante complexo:

O próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto a prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas (HALL, 1997, p. 9).

Para Castells (2006) a identidade é formada por diversos significados e experiências de uma sociedade, que decorre de um processo de construção de significados com viés cultural. Essa construção de identidade acontece em um contexto social que perpassa por relações de poder e de pertencimento do sujeito com um determinado grupo. Concordamos com Castells ao percebermos como os sujeitos do movimento *Hip-hop* criam afinidade com o



movimento e com os outros pertencentes ao movimento.



Mapa 3 – Centralidade do movimento *Hip-hop* em Campos dos Goytacazes.

As batalhas de *MC's* aconteciam primeiramente de 15 em 15 dias aos sábados debaixo do viaduto da Rosinha. As batalhas são duelos entre dois *MC's* e são divididas em dois blocos, o primeiro chama-se batalha de sangue que tem por intuito denigrir o adversário verbalmente, e o segundo bloco são as batalhas temáticas onde o público interage sugerindo o tema a ser versado e um quadro de palavras onde o *MC's* tem que criar uma rima com todas as palavras contidas no quadro.

Em 2012, as batalhas ficaram enfraquecidas e o movimento ficou destoado de forma que quase não eram mais realizados eventos. Os poucos eventos aconteciam na Praça São Salvador, porém não tiveram muito sucesso. Com o objetivo de retomar as batalhas e fazer o movimento ter maior visibilidade as rimas retornaram ao viaduto da rosinha.

Em 2014 os organizadores resolveram realizar batalhas em outros pontos centrais da cidade a fim de promover a roda cultural. O primeiro local escolhido foi o Jardim São Benedito, importante praça em área central da cidade. Essa praça tem em seus arredores

Mapa 2 - Centralidade do movimento *Hip-hop* em Campos dos Goytacazes imóveis residências e é conhecida por ser uma região mais elitizada do centro de Campos dos



Goytacazes. O segundo local selecionado foi a Praça da República localizada atrás da Rodoviária Roberto da Silveira no Centro de Campos dos Goytacazes/RJ.

Segundo *MC's* do movimento local quando as batalhas começaram não existiam muitos aparatos eletrônicos, tudo era feito de forma bastante simples e na dificuldade como os mesmos relatam em conversas informais. E hoje as batalhas contam com aparatos eletrônicos e premiações muitas vezes fornecidas por lojas e microempreendedores que acreditam na ideia da roda cultural de trazer mais eventos culturais e promoverem a cultura campista.

Os *MC's* de Campos dos Goytacazes dialogam com *MC's* de diversas cidades e regiões e isso se tornou mais fácil com a inserção da internet. Através das redes sociais os *MC's* campistas conseguem trocar informações, divulgar seus eventos e ganhar visibilidade na região Norte Fluminense. Resultado disso é o intenso dialogo que os organizadores da Rima Cabrunco têm como os organizadores do coletivo Culturap<sup>96</sup> em Macaé.

Os organizadores da Rima Cabrunco destacam a importância da internet para a promoção de seus eventos e relatam que através do Facebook conseguem comunicar-se com pessoas de outras localidades, trocarem ideais de música e ficam informados de eventos e batalhas da região para que possam participar. Esses *MC's* divulgam a roda cultural através de sua *fanpage* e grupo no Facebook, e possuem também um canal<sup>97</sup> no Youtube<sup>98</sup>, que se trata de um site de compartilhamento de vídeos, onde compartilham trechos das batalhas e músicas autorais.

Os frequentadores da Rima Cabrunco relatam que fazem uso da rede social para decidir qual evento ir, além de utilizarem a *fanpage* e o grupo do Facebook da roda cultural para “trocar ideia” sobre assuntos relacionados ao movimento *Hip-hop* e suas respectivas vivências nele.

Os organizadores do Rima Cabrunco e diversos *MC's* da cena local participam de eventos ligados a cidadania promovido por grafiteiros da cidade, como os mutirões de grafites realizados em bairros periféricos da cidade de Campos dos Goytacazes. Percebemos uma delimitação do território *Hip-hop* na cidade não somente por conta das batalhas que ocorrem, mas também pela apropriação do grafite na cidade.

<sup>96</sup> A CulturapStore – loja especializada em artigos de *Hip-hop* do coletivo Culturap - fornecem diferentes premiações de sua loja para os ganhadores das batalhas de *MC's* da Rima Cabrunco. Além dessa loja a roda de rima consegue apoiadores de outros segmentos comerciais de Campos dos Goytacazes para colaborarem na promoção dos eventos e nas premiações das batalhas.

<sup>97</sup> A ideia é idêntica à da televisão, em que existem vários canais disponíveis. A diferença é que os canais são criados pelos próprios usuários, onde podem compartilhar vídeos sobre os mais variados temas.

<sup>98</sup> O termo vem do Inglês “*you*” que significa “você” e “*tube*” que significa “tubo” ou “canal”, mas é usado na gíria para designar “televisão”. Portanto, o significado do termo “youtube” poderia ser “**você transmite**” ou “**canal feito por você**”.



Atualmente as batalhas de *MC's* ocorrem semanalmente as sextas-feiras na quadra de esportes debaixo do viaduto da Rosinha, no Centro de Campos. Outras batalhas ocorrem esporadicamente pela cidade sempre com intuito de maior alcance dos jovens quanto ao conhecimento cultural, cidadania e ao movimento *Hip-hop*.

[...] foi com os moleque do rap que essa ideia se formou/trazer os bagui pra cá e fazer virar isso por amor! / dá mais valor pro que nós tem / Dizzy e Função tramparam. Revulusom da antiga. / Foi na quadra do viaduto, chegou na Praça da Bíblia/ geral na palma da mão, nem tinha caixa de som na praça São Salvador o pastor pregava a unção, 'voltamo' pro viaduto, 'mei' que desenhando tudo hoje em dia é na rodô que acontece o Rima CabruncoRoda cultural, movimento marginal que tu sente o hiphop e ainda leva um livro legal aqui quem faz é Dyrua com o Flow original eu sou o moleque Sativa. Desde o início e é sem final, quem apoia nós não esquece. E Prefeitura, vêlegal! (VIBEZEN - Rima Cabrunco, 2015)

Desta forma, percebemos a importância das redes sociais mediadas pela Internet como uma forma de estabelecer locais de encontros, promover eventos de batalhas de *MC's*, contextualizar discussões com pautas importantes para o movimento. A disseminação do movimento pela Internet consegue alcançar pessoas de diversos pontos da cidade e até mesmo de outras regiões.

Nesse viés, os próprios organizadores das batalhas de *MC's* relatam que é através das redes sociais que ganham maior visibilidade. É importante destacar que a maior ferramenta de divulgação dos trabalhos do Rima Cabrunco é o Facebook. Através dele que os frequentadores dos eventos de *Hip-hop* decidem para qual evento ir, além de utilizarem as *fanpage* e grupos do Facebook da Rima Cabrunco para “trocar ideia” sobre assuntos relacionados ao movimento *Hip-hop* e suas respectivas vivências nele.

Dessa forma percebemos que o internauta do Facebook muitas vezes é o *MC* da Batalha, o grafiteiro, o dançarino de *break* ou mesmo um espectador. Com isso não se pode afirmar que as relações mediadas eletronicamente substituam as presenciais e sim que se imbricam e desenvolvem particularidades. E, contraditoriamente, ao fazê-las, reforçam as centralidades urbanas ao resignificá-las.

## 2. Considerações Finais

Pela análise acerca do movimento *Hip-hop* e sua importância na socialização dos jovens, a territorialização do espaço urbano, seus aspectos identitários, principalmente, o reconhecimento mútuo entre os jovens e a construção de sua identidade como parte integrante



do movimento *Hip-hop* que busca estabelecer ideologias vinculadas à periferia e aqueles socialmente excluídos foi possível indicar algumas dinâmicas sociais e espaciais que se objetivadas, destacadamente, o modo como essas redes reforçam as centralidades urbanas existentes no espaço.

O estudo das áreas que exercem centralidades urbanas de lazer foi a que nos aproximou para o entendimento das dinâmicas sociais e as formas de sociabilidade (tanto para aquelas presenciais como para as mediadas pela Internet), as influências da cultura urbana e as formas de organização no espaço destacando o movimento *Hip-hop* no Norte Fluminense, mais especificamente, na cidade de Campos dos Goytacazes, suas territorialidades e as influências.

Selecionamos Campos dos Goytacazes, que é uma cidade média do interior do Estado do Rio de Janeiro e vivenciou processos de modificações nos setores de serviço, comércio, econômico, e com isso o espaço urbano dessa cidade vem se modificando nos últimos anos. Essas alterações foram conectadas a uma ampla diversidade cultural que produzem novas territorialidades legitimadas ao aparecimento ou crescimento de umas identidades.

Identificaram-se nesta pesquisa diversas comunicações e ações do movimento *Hip-hop* a respeito do direito à cidade. Percebemos a apropriação do espaço pelo movimento *Hip-hop* não somente de forma física com as batalhas de *MC's*, mas, também, visual por meio do grafite, delimitando o território *Hip-hop* na cidade.

Podemos então pensar a Internet como uma extensão das atividades que acontecem no espaço urbano. Os acontecimentos “reais” são prolongados na rede e vice e versa. A Internet como ferramenta de articulação do movimento *Hip-hop* tornando possíveis encontros, debates e festividades. Percebemos que as relações dinâmicas dos internautas ligados ao movimento *Hip-hop* em Campos dos Goytacazes reforçam os modos de apropriação do espaço urbano e as centralidades urbanas de lazer, especificamente, a batalha de *MC's*. Notamos assim a consolidação nas redes e pelo espaço geográfico de uma centralidade *Hip-hop* em Campos dos Goytacazes.

### 3. Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BERNARDES, A. H. **Desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa**: Centralidade urbana de lazer noturno e relações de interface. Relatório de atividades – auxílio à pesquisa 1 – APQ 1. FAPERJ, 2014.



CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. 5º ed. São Paulo: Paz e terra, 2006.

DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DAYRELL, J. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**. Observatório da juventude, 2004.

FACEBOOK. **Fanpage Rima Cabrunco**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/rimacabrunco campos/?fref=ts>> Acessado em: 04 de Janeiro, 2015.

FLOW, F; SATIVA'MENTE. **Rima Cabrunco**. In: VIBE ZEN. Campos dos Goytacazes, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/rimacabrunco campos/videos/1006272116102204/>

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – março de 2005 – USP**.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2002.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OLIVEIRA, D. A. de; **Juventude e territorialidades urbanas: uma análise do hip hop no rio de janeiro**. Revista de Geografia - PPGEIO - v. 2, nº 1. 2012.

SIMMEL, G. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Jorge Zahar Editor, 1917.

SPOSITO, M. E. B. Juventude e Educação. **Educação em Revista (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 26, p. 7-14, 1999.

SPOSITO, M. E. B. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: n.5, p. 37-52, 1997.



### **GRAFFITE, PICHAÇÃO E STENCIL: marcas de resistências, existências e experiências na paisagem por sujeitos cultural/autônomos em Campos dos Goytacazes entre 2011 e 2016**

*Helio dos Santos Passos  
hs.passos2@gmail.com*

#### **RESUMO**

Na paisagem da cidade identificamos elementos concretos e simbólicos das experiências e vivências de sujeitos autônomos e/ou inseridos em grupos sociais. Os elementos concretos representados pela arquitetura, topônimos, esculturas/bustos marcam as vivências de grupos sociais hegemônicos. Enquanto os elementos simbólicos, esses efêmeros, inseridos na paisagem por sujeitos e/ou grupos sociais marginais nem sempre são percebidos e mesmo quando são percebidos, nem sempre são compreendidos. O foco do trabalho está na análise dos elementos simbólicos impressos na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, elaborados a partir das intervenções dos sujeitos inseridos nos movimentos autônomos entre 2011 e 2016, quando identificamos os *graffites*, *stencils* e *tags*<sup>99</sup> sendo gradativamente inseridos na paisagem, dando visibilidade aos seus autores.

**Palavra-chave:** Graffiti; Pichação; Stencil; Paisagem; Campos dos Goytacazes.

#### **Introdução**

Na paisagem da cidade identificamos elementos concretos e simbólicos das experiências e vivências de sujeitos autônomos e/ou inseridos em grupos sociais. Os elementos concretos/simbólicos representados pela arquitetura, topônimos, esculturas/bustos marcam as vivências de grupos sociais hegemônicos. Enquanto os elementos simbólicos/imagéticos, esses efêmeros, inseridos na paisagem por sujeitos e/ou grupos sociais marginais nem sempre são percebidos e mesmo quando são percebidos, nem sempre são compreendidos. O foco do trabalho está na análise dos elementos simbólicos impressos na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, elaborados a partir das intervenções dos sujeitos inseridos nos movimentos marginais entre 2009 e 2016.

Identificamos a partir deste recorte, os *graffitis*, *stencils* e as *tags* sendo gradativamente inseridos na paisagem, dando visibilidade aos seus autores. Os movimentos marginais se dividem em dois grupos: os que reivindicam o incentivo à cultura por parte da

---

<sup>99</sup> Grifo nosso



gestão municipal e o outro grupo que atua como "fora da lei", decretado pelas autoridades como uma ação de crime contra o patrimônio. Contudo, esses grupos têm pontos em comum: a) o uso da tinta para expressar suas experiências/existências e resistências no espaço e b) as disputas pelos espaços da cidade com agentes hegemônicos refletindo na paisagem urbana.

O município de Campos dos Goytacazes vem passando por significativas transformações que datam da implementação de projetos econômicos regionais de exploração petrolífera na Bacia de Campos na década de 1970 (PIQUET, 2003) e de forma mais intensa, a partir da promulgação da Lei do Petróleo, quando o município passou a ser beneficiado pelas rendas advindas de royalties e participações especiais da indústria petrolífera (MIRANDA, 2003). Esses grandes projetos são orientados por políticas estaduais e/ou nacionais, em especial aquelas relacionadas às atividades petrolíferas, por instalação de empreendimentos logísticos e por empreendimentos imobiliários e hoteleiros que produzem efeitos na organização interna das cidades.

Para além destas influências na mudança das marcas-matrizes (BERQUE, 2012), destacam-se os símbolos das subculturas (COSGROVE, 2012b) e como eles produzem uma organização espacial própria. O graffiti, o stencil e a pichação, embora possuam ideais, hábitos, formas de organização e protesto distintos, produzem suas próprias dinâmicas na construção da paisagem urbana. As imagens serão outro instrumento metodológico da pesquisa, onde se expõem as comunicações desses grupos, que passam despercebidos no cotidiano dos cidadãos. A partir desses pressupostos elaboramos a apresentação da análise de cada movimento e da relação existente entre eles e deles com a paisagem da cidade.

### **1. A paisagem marca-matriz-autônomos e as lugarizações em Campos dos Goytacazes**

Nesta sessão apresentamos a discussão em torno do conceito de paisagem marca-matriz (BERQUE, 2012) e paisagem subcultural (COSGROVE, 2012b) no contexto da geografia cultural e como os grupos sociais e os sujeitos reconhecem e/ou resignificam lugares na cidade a partir dessas práticas pictóricas. As expressões artísticas dão novos sentidos aos lugares dentro dos bairros e esses novos sentidos podem ser analisados pelos graffitis, pichações e stencil. Cada forma de expressão tem significados, sentidos e expressam experiências de vivências com o lugar.

Para analisar esses movimentos autônomos e a relação com o espaço urbano, partimos da categoria analítica Paisagem. Berque (2012) nos mostra o esquema da paisagem marca e



matriz para a análise sobre as impressões da cultura de grupos sociais no espaço. Ao mesmo tempo a paisagem é uma materialização no espaço (marca), que expressa um grupo. É uma condição social (matriz) por tomar parte dos planos de intuição, noção e ação. Existem a partir da afinidade com um grupo que a produz/reproduz empregando coerência. E para um exame antirreducionista, compreende fazer a partir do campo perceptível, deste modo poderemos entender as paisagens marca-matriz-autônomas para explicar a produção da paisagem na perspectiva dos grafites, stencil e pichações de Campos dos Goytacazes. O que pode ser considerado como paisagem marginal para os grupos hegemônicos, no contexto dos artistas pode ser reconhecida como matriz desses grupos.

Em diálogo com a sugestão das práticas pitoresca marca/matriz. Elas também são simbolismos que expressam disputas dos grupos na paisagem, mediadas por culturas, a dominante e as subculturas (COSGROVE, 2012a). Contudo, os símbolos culturais proclamam múltiplos significados com relação indissociável da cultura e ideologia. Assim a paisagem está associada a consciência que disponibiliza significado ao mundo (COSGROVE, 2012b). Então uma pichação, um stencil ou um grafite não são apenas uma "sujeira" ou "vandalismo", são também uma linguagem feita por um agente com consciência do que está fazendo, com uma intenção, um ideal ou um protesto. Uma forma de se expressar, ou seja, arte. Contudo, essas práticas são interações sociais, por traz das marcas há agentes que as produzem construindo um diálogo no urbano, constituindo a relação sócio-espacial.<sup>100</sup>

### 1.1. *Sobre a paisagem: o caso do graffiti e o stencil*

O graffiti não é a paisagem urbana, mas sim um anexo de imagens que estão inseridas nela e a visibilidade material e simbólica influenciam na inserção dessas artes no urbano. O graffiti é uma ação de intervenção artística no espaço urbano, formando marcas apinhadas de significados vindo da experiência urbana (TARTAGLIA, 2014), como podemos atribuir a mesmojuízo para o stencil. A visibilidade tem um recurso fundamental para difundir a comunicação, seja ela feita pelos grupos hegemônicos ou pelas camadas mais populares. Como os grafites, stencil e pichações imprimem uma linguagem inadequada e posicionam-se a margem dos relevantes veículos de comunicação, a vasta visibilidade numa paisagem

---

<sup>100</sup>Souza (2013) nos mostra a diferença entre *socioespacial* e *sócio-espacial*. Esses conceitos são construídos historicamente e as diferenças iniciam-se na grafia. O *socioespacial* é referente a estrutura espacial, sem cometer referências as relações sociais que se produzem nesta estrutura. Enquanto o *sócio-espacial* refere-se as relações sociais, a sociedade concreta. A inseparabilidade entre espaço e relações sociais.



urbana tem potencial importante para setores sociais populares. Não obstante são instrumentos de denúncia e difusão ideológica (TARTAGLIA, 2014).

Os grafítis em sua maioria, na cidade campista concentravam-se no centro. O local em questão encontra-se embaixo do viaduto Leonel Brizola, que recebe diversos eventos autônomos<sup>101</sup>. E vem assumindo novas organizações, expandindo para outros espaços da cidade. Relacionado com a Geografia e as interações sócio-espaciais, esse local pode ser entendido como **o lugar**, pois há aspecto de reunião onde diferentes grupos se relacionam construindo significados e qualidades (RELPH, 2014). E acerca das interações sócio-espaciais, o espaço embaixo da ponte possui uma dimensão cultural/simbólica. Um espaço que é nutrido de significado, é vivido e percebido (SOUZA, 2013).

Essas práticas pitorescas criaram marcas no lugar referido e ao mesmo tempo criou a matriz, pois orienta um indivíduo entender que ali há interações sócio-espaciais desses movimentos. No período de 2009 em diante o graffiti igualmente o stencil passaram a se expandir pelo centro e pelos bairros da cidade, sobretudo espaços abandonados. Como as paisagens são mutáveis e estão em constantes processos de transformações. Essas técnicas de pintura vêm re/significando o urbano de Campos dos Goytacazes, construindo o que Souza (2013) denomina de relugarização<sup>102</sup>

### *1.2. Sobre paisagem: pichação paixão inconveniente*

Diferente do graffiti e do stencil, o ato de pichar é considerado crime<sup>103</sup>. É uma prática comum no espaço urbano, especialmente nas metrópoles como o graffiti. No caso do Campos dos Goytacazes a prática de pichar (na forma de assinaturas) é recente, datada pela pesquisa a partir do ano de 2010 por meio de dois pichadores<sup>104</sup>. A pichação vem se expandindo pela

---

<sup>101</sup> O lugar conhecido como "debaixo da ponte" é uma quadra de basquete que é utilizada como pista de skate, mas também como palco de eventos. Recebe alguns eventos sem incentivos do órgão municipal. O "Rima Cabrunco" é um encontro de movimento hip hop organizado pela juventude campista e o "Dia do Rock Goitacá", movimento do rock n' roll. O segundo, consiste em uma luta histórica dos cidadãos campistas, sobretudo do músico Luizz Ribeiro, militante cultural que veio a falecer. O município decretou no dia 06 de maio o Dia Municipal do Rock, porém não vem cumprindo com a lei desde 2013.

<sup>102</sup> O autor apresenta esses termos em analogia com os fenômenos oriundos do território. Souza (2013) enfatiza que os lugares são quase sempre territórios devido as identidades sócio-espaciais. Relugarização é a atribuição de novos significados aos lugares já dotados de significados. São representações na paisagem e atribuição de novas qualidades e uma nova toponímia.

<sup>103</sup> Ver em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm)

<sup>104</sup> Ressaltamos que foi feito um recorte de pesquisa a partir de 2010 a 2016 quando percebemos dois agentes: **Sak** e **Apologia**, porém não significa que não ocorria antes com outros agentes, mas o que destacamos aqui é a pichação na forma de assinaturas, ou seja, *tags* (com a chegada de novos agentes surgiram mais pichadores, sobretudo no meio universitário devido ao fluxo migratório que intensificou após a interiorização do Ensino



cidade, porém com diferenças de expressão, estética, ideais e utilização dos objetos geográficos. O grafite e o stencil buscam as paredes e/ou locais abandonados, enquanto as *tags* vão mais além e buscam construções altas e estruturas de pedra, ou seja, estruturas onde sua marca ficará registrada mais tempo (imagem 3). Entretanto, além desta prática se enquadrar nos conceitos já apresentados, são contempladas com a proposta de Cosgrove (2012a) que sugere um estudo das paixões impertinentes, motivações humanas que intervêm no comportamento habitual e exploradas podem ser encontradas expressões de mundo que criam e recriam significados na paisagem que não a reduz a meras impressões. A seguir expomos as ideias desses grupos, seus discursos e perspectivas a respeito de suas manifestações simbólicas.

## 2. A produção simbólica da paisagem urbana e os movimentos autônomos

### 2.1. Qual o sentido em pintar (ou pichar)?

Começamos com artista **Mv**, grafiteiro e universitário, mas também se arrisca na cultura da pichação:

Po, então cara, o graffite para mim representa é... a voz dos excluídos, ta ligado? Em forma de imagem, essa a ideia que eu tenho, a minha concepção. Pessoas comuns, não são pessoas nobres, não são pessoas de família rica. São pessoas comuns, de periferias, de classe média que estão na rua querendo se expressar e se comunicar através dos muros. Que é um objeto na cidade que nós (sociedade) inventamos, com esse sistema novo. Diferentes dos índios, eles vivem na mata e não constroem muros para separar as coisas e hoje em dia nós vivemos cercado de muros. Aí eu acho que, quando um cara ta fazendo um grafite é uma forma de questionar o porquê que existe o muro. E usar aquilo para transmitir uma mensagem, um desenho, uma expressão facial, um ideal, um texto, uma pichação também. Para mim o grafite é isso, por isso eu me identifico com o grafite. Faço parte desse movimento por isso. É uma "parada" revolucionária (MV, 2014)

Em conversa com um grupo de grafiteiras, chamado **Teta à toa crew**. São uma união entre cidadãs campistas (mas também universitárias) e universitárias, os relatos a seguir são de duas componentes do clã, **Dia e Ceci**:

---

Superior e Profissional no Brasil (BARCELAR, 2013), com destaque para: **Drew, Sik, Bac, AlucThag**). Essa pesquisa está vinculada ao Laboratório de Planejamento, Representações Espaciais e Culturais – CULT, também vinculado a Pesquisa “Política, tecnologia e interação social na educação”, financiada pelo Programa Observatório da Educação – OBEDUC/CAPES (2013-2015).



Poxa, o grafite para mim, eu acho que é ampliar mesmo sabe... ampliar o olhar do outro sobre o que você faz, porque muitas vezes você pinta alguma coisa em casa, faz um rabisco e aquilo não chega no outro. Então eu acho que o grafite é uma forma de estar na cidade e não tem como ser ignorado. O grafite é como se fosse uma mudança temporal mesmo sabe? O cara está lá na cidade, dentro do carro, daí ele vai olhar para o grafite e o tempo dele vai mudar, pois ele vai parar para o que está acontecendo e vai olhar para o grafite que está na parede. Então eu acho que uma ruptura mesmo, nesse ritmo louco que a gente vive. Então eu grafito por isso, para interferir no tempo do outro mesmo. Um "pause", para! Olha para isso.

**Ceci**, nos diz o seguinte respeito do que a arte urbana representa para ela. Assim como a artista **Dia**, elas também fazem parte da comunidade acadêmica de Campos dos Goytacazes:

Então, grafitar para mim... a cidade do jeito que ela cresce e da forma como ela se movimenta, essa dinâmica causa rupturas que a Dia falou. Dessas rupturas, surgem as expressões que não são escutadas. São expressões que vem de guetos, são de lugares que não são contemplados com políticas públicas ou pela própria cidade em si, que a própria urbanização excluí. O grafite vem dessa ruptura, o intervir na cidade pela o que a gente vê. Cinza, cinza, cinza e aí a gente pega um muro e transforma em uma arte. Tanto o "pixo", como o grafite tem significados muito importante para o urbano, são símbolos significativos de expressão de agentes sem acesso aos espaços de cultura da cidade (DIA e CECI, 2013).

Alguns grafiteiros estendem a sua relação com o grafite que não se limita apenas em pintar na cidade e vai mais além. Como relata o artista **Mr Bod**:

O grafite para mim é muita coisa, 80% da minha vida é grafite. É até clichê, mas grafite é praticamente minha vida. Hoje eu vivo do grafite, eu acordo estou pensando em grafite, tropeço em uma lata de spray, penso em um desenho, uma ideia. Trabalho com grafite dando aulas, pinturas em telas aprendi pelo grafite. Grafite também é amizade, para mim é algo muito amplo que vai além de um desenho na rua, de um protesto, de expressão artística. Por um tempo eu fiz grafite e por um tempo o grafite me fez. É algo muito importante para mim, ele me deu autoestima quando criança é a minha melhor forma de me expressar, quando não consigo dizer com palavras, assim eu uso o grafite (MR BOD, 2013).

O artista **Jam** também contribui para a pesquisa, o artista possui um personagem: o buldogue francês:

Graffite para mim é um ritmo de vida é o que eu faço hoje em dia. E...po, larguei muitas coisas para poder fazer graffites. Vivo isso o tempo todo, estudo, pesquiso, estudo artes... então eu levei isso para minha vida e corro atrás disso, fazer na cidade onde eu moro e também levar para outras cidades onde eu vá pintar ou participar de eventos (JAM, 2015).



A técnica do stencil vem sendo difundida pela cidade e o artista percursor relata que o que ele faz, serve para divulgar seus trabalhos e as paredes são seus cadernos de desenhos:

Então mano, pintar para mim representa uma forma de expor meu trabalho. E pintar em Campos dos Goytacazes é ter a possibilidade de pintar sem ter repressão. Uma liberdade maior para desenvolver qualquer tipo de trabalho envolvendo intervenções urbanas (PABLO, 2015)

**Kane KS** é outro artista da cidade, que pinta a nove anos e também contribuiu para a pesquisa. O artista relata, com semelhanças a outras opiniões vinda de seus amigos, que ao mesmo tempo essa arte constrói e é construída por ele:

Comecei a grafitar a nove anos atrás. Queria mostrar que eu sabia desenhar, aí foi quando eu conheci o grafite, porque eu podia passar os meus desenhos para a parede. Daí eu fui começando a conhecer mais a fundo o que é o grafite e que fazia parte do movimento hip hop. Não somente um elemento, mas um movimento de mensagem de agressão, guerra e paz. O grafite traz tudo isso aí e emoções também. Graffite para mim é minha forma de vida, o que me compõe. Se não fosse o grafite eu não teria caráter, estilo de vida, uma forma de pensar. Eu não sei onde eu estaria se não estivesse grafitando hoje em dia. Hoje eu sou arte/educador, pretendo me tornar um professor licenciado, através da arte e poder dar aula para mais pessoas, os mais jovens. Mostrar para eles o real grafite, mostrando como ele é feito (KANE KS, 2016).

Adiante, o relato do artista **Gouk**. Não diferente dos outros ele comenta a significância que o grafite tem na sua vida:

Então cara, hoje o grafite se tornou indispensável na minha vida ne cara. Não tem para onde fugir, um estilo de vida que eu adotei, que eu quis seguir na minha vida. Eu sempre tive muita influência por já gostar de desenhar e em 2008 foi apresentado a mim as técnicas do grafite em uma oficina. Também já fui do meio da pichação, porém optei em seguir somente no grafite. No ano de 2014 eu voltei a ativa "jogando nome", fazendo o meu trabalho e é isso cara. Significa tudo para mim (GOUK, 2016).

Em relação ao grupo da cultura proibida, em diálogo com alguns integrantes, que em sua maioria estão na comunidade acadêmica. O pichador **Sik, Drew, Bac** são universitários.

Bom, resumidamente pichar para mim representa: estar vivo. É a minha forma de se manifestar contra todo esse sistema que antes de eu nascer já existia. Eu nasci nele e muitas das vezes eu sou obrigado a me adaptar a ele, porém nunca concordar. E essa é uma das formas de manifestação da minha vida como ser humano. Minha forma de dizer que eu fiz porque quis, independente da consequência. A minha forma de pensar é essa: me manter



vivo, um verdadeiro ativismo na minha opinião, só que em forma de uma arte não valorizada (SIK, 2016).

Outro entrevistado foi o pichador que assina: **Drew**. Ele muitas vezes, pratica para aliviar as tensões da vida:

Pichar para mim é a forma de dizer que: eu posso. Se eu tenho vida, eu sou capaz, eu que, eu posso. Minha forma de pegar e fazer, de dizer que nada me limita. É minha forma também de oscilar os meus demônios. É sair na madrugada liberar meu alter ego e pichar, uma forma de desabafar as vezes. Eu saio estressado, vou para um "rolê", volto para casa e nem me lembro porque estava "bolado" (DREW, 2016).

Conversei com o pichador **Sak**. Esse artista foi um dos pioneiros, de acordo com a delimitação da pesquisa. Atualmente encontra-se "aposentado" da cultura da pichação:

São vários discursos para se comentar pichações. Pichar para mim teve algumas fases ao longo desses vinte anos. Eu comecei a "xarpi" em 1995 pelo fato de "os caras" mais famosos e populares do meu bairro e até mesmo da minha cidade que é o Rio de Janeiro, começarem a expandir e agente reparar. Você acha aquilo legal e começa a seguir, assim como tantas outras coisas: futebol, tem também o rap, o skate. Os jovens se espelham nisso e começam a fazer. Para mim foi um grandessíssimo "hobby" que pode se comparar a um cara que gosta de futebol. A pichação era um "hobby" que me trazia adrenalina, onde eu extravasava tudo de mal que poderia me atingir. Uma adrenalina louca e boa. Para mim a pichação representa liberdade e vida. Vandalismo, mas emoção e sangue correndo nas veias (SAK, 2012).

Em encontros com outro artista da cultura proibida, este denominado de **Bac** (baderna atitude e conhecimento) relatou que a pichação é forma deleestá em contato com adrenalina.

Sempre fui amante da adrenalina. Sempre pratiquei esportes que buscam esse contato. Bodyboard, descer ladeira de longboard, trilhas e a pichação foi uma aventura que acompanhou minha adolescência e hoje estou devagar. Assino BAC que significa baderna, por causa do "vandal", atitude por praticar algo ilegal e está ciente disso e conhecimento por partir de uma ideia (BAC, 2013)

Por fim, conversamos como o pichador **Xobai**. Um artista cadeirante, relata ele que a prática da pichação não necessariamente precisa ser um artista plástico ou designer, em suas palavras:

"Xarpi" é minha marca, ta ligado? Meu logotipo, mesmo sem eu ser um designer gráfico ou artista plástico. Foi um logotipo que eu criei e o qual eu consigo me comunicar com "os meus" através dela (a marca), mesmo sem estar presente em corpo físico. Não é só o logotipo e sim a informação que



vem por trás dela. Hoje agente ver muitos "xarpis" com frases, se ligou? Frases combativas e tudo mais. Então para mim é isso, se ligou? É meu logotipo em forma de tag (assinatura). Eu pixo em Campos porque é uma cidade muito cinza, muito corrupta, muito oligárquica, cidade de sobrenomes onde a elite reina, uma cidade que tem várias... como dizer? Onde você vale o que você tem, ta ligado? Então eu acho que nessa cidade aqui, eles têm é que tomar muita tinta. É isso mesmo, uma revolta contra o que a cidade é (XOBAL, 2014).

A intenção é expor as visões de mundo dos agentes que produzem esses fenômenos urbanos examinados na cidade. Os artistas de ambos os grupos ao falarem o que representa suas respectivas intervenções, possuem pontos de semelhanças como a busca de visibilidade. Um grupo ver a intervenção como um estilo de vida que transcende a concepção de um *hobby*. Enquanto o outro grupo foi entendido através dos discursos que pichar é uma intervenção que expressa o alívio, um *hobby* e a afronta.

### 3. Geografia, imagem e movimentos pendulares

#### 3.1. Exposição de fotos e o estímulo a reflexão

A utilização das fotografias ajuda a reduzir o hiato entre o que a visão abarca e o que realmente se quer representar na paisagem, elas são uma ferramenta de estímulo da percepção (GOMES, PARENTE, 2013). As contribuições desta para a Geografia e para a pesquisa sócio-espacial tem um ponto em comum: um conteúdo ligado ao visual e ao representacional que estão intrínsecos no fenômeno. A exposição fotográfica e o que Souza (2013) denomina de invisibilização<sup>105</sup> norteia percebermos pelos grupos autônomos e suas práticas, as mensagens subliminares proclamadas, tornando a paisagem uma ferramenta de persuasão (SOUZA, 2013). Todas as imagens foram produzidas por HelioPassos do Laboratório de Planejamento, Representações Espaciais e Culturais – CULT.

---

<sup>105</sup>Segundo o autor são ilustrações, um dos componentes de grande potencial na pesquisa sócio espacial. Uma estratégia de invisibilização é utilizada por agentes e práticas espaciais na qual o autor divide em duas vertentes: através das representações seletivas da paisagem (com auxílio da fotografia, pintura, filmes, etc). A outra por meio da intervenção do substrato material (as construções da cidade), mediante a uma reformulação da paisagem pela própria realidade. A pesquisa se fundamentou mais pela segunda vertente, onde entendemos que as práticas pictóricas desses grupos marginais não somente estão no campo da representação visual seletiva, pois suas intervenções com a tinta produzem no substrato espacial material novos elementos na paisagem, que podem excluir ou adicionar a outras já expressadas.



## 2º SEMINÁRIO Cidades, Espaços Públicos e Periferias





## 2º SEMINÁRIO Cidades, Espaços Públicos e Periferias





## 2º SEMINÁRIO Cidades, Espaços Públicos e Periferias





# 2º SEMINÁRIO Cidades, Espaços Públicos e Periferias





## 2º SEMINÁRIO Cidades, Espaços Públicos e Periferias





## 2º SEMINÁRIO Cidades, Espaços Públicos e Periferias





### 3.2 Políticas Públicas em educação: a migração dos "foras da lei"

A cidade de Campos dos Goytacazes se tornou polo político/administrativo da região Norte Fluminense, esse fato causou uma nova organização regional e hierarquizou o município em questão. A cidade também foi alvo das políticas de desenvolvimento regional no governo Lula, políticas nacionais de corte setorial (BARCELAR, 2013). A cidade tem aumentado os movimentos pendulares por motivos de estudo. Esse município possui maior oferta de ensino em diversos níveis. Em um estudo sobre tal região, mostra que a cidade de Campos dos Goytacazes sempre teve concentração de chances educacionais e nas últimas décadas se acentuou com diversos empreendimentos econômicos (setor petrolífero) e políticas de expansão do ensino técnico e superior. O município campista é definido como uma segunda casa, com aproximadamente 146 mil estudantes matriculados em instituições públicas e privadas. Isso mostra a concentração do ensino neste município e a carência em outros municípios adjacentes (TAVARES, OLIVEIRA, 2015).

Muitos pichadores entrevistados (Drew, Bac e Sik) são de outros municípios, como Macaé, Araruama e Rio de Janeiro, assim como alguns artistas (Ceci, Dia e Pablo), passaram a estudar em uma das instituições públicas após a implementação do REUNI. É nesse passo que entendemos que esses acontecimentos são refletidos na paisagem, seja na construção de um novo prédio, shopping ou universidade, seja em uma nova pichação, stencil ou grafite.



#### 4. Considerações finais

O que se pretendeu foi trabalhar a percepção, mostrar a diferença entre essas intervenções e relacionar com a Geografia. A proliferação das pichações mostra que a cidade vem recebendo novos agentes. O trabalho também tentou seguir as propostas de Denis Cosgrove que enfatiza que devemos tratar a geografia como uma humanidade e ciência social. Foi o que se pretendeu ao examinar as pichações e durante a investigação percebe-se que essa prática é um hobby/afronta/paixão, assim como ir ao estádio de futebol ou ir à igreja. Com os grafiteiros e o artista de stencil foi percebido que além de uma paixão é um meio de sobrevivência, sustento e trabalho.

Por fim esse trabalho buscou fazer uma leitura da paisagem não na dimensão do que é visível, se tentou mostrar o que há por trás do visível, o que os agentes que buscam essa visibilidade acham. E assim entende-se que foi uma análise do que é perceptível na paisagem, como nos orienta Augustin Berquer que para fazer pesquisas em geografia cultural a paisagem deve ser analisada pelo visível e o perceptível no seu esquema marca-matriz.

#### 5. Referências bibliográficas

ARAÚJO, Tânia de Araújo. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. IN: BRANDÃO, C.A; SIQUEIRA, H. (orgs). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem matriz: elementos da problemática para geografia cultural. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

COSGROVE, Denis. Mundos de Significados: geografia cultural e imaginação. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012a.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012b.

GANZ, Nicholas. O Mundo do Grafite: arte urbana dos cinco continentes. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; PARENTE, Letícia. A produção de imagens para a pesquisa em Geografia. IN: **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, N. 33, P.27-42, JAN./JUN. DE 2013 <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em: 07 ago 2014.



RELPH, Edward. Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. IN: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (orgs). **Qual espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva S.A, 2014.

MIRANDA, Elis de Araújo; TERRA, Denise Cunha Tavares; PAIVA, Claudio Cesar de. Planejamento, Educação Superior e Cultura nas Cidades do Petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Relatório de Pesquisa CNPQ, 2003.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. IN: PIQUET, Rosélia (org). **Petróleo, royalties e região.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil LTDA, 2013.

TARTAGLIA, Leandro. **Geograffitis: uma leitura geográfica dos graffitis cariocas.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

TAVARES, Jéssica Monteiro da Silva; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Movimentos pendulares para fins de estudo no interior do Estado do Rio de Janeiro In: A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação, 2015, Presidente Prudente, ISSN2175-8875 anais do XI- ENANPEGE, [www.enanpege.ggf.br/2015](http://www.enanpege.ggf.br/2015): Presidente Prudente, 2015.



### [RE] SIGNIFICAÇÕES DA PAISAGEM URBANA: UMA ANÁLISE ANTOLÓGICA DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

*Arthur Nogueira Rangel*<sup>106</sup>

**Resumo:** O presente artigo, estruturado em três momentos interligados entre si, destina-se a apresentar a análise a respeito do conceito de paisagem e sua significação e ressignificação, a partir dos grupos culturais. Em seu primeiro momento, o presente trabalho traz como forma de debate, a definição e aplicação dos vários significados (polissemia) do conceito de paisagem, nas diferentes abordagens de autores, principalmente da geografia humanista de base fenomenológica existencialista, de modo a nortear a conceituação adotada para tal. Em um segundo momento, o trabalho busca debater o constante processo de significação e ressignificação da paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, relacionando e discutindo as simbologias dos monumentos históricos, com a nova dinâmica da paisagem contemporânea, a partir da arte urbana, mediado pela cultura. Em seu terceiro momento, é analisado a questão da difusão ideológica na paisagem urbana, por parte dos grupos de grafiteiros, relacionando suas dinâmicas com a nova organização espacial da cidade, frente as simbologias antes existentes.

**Palavras-chave:** Paisagem, Arte Urbana, Cultura, Significação.

#### **Introdução**

Paisagem, um conceito fundamental e clássico no campo da geografia, habitual nas abordagens entre os geógrafos, ganhou profundidade política, social, econômica e cultural, a partir da corrente humanista de base fenomenológica existencialista. Os estudos das formas que antes eram realizados (Sauer, 2012), agora ganharam dimensões políticas, onde as análises se interrelacionam com os grupos sociais, levando em consideração a relação espaço-tempo e as expressões culturais, imprimindo na paisagem sua marca e por meio dela, suas ações (BERQUE, 2012, p. 239).

Dessa forma, essa corrente foi desenvolvida no século XX, mais especificamente no início da década de 1960, a partir do surgimento de movimentos de discussão que viriam para ressaltar e alertar para o fato, de que, enquanto área do conhecimento enquadrada nas

---

<sup>1</sup>Graduado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Fluminense- IFF, campus Campos Centro, e mestrando em geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF, pólo Campos dos Goytacazes.



Ciências Sociais, a Geografia quase não fala sobre o homem, bem como suas ações no mundo (ROCHA, 2007, p. 21).

Nesse período, a ciência geográfica assumiria uma postura em relação ao modo de pensar a natureza e a sociedade, refletidas em suas culturas, pois diante da complexidade em relacionar o homem com suas ações no espaço, só seria possível obter-se respostas a partir das experiências, interligadas aos sentidos, que as pessoas dariam a partir de sua existência no meio social.

Diante dessa nova concepção geográfica que buscava estudar o homem e suas ações, estaria, então, surgindo a Geografia Humanista, de base teórica fenomenológica existencialista, que estaria pautada na premissa de que cada indivíduo, ou cada grupo social, possui uma percepção do mundo, no qual estaria munido de valores e atitudes. Em outras palavras, o que essa linha teórica busca apresentar é a compreensão do contexto, no qual a pessoa valoriza e articula seu espaço e seu mundo e nele se relaciona (ROCHA, 2007, p. 21).

Um dos grandes nomes que foi responsável pela impulsão dessa corrente humanista, no final da década de 1960 e início de 1970, foi o do chinês Yi-Fu Tuan, que, nesse período delineara um roteiro que apontava um direcionamento humanizador em suas pesquisas. Em 1968, Yi-Fu Tuan embasou sua tese, a partir da comparação realizada entre as atitudes europeias e as chinesas, que levaram à substituição da interpretação da paisagem como um mero elemento natural, por um entendimento da mesma como um espaço representativo e humanizado, o qual Tuan exemplificaria por meio dos jardins europeus e chineses (HOLZER, 2003, p. 116).

Nessa visão proposta por Yi-Fu Tuan, a Fenomenologia estaria ligada aos princípios do significado e da experiência, pois a mediação e a compreensão dos fenômenos, tais como: ansiedade, conduta, lugar e topofilia, só ocorreriam por meio de suas vivências, pois o mundo se retrataria como um espaço vivido e de vivência, a partir do qual o indivíduo, habitante de um mundo físico e social, por meio de suas ações, atuaria diretamente sobre os significados e as intencionalidades, construindo dessa forma suas experiências (ROCHA, 2007, p. 23).

O ápice da corrente humanista chegaria em 1980, com a publicação do livro de Yi-Fu Tuan, *Topophilia*, no qual se discutia as ações humanas em relação ao ambiente, ligados pela topofilia – sentimento de pertencimento ao lugar – que seria o elo de afeição que ligaria as pessoas aos lugares. Por sua vez, a expansão da corrente humanista, só chegaria ao Brasil na década de 1980, depois de feitas as traduções dos livros produzidos por Tuan, nos quais eram propostos quatro campos de atuação: os estudos dos sentidos e os traços comuns da



percepção; os mundos individuais a partir das diferenças e preferências de cada ser; a investigação das percepções comuns a partir da cultura e atitudes ambientais; o estudo da cidade como síntese, pois o espaço humanizador seria a realização das atitudes sociais que, ligaria as ações humanas com a natureza e seu comportamento (ROCHA, 2007, p. 21).

Dessa forma, o presente artigo propõe uma abordagem acerca das simbologias expressas na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, onde é feita uma relação no tempo-espaço, sobre os monumentos históricos, assim como sua representatividade em um dado período, e seu eventual processo de *re-significação*, por meio da implementação de novas simbologias, oriundas da arte urbana. Assim, como aponta Corrêa (2013), “...o urbano, na perspectiva da geografia cultural, contribuiu para o conhecimento da cidade, enfatizando os múltiplos significados que os diversos grupos sociais estabeleceram a respeito dela.” (CORRÊA, 2013, p. 68).

### **Polissemia da paisagem**

A paisagem, é antes de mais nada, um conceito que fundamentalmente estará interrelacionada com as ações humanas, em um certo tempo, em um determinado espaço. Esta, por sua vez, também estará intimamente ligada a quatro expoentes de análises, que são fundamentais para seu processo de análise e entendimento, sendo eles: os elementos sociais ou naturais constituintes da paisagem, assim como suas simbologias; o período temporal de suas representações; os agentes difusores de ideologias; e por fim, o sujeito com o seu olhar de percepção/experimentação.

No âmbito da geografia humanista de base fenomenológica existencialista, a paisagem, esta, se apresenta como uma filosofia dos mundos vividos, pois está estruturada sob a concepção de uma “geografia da percepção”, pautada sobre a ótica da nova geografia cultural, onde se destacam as ações e as experiências humanas (HOLZER, 2010, p. 38).

Dessa forma, a paisagem aqui apresentada, é discutida e analisada a partir de características perceptivas e experimentais, onde sua estrutura é estabelecida sob uma base ideológica formada a partir dos símbolos. Assim, esta, apesar de sua experimentação, percepção e vivência, dever-se-á ser decodificada, pois ela é como um texto repleto de informações complexas, onde irá expressar diversas significações – sendo estes, influenciados pela cultura - para agentes sociais mediados cada qual por intermédio do seu imaginário.



Nessa perspectiva, NUÑEZ (2010, p. 88), destaca a paisagem como um elemento a ser lido e interpretado a partir do imaginário social, pois segundo a autora:

A paisagem convoca à leitura e ao tratamento hermenêutico, porque, como um texto, nela medram relações complexas entre os elementos constitutivos do *continuum* paisagístico e os investimentos semânticos que eles recebem, entre a retórica de cada item espacial e a poética que os integra funcional e esteticamente num sistema. As paisagens como todo texto, têm caráter documental, seja porque conta uma história sobre os lugares, da forma como as pessoas a veem, seja por se integrarem à história cultural dos lugares. Nelas identidades e ações antrópicas nascem e se desenvolvem [...] (NUÑEZ, 2010, p.88).

A representatividade simbólica das ações humanas materializadas na paisagem, expressam a ideia de poder, valorização histórica do lugar, e principalmente a identidade. Segundo Denis Cosgrove (2012), a paisagem é um conceito geográfico que possui importância em diversos contextos sociais, pois ela comunica ideias, valores e poder, sendo, nesse contexto, um símbolo indenitário.

De acordo com Cosgrove (2012), “A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, com a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e com sua composição. ” (COSGROVE, 2012, p. 223). Dessa forma, para Cosgrove, a paisagem não se remete apenas ao aspecto visível, ou seja, a sua materialidade, mas também, está ligada ao imaginário, as representações que lhe dão uma nova maneira de conceber o mundo.

Dessa forma, Cosgrove (2012) nos revela que:

[...] os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros, de maneira autoconsciente e, então, *re-presentar* essa paisagem em um nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos de seus significados são “naturalmente” encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência, na medida em que somos parte da natureza[...] (COSGROVE, 2012, p. 226).

Dessa forma, na concepção de Cosgrove (2012), a paisagem ganha também dimensão política, pois em virtude da divisão da sociedade em relação aos aspectos sociais, culturais e econômicos, ela evidencia a relação de poder de um determinado grupo sobre outro, ou seja, para Cosgrove, estamos lidando com subculturas que por sua vez, estão inseridas dentro de uma cultura dominante. No entanto, no que tange a observação da paisagem em uma lógica escalar, essas subculturas podem ainda serem divididas em residuais (que sobraram do



passado), emergentes (que antecipam o futuro) e excluídas (que são subalternizadas e marginalizadas) (COSGROVE, 2012, p. 227).

Como forma sintetizar, tomarei como exemplo, as dinâmicas dos grupos de grafiteiros na cidade de Campos dos Goytacazes. Estes, são constituintes de uma subcultura caracterizada como excluída, em virtude de ser concebida por grande parte da sociedade como uma cultura marginal, que por sua vez, está inserida dentro de uma cultura dominante, que é a cultura juvenil. Dessa forma, essa subcultura, assim como as demais, imprime na paisagem, suas marcas e seus signos, que serão identificados e decodificados pelos agentes integrados a cultura dominante. Assim, Cosgrove (2012) destaca que:

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e por maio da representação da paisagem na pintura, na poesia e em outras artes (COSGROVE, 2012, p. 228).

Cosgrove, ainda salienta que “Os múltiplos significados das paisagens simbólicas aguardam decodificação geográfica.” (COSGROVE, 2012, p. 229). Sendo assim, em virtude dessa polissemia da paisagem, ou seja, dessa multiplicidade de significados em que à constitui, é fundamental compreender o contexto cultural na qual a paisagem se estabelece, assim como seus elementos formadores e a perceptibilidade do indivíduo a partir de suas referências culturais e de suas vivências.

Uma outra contribuição acerca do conceito de paisagem, é dado pelo geógrafo Augustin Berque (2012), onde a paisagem é vista simultaneamente como marca (reflexo da ação de dado grupo social) e matriz (meio e condição de existência e reprodução social). Dessa forma, enquanto marca, a paisagem exprime uma ideia de realização/construção por meio da ação de um determinado grupo social, como forma de expressar suas marcas em seu processo de materialização. Por sua vez, a paisagem é matriz, pois participa dos esquemas de percepção por intermédio da cultura (BERQUE, 2012, p. 239).

Segundo Berque (2012), em relação a conceituação da paisagem, ele aponta:

Como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada. [...] Do ponto de vista da geografia cultural, que procura ao contrário, definir essa relação, não é suficiente (embora seja necessário) explicar o que produziu a paisagem como objeto. É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado, ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética em uma moral, gerada por uma política etc.; e, por outro, ela é matriz, ou seja, determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência,



essa experiência, essa estética, essa moral, essa política etc. (BERQUE, 2012, p. 240)

Dessa forma, o que está sendo pondo em cheque, não se restringe apenas a visão, mas sim todos os sentidos, ou seja, não está apenas sendo trabalhado a percepção, mas sim todo o modo de relação estabelecido entre o indivíduo e o mundo de suas ações. Sendo assim, não é eleger apenas o indivíduo como sujeito singular da ação, mas sim, compreender sua dinâmica, dentro de um contexto e grupo social, no seio de uma determinada cultura (BERQUE, 2012, p. 241).

Por sua vez, o geógrafo Eric Dardel (2015), também se destaca dentro do campo da geografia humanista, por relacionar a ligação íntima, existente entre o homem e a terra, por meio do espaço geográfico. No entanto, segundo ele, o espaço geográfico não poderia ser entendido como um espaço em branco a ser preenchido, ou seja, o espaço geográfico é o espaço substancial, material, da ligação íntima com a terra, da paisagem, do lugar e das ações do mundo vivido.

Dessa forma, Dardel (2015), concebe a paisagem por meio da ligação existência do homem com a terra, onde tal ligação corresponde a união dos elementos circundantes a um momento vivido, ou seja, “a paisagem é a geografia compreendida como o que está em torno do homem, como ambiente terrestre.” (DARDEL, 2015, p. 30).

Neste sentido, muito mais do que uma simples agregação de detalhes e elementos, a paisagem se caracteriza como uma profusão de momentos vividos, ou seja, para além de uma justaposição de elementos banais, a paisagem está muito mais arraigada de valores e sentimentos, pois nela estão contidas vivências e temporalidades que convergem-se entre si, em uma ligação interna, relacionando o homem a todos os elementos.

Assim, a paisagem reflete a ligação existencial do homem com a terra em uma geograficidade original, pois segundo Dardel (2015)

A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida, ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua geograficidade original: a terra como lugar, base e meio da sua realização (DARDEL, 2015, p. 31).

Dardel (2015), ainda aponta que:

[...] a paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação do seu ser com os outros, baseado seu ser social. [...] A paisagem não é somente “paisagem histórica”, campo de batalha ou cidade morta. [...] A paisagem pressupõe uma presença do homem, mesmo lá onde toma a forma de



ausência. Ela fala de um mundo onde o homem realiza sua existência como presença circunspeta e atarefada (DARDEL, 2015, p. 32).

Desse modo, a paisagem se compreende em sua geograficidade, a partir do fundo imaginário, para além do olhar, ou seja, a paisagem não é entendida como um círculo fechado, mas sim, como dobramento, pois ela representa a vivência e a experimentação do homem. A paisagem é detentora de uma fisionomia, de uma experimentação, de um olhar, de uma representatividade.

Por sua vez, uma outra conceituação da paisagem no âmbito urbano, relacionada diretamente com o espaço geográfico é dada pelo geógrafo Milton Santos (2006), o qual faz alusão aos trabalhos desenvolvidos por Carlos Reboratti. Nessa perspectiva, Santos relaciona a paisagem urbana com o espaço geográfico, como uma agregação de vários tempos interrelacionados. Ou seja, segundo ele: “paisagem e espaço são sempre uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação de diferentes gerações se superpõem.” (SANTOS, 2006, p. 67).

É válido apontar que não é a intenção deste trabalho, adotar a conceituação de paisagem proposta por Santos (op. cit). Pois, o referido autor se restringi a caracterizar a paisagem como “aquilo que é alcançável pela visão humana” (SANTOS, 2006, p. 67). Desta maneira, estaria desprezando toda sua representatividade, vivência e simbologia.

É claro que não irei de modo algum, estabelecer de forma leviana, qualquer juízo de valor a respeito da categorização de paisagem criada por Santos (op. cit), até mesmo, porque o autor dentro de sua obra, adota a utilização de outros conceitos, que abarcam de certa forma, as problemáticas discutidas pelos autores anteriormente apresentados. No entanto, no que corresponde a polissemia da paisagem ou a sua semiologia, Santos (2006), conceitua a paisagem em uma visão reducionista dos seus aspectos.

### **Significação e ressignificação da paisagem urbana**

A paisagem urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, assim como as dos grandes centros urbanos do mundo afora, é formada por elementos que buscam a todo instante exercer uma relação ora dialética, ora dicotômica, entre o tempo e o espaço. Estruturalmente, a paisagem urbana é formada por elementos de tempos distintos, contextos distintos, mas que a todo momento estão em constante *re*-significação com os grupos social, mediados por intermédio da cultura.



Dessa forma, muito dos aspectos materiais constituintes da paisagem urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, estão estrategicamente articulados sob uma ótica que busca transmitir uma determinada simbologia de tempos passados, ou, legitimar a hegemonia atual. Contudo, muito dessa materialização se dá em virtude de monumentos (estátuas, templos, memoriais), que por sua vez, estão fixados na paisagem, como forma de intensificar a força simbólica a respeito de uma determinada ação, estabelecida em períodos passados (CORRÊA, 2013, p. 73).

No entanto, em relação a tentativa de ser imprimir uma simbologia, como forma de contemplação a eventos passados, Corrêa (2010) destaca que:

O tempo, contudo, corrói a força simbólica de muitos monumentos [...] os monumentos, fixos e estáveis, construídos sobretudo com bronze, mármore ou granito, congelam valores no espaço. O tempo, por outro lado, refaz ideias, valores e modo de pensar e ver, de maneira que muitos monumentos podem se tornar arcaicos, estranhos e irrelevantes elementos enigmáticos na paisagem (CORRÊA, 2010, p. 23).

Sendo assim, de acordo com Corrêa (op. cit), os monumentos sofrem verdadeiras ressignificações, a partir do momento em que sua materialidade constitui uma representação fixa, estável, onde o tempo, exerce o papel de um agente corrosivo da simbologia e dos significados. Por outro lado, o mesmo agente temporal que destrói e danifica as representações simbólicas dos monumentos, é responsável por refazer ideias, valores, ideologias e significações, que irão possibilitar uma nova maneira de se perceber a paisagem urbana.

Nessa perspectiva, muitos dos monumentos da cidade de Campos dos Goytacazes, já se encontram com sua representatividade simbólica corroída pela dimensão temporal e também espacial, ou seja, devido a novas dimensões do espaço e do tempo, muitos monumentos como a estátua do soldado localizado na praça São Salvador<sup>107</sup> e o obelisco localizado na Av. 15 de Novembro, perderam sua representação simbólica e seu caráter de transmissão ideológica. Por outro lado, tais valores vêm sendo recriados/resinificados, por intermédio da cultura urbana, sobretudo a partir dos grupos de grafiteiros, que buscam dar um novo significado a paisagem urbana.

Analisar *are*-significação da paisagem urbana, implica antes de mais nada, compreender suas dinâmicas sobre duas vertentes, sendo elas: a reformulação de valores e a

<sup>107</sup>Principal praça da cidade, localizada na área central, onde também se encontra a principal catedral do padroeiro da cidade.



nova percepção da paisagem, que estarão intimamente relacionadas com as ações de grupos sociais em um determinado tempo e espaço. Essas vertentes, se apresentam primeiramente sobre a ótica de uma transformação dos valores estabelecidos e que de certa forma implicará em novas possibilidades de visões de mundos.

É de suma importância destacar, que tais monumentos instalados na paisagem urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, não estão espalhados de forma aleatória, pois estes, seguem uma estratégia de localização, onde ao seu entorno é estabelecido relações de poder, principalmente pelos atores hegemônicos burgueses. Dessa forma, pode-se assim relacionar a análise feita por Cosgrove (2012), ao debater a organização da cidade articulada como um tabuleiro de xadrez, onde “o padrão em tabuleiro de xadrez, infinitamente repetível, que se tornou a base para toda cidade colonial, uma forma democrática e igualitária que não dá a qualquer localização um *status* privilegiado.” (COSGROVE, 2012, p. 232).

Nessa perspectiva, parafraseando com Cosgrove (2012), Corrêa (2013) aponta que:

Os monumentos não são apenas objetos estéticos. São intencionalmente dotados de sentido político, capaz de condensar complexos significados em valores e práticas e, ao mesmo tempo, de atuar como “mecanismos regulatórios de informação que controlam significados”. Nesse sentido, os monumentos podem ser vistos como textos impregnados de figuras de linguagem que comunicam mensagens de forma simbólica, associadas a temas como poder, identidade e conflitos gerado por ambos (CORRÊA, 2013, p. 74).

Analisando os monumentos simbólicos da cidade de Campos dos Goytacazes, a partir da dimensão política proposto por Corrêa (op. cit), e também por Cosgrove (2012), percebe-se que a implementação de novos elementos simbólicos a paisagem urbana, expressam o sentido estético do atual momento, e formam representações em sua materialidade de grandes processos econômicos, sociais e políticos de um período de grandes mudanças (CORRÊA, 2013, p. 75).

Dessa forma, pode-se legitimar a partir da contribuição de Corrêa (op. cit), a troca da estátua do Índio Goitacá - primeiros habitantes da cidade, antes do período colonial – situada estrategicamente como o cartão de boas vindas na entrada da cidade, por uma representação de uma bomba de extração de petróleo. Dessa maneira, busca-se legitimar e representar o atual período econômico vigente na cidade, onde as suas simbologias foram *re-significadas*, tirando-lhes da paisagem contemporânea, todos os aspectos e símbolos, que se remetiam ao passado, e caracterizavam a cidade como arcaica ou atrasada (ALVES; SILVA, 2015, p. 5281).



### A arte urbana e a profusão de ideologias na paisagem

A cidade de Campos dos Goytacazes está localizada na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Segundo o IBGE (2010), o município possui 463.545 habitantes, dos quais 90,2% residem na área urbana e 9,8% na área rural. De acordo com Cruz (2003), trata-se de um município marcado historicamente pelo ciclo sucroalcooleiro, que entrou em declínio na década de 1970. A corrosão do referido ciclo, baseado na monocultura da cana de açúcar, e a descoberta do petróleo na Bacia de Campos foram elementos que propiciaram o deslocamento da população rural para a área urbana, ao longo do tempo. Além da expansão urbana sobre áreas consideradas rurais (MENDES; TORRES, 2011). Além disso, por ser o maior cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, acaba polarizando as cidades ao seu entorno, aumentando o fluxo de pessoas de outras cidades por motivos diversos.

Segundo os dados do *inforoyalties*<sup>108</sup>, Campos é o município que recebe a maior parcela dos recursos proveniente dos royalties e participações especiais. No entanto, Cruz (2003) afirma que o desemprego e o sub-emprego são elementos de destaque no município, em decorrência da baixa qualificação da população local diante do cenário das novas dinâmicas econômicas, principalmente a indústria petrolífera. Esses contrastes socioeconômicos confirmam que trata-se de um município marcado por contradições econômicas, sociais e culturais e políticas.

A cidade de Campos dos Goytacazes, devido suas dimensões territoriais e influências econômicas, tem sido palco de um processo de grande profusão ideológica por parte dos grupos formadores da arte urbana. Dessa forma, assim como ocorre nas áreas centrais das cidades capitalistas, a cidade de Campos dos Goytacazes possibilita a obtenção de um alto e intenso fluxo de pessoas e informações, cotidianamente.

Dessa forma, a arte urbana, sobretudo o graffiti, busca *re-significar* a cidade, por meio dos seus signos e símbolos, como forma de difundir uma nova visão de mundo ou, refletir a cerca de elementos que estão em meio a formação social, ou seja, a arte urbana, busca por intermédio dos seus grupos, transmitir uma nova linguagem em relação ao próprio ser, remodelando e formando novas paisagens. Dessa forma, Clava (2001), salienta que” trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido

---

<sup>108</sup>Sistema de apoio a pesquisadores, estudiosos, jornalistas e outros usuários, do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Gestão das Cidades, da Universidade Candido Mendes. Para isto, o sistema disponibiliza o acesso às informações sobre a distribuição dos *royalties* petrolíferos entre os municípios brasileiros, facilitando as consultas dos usuários com uma interface Web simples. Confira em: <<http://inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em 20/05/2016.



que dão à sua vida e sobre maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças. ” (CLAVAL, 2001, p. 42).

Parafraseando com Claval (2001), Rangel; Lessa (2016), aponta que:

Os graffitis que estão espalhados diante dos nossos olhos, nos centros urbanos, apesentam-se, sobretudo, como um aporte humanizador, que visam tornar as cidades menos impessoais, fazendo com que por meio das suas cores e formas cheias de vida, se quebre essa padronização e monotonia criada pela cor cinza das grandes edificações. Sendo assim, o grafiteiro ao utilizar-se da apropriação da paisagem urbana, por meio das suas artes, está territorializando aquele espaço em relação a outros grupos da cultura juvenil (sejam eles de grafiteiros ou não, marginalizados ou não), e ao mesmo tempo expressa seu sentimento de pertencimento – topofilia – naquele lugar e difundindo suas ideologias para a interpretação singular de cada pessoa (RANGEL;LESSA, 2016, p. 175).

Assim, Claval (2001), destaca que “O que é fundamental [...] não é a distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraíndo uma experiência. ” (CLAVAL, 2001, p. 46). Contudo, cabe observar dentro dessa nova perspectiva socioespacial da cidade de Campos dos Goytacazes, a maneira pela qual, a cultura urbana influencia tanto a população, quanto o ser realizador inserido no seu grupo, como forma de criar uma identidade a partir da representação da sua coletividade, ou seja, deve-se analisar como a vida dos indivíduos e dos seus grupos, se organizam e estruturam no espaço, e nele se imprime e nele se reflete (CLAVAL, 2001, p. 40).

### **Conclusão**

A análise da paisagem aqui realizada, buscou por intermédio dos aspectos culturais, enfatizar prioritariamente, a vivência e a relação experimental do ser com o espaço, fazendo-se necessário em alguns momentos, penetrar-se no mundo do outro, para que se possa analisar toda a complexidade posta por trás desse conceito. Levando em conta que o conceito de paisagem foi abordado, de forma a explorar e mostrar sua amplitude e suas múltiplas facetas, é importante se atentar para a dialética que é posta a todo instante, realizando a ligação entre sujeito-cultura-paisagem.



Embora a análise realizada tenha sido feita sobre a cidade de Campos dos Goytacazes, a partir de um olhar ontológico da paisagem, o presente artigo buscou enfatizar, a partir das ações dos grupos culturais de categoria excluída ou marginal – parafraseando com Cosgrove (2012) – sobretudo, com o grupo dos grafiteiros, visto que este é eleito pelo autor, como seu objeto de análise dentre os demais grupos culturais, inseridos dentro de um grupo maior, que seria a cultura juvenil (COSGROVE, 2012, p. 227).

Dessa forma, a partir da ação desse grupo cultural na cidade, pode-se analisar um novo processo de *re-significação* da paisagem urbana, onde os elementos postos na paisagem em algum outro contexto histórico e temporal, já não representam, ou ao menos representam com menor expressividade, a simbologia que lhe foi atribuída em sua origem.

Essa nova dinâmica da representação da paisagem urbana, por sua vez, se apresenta com um teor de complexidade muito maior do que antes, pois esta, atribuiu a si não só signos e simbologias, mas também codificações específicas entre determinados grupos culturais. Não estou de forma alguma negligenciando as codificações antes existentes. Não é isso. O que estou chamando à atenção, é que essa paisagem contemporânea, se mostra com uma certa objetividade em suas transgressões ideológicas, ao passo que, ocultam determinados códigos, que serão apenas identificados por integrantes do seu próprio grupo cultural, ou integrantes de grupos culturais inseridos na mesma cultura dominante.

A relação íntima entre o ser e a paisagem, é algo que irá se remeter a experiências vividas e sentimentos atribuídos, a partir da sua cultura, pois dentro de um contexto, uma paisagem pode representar, ou melhor, significar uma determinada ação, para um indivíduo, ao passo, que essa mesma paisagem pode ser significada de forma distinta para outro indivíduo de outro grupo cultural, ou até mesmo ressignificado pelo mesmo indivíduo, na atribuição de novos sentidos ou experiências.

Em relação a essas experiências íntimas, Tuan (1983), levanta o seguinte apontamento:

As experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo do nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma, mas frequentemente não estamos sequer consciente delas. Quando, por alguma razão, assumam por um instante à superfície de nossa consciência, evidenciam uma emoção que aos atos mais deliberados [...] não podem igualar (TUAN, 1983, p. 152).

Assim, a percepção da paisagem é estabelecida principalmente a partir das experiências íntimas, no entanto, como mostra Tuan (op. cit), essas experimentações são



complexas e não são fáceis de se definir ou se identificar, levando o indivíduo ao sistemático e constante processo de *re-significação* da paisagem.

Contudo, o sistemas de *re-significações*, postos nas paisagens contemporâneas, é uma análise que busquei legitimar, a partir do viés da geografia humanista, sobretudo, sob a ótica da nova geografia cultura, como forma de interrelacionar e de certa forma descomplexar os paradigmas estabelecidos pelo novo arranjo territorial, a partir da ação dos grupos juvenis marginalizados. Claro que estas abordagens, não se esgotam apenas neste trabalho, pois a amplitude dessa análise, se estenderia em outros trabalhos, e mesmo assim, não abarcaria uma totalidade, pois como posto acima, o complexo sistema de *re-significação* da paisagem, está a todo momento se modificando, assim como as dinâmicas dos agentes culturais.

### Referências Bibliográficas

ALVES, P. V.; SILVA, J. B. D. Representações dos índios goitacá na paisagem contemporânea de Campos dos Goytacazes. In: **Encontro Nacional da Anpege**, 11., 2015, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anais do XI-Enanpege, 2015. p. 5273-5284;

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem –matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia** (1). Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 239-243;

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 35-85;

CORRÊA, Roberto Lobato. Temas e caminhos da geografia cultural: uma breve reflexão. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. p. 11-35;

\_\_\_\_\_. Monumentos, políticas e espaço. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia** (2). Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 73-89;

\_\_\_\_\_. O método fenomenológico: humanismo e a construção de uma nova geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. p. 37-71;

\_\_\_\_\_. O urbano e a cultura: alguns estudos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia** (2). Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 57-69;

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia** (1). Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 221-237;



CRUZ, José Luís Vianna Da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense**. 331 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003;

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução: WertherHolzer. São Paulo: Perspectiva, 2015;

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea. **GEOgraphia**, América do Norte: UFF, v. 5, n. 10, p. 113123, dez. 2003;

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 10/09/15;

MENDES, Juliana T. N.; TORRES, Clarice Cassab. **Juventude e Seus Territórios Usados: um estudo em Campos dos Goytacazes**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas: estado, desenvolvimento e crise do capital, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Jornada-Maranhao.pdf>>. Acesso em 15/06/2016;

NUÑEZ, Carlinda FragalePate. Uma odisseia no espaço: a geografia na literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. p. 73-113;

RANGEL, Arthur Nogueira; LESSA, Ranna Albino. O graffiti na área central de Campos dos Goytacazes: tatuagens na epiderme urbana. **Élisée**, Rev. Geo. UEG, Anápolis, v.5, n.1, p.170-192, jan. /jun. 2016;

ROCHA, Samir Alexandre. GeografiaHumanista: história, conceitos e o suo da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **Ra' e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba: UFPR, v. 13, n. 13, p. 19-27, set. 2007;

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço** – tempo e técnica razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006;

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia (1)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 181-217;

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.



## **GT 06 - Sociabilidades, tensões e conflitos em pequenas e médias cidades**



### AMIZADES E INVENÇÕES DE SI: AS EXPERIÊNCIAS TRANS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Rafael França Gonçalves dos Santos<sup>109</sup>

#### Introdução

As experiências trans estão, muitas vezes, associadas à prostituição, à violência e marginalidade, produzindo uma verdade apresentada como natural e irrefutável. Na busca por trilhar outros caminhos analíticos e encontrar outros olhares onde só se tem visto o negativo, é que tenho desenvolvido a pesquisa sobre amizade e experiências trans no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: “Montagens de si: relações de amizade e experiências trans (femininas) em Campos dos Goytacazes”. Nos limites deste artigo, proponho apresentar como o tema da amizade está situado nos estudos acadêmicos e em seguida problematizar a amizade como uma forma de relação que concorre para os processos de constituição das subjetividades trans<sup>110</sup> - travestis e transexuais -, em Campos dos Goytacazes nas duas últimas décadas.

#### Estudar a amizade, é possível?

A amizade e os amigos são algo que realmente importa? Há alguma relevância acadêmica e social em se tratar tal tema enquanto um campo de pesquisa? É possível, viável e pertinente pensar e problematizar um tipo de relação humana que é tão presente quanto tênue e que por vezes escapa ao propósito cartesiano de duplo? E ainda mais, qual o sentido e importância pode haver em pensar tais questões ligadas às trans, sujeitos qualificados, descritos e historicamente nomeados como abjetos, marginais ou menos importantes em seu estatuto de humanidade (se é que o têm)?

---

<sup>109</sup> Licenciado em História (UGB-FERP, 2008), mestre em Sociologia Política (UENF, 2012) e doutorando em História (UFRRJ). Contato: rafael.fgs@hotmail.com

<sup>110</sup> Travestis, transexuais e transgêneros são alguns dos termos usados para nomear sujeitos que vivem e/ou experienciam um determinado movimento de transição no gênero e/ou no sexo. Há um debate acalorado na academia e nos movimentos sociais sobre qual termo é mais adequado para qualificar cada experiência. Uma saída encontrada por alguns é a utilização do trans\*, já outros defendem simplesmente trans. Como no meu campo de pesquisa surgiram diversas outras formas de nomeação, optei por utilizar o termo trans para me referir às interlocutoras e pontuar, quando necessário as especificidades que o compõem.



Uma primeira questão a ser colocada é que a amizade, ou melhor dizendo, as formas de amizade, possuem uma historicidade, sofreu e sofre transformações ao longo da história da humanidade, portanto, é passível de ser estudada, problematizada e indagada historicamente; e isto nos remete à ideia de desnaturalizar ou simplificar a amizade como uma relação exclusivamente de solidariedade, fraternidade e/ou irmandade. Ainda que tais aproximações sejam possíveis nos dias atuais, importa compreender que isso só é possível porque existe uma história da amizade, e que não foi sempre assim. Da Antiguidade à Idade Média, do período Moderno aos dias atuais, as relações entre amigos e amigas foram transformadas e deram novos e diferentes sentidos à intimidade, à política e à própria ideia do que deve ser público e privado.

As indagações apresentadas pelo pensador francês Michel Foucault são apontadas, muitas vezes, como o início de um interesse mais detido sobre a amizade enquanto uma forma de constituição das subjetividades. Particularmente no momento em que desenvolvia as pesquisas para o 2º e 3º volumes de seu projeto sobre a História da Sexualidade, Foucault se interessa bastante pela questão da amizade e chega a sugerir que esta poderia compor um modo de vida<sup>111</sup>.

Na Grécia Antiga Aristóteles rompeu com a ideia platônica de amor-*philia* e construiu a amizade como uma obra-prima da razão, portanto uma atividade filosófica, em contraposição ao amor, que seria uma forma de impulso, portanto não filosófico. A amizade em Aristóteles está ligada ao exercício da vida pública, o governo do Estado e à ideia do homem como um animal político. Como destacaram as historiadora Marilda Ionta e Natália Campos: “Para Aristóteles, a política é uma forma de amizade, assim como a família. (...) Ele compara a amizade entre irmãos à democracia; é um processo de fraternização e, por conseguinte, a amizade é, em princípio, democrática por ser fraternal.”<sup>112</sup>

As historiadoras desenvolvem uma reflexão sobre as diferenças entre as concepções de amizade entre os gregos e os romanos na Antiguidade, mas destacam que em ambas as sociedades a amizade fora acionada como elemento capaz de garantir certa coesão do tecido social. No contexto romano, marcado por tensões políticas e práticas de conspiração, o senador Cícero escreve *Lélio ou A Amizade*, e defende a ideia de concórdia, como uma forma

<sup>111</sup> Como está escrito em *Da amizade como modo de vida*; um texto que não mais que três páginas, e com uma densidade de uma reflexão que tomaria tempo de muitos intelectuais.

<sup>112</sup> IONTA, Marilda e CAMPOS, Natália Ferreira. Da arte da amizade entre antigos e modernos. In: RAGO, Margareth e FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 178



de manter o consenso e o acordo, com isso evocava mais uma vez a relação entre amizade e política.<sup>113</sup> Fazendo referência à interpretação de Ortega, Ionta e Campos destacam que:

(...) a *philia* grega, vínculo por excelência coextensivo da cidadania e, por conseguinte, da política na Grécia, é substituída na sociedade romana pela concórdia, que se converte na relação política básica dos romanos. Sem concórdia, a amizade só pode existir como um afastamento da política.<sup>114</sup>

Já no período conhecido como medieval estas relações são transformadas em nome da nova ordem social que se estabelecia. A *philia* da antiguidade clássica, que tinha as características de ser preferencial, recíproca e mutável, perdeu espaço para uma nova forma de amizade, qualificada com ágape; esta seria marcada por um vínculo de obediência, imutabilidade e sem reciprocidade, pois o vínculo maior se daria entre os seres humanos e o divino, Deus. Tem-se, então, a criação de uma ideia de amor ao próximo e ligação de todos como irmãos a partir da unidade divina. Com isto, operou-se um deslocamento definitivo, que Ortega atribui a Agostinho: “Com a passagem da óptica dual (eu-você) à óptica triádica (eu-você-Deus), Agostinho realizou o deslocamento definitivo da concepção clássica à cristã da amizade: ‘Feliz o que Vos ama, feliz o que ama o amigo em Vós, e o inimigo por amor de Vós’.”<sup>115</sup>

Em *Genealogias da amizade*, Francisco Ortega também identifica no período da Idade Média a criação da hostilidade em relação à homossexualidade, pois “numerosas acusações de sodomia feitas na Alta Idade Média e no Renascimento, correspondiam a um comportamento que teria sido qualificado de amizade em outra época.”<sup>116</sup> E na Renascença Montaigne investiu na separação da amizade em relação à família, como havia sido feito durante a Idade Média, mas Montaigne de alguma forma ainda pensa a amizade como uma forma de parentesco. Assim, de Aristóteles a Cícero, e chegando até os ensaios de Montaigne, há um investimento em se produzir a ideia de um modelo de amizade perfeita.<sup>117</sup>

Chegamos, enfim, à modernidade, que será analisada por alguns pensadores como a época em que há uma decomposição do espaço público e de crescente privatização e des-

<sup>113</sup> Ibidem., p. 181

<sup>114</sup> IONTA, Marilda e CAMPOS, Natália Ferreira. Da arte da amizade entre antigos e modernos. In: RAGO, Margareth e FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 181

<sup>115</sup> ORTEGA, Francisco. *Genealogias da amizade*. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 72

<sup>116</sup> Ibidem, p. 89

<sup>117</sup> VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 9



politização. Hannah Arendt, Michel Foucault, Richard Sennett, Norbert Elias e Philippe Àries são apontados por Ortega como os autores que analisam este processo que dá cada vez mais relevo à vida íntima e promove o encarceramento da amizade no espaço do privado. Conforme destaca Ortega:

Notamos, assim, como a percepção das relações de amizade como pertencentes à intimidade, totalmente distantes do público, e, às vezes, incorporadas nas relações de parentesco – algo que nos parece tão natural, que nunca pensamos em questionar-, é, na verdade um fenômeno recente, que se inicia no século XIX. Durante a Idade Moderna, essas relações faziam parte de uma sociabilidade e convivialidade próprias de uma sociedade com uma forte vida pública, fora dos quadros contratuais, dos laços de família e das relações comerciais, como foi anteriormente o caso da Antiguidade greco-latina, em que os vínculos de amizade constituíam elementos da vida pública.<sup>118</sup>

A partir do século XVIII começa-se a perceber os indícios de que a amizade assumiria um novo lugar nas relações sociais, passando a fazer parte de um repertório intimista e privado, e também privativo. “A nova amizade será mais íntima, mais privada, mais afetiva e exclusiva, e, em consequência, menos política.”<sup>119</sup>

Nietzsche talvez seja o ponto de inflexão nesse movimento de despolitização da amizade. Segundo Ionta e Campos, para o filósofo Jacques Derrida foi Nietzsche quem rompeu com o cânone da amizade, provocando fissuras nas concepções falocêntricas da amizade.<sup>120</sup>

Talvez tomada como um tema menor ou pouco capaz de despertar o interesse de pesquisadores, por muito tempo a amizade ficou relegada, caindo muitas vezes no esquecimento. É possível que isto seja um indicativo do porquê tenhamos tão poucos trabalhos produzidos sobre a história da amizade. No levantamento bibliográfico feito para esta pesquisa, encontrei uma quantidade expressiva de materiais sobre a amizade referida enquanto sinônimo de solidariedade, laço de afeição, fraternidade etc., ou seja, compreendendo apenas um dos espectros possíveis de análise da amizade. Importa destacar, também, que muitos desses materiais foram produzidos no campo da Sociologia e Antropologia, como a importante pesquisa de Cláudia Barcellos Rezende, *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*, em que a socióloga investe na análise sobre a

<sup>118</sup> ORTEGA, Francisco. *Genealogias da amizade*. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 109

<sup>119</sup> *Ibidem.*, p.139

<sup>120</sup> IONTA, Marilda e CAMPOS, Natália Ferreira. Da arte da amizade entre antigos e modernos. In: RAGO, Margareth e FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 184



amizade enquanto um dispositivo de interação social em dois espaços distintos: Rio de Janeiro, no Brasil, e Londres, na Inglaterra.

Nesta pesquisa Rezende elenca uma vasta bibliografia sócio-anropológica sobre a temática da amizade na formação do indivíduo, pontuando a importância da confiança e dos laços afetivos entre os amigos e amigas, chegando a considerar que nas relações de amizade se chegaria à não hierarquia entre os amigos, em oposição ao modelo familiar, em que cada um ocupa um lugar específico<sup>121</sup> (de pai, irmão, filho etc).

O interesse da Antropologia sobre a amizade, segundo Rezende, adveio da comparação entre amizade e família<sup>122</sup> e é uma das questões mais discutidas ainda neste campo. Há de se registrar, também, uma aproximação com os estudos da Sociologia da Emoção, particularmente nos trabalhos do antropólogo brasileiro Mauro Guilherme Pinheiro Koury<sup>123</sup>.

Como é um tema muito associado aos debates presentes na filosofia e na política<sup>124</sup>, parte considerável da literatura que se detém sobre a amizade de forma mais vertical e problematizadora está ligada a essas áreas. Na reflexão que segue, três autores identificados como filósofos ou cientistas políticos contribuíram para formular um olhar desnaturalizado sobre a amizade. O primeiro contato com esta literatura foi feito com a trilogia produzida pelo filósofo espanhol que desde a década de 1990 está no Brasil, Francisco Ortega: *Amizade e estética da existência em Foucault*, *Genealogias da amizade* e *Para uma política da Amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Em seguida encontrei o trabalho apresentado como tese de livre docência pelo professor Edson Passetti, que atua na área de Ciência Política, *Éticas dos Amigos: invenções libertárias de vida*; por fim, mas não menos relevante, consegui acesso ao importante livro do filósofo Jacques Derrida, *Políticas da Amizade*, cuja versão em língua portuguesa foi produzida pela editora Campo das Letras (Portugal).<sup>125</sup>

<sup>121</sup> REZENDE, Cláudia Barcellos. *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 78

<sup>122</sup> *Ibidem.*, p. 111

<sup>123</sup> KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Por que as amizades acabam? Uma análise a partir da noção goffmaniana de vulnerabilidade. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, v. 7, p. 20-31, 2015. / KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Amizade e Modernidade. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* (Online), v. 11, p. 346-360, 2012. / KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Ambivalência nos anseios e nas ações: a amizade na idade adulta. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* (Online), v. 11, p. 878-883, 2012.

<sup>124</sup> IONTA, Marilda e CAMPOS, Natália Ferreira. Da arte da amizade entre antigos e modernos. In: RAGO, Margareth e FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 176

<sup>125</sup> Tanto o trabalho de Passetti quanto o de Derrida são de difícil acesso no Brasil. O primeiro por já estar esgotado, e o segundo por ter de ser importado ou encontrado em poucas bibliotecas (talvez somente em capitais e/ou grandes centros de estudo)



Há, ainda, algumas pesquisas produzidas por historiadoras brasileiras. *As cores da amizade*, de Marilda Ionta, com uma análise das missivas trocadas entre Mário de Andrade e três mulheres amigas; *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*, de Susel Oliveira da Rosa, que na primeira parte narra a história de Nilce Cardoso e dá destaque às amizades como um “tecido afetivo”; e *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*, de Margareth Rago, que contribui sobremaneira para refletir sobre a historicidade presente na constituição das subjetividades. Fora do contexto brasileiro dois outros trabalhos contribuíram para alimentar a visão da amizade a partir de uma abordagem não natural: *A amizade no mundo clássico*, de David Konstan, e *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*, de Anne Vincent-Buffault.

Entendo, portanto, que essas contribuições, particularmente da filosofia, ajudarão a sustentar a ideia de que a amizade não pode ser tomada apenas como um laço de fraternidade ou solidariedade, pois como destacou Passetti, a fraternidade, desde a época da Revolução Francesa, prezava por um efeito apaziguador<sup>126</sup>, e esta explicação pode ser encontrada em Hannah Arendt que explica:

A fraternidade que a Revolução Francesa acrescentou à liberdade e à igualdade, que sempre foram categorias da esfera política do homem – essa fraternidade tem seu lugar natural entre os reprimidos e os perseguidos, os explorados e humilhados, que o século XVIII chamava de infelizes, *les malheureux*, e o século XIX de miseráveis, *les misérables*.<sup>127</sup>

Ortega percebe que Arendt entende a amizade como um fenômeno público, que tem potencial político, enquanto que a fraternidade contribui para o apagamento das diferenças e anulação da pluralidade.<sup>128</sup>

É, portanto, esta ideia da amizade como uma potência do político que se almeja explorar nesta pesquisa; entendendo que por mais que a linguagem do familiar - irmão, mãe, afilhada -, componham as relações de amizade entre as trans, não é possível que estas sejam identificadas apenas como sintoma de uma relação privada. Das 18 entrevistas realizadas entre 2015 e 2016, percebi uma recorrência das relações de amizade vividas no privado como forma de se chegar à cena pública, dita de outra maneira, seria como ter na amizade privada

<sup>126</sup> PASSETTI, Edson. *Éticas dos amigos: invenções libertárias de vida*. São Paulo: Imaginário/CAPES, 2003. p. 205

<sup>127</sup> ARENDT, Hannah. Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing. In: *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 22

<sup>128</sup> ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida e Foucault*. Rio de Janeiro: Sinergia/Relume Dumará, 2009. p. 31



um impulso para sair do privado e assumir a constituição de uma cena da cidade, recriando os espaços de gênero, e reiterando por certo os espaços heterotópicos, como as ruas de prostituição. As amizades possibilitariam uma experiência da solidão compartilhada com outros iguais. A solidão aparece aqui no sentido atribuído por Foucault e Sennett como sendo “a sensação de ser um entre muitos, de ter uma vida interior que é mais que um reflexo da vida dos outros.”<sup>129</sup>

### **Eu sou uma pessoa sozinha**

Muitas das entrevistadas se apresentaram enquanto “pessoas sozinhas”. Atribuíam essa noção à ausência de vínculos familiares fortes, à falta de um parceiro fixo ou mesmo o pouco contato diário com amigos e colegas. Inicialmente poder-se-ia pensar que esta condição de estar só significa um afastamento do tecido social, mas não é exatamente isso que ocorre. A solidão torna-se um espaço de existência e cria possibilidades de encontros. Esses “encontros” podem ser de duas ordens: os “que nos dão alegria são aqueles que aumentam a nossa potência – as “potências aumentativas” –, enquanto os geradores de tristeza – as “servidões diminutivas” – a diminuem.”<sup>130</sup>

Durante as entrevistas foram narradas histórias de encontros que geram potências de vida, impulsos de criação, como no caso de Andréa e Anna Laurah; bem como aqueles geradores de tristeza, lembrado por Luciana, mas não menos potentes em sua capacidade de criação subjetiva.

Para explicar sua entrada no universo das drogas, que teria ocorrido em paralelo à entrada no circuito da prostituição, Luciana não hesitou em se qualificar como “uma drogada”, como se esta experiência qualificasse todo seu ser. Isso, certamente, está em sintonia com a marginalização em curso na nossa sociedade sobre as substâncias consideradas como drogas ilícitas. Quando perguntei se ela poderia falar um pouco sobre o assunto, a resposta veio em tom de pergunta e desabafo:

Falar o que? (risos), que eu sou uma drogada?! É, Rafael... você sabe que é complicado, né?! Você sabe que a gente é muito carente, né?! Não sei se você é assim. O nosso mundo é um mundo muito solitário. (...) É, o mundo gay. É um mundo muito solitário, um mundo de poucas oportunidades; acho

<sup>129</sup> Texto retirado de FOUCAULT, Michel e SENNETT, Richard "Sexuality and solitude", in London Review of Books, 21 May - 3 June, 1981, p. 04-07. Tradução: Lígia Melo da Costa, Maria Beatriz Chagas Lucca e Sérgio Augusto Chagas de Laia. p. 1-2

<sup>130</sup> ROSA, Susel Oliveira da. A amizade como forma de “cuidado com o mundo” na trajetória de Nilce Cardoso e Delsy Gonçalves de Paula. In: *Mnemosine* Vol.5, nº1, p. 95-116 (2009). p. 97



que tem que ser como você mesmo, é meter a cara... estudar; como eu fui... hoje eu poderia ter meu carro, poderia ter uma vida. Como eu te falei: eu já ganhei dinheiro, eu já ganhei dinheiro mesmo... poderia ter meu carro. Já tive uma moto; não vendi por causa das drogas, vendi por opção, que eu já tava enjoado mesmo dela, entendeu?! Só que a gente se sente muito carente, muito sozinho e, a nossa vida... a gente que vive de rua é uma vida muito louca. Eu, pra mim ir pra rua, eu tenho que me drogar antes, porque eu não consigo ficar naquela rua, sã. (Luciana Campos, 16/11/2015)

Luciana pratica em seu discurso sobre a solidão e a carência, uma invenção de si como “uma drogada”, e cria um trajeto explicativo para justificar o uso de drogas a partir da experiência da solidão, sendo esta provocada por sua condição trans. A falta (de afeto, emprego, dinheiro dentre outras) é o que ajudaria na aproximação com as drogas. Aquilo que ela qualifica como “mundo gay” é melhor entendido, na verdade, como o universo trans. As diferenças de aceitação da sociedade são nítidas. A própria Luciana explica que há pouco mais de 10 anos, quando trabalhava na Prefeitura, precisava criar estratégias para não ser percebida enquanto trans:

Que eu sempre trabalhei, graças a Deus. Eu sou professor... eu sou professor de artesanato; trabalhei na Prefeitura como é... instrutor de Artes e Ofícios. Eu de dia, eu sou um rapazinho; de dia boto um, um pano... um top que eu tenho aqui pra amassar meu peito, jogo uma blusa... claro, quando eu trabalhava... jogava uma blusa larga, de bofe e calça comprida de bofe, e tenzinho. Tinha cabelão. Que eu tirei, agora tô com *black* e tal; usava megahair na cintura, pegava fazia um rabo de cavalo e ia trabalhar, bonita. As pessoas ficavam assim.. se era mulher, se era sapatão, se era homem. De dia eu era assim, entendeu?! (Luciana Campos, 16/11/2015)

Luciana usava uma estratégia para não ser percebida enquanto trans, pois fica evidente que como “gay” ela seria aceita, mas como trans não. Isso é sintomático de como na cidade há um entendimento dos lugares possíveis a serem ocupados pelas trans, e este certamente não é o cargo de um professor ou professora. A falta de estabilidade no emprego a obrigava a negociar com o sistema, pois:

Não era concursado! Se eu fosse concursado. O preconceito hoje existe... e hoje é... se eu disser pra você... como eu falei pra você, é... se Deus perguntar se eu quero ser “veado” novamente, eu vou querer ser “veado” e vou querer ser travesti, mas hoje eu me arrependo um pouco, não pelo... como que eu vou dizer?!, pelo termo de serviço.. que eu já fui pessoas pra procurar serviço e as pessoas não me aceitaram, porque eu sou travesti, porque eu tenho esse peito, entendeu?! Hoje ainda existe, entendeu?! Nós estamos em 2015, né?! Como que se diz?! (...) Século 21, entendeu?! Acho



que isso já não era pra tá mais na cabeça das pessoas, concorda comigo?!  
(Luciana Campos, 16/11/2015)

Esse tipo de situação concorre para que Luciana tenha como possibilidade de vida o espaço da prostituição, que é visto por ela como algo muito ruim, e as drogas aparecem como uma possibilidade de suportar aquilo que é insuportável, deplorável e degradante, pois como ela mesma diz:

Eu não gosto de pista, não me sinto bem.. É... como que eu vou dizer?! Rua é pra quem gosta. Tem as que gostam realmente. Aquilo ali, acho que pra mim... vou até bater na boca 3 vezes, porque eu dependo daquilo dali hoje... eu até tenho medo de falar... assim, não cuspir no prato que você comeu. Entendeu?! , mas, que é... aquilo dali, que é pra mim deprimente é, sabe?! Você pegar homem sujo, você pega homem gordo, você pega homem com o pau todo cheio de sebo, sabe?! E tão te pagando, você acha que... eles... eles acham que você é obrigada a fazer o que eles querem. Você leva garrafada, você leva bolsada de coco, bolsa de mijo, ovo podre... (...) A única coisa que eu sofri ali foi uma garrafada, aqui óh (mostra a marca que tem no rosto, acima dos olhos). Tem ainda uma marquinha aqui... (aponta para a parte superior dos olhos) (Luciana Campos, 16/11/2015)

São estas experiências que constituem o corpo e a subjetividade trans de Luciana. E a fazem avaliar que mesmo com tudo isto, se tivesse que nascer de novo, gostaria de ser “veado”, e ser travesti, mesmo reconhecendo as dificuldades que enfrenta por ter “peito”.

Por outro lado, Anna Laurah e Andréa acionam o dispositivo da solidão para dar sentido a outros repertórios na constituição de si.

Eu sou uma pessoa sozinha! Pra minha vida, pra eu agir a minha vida, eu sou uma pessoa sozinha! (Anna Laurah, 08/10/2015)

A gente transexual, a gente somos muito sozinha. Os transexuais são muito sozinhas! A gente é ligada muito uma pra outra; a gente somos muito afetiva, samos muito mãe, gosto do lado mãe, de... a gente somos muito ligadas à família, a gente samos muito ligada às... a gente passa a ficar muito próximo a sobrinho, à irmãs, essas coisas... a gente somos muito assim: afetiva, dentro de casa, a mor de mãe, essas coisas... a gente é muito ligada à casa. Pra isso eu gosto muito do ciclo das transexuais, que é o meu mundo. (Andréa Castro, 29/02/2016)

Andréa aciona a questão da solidão para dar sentido a sua experiência, e ainda a constitui como algo ligado à afetividade e à dimensão do que é ser mulher: o lado maternal é um elemento que integra o repertório de construção de si no feminino.



Por outro lado, evidencia-se que essa experiência da solidão não é algo solitário, pois justamente por partilhar esse sentimento com outras trans por meio da amizade, é que ela se constitui. A rede formada pelas trans é o que dá suporte para a vida de Andréa, torna possível sua existência e constitui um espaço em que se produz sua subjetividade:

Ah, amizade pra mim em primeiro lugar é muito importante, e principalmente por essas pessoas que tem a mesma mentalidade, a mesma sintonia minha sabia?! Porque... hoje em dia é tão difícil amizade! Sempre foi, mas não tanto como é agora, né?! Então, todas elas, ainda mais as antigas da minha época, a gente criou uma certa amizade, que se tornou familiar; a gente somos confidentes uma da outra, sabe?! É muito importante pra mim isso. (Andréa, 29/02/2016)

É interessante considerar que na atualidade essa rede é tecida também pelos meios virtuais: como o *Whatsapp* e o *Facebook*. Se em tempos passados as escritas de si eram feitas nos diários íntimos, hoje parecem assumir sua forma atualizada nas redes sociais, particularmente o *Facebook*. É por meio dele que muitas trans se fazem vistas, mantêm contato com amigas que foram para a Europa, ou constroem uma imagem de si como a que foi lembrada por Joyce, ao comentar a visualização do perfil do *Facebook* de uma concorrente do concurso Musa Gay de Campos, no qual ela foi jurada:

Já foi... no ano ... eu fui jurado esse ano. É ... eu entro no Face dela eu vejo... elas quando vão dormir, que deixa alguma coisa no Face, eu vejo ela muito... é... assim... as coisas que elas deixa, é muito assim, sofrimento. Eu acho que... você acha que elas não queriam ter essa vida?! (Joyce, 07/10/2015)

Joyce acredita que muitas trans têm uma vida muito sofrida, e por isso algumas têm atitudes ruins com ela. Ela observa que este sofrimento está explicitado, por exemplo, nas postagens que elas fazem no *Facebook*. Assim, esta ferramenta de contato virtual, torna-se, também, um espaço para constituição da imagem de si vista pelos outros.

O *Facebook* é uma ferramenta citada por quase todas as entrevistadas que são alfabetizadas e possuem acesso à internet, em notebooks ou no celular. Ele funciona como um espaço de interação, em que glórias e tristezas são partilhadas com “as amigas”. Os corpos feitos com silicone, as idas aos bailes de Carnaval, pagodes e outras festas, as roupas “belíssimas”, as viagens internacionais e os muitos lugares visitados, enfim, é toda uma sorte de eventos que são partilhados no *Facebook*, aos quais as amigas, próximas ou distantes, podem ter acesso. É uma forma, também, de apresentar a si mesma como alguém que está



tendo conquistas na vida. Percebi isso, particularmente, quando as travestis que estão em Campos falam de suas amigas europeias, que vivem hoje na Itália, Portugal, Espanha, Suíça.

Quando soube dessas informações, e tendo o nome dessas “amigas” que estão “lá fora”, fui ao Facebook de minhas interlocutoras para buscar um contato com essas pessoas, e percebi que as postagens eram totalmente liberadas, ou seja, mesmo aqueles que não eram seus amigos na rede social, poderiam vê-las; percebi, ainda, uma forma de apresentação de si pautada em situações de glamour e riqueza, muitas postaram fotos em pontos turísticos europeus.

Como destacou Renata, por meio do *Facebook*, ela tem contato, e mantém uma relação de intimidade com muitas amigas que estão na Europa, como com Regina que:

(...) postou uma foto agora no *Facebook*, hoje, ela tá na Alemanha. Tenho duas amigonas minhas. Elas vieram aqui pra... pra comprar um apartamento, todas duas. Uma veio, logo depois a outra veio. Veio... E elas são amiguíssimas lá. E elas são maravilhosas. Ela veio pra comprar um apartamento aqui e pra trocar a documentação, entendeu?! Trocar, botar o nome feminino na identidade. (Renata Melila, 06/10/2015)

Fazendo um rastreamento exploratório nas páginas do *Facebook* das minhas interlocutoras, percebi que a maior parte delas estava conectada entre si, e ainda tinham muitas outras amigas trans.

Essa rede virtual de amizade mostrou-se bastante intensa no final de 2015, quando um episódio marcou a cidade, mas que foi logo esquecido. Uma travesti de 27 anos foi agredida em uma casa de shows da cidade, após ser expulsa do banheiro feminino. O episódio mobilizou muitos usuários amigos de Yasmin, que fizeram diversos comentários denunciando a transfobia; foram dezenas de comentários na página do *Facebook* de Yasmin, muitos dos quais apresentando solidariedade, proposta de união para denunciar o ocorrido e de enfrentamento a este tipo de preconceito.

Além de tornar possível uma circulação de afetos doces em meio à solidão, a sensação de estar em contato com alguém que vive a mesma experiência é algo apontado por Andréa como fundamental, pois só assim se consegue uma troca justa, um entendimento considerado verdadeiro. A troca de confidências é um elemento integrador. É interessante notar, ainda, como ela compara essa relação a algo familiar, na medida em que o lugar da família é visto como esse de afetos fortes e verdadeiros.



### Solidão que nada! Amizade e constituição da subjetividade

Na concepção contemporânea de amizade, entende-se que o amigo ou a amiga é aquele e aquela com quem se pode falar com menos pudores, alguém pronto e disposto a saber a verdade sobre si e partilhar desta verdade sob o manto do segredo.

Quando explica o peso da amizade juvenil entre os adolescentes franceses no século 19, a historiadora Anne Vincent-Buffault percebe que as amizades potencializam a formação de laços fortes de confiança e afeto, tecidos em um contexto em que os amores e outros sentimentos eram rigidamente controlados. Para ela: “O gosto do segredo, que os controles excessivos engendram, não deixa também de ter um papel na invenção dos rituais da troca amistosa.”<sup>131</sup> Assim, o amigo torna-se aquela que pode ter acesso ao eu mais íntimo e “verdadeiro”, na medida em que neste tipo de relação os filtros sociais seriam menos rigorosos.

Ao perceber este exercício da amizade entre os jovens franceses no século XIX, Anne Vincent-Buffault indica um aspecto constitutivo das relações de amizade ainda reivindicado por aqueles que nomeiam e descrevem seus amigos: a intimidade. Trata-se aqui de uma intimidade percebida como um eu verdadeiro, reservado, guardado para poucos, aquele eu que não se expõe à avaliação cotidiana dos jogos sociais. Isto estaria ligado a uma possibilidade de ser livre, ou seja, de não estar submetido à regras, leis e normas impostas pela sociedade. Desta forma, este lugar idílico da amizade é descrito com ternura e afeto, como se fosse possível criar um espaço confortável em contextos de rigidez e controle.

Não há, no trabalho de Vincent-Buffault, uma análise mais detalhada das especificidades das amizades entre pessoas não heterossexuais. Pelo que é analisado pela autora, também nas amizades heterossexuais há códigos e normatizações que fazem deste lugar da amizade uma zona de oxigenação do “eu verdadeiro”. No caso das experiências das homossexualidades e trans esta zona parece ser ainda mais intensa e produtiva.

Talvez esta realidade se dê porque, diferentemente da heterossexualidade que é produzida sob códigos do que é socialmente aceitável, as homossexualidades e as experiências trans são tecidas sob o signo do abjeto, marginal, inominável, e portanto, não devem existir os eus a partir dessas experiências. É por isso que se há de supor que as relações

---

<sup>131</sup> VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 117



de amizade são para estes sujeitos, uma possibilidade real da criação de si, de invenção, efetivação e fortalecimento de projetos de subjetividades.

Carmem Dora Guimarães<sup>132</sup> escreveu sobre o funcionamento de uma rede de amigos mineiros que foi tecida na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1970. Ela percebeu que para estes homens homossexuais de classe média, esta rede era fundamental para a constituição de um si mais autêntico, na medida em que menos heteronormativo. Ou seja, era somente quando estavam juntos, em uma cidade distante do local de origem, é que estes amigos criavam modos de vida autênticos. A autenticidade, corresponde aqui, à ideia de que não precisavam performar uma identidade heterossexual, como faziam na cidade natal.

Isso não me permitiria conferir à amizade uma exclusividade na constituição das subjetividades homossexuais ou trans, mas certamente é um indício da potencialidade desta forma de relação, ligada à possibilidade de experiências que darão contornos a outras subjetividades, que não aquelas prescritas pelo padrão da heterossexualidade.

A ideia de produzir um eu autêntico, no exercício da produção de si, pode ser percebida nas palavras de Wanessa Lóes (32 anos) ao me explicar como se deu, em sua trajetória, a experiência de vestir roupas femininas. No início este era um ato solitário e secreto:

(...) eu passava batom, fazia as coisas escondido. E já cheguei a botar roupa escondido com ele vivo, em casa de amigos que moram em outros bairros, entendeu?! Já cheguei a fazer com ele vivo; mas, após eu ter tido... ele me aceitar como gay. Ele nunca me viu com roupa de mulher; mas, após ele me aceitar como gay, assim... isso não ser mais... uma questão, eu já botava roupa escondido. Então, foi mais... é... e foi pros 20 assim, eu já botei, assim, a noite só. Entendeu?! (Wanessa Lóes, 16 de outubro de 2015)

Wanessa, que perdera a mãe ainda criança, explica que precisava viver esta feminilidade de forma secreta pois até então morava com seu pai, que após expulsá-la de casa, ao descobrir sua homossexualidade aos 15 anos, a aceitou de volta, mas com a condição de que fosse apenas homossexual, trans não. Num movimento que envolve respeito pela figura do pai, necessidade de ter um abrigo e um exercício da solidão, ela resolve viver esta experiência de forma privada.

Esse âmbito do privado, entretanto, começa a se expandir quando conhece Gustavo, que fora apresentado por outra amiga (lésbica) comum a ambos. Considero importante destacar a sexualidade dessa amiga, pois apesar das especificidades de cada identidade

---

<sup>132</sup> GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.



(lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual), pode-se considerar que todos esses sujeitos partilham, em alguma medida, de um conjunto de experiências que compõem aquilo que se chama de sexualidades dissidentes. E foi com Gustavo, após a morte de seu pai, que Wanessa se “montou” para sair à rua pela primeira vez:

...foi com ele...é; que eu me montei foi pela primeira vez com ele lá, lá na casa dele. (...) Lembro! Eu fiquei cheia de vergonha de sair na rua. Eu falei: “Gustavo, a gente vai sair na rua...”, ele olhava pra ver se tinha algum conhecido. É muito estranho... é muito. Eu ficava com medo não de encontrar, é... e não de encontrar o meu pai, mas assim, eu ficava com vergonha... nunca tinha feito aquilo, entendeu?! Muito, muito diferente... (Wanessa Lóes, 16 de outubro de 2015)

O objetivo do investimento na montagem era apenas um:

Pra andar... só pra passear mesmo (risos) ... e pra ter aquela sensação que eu nunca tinha tido, de se mostrar ao público com roupa de mulher... passar andando com roupa de mulher, entendeu?! (Wanessa Lóes, 16 de outubro de 2015)

Ou seja, mulher, sentir-se mulher não é algo que possa se bastar individualmente, pelo contrário, é parte das técnicas de si, que como analisa Foucault, é um exercício que envolve o outro, o coletivo. Wanessa indica que este sentimento de si é preciso ser exposto ao social, ou seja, é preciso ser mostrado. Esta sensação ela caracteriza, mais à frente, como uma sensação de liberdade, pois seria o momento de sua vida em que poderia ser “ela mesma”. Essa ideia de mostrar seu eu verdadeiro perpassa grande parte dos discursos das entrevistadas; o que é algo bastante curioso, na medida em que este eu seria a expressão de uma essência feminina já percebida desde a época da infância. E é neste ponto que se produz uma diferença fundamental entre a travesti e a transexual. Andréa explica que as transexuais:

São muito complicada, a gente somos taxadas até como doida. É! Eu fiz, quando eu fiz o tratamento com psicanalista, ele falou: “São uma cabeça muito...”, ele mesmo me falou: “São um universo muito complicado o de vocês”. Porque o travesti, ele já se aceita, o travesti, ele se aceita por que? Ele é um objeto de prazer, ele se transforma pra dar prazer ao corpo dele, e o travesti, ele bota formas femininas pra atrair o homem, mas como pode atrair uma mulher também. E a gente transexual, não é que a gente não goste de mulher, a gente somos mulheres também. A cabeça da gente é de mulher. E é diferente. Pra isso, eu não gosto de amizade, muita amizade com travesti. Eu sou muito sozinha, eu gosto de amizade com mulher, com hetero, ou com gays mesmo, ou... assim, ou os transexuais, a nossa conexão é diferente. (Andréa, 29 de fevereiro de 2016)



Andréa explica que a cabeça das transexuais é muito diferente das travestis, pois para ela a transexual é uma mulher de verdade, uma pessoa que se sente como uma mulher, mas que está aprisionada no casulo de um corpo masculino. Como ela explicou no início da entrevista: “Essa que tá falando com você aqui é uma pessoa que tá falando de dentro de um casulo, que tá aprisionada, sou eu. Porque o corpo, eu sempre quis destruir o corpo masculino, eu tenho horror.” (Andréa, 29 de fevereiro de 2016)

Esse discurso reivindicatório de um comportamento feminino que seria direcionado por uma “cabeça” feminina também aparece na história de Wanessa, ao explicar sua trajetória de “gayzinho” até hoje, quando se identifica, se percebe, e se construiu como uma mulher – transexual.

Tanto para Wanessa quanto para Andréa essa distância da compreensão de si é o que justifica um afastamento das amizades delas com as travestis, pois identificam que os interesses, as conversas e as formas de pensar seriam bem diferenciadas. Apesar de todas elas, travestis e transexuais, terem um corpo que possa socialmente ser qualificado como feminino, as transexuais teriam também uma “cabeça” de mulher, enquanto as travestis seriam constituídas por uma “cabeça” de homem.

Assim, a ideia de uma eu verdadeiro que fica escondido por conta das amarras sociais é apresentada pelas entrevistadas como algo que precisa ser vivido e, muitas vezes, é em busca desta expressão do eu que elas se engajam nos muitos processos de transformação de si e de criação de uma visibilidade para o social.

Fazendo um caminho a contrapelo do que foi verificado nas entrevistas, minha proposta não é compreender como esse eu é vivido por elas, mas sim buscar entender como elas acionam discursos dos mais diversos campos do saber para criar esta ideia de um eu anterior ao sujeito; com isso suspeito ser possível criar elementos que auxiliem na compreensão desta histórica forma de criação de subjetividades classificadas, enquadradas e assumidas como travestis, transexuais, transgêneras ou, simplesmente, trans.

A fala de Wanessa ajuda a qualificar o entendimento desta ideia do eu que a antecede; ao descrever a sensação que sentiu ao se vestir de mulher e andar em vias públicas pela primeira vez:

(...) foi uma sensação de liberdade... Eu nunca tinha me sentindo **tão eu**, assim. Eu nunca tinha ... eu acho que foi... Eu lembro, eu lembro até hoje... Eu nunca vou... eu, eu nunca vou esquecer dele porque foi um divisor de águas. Porque, até então, eu tinha feito isso dentro de quarto, escondido... nunca tinha ido pra rua. Entendeu?! E a gente foi pra rua, passear, comum. (Wanessa Lóes, 16 de outubro de 2015)



A compreensão de que esta prática de si não é solitária, é corroborada pela presença do amigo de Wanessa. Na trajetória de Wanessa a figura do amigo foi fundamental. Pelo que ela descreve, eles começaram juntos a arte do fazer-se, vestindo roupas de mulher para dar pequenas saídas pelas ruas, durante o período da noite. Ele, no entanto, abandonou a “carreira” e hoje não mais se “monta; Wanessa manteve-se firme no processo, e construiu, cada vez mais, uma identidade feminina.

A figura do amigo neste processo inicial é extremamente relevante, pois ele funciona tanto como tecido afetivo, de que nos fala Foucault, quanto como espaço de realização, na medida em que pode oferecer um espaço físico, em geral sua casa, para receber a amiga.

Na sequência apresentada por Wanessa, evidenciam-se, ainda, outros elementos que figuram na construção da amizade, como a confiança, a cumplicidade e o carinho. Estas são matérias primas das montagens de si trans, pois é um tipo de apoio que confere coragem àquelas que ousam se lançar neste campo de batalhas cotidianas.

Outro aspecto relevante na trajetória de Wanessa, é que o aquele se tornou o amigo que viabilizou seu sonho de estar no feminino na cena pública, o foi apresentado para ela por uma amiga lésbica.

Eu fiquei amiga dele por uma amiga minha que era lésbica que tava ficando com uma amiga dele, e ele morava lá perto de casa também. E quando ele tava com esse caso... é porque ele foi expulso da casa da mãe dele também; aí ele foi, ele foi morar com esse caso dele, o Thierry. Eles ficaram um bom tempo... acho que 8 anos, 9 anos. (Wanessa Lóes, 16 de outubro de 2015)

A amizade que se constitui a partir da formação de uma rede; e neste caso os pontos de sustentam a rede, os nós que garantem a sua formação parece ser a experiência de uma sexualidade ou uma performance de gênero dissidente.

### **Considerações finais**

Concluir um texto, uma reflexão, uma pesquisa certamente não é tarefa das mais fáceis. Talvez ainda menos confortável seja a ideia de finalizar um artigo que trata de uma pesquisa ainda em construção. Por isso, essas considerações finais seguirão em forma de questões que têm sido gestadas, amadurecidas e também abandonadas no percurso da pesquisa.

O que pode a amizade neste contexto atual de normatividades de gênero e sexualidade? De que maneira as técnicas de si, vividas coletivamente, contribuem para a



criação de outros modos de vida (um modo de vida trans?) em cidades, bairros ou casas pautadas por uma normatividade de gênero fundada no binarismo?

Do público ao privado, as amigades trans recolocam a questão do político nas amigades e reiteram sua dimensão privativa. É interessante perceber, entretanto, que tipo de privado está em invenção nessas relações, e como este redimensiona a noção do público visto que o privado criado e vivido nas amigades trans está voltado para o público, para uma apresentação de si na cidade, uma forma de ter apoio e coragem para enfrentar a sociedade e publicizar uma subjetividade qualificada, nomeada e historicamente tratada como abjeta, menos humana e sem importância.

### Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing. In: **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BUTLER, Judith P. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel e SENNETT, Richard "Sexuality and solitude", in London **Review of Books**, 21 May - 3 June, 1981, p. 04-07. Tradução: Lígia Melo da Costa, Maria Beatriz Chagas Lucca e Sérgio Augusto Chagas de Laia.

FOUCAULT, Michel. **Da amizade como modo de vida**. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/amizade.pdf>. Acessado em 03/09/2013.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

IONTA, Marilda. **As cores da amizade**: as cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.



IONTA, Marilda e CAMPOS, Natália Ferreira. Da arte da amizade entre antigos e modernos. In: RAGO, Margareth e FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Ambivalência nos anseios e nas ações: a amizade na idade adulta. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* (Online), v. 11, p. 878-883, 2012.

\_\_\_\_\_. Amizade e Modernidade. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* (Online), v. 11, p. 346-360, 2012.

\_\_\_\_\_. Por que as amizades acabam? Uma análise a partir da noção goffmaniana de vulnerabilidade. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, v. 7, p. 20-31, 2015.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para uma política da amizade**: Arendt, Derrida e Foucault. Rio de Janeiro: Sinergia/Relume Dumará, 2009.

PASSETTI, Edson. **Éticas dos amigos**: invenções libertárias de vida. São Paulo: Imaginário/CAPES, 2003.

PELÚCIO, Larissa M. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

REZENDE, Cláudia Barcellos. **Os significados da amizade**: duas visões de pessoa e sociedade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 78

ROSA, Susel Oliveira da. A amizade como forma de “cuidado com o mundo” na trajetória de Nilce Cardoso e Delsy Gonçalves de Paula. In: *Mnemosine* Vol.5, nº1, p. 95-116 (2009).

VINCENT-BUFFAULT, Anne. **Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.



### SAINDO DO ARMÁRIO: A MICROTERRITORIALIDADE HOMOSSEXUAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Tatiane Cardoso Tavares<sup>133</sup>  
tatianecardoso@live.com

#### RESUMO

As microterritorialidades urbanas são aqueles locais que em um determinado momento ou horário é apropriado por um determinado grupo social e em outros momentos ou períodos do dia outros grupos sociais se apropriam desse mesmo espaço. Em sua prática as microterritorializações são baseadas da produção de sociabilidade que podemos identificar nitidamente nas microterritorializações promovidas por homens homossexuais que se apropriam dos espaços da cidade muitas vezes a fim de encontrar seus pares para relações afetivas e sexuais. Nesse contexto, pretende-se estudar as microterritorializações dos homens homossexuais na cidade de Campos dos Goytacazes, identificando de que maneira estes se apropriam do espaço e as diferentes formas de representação. A relevância da pesquisa está em diagnosticar se as relações mediadas eletronicamente produzem e/ou reforçam essa microterritorialidadegay na cidade de Campos dos Goytacazes. Deste modo, propomos nesta pesquisa uma análise das microterritorialidades produzidas pelo aplicativo Grindr na cidade de Campos dos Goytacazes, suas formas de apropriação.

**Palavras-chaves:** microterritorialidade; Grindr; Homossexuais.

#### 1. Introdução

O movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) teve seu início em meados do século XX, juntamente com vários outros movimentos sociais que surgiram como forma de contestar valores culturais, políticos e, em alguns casos econômicos, contestando desse modo certas estruturas da sociedade ocidental.

Apesar de haver décadas de luta a favor dos direitos LGBTs, estes ainda sofrem com o preconceito em muitos países ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Apesar de em alguns países já terem sido permitidos legalmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e direitos como comunhão de bens, pensão alimentícia, planos de saúde, herança, em mais de 70 países é considerado crime ser cidadão LGBT, segundo dados da ILGA.

<sup>133</sup> Bacharel em Geografia na Universidade Federal Fluminense, UFF. Graduanda em Licenciatura em Geografia no Instituto Federal Fluminense, IFF



No caso do Brasil, o Supremo Tribunal Federal - STF em 2011 reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual. Porém a decisão do STF não é equivalente a uma Lei e na verdade necessitam entrar na justiça para garantirem o reconhecimento da Lei os seus direitos. Então em 2013, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ decidiu que os cartórios brasileiros fossem obrigados a celebrar casamento entre os homossexuais e também não poderiam mais se recusar a converter união estável homoafetiva em casamento. Na prática, mesmo após a resolução do CNJ, diversos casais homoafetivos ainda têm dificuldades para conseguir celebrar sua união e convertê-la em casamento, como no caso da cidade de Campos dos Goytacazes que é conhecida por seu conservadorismo que se reflete em seus juízes que negam a realização de casamentos homoafetivos<sup>134</sup>.

A discussão a respeito da homossexualidade ao longo dos últimos anos vem adquirindo notoriedade nas pesquisas acadêmicas. Devido à luta dos homossexuais na conquista pelos seus direitos, pelo reconhecimento de suas famílias, fez com que este movimento crescesse ainda mais na busca da visibilidade dos LGBT's. A expansão da internet representa uma nova ferramenta de combate ao preconceito, auxiliando a divulgação das notícias relacionadas ao movimento e como forma de publicação das conquistas alcançadas ou noticiar situações de preconceitos.

No presente artigo, utiliza-se como ferramenta de análise a internet, pois essa possibilita maior comunicação entre os sujeitos, dessa forma provoca uma facilidade de conectividade entre os participantes dessa interação. Construindo deste modo uma nova dinâmica de relação entre as pessoas suscitando a afinidade dos sujeitos com o espaço em que vivem. O espaço geográfico saiu do campo do real, constituindo um espaço virtual. Através do meio virtual que podemos entender os novos tipos de territorialidades.

A internet de acordo com estudos de Bernardes e Turra Neto (2013) é uma ferramenta para expansão e criação de territórios devido à facilidade de divulgação que a rede proporciona para interação entre os sujeitos. Para Bernardes e Turra Neto (2013) a internet facilita a divulgação de informações, provocando a coexistência de diferentes grupos sociais

---

<sup>134</sup>Campos dos Goytacazes parece não se preocupar com a decisão tomada em 2013 pelo CNJ e segue tendo juízes que não realizam a cerimônia de casamento homoafetiva. Os cartórios da cidade não se negam a celebrar o casamento entre homossexuais, porém os funcionários sempre alertam quanto ao indeferimento constante da documentação por parte dos juízes, e ainda argumentam que esse indeferimento está ligado a questões religiosas por parte dos juízes da cidade. Um dos cartórios do centro da cidade de Campos dos Goytacazes na tentativa de ajudar os casais pede que os mesmos procurem a Justiça itinerante no Fórum de Campos dos Goytacazes, alegando que somente o órgão consegue realizar casamentos homoafetivos na cidade. Em 2016, foi celebrado o primeiro casamento homoafetivo público em Campos dos Goytacazes através da Justiça Itinerante no Fórum da cidade. Este casamento foi possibilitado porque um novo juiz tomou posse e não se recusou a realizar a cerimônia.



no mesmo espaço virtual. Contudo há perguntas que pretendemos responder com esta pesquisa, em que medida, aplicativos de redes geosociais para *smartphones*<sup>135</sup> como o Grindr influenciam os *gays* para onde ir, e como através desse aplicativo é criado o “microterritório *gay*”.

Buscamos descrever, entender e analisar as dinâmicas e as relações dos homens homossexuais assim como seu modo de apropriação do espaço e a produção da microterritorialidade desse grupo e suas diferentes formas de representação. Selecionamos os homens homossexuais porque em pré-análise para essa pesquisa identificamos que esse é o grupo dentro dos LGBT's em Campos dos Goytacazes que mais se articulam na internet e promovem o encontro em determinadas áreas centrais da cidade de Campos dos Goytacazes.

Nesse viés, buscamos uma análise do sujeito que se relaciona com o meio virtual e de que forma este meio virtual se reflete na sociedade, imprimindo nela mudanças sociais, comportamentais, de relacionamentos entre indivíduos, culturais e territoriais. Objetivamos através dessas e outras questões entender qual a relação que se estabelece do mundo virtual com o território a partir de aplicativos de rede geosocial<sup>136</sup>

## 2. Metodologia

Dentre as microterritorialidades urbanas existentes selecionamos aquelas influenciadas por aplicativos de rede geosociale que tem como objetivo o lazer de um determinado grupo social para o desenvolvimento da metodologia de pesquisa que foi aplicada na cidade de Campos dos Goytacazes.

Sendo assim, a partir de um questionamento-chave – como em que medida as relações de interface produzem microterritorialidade – erguemos a hipótese que as relações mediadas eletronicamente estabelecem novas formas de sociabilidade e colocamos os seguintes pressupostos que nortearam as atividades desenvolvidas nesta pesquisa, identificar os locais e lugares na cidade de Campos dos Goytacazes e o desenvolvimento da microterritorialidade *gay*; Como as relações mediadas eletronicamente reforçam essa microterritorialidade; Além de analisar e interpretar os sujeitos quanto a influência das relações mediadas eletronicamente como as relações face a face na decisão de quais locais frequentarem.

<sup>135</sup> Telefones móveis da terceira geração tecnológica, conhecidos também como os celulares inteligentes.

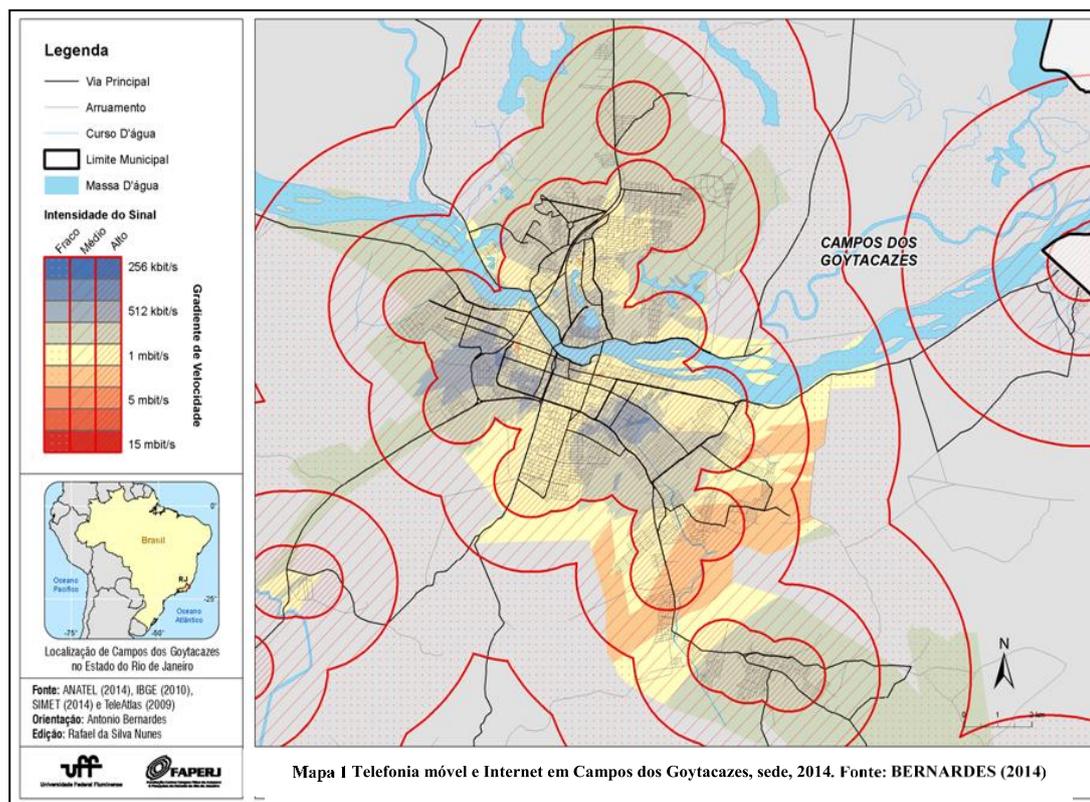
<sup>136</sup> Uma rede geossocial é um tipo de rede social que inclui funcionalidades relacionadas com a georreferenciação, tais como a geocodificação ou a geoetiquetagem.



Tomamos primeiramente como ferramenta para o recorte da área de pesquisa o estudo de Tavares (2015), onde foi feito o mapeamento dos serviços de telecomunicação ofertados na cidade de Campos dos Goytacazes. O estudo de Tavares (2015, p. 24) consistiu em uma análise sobre:

[...] a infraestrutura da rede de telecomunicações que consiste no mapeamento e entendimento da rede de telefonia móvel celular e da rede de Internet, que possibilita a identificação não somente da oferta como da qualidade dos serviços além de discernir as áreas na cidade com maiores objetos técnicos dos sistemas de telecomunicações. Partindo da compreensão e do mapeamento da rede de telecomunicação é factível definir da área de estudo dentre as centralidades do lazer noturno na cidade de Campos dos Goytacazes.

Entendemos a importância deste mapeamento porque se faz necessário que haja nos locais pré-selecionados a existência de oferta de serviços de telecomunicação para que pudéssemos aferir a influência das redes no território.



Deste modo, definida a área de estudo efetiva-se a observação sistemática dos locais em que se aplicará a pesquisa por meio das relações mediadas eletronicamente. Neste viés, utilizaremos uma rede geosocial, o aplicativo para *smartphones* Grindr, para diagnosticarmos para onde as pessoas que utilizam essa ferramenta costumam se encontrar na cidade e como de fato se dá essa sociabilidade.

Para entendermos como funciona essa sociabilidade e como esta pode produzir microterritórios, foram entrevistados dez homens homossexuais que utilizam as mídias sociais e residem em Campos dos Goytacazes. Entretanto, num recorte específico, selecionamos cinco usuários, porque entendemos que foram esses que mais contribuíram para a presente pesquisa.

As entrevistas seguiram a metodologia estruturada aberta e ocorreram de forma presencial no período de abril a julho de 2016. Cada entrevista teve uma variabilidade de tempo de um sujeito para outro, ficando em uma média de vinte minutos. Selecionamos os entrevistados em eventos LGBT's da cidade de Campos dos Goytacazes, sejam em festas ou em encontros e seminários acerca da temática homossexual.



Por fim, após esta breve descrição da metodologia de pesquisa desenvolvida para a identificação, interpretação e entendimento da microterritorialidade *gay* e suas respectivas sociabilidades virtuais e reais cometemos uma análise dos resultados alcançados.

### 3. As redes geosociais e as microterritorialidades *gay* na cidade de Campos dos Goytacazes/Rj

#### 3.1 Grindr: sociabilidade e sexualidade *gay* no território

As novas formas de comunicação e interação através da internet faz com que as pessoas estejam sempre conectadas a rede. E, que os *smartphones* têm importante papel para a criação dessas novas microterritorialidades, pois é através da inserção desses dispositivos móveis que houve modificações tecnológicas significativas e assim criaram os mais diversos aplicativos de interação virtual.

Deste modo, Lemos (2010, p. 9) afirma que:

Com a internet móvel e locativa não se trata de investigar as relações desmaterializadas do ciberespaço. Como tudo se passa em um contexto local, concreto e material, temos de olhar como uma rede de atores (redes, dispositivos, sujeitos, contexto) altera o processo comunicacional no espaço urbano; como se tencionam comunicação e espacialização.

Nesse viés percebemos que as relações dinâmicas dos internautas produzem formas contemporâneas de sociabilidade e deste modo reconfiguram o espaço urbano e abroham novas formas de territorialização. Concordamos com Cetrulo (1999, apud Souza, 2013, p. 103) quando afirma que a sociabilidade é:

O sentimento de estar se relacionando com outras pessoas e estar tendo prazer com esse relacionamento. Deve ser um sentimento de satisfação, de prazer, por estar integrado a um grupo com o objetivo exclusivo de gozar a relação com outras pessoas.

De acordo com Simmel (1983) a sociabilidade traz a experiência da afetividade entre as pessoas que se identificam com um determinado grupo e produz uma sensação de bem estar e pertencimento ao grupo. Partindo desse pressuposto concordamos com Costa e Bernardes (2013) que afirmam que milhares de pessoas buscam na internet lazer, parceiros, sexo e relacionamento. Podemos relacionar essa busca aos mais diversos motivos como, por



exemplo, medo da solidão, falta de tempo e o embaraço de achar alguém. É notório que essas dificuldades são intensificadas quando falamos acerca dos relacionamentos homoafetivos, por conta dos pensamentos de nossa sociedade heteronormativa e discursos que tangem a religiosidade.

Pela existência dessas dificuldades dissertadas a cima, percebemos a diversidade de aplicativos para smartphones de relacionamento e paquera destinado ao público homossexual e bissexual do gênero masculino. Trata-se de redes geosociais que buscam parceiros que estejam próximo geograficamente e que estejam à procura de relacionamento e principalmente de sexo.

É sabido que não se trata de existir somente aplicativos com estes fins para homossexuais, pelo contrário, existem os mais diversos aplicativos de redes geosociais para o público heterossexual e cissexual. Contudo, percebemos que por medo de homofobia, homossexuais buscam lugares específicos como bares mais privativos, e isso não seriam diferentes no espaço virtual. Por isso, diagnosticamos o Grindr como o aplicativo de rede geosocial que mais tem adesão e popularidade entre os homossexuais.

O Grindr foi criado em 2009 pelo norte-americano Joel Simkhai. O criador afirma que teve a ideia do aplicativo visto a necessidade de encontrar alguém virtualmente rapidamente para um encontro presencial. Joel afirma que muitos aplicativos e sites não levavam em conta a localização geográfica das pessoas e isso impossibilitava o encontro presencial em curto prazo de tempo.

O aplicativo possui três versões, duas básicas que não requer assinatura e uma versão *premium* necessitando desta forma de uma assinatura que custa por volta de US\$ 2,49. Com o Grindr o usuário cria um perfil que possui alguns detalhes pessoais como nome, idade, altura, peso, classificação étnica, status de relacionamento do usuário, o que ele busca no Grindr, a faixa etária que o mesmo busca no aplicativo e foto.

Desta forma, através desse perfil é possível que o usuário inicie uma busca de homens disponíveis. Essa busca aparece em forma de uma grade de imagens com os perfis dos homens disponíveis dos mais próximos aos mais distantes geograficamente do usuário que iniciou a busca. Também há opções de bate-papo, de enviar fotos exclusivamente para outro usuário e tornar um perfil “favorito”.



Figura 1 - Interface do aplicativo Grindr

A diferença da versão do aplicativo gratuito para versão paga está basicamente na quantidade de perfis que o aplicativo carrega de uma só vez após a busca do usuário, além de não ter anúncios e propagandas. Em suma a potencialidade do aplicativo é a possibilidade do encontro rápido através de redes de geolocalização. Através do recurso de GPS (*Global Positioning System*), o Grindr tornou-se uma forma popular das pessoas interagirem no mundo virtual e no mundo real.

Sendo assim, podemos afirmar que o Grindr é uma importante ferramenta de articulação das novas formas de sociabilidade existente. Mais especificamente quanto ao público homossexual, o aplicativo é um potencializador da sociabilidade *gay*. Podemos afirmar que o Grindr é utilizado muitas vezes para descobrir quem também é *gay* que está perto do usuário.

Desta forma, ocorre uma significação e/ou ressignificação da sociabilidade, do homem com o lugar, do homem em vivência social e com a tecnologia à medida que em uma boate uma determinada pessoa habilita o aplicativo para saber quem naquele ambiente é *gay*, e mais, quem está disponível. Assim, descobrindo um homem *gay* há poucos metros depende somente dos usuários do Grindr o desenvolvimento ou não desse encontro.

Nesse viés, pré-selecionamos como um dos objetos desta pesquisa o aplicativo Grindr, que promove o encontro face a face de seus usuários no espaço urbano. O aplicativo busca aproximar homens homossexuais, seja reconhecendo-os em ambientes fechados ou em outros locais diversificados, promovendo em muitos casos a produção de uma microterritorialidade *gay* na cidade. Desta forma, foi possível analisar e entender as



microterritorialidades produzidas pelo aplicativo Grindr na cidade de Campos dos Goytacazes e suas formas de apropriação.

### 3.2 A microterritorialidade *Gay* em Campos dos Goytacazes/RJ

Podemos afirmar que a sociedade campista é predominantemente heteronormativa e por ser em sua maioria de valores tradicionais e conservadores apresentam intolerância aos homossexuais o que pode ser notado ao analisarmos os dados estatísticos quanto a casos de homofobia no município.

Deste modo, buscamos entender como os homens homossexuais da cidade de Campos dos Goytacazes se articulam no espaço urbano. De que forma eles promovem encontros e festividades. Como em meio a uma sociedade conservadora eles encontram seus pares e o quanto as mídias sociais auxiliam essas buscas e mantém a discrição de muitos perante a sociedade.

As entrevistas foram de suma importância para que conseguíssemos identificar os locais da cidade de Campos dos Goytacazes que produzem microterritorialidade *gay*, além de identificar quais aplicativos de rede geosocial mais utilizados pelos homens homossexuais de Campos dos Goytacazes.

Todos os entrevistados sabiam previamente da realização da pesquisa e mesmo que tenhamos selecionado os cinco entrevistados mais relevantes, não foram descartados outros homens homossexuais em trabalho de campo. Na verdade, foram observados diversos homens homossexuais e ainda ocorreram diversas conversas informais em campo, porque entendemos que para perceber como essa microterritorialidade é produzida se faz necessário o mergulho do pesquisador nas dinâmicas desse grupo pela observação sistemática para indicar, entender e interpretar as distintas relações existentes.

As microterritorialidades urbanas são aqueles locais que em um determinado momento ou horário é apropriado por um determinado grupo social e em outros momentos ou períodos do dia outros grupos sociais se apropriam desse mesmo espaço. Em sua prática as microterritorializações são baseadas da produção de sociabilidade que podemos identificar nitidamente nas microterritorializações promovidas por homens homossexuais que se apropriam dos espaços da cidade muitas vezes a fim de encontrar seus pares para relações afetivas e sexuais.



Costa (2007) afirma que a microterritorialidades urbanas são formas de agregação humana que conformam as configurações espaciais contemporâneas, ou seja, os diversos grupos sociais existentes se apropriam e convivem no espaço urbano, e através das diferentes práticas culturais e identitárias que os grupos sociais se diferenciam entre si e produzem microterritorializações.

Podemos afirmar assim que os aplicativos de rede geosociais tem forte influência em onde ir para os homens homossexuais de Campos dos Goytacazes, e que através desses aplicativos houve uma maior concentração de homens homossexuais no The Underground Pub, Deixa Fluir Bar e no Altos 539 Bar | Galeria produzindo assim a microterritorialidade gay de Campos dos Goytacazes.

O The Underground é um pub com capacidade de público pequena de aproximadamente 84 pessoas, localizado no bairro Parque Tamandaré, área nobre da cidade de Campos dos Goytacazes. O pub não foi criado para o público homossexual, inicialmente havia festas de bandas de *rock in rollo* que limitava o público as pessoas mais simpatizantes ao gênero musical em questão.

Com o decorrer do tempo os donos do pub começaram a diversificar suas festas e seus DJ's e com isso surgiram festas com gêneros musicais mais voltados para o pop e músicas populares. Essa diversificação das festas atraiu um novo público para o pub, os homossexuais, e fez com que o pub se tornasse um ponto de encontro dos gays de Campos, dando assim um novo significado a este pub.

O pub funciona de terça a sábado e no decorrer da semana ocorrem diversas festas e bandas no pub, mais especificamente as sextas-feiras e sábado as festas são voltadas para as músicas pop atraindo assim o público homossexual. Dessa forma percebemos a produção de uma microterritorialidade gay no The Underground pub.



Figura 4 - The Underground Pub área interna

O Deixa Fluir bar é muito frequentado por universitários e conhecido por unir diversas tribos em um só lugar. Diferentes grupos encontramos nesse bar incluindo LGBT's mais especificamente os homens homossexuais. Quando abriu o bar o dono não tinha intenção de ter um bar alternativo que agregasse as mais diferentes tribos, mas alguns relatos narram que o bar foi ficando popular entre os universitários e jovens em geral por conta dos preços mais acessíveis. O bar está localizado na Pelinca, bairro nobre de Campos dos Goytacazes e famoso por concentrar a noite campista. Funciona de terça-feira a sábado e alguns dias da semana têm atrações como DJs e música ao vivo. Um bar de característica informal, o cliente vai até ao balcão para ser servido e em sua maioria o público fica em pé na área externa do bar ou até mesmo na rua. Exatamente esse clima de informalidade que faz o Deixa Fluir atrair cada vez mais frequentadores.

Ainda que o bar receba semanalmente um grande público LGBT não é muito difícil de escutar relatos de homofobia entre os frequentadores do Deixa Fluir. Podemos afirmar que



por conta desses casos rotineiros de homofobia no bar Deixa Fluir e por se tratar de um bar muito aberto não permitindo a privacidade de muitos que não querem se expor ou daqueles que não são homossexuais assumidos que em sua grande maioria os homens homossexuais preferem o encontro no The Underground pub.



Figura 4 – Deixa Fluir área interna



Figura 5 – Deixa Fluir Bar do lado de fora

O Altos 539 - Bar | Galeria está localizado no Centro de Campos dos Goytacazes e funciona de quarta a sábado, tendo em sua programação festas alternativas diferentes toda semana. Festas com DJ's da cena pop, eletrônica e populares, shows com bandas alternativas e karaokê de músicas pop e populares o bar e galeria adquiriu espaço entre os jovens gays da cidade.

O Altos 539 Bar | Galeria desde sua criação é voltado para um público mais alternativo da cidade e promove eventos voltados diretamente para este público e em poucos meses de funcionamento (o Bar e Galeria funciona desde maio de 2016) se tornou extremamente atrativo aos grupos homossexuais de Campos dos Goytacazes.

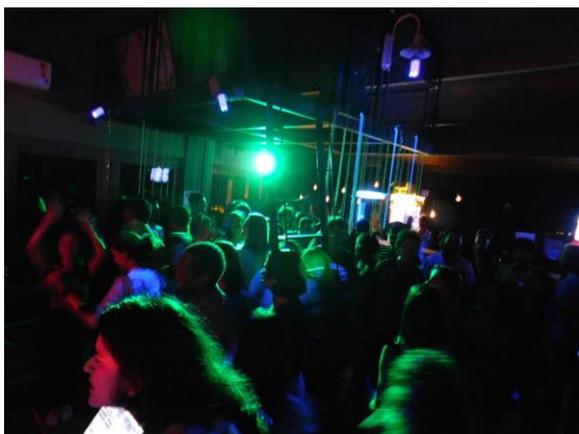


Figura 7 - Altos 539 - Bar | Galeria área interna



Figura 6 - Altos 539 - Bar | Galeria área externa

O The Underground Pub por si só apresenta características que atraem o público homossexual como o já citado gênero musical e determinadas festas em alguns dias da semana. O que percebemos é que com a inserção dos aplicativos de rede geosocial ocorre um reforço dessas microterritorializações. Assim como, o Altos 539 Bar | Galeria que desde sua criação é voltado para um público mais alternativo da cidade e promove eventos voltados diretamente para este público e em poucos meses de funcionamento (o Bar e Galeria funciona desde maio de 2016) se tornou extremamente atrativo aos grupos homossexuais de Campos dos Goytacazes.

A microterritorialização *gay* no The Underground Pub se dá pela rápida sociabilidade existente entre os *gays* no pub em determinada festa, em dias específicos e que se desfaz ao fim do evento. Concordamos desse modo com Costa (2010, p. 9) que afirma que existem microterritórios onde relações coletivas humanas acontecem numa dinâmica incrivelmente rápida no sentido da construção e desconstrução de espaços de convivência e a da transitoriedade dos indivíduos que participam de tais agregações.

Já no Altos 539 Bar | Galeria a microterritorialização *gay* acontece semanalmente todos os dias em que o local está em funcionamento. Evidente que em determinados dias da semana há um maior fluxo de *gays* no local, como por exemplo, as quintas-feiras, mas de uma forma geral o bar e galeria atrai de quarta-feira a sábado um público *gay* considerável e que são motivados a frequentar o bar e galeria para que seja possível o encontro com seus pares no lazer noturno de Campos dos Goytacazes.

Podemos ainda incluir como um microterritório *gay* de Campos dos Goytacazes o bar Deixa Fluir que possui uma grande concentração de homens homossexuais semanalmente e



que mesmo tendo diversos casos de homofobia no local esses homens homossexuais não deixam de frequentá-lo, e isso vai ao encontro à própria definição de Costa (2010) de microterritório que argumenta ser uma área de interação ou conflito.

É o microterritório urbano (como uma área que delimita a interação e/ou o conflito entre práticas racionais e afetivas e dá forma às práticas sociais singulares que se diferenciam de outras por fronteiras flutuantes e instáveis) que efetiva a própria agregação social e suas características singulares. Por se estabelecer por processos de interação entre movimentos globais e experiências locais e pela dialética entre empirismo e incoerência e lógica formal coerente, cada microterritório urbano tende a ser uma totalidade singular em relação com outras totalidades que podem ser entendidas em diversas condições escalares. (COSTA, p. 9, 2010)

Desse modo podemos afirmar que o The Underground Pub, o Deixa Fluir Bar e o Altos 539 Bar | Galeria são microterritórios de homens homossexuais na cidade de Campos dos Goytacazes e o surgimento desses microterritórios fortalecem as interações desse grupo no espaço. Costa (p. 11, 2010) afirma que:

Microterritórios produzidos [...] fortalecem a própria produção, manutenção e condicionam a agregação humana ou sociabilidade. Sendo assim, a sociabilidade produzida por esse grupo virtualmente é refletida no espaço tornando as mídias sociais ferramentas de articulação desse grupo pelo espaço urbano.

Percebemos desse modo que a internet tem importante papel para articulação, crescimento e territorialidade desse grupo social na cidade de Campos dos Goytacazes. As influências das mídias sociais aos sujeitos desse grupo social são evidentes e geram e/ou reforçam as microterritorializações pela cidade. Podemos afirmar que os microterritórios *gays* identificados e analisados nessa pesquisa estão diretamente envolvidos ao lazer noturno em área central da cidade de Campos dos Goytacazes e que existência de outros pelo município de Campos dos Goytacazes não foram abordados nesse estudo, que se limitou ao recorte à área central da cidade.

### **Considerações Finais**

Campos dos Goytacazes, como uma cidade média do interior do Estado do Rio de Janeiro, possui papel importante na economia da região norte fluminense. Com a amplitude do setor petroquímico e de universidades, a cidade elevou seu setor de serviços principalmente àqueles ligados ao lazer noturno. O espaço urbano de Campos dos Goytacazes



vem sofrendo alterações nos últimos anos e isso implicou na produção de estabelecimentos como bares, restaurantes e casas noturnas. Esse processo de modificação veio acompanhado de uma maior diversificação cultural, pelas quais são motivadas novas territorialidades por conta do surgimento/crescimento de algumas identidades.

Essa pesquisa teve como recorte as especificidades da apropriação do espaço urbano de um grupo social específico os homens homossexuais. Ainda que muitas vezes esse grupo permaneça camuflado em nossa sociedade heteronormativa, existem espaços na cidade onde se manifesta a sociabilidade desse grupo. Percebemos que na cidade de Campos dos Goytacazes podem existir diversos espaços de convivência dos homens homossexuais, contudo nos prostramos na presente pesquisa aos locais de lazer noturno em área central da cidade que seja frequentado pelos homens homossexuais. Entre eles, o The Underground Pub, o Deixa Fluir bar e o Altos 539 Bar | Galeria se destacaram como microterritorializações de homens homossexuais, que produzem uma espécie de espaço de reconhecimento das diversidades sexuais existentes.

O The Underground Pub, o Deixa Fluir Bar e o Altos 539 Bar | Galeria são frequentados por sujeitos heterossexuais e outros grupos existentes de LGBT's, porém esses locais possuem forte visibilidade quanto a conquista do espaço por homens homossexuais que adotam significado a esses estabelecimentos de lazer noturno ao seu grupo e agregam a esses locais características de espaço de diversidades sexuais e público plural.

As microterritorializações como as do The Underground Pub, Deixa Fluir Bar e Altos 539 Bar | Galeria são eruptivas pelas novas formas de comunicação contemporânea onde os sujeitos se articulam virtualmente a fim de identificar e promover possíveis sociabilidades com seus pares. Dessa forma, avolumam a sociabilidade contrapondo a segregação que esses sujeitos sofrem na sociedade por conta de sua homossexualidade.

Essas microterritorialidades são geradas e/ou reforçadas devido às relações de interface, isto é, as relações medidas eletronicamente por mídias sociais como as redes sociais e redes geosociais. Através das mídias sociais ocorre o reconhecimento de locais para possíveis encontros, como as festas que ocorrem as sextas-feiras e sábados no The Underground Pub.

Através de aplicativos de rede geosocial como o Grindr, os sujeitos encontram seus pares e reconhecem os locais na cidade onde podem promover o encontro face a face. Neste sentido, as microterritorializações, como as do The Underground Pub, Deixa Fluir Bar e Altos



539 Bar | Galeria são motivadas pela produção de sociabilidade virtual que as relações de interface geram.

#### 4. Referências bibliográficas

BERNARDES, A. H. **Desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa: Centralidade urbana de lazer noturno e relações de interface**. Relatório de atividades – auxílio à pesquisa 1 – APQ 1. FAPERJ, 2014.

BERNARDES, A. H.; TURRA NETO, N. **Relações de interface e centralidade de lazer noturno em Presidente Prudente – São Paulo**. Anais XIII Simpurb – Simpósio nacional de Geografia urbana, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, B. P. da; BERNARDES, A. **Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: O lazer noturno e as relações de interface**. Cidades, Vol. 10, Nº 17, 2013.

COSTA, B. P. da. **Reflexões sobre Geografia e cotidiano urbano**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

COSTA, B. P. da. **Por uma Geografia do Cotidiano: Território, Cultura e Homoerotismo na cidade**. Tese (Doutorado) Instituto de Geociências da UFRGS. Porto alegre, 2007.

LEMOS, André. **Você está aqui! Mídias locativas e teorias “materialidade da comunicação” e “ator-rede”**. In: Comunicação & Sociedade, Ano 32, n. 54 jul/dez 2010. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2221/2309>> Acesso em 19 de abril de 2016.

SIMMEL, G. **Sociabilidade – um exemplo de Sociologia Pura ou Formal**. In: \_\_\_\_\_. Sociologia (org. MORAES FILHO). São Paulo: Ática, 1983. p. 165 – 181. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SOUZA, Fernanda Aparecida de. **Presidente Prudente: um estudo sobre os tempos e espaços da sociabilidade juvenil das gerações de 1950 e 1970**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.35, Volume Especial, p. 107-117, 2013.

TAVARES. Tatiane Cardoso. **Experiências espaço-tempo no século XXI: globalização, meio técnico-científico-informacional**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2015.